

unesp 

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS  
DOUTORADO EM HISTÓRIA  
CAMPUS DE ASSIS

---

**LORAYNE GARCIA UEÓCKA**

**A CAMPANHA CIVILISTA NAS RUAS: UMA ANÁLISE  
DE SUA CONSTRUÇÃO RETÓRICO-POLÍTICA**

**ASSIS-SP  
2004**

**LORAYNE GARCIA UEÓCKA**

**A CAMPANHA CIVILISTA NAS RUAS: UMA ANÁLISE  
DE SUA CONSTRUÇÃO RETÓRICO-POLÍTICA**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Câmpus de Assis, para obtenção do título de Doutora em História (Área de concentração: História e Sociedade – Linha de Pesquisa: História Política).

Orientador: *Prof. Dr. Clodoaldo Bueno*

**ASSIS-SP  
2004**

Dados internacionais de Catalogação na Publicação – (CIP)  
Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras – ASSIS - UNESP

UEÓCKA, Lorayne Garcia

320.9            A campanha civilista nas ruas: uma análise de sua  
320.10        construção retórico-política/Lorayne Garcia Ueócka, Assis,  
U22c            2004  
                  282p.: il.

Tese de doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de  
Assis Universidade Estadual Paulista

1. campanha civilista 2. imprensa.

**LORAYNE GARCIA UEÓCKA**

**A CAMPANHA CIVILISTA NAS RUAS: UMA ANÁLISE  
DE SUA CONSTRUÇÃO RETORICO-POLITICA**

**COMISSÃO JULGADORA**

**TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA**

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Clodoaldo Bueno

2º Examinador \_\_\_\_\_

3º Examinador \_\_\_\_\_

4º Examinador \_\_\_\_\_

5º Examinador \_\_\_\_\_

Assis, de de 2004

ESCOLHA O POVO!!



UM OU OUTRO  
destes braços será collocado a 1º de Março na fachada do Cãtete.

*Dedico este trabalho ao meu filho Ivan.*

Trezentas espadas contra a  
nação não são nada. Uma só  
alma, com o sopro divino da  
justiça nos lábios, sacode essas  
centenas de pontas de ferro.

RUI BARBOSA

## AGRADECIMENTOS

Foram muitos os colaboradores deste trabalho, sendo, portanto difícil mencioná-los em poucas linhas. Em primeiro lugar quero agradecer ao Prof. Dr. Clodoaldo Bueno, orientador e amigo, obrigada pelo incentivo para que esse trabalho se realizasse com suas inúmeras leituras críticas e atentas, dando sugestões valiosas em sua elaboração.

Gostaria de agradecer também aos professores que compuseram a banca da qualificação que com preciosas sugestões indicaram os rumos desse trabalho. Especialmente ao amigo e Prof. Dr. Milton Carlos Costa, que desde o início do projeto acreditou na sua realização e também por sua leitura minuciosa e sugestões apresentadas, fazendo-me perceber um outro lado ainda não explorado do meu tema. Ao Prof. Dr. Áureo, gostaria de agradecer por sua leitura criteriosa e suas opiniões a cerca do trabalho, que valeram muito como contribuições para a elaboração do texto final.

Gostaria de agradecer ainda aos colegas da FATUR e da FACOPP que por muitas vezes me auxiliaram em dúvidas com sugestões e discussões pertinentes ao tema. Não posso deixar de mencionar à colega Emery, em especial, devido às nossas preciosas discussões e pela sua disposição em auxiliar em horas difíceis.

À colega Mariângela quero agradecer sua paciência e acuidade na leitura final do trabalho, sendo a responsável pela correção gramatical do mesmo. A profa. Alvina Rotta por sua dedicação na leitura e sugestões valiosas também dirijo meus agradecimentos.

Agradeço aos funcionários da Casa Rui Barbosa, que com gentileza, presteza e interesse auxiliaram no encontro das fontes abrindo as portas da vasta documentação existente sobre seu patrono. A Fundação ainda permitiu a aquisição de diversos livros para a realização dessa pesquisa via e-mails e pelo correio.

Em termos de documentação pude contar com o material disponível em microfilme armazenado no CEDAP, em Assis. Esses foram de valor inestimável para a realização do trabalho.



Muito obrigada aos funcionários da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Mário de Andrade, da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, onde realizei parte da pesquisa.

Agradeço muito o incentivo e torcida realizada por minha mãe, Leonor, que conviveu comigo momentos de incertezas e de satisfação e, principalmente por ter acreditado na realização desse trabalho.

Finalmente quero agradecer ao meu marido Emerson, companheiro e amigo, pelo muito tempo privado de minha companhia, pelo incentivo em todos os níveis possíveis e por compartilhar comigo dos momentos mais importantes da minha vida.

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo propor uma reflexão sobre a campanha civilista ocorrida na Primeira República, abordando sua construção por grupos dissidentes do poder que da imprensa se utilizaram para sua divulgação e arregimentação da população urbana. A campanha teve duração de aproximadamente dez meses, no qual Rui Barbosa percorreu a nação com um discurso antimilitarista e moralizador do regime republicano. Em suas críticas Rui propunha o alistamento eleitoral de populares habilitados. A referida pregação democrática ganhou contornos educativos, ao expor publicamente os vícios do regime e propor combatê-los. De modo que sua campanha eleitoral se constituiu num momento na história do Brasil que representou uma pretensão de rompimento com os velhos modelos de escolha dos candidatos políticos instituídos desde os tempos do Império, modelo que se alicerçava na exclusão quase que absoluta do povo frente às urnas eleitorais. A imprensa teve peso relevante nessa campanha ao permitir sua materialização nas ruas, por meio de práticas políticas arregimentadoras, além de incitar o voto popular em Rui Barbosa, constituindo-se em seu porta-voz. Rui Barbosa articulou sua prática política inusitada a uma retórica contundente e inflamada a fim de sensibilizar e mobilizar as camadas populares urbanas. A análise dessa inovadora forma de se construir e conduzir a campanha eleitoral, baseada na associação entre o uso da retórica e de uma prática política inovadora e mobilizadora se constituiu no alvo de nosso interesse de estudo.

## ABSTRACT

The present work had as objective to propose a reflection on the campaign civilist happened in the First Republic, approaching his construction for dissident groups of the power that of the press were used for his/her popularization and arregimentation of the urban population. The campaign had duration of approximately ten months, in which Rui Barbosa traveled the nation with a speech antimilitarist and moralist of the republican regime. In their critical Rui it proposed the electoral enlistment of popular qualified. Referred her democratic preaching won educational outlines, when exposing the addictions of the regime openly and to intend to combat them. So that his/her electoral campaign was constituted in one moment in the history of Brazil that represented a breaking pretension with the old models of political candidates' choice instituted since the times of the Empire, model that was found in the exclusion almost that absolute of the people front to the ballot boxes. The press had relevant weight in that campaign when allowing his/her materialization in the streets, through practices political arregimentators, besides inciting the popular vote in Rui Barbosa, being constituted in his/her spokesperson. Rui Barbosa articulated his/her unusual political practice to a contusing and inflamed rhetoric in order to touch and to mobilize the urban popular layers. That innovator's analysis forms of to build and to drive the electoral campaign, based on the association among the use of the rhetoric and of a practice innovative politics and mobilized it was constituted in the objective of our study interest.

## SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
I INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – A CAMPANHA CIVILISTA: REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS	22
CAPÍTULO II – A CONJUNTURA HISTÓRICA E SOCIAL QUE ANTECEDIA A CAMPANHA CIVILISTA.....	39
2.1 Intervenções Operárias no País na Década de 1910.....	41
2.2 As Camadas Médicas Urbanas e o Civilismo.....	46
2.3 O Simulacro Eleitoral da Primeira República.....	51
2.4 A Visão dos Caricaturistas Sobre as Eleições na Primeira República.....	63
2.5 Civilismo e Militarismo: Cisões Políticas.....	82
2.6 Fatores da Ruptura Política em 1909.....	86
CAPÍTULO III – RUI BARBOSA: UMA TRAJETÓRIA PARA ALÉM DE SEU TEMPO.....	95
3.1 A Vida Pública de Rui Barbosa.....	99
3.2 Rui Barbosa como Apóstolo da Democracia.....	103
3.3 A Luta pelos Ideais Democráticos.....	107
3.4 O Jubileu Cívico em Memória de Rui Barbosa.....	110
3.5 Comoção Nacional na Morte de Rui Barbosa.....	114
3.6 A Produção da Caricatura de Rui Barbosa.....	117
CAPÍTULO IV – A IMPRENSA NA CRUZADA CIVILISTA.....	123
4.1 A Campanha Civilista vista pela Fotografia.....	124
4.2 A Construção da Campanha pela Imprensa.....	130
4.3 O Estado de S. Paulo.....	140
4.4 O Correio da Manhã.....	143
4.5 A Cobertura da Campanha.....	146
4.6 A Campanha nas Revistas e na Pequena Imprensa.....	147
a) São Paulo em campanha.....	162
b) Caravana eleitoral na Bahia.....	171
c) Caravana em Minas Gerais.....	186
d) A campanha civilista na Capital Federal.....	190
4.7 Violência nas ruas do país.....	193
4.8 Finalmente a eleição.....	201
CAPÍTULO V – RUI BARBOSA: UM EDUCADOR POLÍTICO EM AÇÃO.....	207
5.1 O componente antimilitarista no discurso civilista.....	213
5.2 A batalha contra o analfabetismo e as fraudes eleitorais.....	219
5.3 O verbo em ação.....	229
5.4 O apoio popular.....	236
5.5 Os efeitos políticos da campanha eleitoral.....	242
5.6 A resistência ante as fraudes eleitorais.....	255
CONCLUSÕES.....	263
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	276

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Cédula de propaganda eleitoral da campanha civilista – FCRB		
Figura 01	Mapa eleitoral com o resultado das urnas.....	62
Figura 02	LIMA, H. op.cit., p.177.....	66
Figura 03	LIMA, H. op.cit., p.187.....	67
Figura 04	Caricatura que expressa as fraudes constantes da república.....	68
Figura 05	LIMA, H. op.cit., p. 185.....	70
Figura 06	LIMA, H. op.cit., p. 195.....	72
Figura 07	LIMA, H. op.cit., p. 188.....	73
Figura 08	Disfraces e fantasias de Zé Povo.....	75
Figura 09	De Storni Don Quixote.....	77
Figura 10	Fonte: AFCRB.....	78
Figura 11	Fonte: SILVA, M.A., op.cit., p.32.....	79
Figura 12	Zé Povo tem que mudar o guarda-chuva em guarda fogo do marechal.....	81
Figura 13	LIMA, H. op.cit., p.283.....	92
Figura 14	Rui discursa no Supremo Tribunal Federal.....	106
Figura 15	Rui Barbosa ao chegar ao Supremo Tribunal Federal para impetrar Hábeas-corpus em favor de jornalistas.....	106
Figura 16	Aspecto da Praça Tiradentes em frente ao Teatro São Pedro no momento em que terminou a sessão solene.....	111
Figura 17	Aspecto do pavilhão do Campo de São Cristóvão no momento em que se celebrava a missa campal em ação de graça pelo jubileu cívico de Rui Barbosa.....	113
Figura 18	Aspecto do Teatro São Pedro de Alcântara durante a sessão do Jubileu Cívico em 13.08.1918.....	113
Figura 19	O arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, celebrando a missa de corpo presente no saguão da Biblioteca Nacional, onde estava exposto o corpo para visitaçã.....	115

Figura 20	Corpo Rui ao sair da Biblioteca Nacional. O caixão é carregado pelos marinheiros e as alças seguras pelo representante do Presidente da República, General Sta. Cruz, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Arnolfo Azevedo e membros do Ministério do Corpo Diplomático.....	116
Figura 21	Barbosa, talvez a maior cabeça do parlamento atual.....	118
Figura 22	“O núcleo luminoso de um astro desconhecido” J. Carlos 1907.....	119
Figura 23	“O miolo da grande cabeça” J. Carlos 1907	119
Figura 24	Ruy Barbosa. Redator do jornal O Diário de Notícias.....	120
Figura 25	“A Larva” charge de Alfredo Cândido, 18-9-1909.....	121
Figura 26	A mesa que presidiu a Convenção Civilista de 22 de agosto de 1909. Na presidência o senador baiano José Marcelino de Souza, ladeado pelos deputados paulistas Álvaro de Carvalho, à direita e Galeão Carvalhal, à esquerda. De pé o deputado por São Paulo Cincinato Braga, Secretário da convenção.....	127
Figura 27	Suplemento Retrogravura A Manhã, 1949 p. 49.....	128
Figura 28	Rui Barbosa ao passar por Taubaté fala de improviso da janela do seu vagão ao povo que se comprime na plataforma. A Manhã, p.48	151
Figura 29	Suplemento retrogravura A Manhã, 1949 pg. 49.....	156
Figura 30	Suplemento retrogravura. A Manhã, 1949 p. 50.....	157
Figura 31	Suplemento retrogravura A Manhã, p. aspecto da convenção do Teatro Lírico na Convenção Civilista.....	159
Figura 32	Sessão Solene no Teatro Politeama, Bahia, 15 de janeiro de 1910..	163
Figura 33	Campanha presidencial – Salvador, 1910 – Arquivo da FCRB.....	164
Figura 34	Arquivo da FCRB.....	166
Figura 35	Aspectos da campanha eleitoral na Bahia, 1910, Suplemento retrogravura. A Manhã, 1949, p.51.....	167
Figura 36	Aspecto do Teatro Politeama na Convenção Civilista de 15 de janeiro de 1910. Suplemento retrogravura A Manhã, 1949, p.51.....	168
Figura 37	Imagens de rua produzidas pela Campanha civilista na Bahia. Suplemento retrogravura A Manhã. 1949, p.51.....	170

Figura 38	Rui Barbosa em campanha, acompanhado da esposa D. Maria Augusta, em Ouro Preto. Suplemento Retrogravura – A Manhã, 1949, p.51.....	172
Figura 39	Campanha civilista, Belo Horizonte, 1910.....	173
Figura 40	A campanha civilista em Minas Gerais. Suplemento Retrogravura A Manhã, p. 56.....	176
Figura 41	O Estado de São Paulo.....	179
Figura 42	A Manhã Suplemento retrogravura – FCRB, 1949.....	180
Figura 43	Aspectos da campanha eleitoral de 1909-10 em Minas Gerais. A Manhã. Suplemento retrogravura, p. 51.....	181
Figura 44	Fonte: FCRB.....	183
Figura 45	Rui Barbosa em campanha pelo país. A Manhã. Suplemento Retrogravura, 1949, p.52.....	183
Figura 46	Rui Barbosa durante a campanha civilista – Arquivo da FCBR.....	184
Figura 47	Aspectos da candidatura Rui Barbosa pelo país.....	185
Figura 48	Campanha presidencial de Rui Barbosa.....	187
Figura 49	O Estado de São Paulo, em 12.02.1910. Propaganda eleitoral da campanha de Rui Barbosa publicada.....	189
Figura 50	Propaganda de Rui Barbosa.....	192
Figura 51	O Correio da Manhã, 26.02.1910.....	204
Figura 52	Arquivo da FCRB.....	227
Figura 53	Arquivo da FCRB.....	240
Figura 54	Mapa eleitoral referente da Primeira República.....	246
Figura 55	Anais da Câmara – 1892 – 1898 e 1902-1927.....	247
Figura 56	Anais do Congresso Nacional. Apuração da eleição de Presidente e Vice-Presidente da República.....	248
Figura 57	Obras Completas de Rui Barbosa.....	249

## I INTRODUÇÃO

No dia 3 de outubro de 1909, no Teatro Lírico da Bahia, a Convenção que ali se realizava lançou Rui Barbosa candidato à Presidência da República, após acerto das elites políticas em torno de seu nome. Naquele momento tinha início a campanha civilista que, liderada por Rui, possibilitou ao país viver uma experiência inédita ao inovar a maneira como tradicionalmente aconteciam as campanhas eleitorais.

Pela primeira vez nesse país, uma campanha eleitoral ganhou as ruas, despertando o interesse de populares que se envolveram em intensa mobilização política em torno de Rui Barbosa e sua causa. Além de ter tido esse caráter inovador - o que já motivaria análises acadêmicas - essa campanha desempenhou, ainda, o papel de representar um enfrentamento ao fechado sistema de escolha de candidatos para o pleito à Presidência da República. A candidatura proposta pelos civilistas tinha um caráter de oposição às tradicionais elites políticas do país e expressava o descontentamento da elite paulista com relação à disputa pela presidência nas eleições de 1910.

Por se tratar de uma candidatura de oposição, tornou-se premente a busca de votos para vencer as eleições, o que fez com que os segmentos populares tornassem-se alvo da disputa pelo voto. De maneira que essa campanha sinalizou o início de uma reação da opinião pública na conquista da legitimidade dos processos eleitorais. Desse modo, o Brasil assistiu a uma verdadeira campanha eleitoral, bipolarizada em torno de candidatos que expressavam comprometimento político de dois grupos antagônicos.



A campanha civilista foi engendrada por um grupo político dissidente do grupo da elite do poder que, pela primeira vez no país, disputava efetivamente o poder central, conseguindo agitar a vida política do país.

A bipolarização em torno das duas figuras políticas centrais das campanhas eleitorais que surgia, fez com que o embate edificasse como mote da campanha de Rui Barbosa o civilismo como bandeira central na luta contra o militarismo, a polarização existente entre as duas campanhas foi bem visível nas suas imagens: de um lado o brasão de Hermes representava a espada e a baioneta e o de Rui a lei e a pena.

O tom presente em toda a propaganda eleitoral civilista conclamava os eleitores a votarem em Rui Barbosa por ser ele o candidato que incorporava os grandes propósitos nacionais: a democracia, a liberdade e o civilismo. Ao efetuar o chamamento das camadas populares urbanas à participação na campanha eleitoral, Rui Barbosa já delineava o perfil que construiu sua imagem junto aos populares que seria seu ponto de apoio central na luta contra o "hermismo", apresentando-se como porta-voz do povo e defensor dos princípios democráticos.

Dirigindo seu discurso às camadas populares, Rui protagoniza essa campanha que rompia com os rígidos limites das campanhas anteriores, as quais eram articuladas apenas nas altas esferas políticas do país. Sua campanha buscando explorar as indecisões dos eleitores frente ao cenário político realiza apelos para que haja uma corrida ao alistamento eleitoral.

Consideramos que a campanha civilista apesar de ser fruto de um grupo que disputava o poder transcendeu a esse papel ao levar o debate político às camadas populares, tendo um caráter educativo para as camadas populares e democrático.

Nunca antes, uma campanha eleitoral mobilizou a população permitindo sua inclusão no desenrolar da campanha, aliás, nem mesmo campanhas de rua eram freqüentes antes da campanha civilista. Por essa razão entendemos que a campanha eleitoral de 1909-1910 desempenhou papel fundamental levando para as ruas o povo, marcando forte presença na cena política.

Rui Barbosa, ao chamar essa parcela alijada da população para votar, permitiu que a voz dos excluídos do sistema eleitoral se fizesse presente nos comícios, como vimos as ruidosas caravanas e os *meetings* organizados pelos civilistas, esta prática não pretende entender que a busca da cidadania se encerra no voto, mas perpassa por ele, pois entendemos o voto como um momento de escolha da população. A campanha acontecia nas ruas, nos préstitos, nas estações ferroviárias, nas escolas, associações, teatros, cassinos e nas casas legislativas, tomando proporções inigualáveis. De maneira que essa campanha galvanizou a nação, criando uma participação política inusitada conseguindo pela primeira vez, uma alteração nos resultados eleitorais de maneira que Rui Barbosa, mesmo diante das usuais fraudes que alteravam o resultado final dos pleitos, obtivesse uma expressiva votação.

Diante do exposto foi-se delineando para nós, um quadro instigante esboçado em torno de estratégias de atuação inusitadas com conteúdos reveladores que apresentava um caráter democrático para a época. A relevância da pesquisa refere-se ao seu próprio ineditismo quanto ao tema de estudo: a análise da construção política e retórica de uma campanha eleitoral ocorrida na Primeira República. O estudo da essência de uma campanha eleitoral não tem sido alvo de teses acadêmicas se constituindo, portanto num campo novo de pesquisa para os historiadores.

A estratégia de aliança entre palavras e imagens conferiu à campanha civilista um tom único na sua época. De forma que propomos realizar a análise do significado da propaganda política construída e difundida pelos civilistas como instrumento eficaz para sua construção. Os civilistas estruturaram um discurso em torno de temas relevantes para a época.

Pretendemos investigar a construção dessa campanha nos três pilares de sua sustentação: Sua materialização por meio de uma intensa divulgação veiculada pela imprensa, o material de propaganda eleitoral elaborado e a produção de um conjunto de discursos políticos direcionados para seus possíveis eleitores. Esses pilares se associaram ao uso político da imagem de Rui Barbosa, eminente figura política do país.

Por esse motivo se faz mister analisar a *performance* desenvolvida por Rui Barbosa nessa campanha eleitoral traduzida por meio emprego da estratégia retórico-política de seus discursos e ações, a saber: a realização de uma excursão eleitoral que percorrer grande parte da nação, conjuntamente com a elaboração de comícios de rua, préstitos e conferências nos teatros de algumas cidades do país.

Ao iniciarmos nossa investigação histórica analisando o conteúdo e a forma da elaboração da campanha, procuramos nos discursos do candidato e nas transcrições de textos impressos pelos jornais veiculados pela imprensa. De maneira que acabamos recorrendo à imprensa como fonte documental fundamental, optando por privilegiar dois grandes jornais que, na época, detinham reconhecimento social: *O Estado de São Paulo* (SP) e *O Correio da Manhã* (RJ). Essa opção deve-se ao fato de estes órgãos de imprensa, terem encampado a realização e a divulgação da propaganda civilista e, também, por sua presença constante na ampla cobertura da campanha nas ruas.

A participação do jornal *O Estado de S.Paulo* foi significativa, esse órgão de imprensa criou colunas inteiras, apresentou diversas fotorreportagens sobre a campanha, divulgou os telegramas de encorajamento recebidos. O jornal em questão destinou um jornalista para acompanhar e relatar a excursão eleitoral realizada pelo candidato no país. Seus editoriais eram reservados à campanha trazendo comentários de articulistas e políticos influentes e traziam também convites e convocações para o comparecimento da população aos comícios e *meetings*, concitando sua participação.

Para esse estudo propomos um recorte específico do tema, tanto na questão espacial como temporal, concentramos a pesquisa nos Estado de São Paulo e nos Estados que abraçaram o civilismo, por representarem o maior núcleo urbano da nação, constituindo-se no filão ao qual a propaganda civilista era dirigida com maior eficácia. O Estado mais comprometido com a causa civilista foi São Paulo que se tornou o promotor e condutor da campanha pelo país. O Rio de Janeiro, capital federal, era palco das disputas políticas e centro das decisões.

Não pudemos, entretanto deixar de apresentar aspectos relevantes sobre o andamento da campanha na Bahia, por ser o Estado natal do candidato e em Minas Gerais por ter aderido ao civilismo com entusiasmo, mesmo que isso representasse uma ruptura com o poder local.

Entretanto, pensar sobre a campanha eleitoral proposta por Rui Barbosa, nos remete a pensarmos em um momento em que surgiu a oportunidade de populares estarem presentes e atuantes na política brasileira sem perdermos de foco, porém, o fato que essa campanha ter sido idealizada e articulada pelas elites dissidentes paulistas, nascendo de uma perspectiva construída, a partir de seus anseios. Esta perspectiva de trabalho se insere dentro da compreensão do jogo político brasileiro

da época, abordando as relações de poder e os mecanismos de representatividade em diferentes níveis da vida nacional.

Outro recurso utilizado para a elaboração dessa pesquisa foi o apoio em fontes documentais não escritas: o uso das fotografias, caricaturas e da propaganda volante da candidatura expostas nos jornais, esse material deve ser compreendido não como simples reproduções de figuras preexistentes, mas como um esforço analítico da reconstituição histórica e uma convicção na força da imagem como elemento discursivo criado pelos promotores da campanha eleitoral.

O acesso à produção de textos impressos e divulgados pela imprensa ou pela propaganda civilista nos permitiu ter em mãos um rico material iconográfico referente à campanha, que entendemos como uma de suas faces mais expressivas no processo de sua materialização frente à sociedade. Por essa razão, não pudemos nos privar de sua utilização como uma representação humorística da política no país. Neste caso, o humor ocupou espaços de representação e de falas de parcelas descontentes na sociedade. Com uma fina ironia ou com uma crítica mordaz a, caricatura acentuava os vícios políticos e desmascarava a ausência de cidadania e a frágil democracia existente no país.

Para o historiador trabalhar com fotografias e imagens iconográficas representa sempre um desafio, pois revela uma perspectiva de símbolos e signos que interagem com a realidade, mas que devem ser compreendidos dentro de um contexto histórico específico, ou seja, esses revelam visões sociais parciais de uma realidade.

A estruturação desse trabalho de forma a permitir a compreensão da edificação e da materialização da campanha eleitoral de Rui Barbosa, articulada pelo candidato e a imprensa, nos permitiu interpretá-la por um viés diferente das

conhecidas abordagens historiográficas, contribuindo para um outro possível ao apresentarmos um olhar diferenciado, no qual o conhecimento de seu cotidiano nas ruas seja interpretado como um momento de criação de debates sociais, abrindo a possibilidade de outras leituras sobre essa inflamada campanha eleitoral.

Elaboramos o trabalho de forma que o primeiro capítulo permitisse a realização de uma reflexão bibliográfica produzida sobre a campanha de 1909-1910 por historiadores, memorialistas e sociólogos; No segundo recuperamos o período em questão, descrevendo as condições sociais e políticas do país no momento da campanha sucessória recriando a imagem do cenário social no qual agiam os diferentes personagens históricos abordados nesse trabalho, devido à especificidade das práticas eleitorais vigentes na época, marcadas pela fraude e pela corrupção. A retomada desse cenário tornou-se fundamental por serem os vícios existentes o ponto crucial de crítica presente nos discursos pregados por Rui Barbosa durante o decorrer da campanha. No terceiro capítulo expomos considerações sobre a vida e a obra política de Rui Barbosa enquanto figura de projeção nacional; No quarto capítulo acompanhamos o cotidiano da campanha pelas cidades do país via imprensa, no intuito de conjugar sua materialização à confecção de um inusitado material de propaganda política, elaborado e divulgado na nação. E no último capítulo abrimos a discussão sobre seu significado e a recepção popular, analisando os pilares de construção do discurso civilista: o caráter anti-militarista, a regeneração do regime republicano, a luta pela alfabetização popular e o propósito de conscientização do eleitor, tentando perceber os aspectos de sua aceitação por parte da sociedade que se traduziu na ocorrência de diversas manifestações de apoio ao candidato e principalmente no voto.

## **CAPÍTULO I - A CAMPANHA CIVILISTA: REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS**

Aqueles que buscam estudar a vida de Rui Barbosa podem contar com uma ampla produção bibliográfica a seu respeito, que retrata ou comenta alguns aspectos de sua vida pública. Sua vida e obra inspiraram muitos trabalhos e continuam incentivando a produção de outros diversos trabalhos acadêmicos, entretanto prioridade do tema da campanha civilista protagonizada por Rui Barbosa não foi uma preocupação historiográfica relevante. Nossa afirmação se firma diante de uma pequena produção historiográfica e acadêmica sobre a referida campanha. Nos meios acadêmicos essa campanha foi alvo de apenas duas dissertações de mestrado.

A maioria dos estudos que tem como temática a Primeira República abordam a campanha eleitoral de 1909-10 em um capítulo no contexto maior em que apresenta a sucessão presidencial.<sup>1</sup> Salientamos que essa forma de abordagem insere-se, muitas vezes, conforme discorrermos neste capítulo, dentro de uma visão problematizada do contexto político da Primeira República, não permitindo que surgisse um enfoque diferenciado, no qual essa fosse dotada de sua importância singular no cenário político nacional.

Muitos estudos sobre a implantação da Primeira República no país mostraram ser nula a participação popular na vida política eleitoral da nação, devido à sua pouca importância no momento de escolha de seus representantes.

Os autores selecionados ao proporem suas abordagens sobre essa temática não se detiveram em sua proposta para a construção histórica de um conceito de

---

<sup>1</sup> Vide Edgard Carone( A Primeira República), Hélio Silva (História da República Brasileira) , Boris Fausto ( História Geral da Civilização Brasileira)e Leôncio Basbaum (História sincera da República)

cidadania diferenciado do que se apresentava na experiência política nacional, fortemente marcada pela exclusão no sistema partidário.

É preciso salientar que muitos desses autores ao analisarem essa campanha não detiveram um olhar mais crítico sobre a mesma, o qual permitisse a sua compreensão como um momento singular, percebendo sua força política de atuação como arma num momento de fissura dentro da luta política travada nos bastidores do poder, como um instrumento clássico de legitimação do poder.

Ao propor o alistamento eleitoral de populares e arregimentar uma grande parte das camadas urbanas marginalizadas da política partidária Rui inovou a tradicional forma de se fazer política no país, na qual o povo era quase totalmente ausente do processo eleitoral. Apenas a criação desse envolvimento popular nas conhecidas e fraudulentas eleições que o país apresentava seria motivo de interesse de estudo particularizado.

Ao recuperar vozes anônimas de populares a historiografia permite outros olhares mais profundos sobre temas muitas vezes considerados menores, esses por vezes, surgem com uma riqueza de detalhes única para a compreensão do momento.

Para a concretização de nosso trabalho, buscamos iniciar uma revisão bibliográfica a respeito da campanha eleitoral de 1909-1910 abordando as duas dissertações de mestrado defendidas na década de 70 que tiveram como motivação e tema a campanha civilista.

São os estudos de José Flávio de Oliveira: "Liberalismo e Oligarquias na República Velha: O Estado de São Paulo e a Campanha Civilista (1909-1910)", e de Maria Clementina Pereira Cunha "Liberalismo e Oligarquias na República Velha: O



Paíz' e a Campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1909-1910)" , os quais nos oferecem subsídios de grande valor na realização desta pesquisa.

Estes dois trabalhos se complementam, mantendo, porém, cada um suas especificidades. Apresentam como ponto convergente a análise do liberalismo político da classe dominante brasileira e as circunstâncias internas que o condicionaram, especialmente na disputa eleitoral de 1910. A luta política que se desenrolou nesse momento ocorreu nos moldes definidos pela ideologia liberal apresentando uma inversão de posições, isto é, o grupo hegemônico paulista passou a ser oposição devido a novas alianças que se estabeleceram entre grupos políticos após o falecimento do presidente Afonso Pena.

José Flávio de Oliveira concordou, em parte, com a análise proposta por Maria Clementina P. da Cunha ao afirmar que não existia uma contraposição entre os grupos oligárquicos da época. Pelo contrário, os universos rural e urbano, ao invés de antagônicos, complementavam-se. O autor procurou formular um questionamento que levasse à compreensão do significado de uma campanha eleitoral como a de 1910 no contexto da Primeira República.<sup>2</sup>

Uma de suas indagações, por exemplo, aponta para o fato de não terem conseguido se firmar as alianças e conchavos tão freqüentes na condução política do país, o que acabou por possibilitar uma candidatura opositora, expressão do nascente fracionamento da classe dominante.

Para o autor, o incentivo à participação popular na campanha presidencial, fato inédito na política brasileira até então, ocorreu apenas em razão da elite paulista ter passado da situação de detentora do poder, para o incômodo papel de oposição, temerosa de perder o controle do aparelho de Estado. A campanha proporcionou

---

<sup>2</sup> OLIVEIRA, J. F. Liberalismo e Oligarquias na República Velha: O Estado de São Paulo e a Campanha Civilista. 1909-1910. São Paulo: (dissertação de mestrado), USP, 1976. pp. 17-18.

uma prática política que traduzia as necessidades de ampliar a base representativa nas esferas do poder, para atender efetivamente os interesses de várias frações da classe dominante. Esses interesses divergentes tiveram sua expressão concreta, portanto, no terreno da disputa política.

Oliveira procurou também estender sua análise para a compreensão do papel da imprensa periódica como instrumento de mobilização política, mas não se aprofundou no tema de forma a permitir um estudo detalhado da maneira como esse meio de comunicação tornou-se ponto chave na elaboração e difusão da mensagem civilista. No levantamento bibliográfico, o autor ressaltou que ainda está por se fazer uma investigação sobre as razões que possam elucidar mais profundamente o fracionamento da elite do poder nesse momento histórico ou a própria essência do fato que permitiu o surgimento de uma campanha política de tais proporções.

Maria Clementina P. da Cunha reconheceu em suas análises que essa campanha saiu da esfera dos donos do poder, atemorizando-os com a crescente mobilização popular que acometia as grandes cidades. A atividade política naquele período era intensa, "se tornando febril" com a realização de comícios diários, manifestações e passeatas com a maciça participação do povo, principalmente no eixo Rio - São Paulo. A autora conferiu à campanha promovida por Rui Barbosa um caráter de apelo às mobilizações públicas que possibilitou a participação direta das classes sociais excluídas do processo eleitoral. A autora considerou que essa campanha resultou num espaço de re-arranjo de forças refletindo, assim, um momento de luta na partilha do poder entre as elites dominantes.

Para a autora, essa campanha tomou forma com uma prática política que traduzia a necessidade de ampliar a base representativa nas esferas do poder, para atender efetivamente aos interesses das várias frações da classe dominante. Esses

interesses divergentes tiveram sua expressão concreta, portanto no terreno da disputa política.<sup>3</sup>

O chamamento realizado pelos civilistas aos populares provocou inúmeras críticas do jornal *O Paíz* à postura dos civilistas, que assustados chegaram mesmo a propor que as sessões de debates públicos na Câmara fossem vedadas ao público.<sup>4</sup>

Assim, a campanha eleitoral dos civilistas, baseada na arregimentação popular concentrada nos meios urbanos aparecia aos olhos dos defensores da candidatura militar como extremamente nociva e perigosa.<sup>5</sup>

Ressaltando ainda nesse ponto:

... Como entender a necessidade que sentem os civilistas de lançarem uma campanha eleitoral, organizando concentrações, comícios, viagens eleitorais e inaugurando um novo estilo de campanha eleitoral, chamando a população à participação política, incentivando o alistamento e o voto.<sup>6</sup>

Realizamos uma análise dos estudos de historiadores e sociólogos que escreveram sobre o período, a seguir damos um resumo dessas obras, entre esses autores selecionados destacamos: Sertório de Castro, Evaristo de Moraes Filho, José Vieira, Magalhães Júnior, João Mangabeira, Américo Jacobina Lacombe, Joseph Love, João Neves da Fontoura, Américo Palha, Fernando Nery, Jorge Salomão, Hélio Silva, Paulo Duarte, Edgar Carone, Paulo Sérgio Pinheiro, Nelson Werneck Sodré, Raimundo Faoro, Décio Saes, Maria do Carmo Campelo de Souza e Antônio Herculano Lopes.

Para Sertório de Castro, a campanha que nascia era "aquele abalo, aquele choque vigoroso de que tanto carecia a nação para interromper um letargo que parecia a morte, mas que era apenas um hiato aberto em suas energias." Na disputa

---

<sup>3</sup> CUNHA, M.C.P., *Liberalismo e Oligarquias na República Velha: 'O Paíz e a Campanha Civilista 1909-1910*. São Paulo: (dissertação de mestrado), USP, 1976, p. 105.

<sup>4</sup> Idem, p. 105.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>6</sup> Ibidem, p.18.

entre o grupo dominado por Pinheiro Machado, que impôs um candidato cuja legitimidade não era reconhecida pelo povo, e a oposição a essa candidatura, Rui aparece como a salvação para a elite paulista, assumindo a oposição civil x militar. Afirma o autor, ainda, que a candidatura civilista conseguiu aglutinar as oposições despertando grande entusiasmo popular: "... vibravam as multidões, em transportes de entusiasmo, nas ruas da metrópole. Em todos os pontos do país ia se revelando uma consciência nova, uma arregimentação consoladora de força que se adestravam para o grande prélio em perspectiva".<sup>7</sup>

Em seu trabalho apaixonado sobre a campanha de Rui Barbosa, discute a grande receptividade do candidato e de sua pauta política por parte do povo que a assume como uma causa patriótica. Conclui ser a campanha "... a mais elevada e brilhante que já se tem travado no Brasil, encerram os nossos anais políticos, e guarda a lembrança nacional, um registro imperecível".

Américo Jacobina Lacombe reafirma a participação do povo que pela primeira vez é chamado a intervir na escolha de um chefe de Estado, tendo sido, até então, os presidentes anteriores escolhidos por acordos de gabinete, prática a que a Campanha Civilista traz um fim. "O que se viu foi um espetáculo único." Assim, considera a campanha um marco, sopro de renovação política em que grandes grupos políticos trataram de se articular em torno dos candidatos representantes das duas facções em disputa.<sup>8</sup>

Magalhães Júnior destaca a atuação parlamentar de Rui Barbosa, principalmente sua participação na questão eleitoral de 1880. Embora crítico de Rui, afirma que a campanha civilista poderia ter sido o ponto de partida para uma grande

---

<sup>7</sup> CASTRO, S. *A República que a revolução destruiu*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932, p.256.

<sup>8</sup> LACOMBE, A.J. *À Sombra de Rui Barbosa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978, p.158.

mobilização regeneradora que pusesse fim às fraudes e aos vícios do regime republicano existente no país.<sup>9</sup>

Em João Mangabeira encontramos os mesmos ingredientes de análise da disputa eleitoral a qual apresentava Rui Barbosa como o candidato capaz de conciliar os interesses das elites paulistas contra as ameaças e desmandos de Pinheiro Machado e os aliados do militarismo. Retoma portanto, a oposição civil versus militar e também relata o envolvimento entusiástico do povo que nessa campanha, inaugurava a prática da democracia pelo exercício do voto. "Na história da democracia brasileira, a campanha civilista é um clarão no fim de uma noite escura".<sup>10</sup>

Em seu estudo sobre o estado de São Paulo, Joseph Love afirma que a campanha de Rui manteve-se firme porque seus partidários acreditavam ser necessário desmilitarizar a República, mesmo consciente das dificuldades de levar essa luta até a vitória. Para os membros do PRP era preciso brevar o avanço dos militares no poder central. 77% dos eleitores paulistas manifestaram sua preferência pelo candidato civil mostrando que a participação de São Paulo, numa polêmica disputa eleitoral constituiu-se numa tentativa de manutenção da legalidade na política.<sup>11</sup>

João Neves da Fontoura apresenta em sua obra análise na qual o civilismo e hermismo tornaram-se pólos de uma das mais veementes campanhas que já se travara no país porque teve Rui Barbosa liderando uma das partes. Segundo o autor, o candidato entrou "numa pugna de homens da mesma grei divididos em suas

---

<sup>9</sup> MAGALHÃES JÚNIOR, R. "Rui e a Campanha Civilista" in *Rui, o Homem e o Mito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, pp. 317-45.

<sup>10</sup> MANGABEIRA, J. *Um Estadista da República*. São Paulo: Livraria José Olympio, 1943. p.129.

<sup>11</sup> LOVE, J. *São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.192.

aspirações ao poder. Rui conseguiu realizar uma campanha apresentando uma proposta de governo magistral".<sup>12</sup>

Na perspectiva de Américo Palha, a campanha civilista aglutinou as forças políticas ponderáveis e maioria esmagadora da opinião pública no apoio a sua figura. Para o autor a campanha empreendida pelo país foi a página mais empolgante da vida de Rui Barbosa, pois sustentava a bandeira das reivindicações da soberania popular na escolha de seus dirigentes e condenava as fórmulas usadas de usurpação dos direitos do povo. Sendo que em torno dela se agruparam forças políticas relevantes da nação e a maioria esmagadora da opinião pública nacional. Nessa campanha democrática Rui foi proclamado como candidato da luta da consciência cívica da nação.<sup>13</sup>

Fernando Nery, em seu ensaio biográfico afirma: "o nome de Rui Barbosa concretiza as aspirações dos que não querem curvar à imposição das baionetas" para, mais uma vez, reafirmar que a campanha conseguiu empolgar o país inteiro e que o candidato só foi derrotado graças à vergonha eleitoral existente então".<sup>14</sup>

Salomão Jorge em seu trabalho com título bastante instigante, *Um piolho na asa da águia*, mostra-nos que a campanha civilista eclodiu em oposição à candidatura do Catete, contra o militarismo que esta representava. Apesar de criticar a postura eleitoral de Rui Barbosa diante do voto popular, denuncia e critica também a existência das fraudes eleitorais da época.<sup>15</sup>

Atribuindo a Rui Barbosa o papel de paladino da classe média, intérprete e representante dos interesses urbanos que se levantavam contra a dominação

---

<sup>12</sup> FONTOURA, J.N. *Memórias*. Porto Alegre: Globo, 1958, p. 63.

<sup>13</sup> PALHA, A. *A vida de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record. 1965, p. 66-72

<sup>14</sup> NERY, F. *Rui Barbosa. Ensaio Biográfico*. Rio de Janeiro: fundação Casa de Rui Barbosa, 1955, p.116.

<sup>15</sup> SALOMÃO, J. "Rui e a Campanha Civilista" in *Um Piolho na Asa da Águia*. São Paulo: Saraiva, 1965, pp. 289-302.

oligárquica, Sodré entende que a campanha civilista, com forte apelo a opinião popular, ocorreu apenas porque as combinações de cúpula encontraram divergências que não puderam ser resolvidas. A não concretização interrompeu a tranqüilidade do quadro institucional e possibilitou uma candidatura de oposição que, como uma "fresta" , permitiu que fossem reveladas as fissuras no interior da política, presentes desde a época de Campos Sales.<sup>16</sup>

Afonso Arinos de Melo Franco ao relatar os debates políticos que fomentaram a eclosão da campanha civilista considerou que após a morte de João Pinheiro o grupo de oposição não tinha mais condições de sustentar um enfrentamento com os líderes conservadores. O Congresso se esvaziava. Rio Branco dava ampla cobertura à candidatura governista. A submissão de Nilo Peçanha à candidatura militar levantou contra o seu nome a imprensa e o povo. A situação se tornava desastrosa. A oposição não conseguia reunir um nome de expressão para fazer frente ao candidato escolhido pelos governistas. "Até que Rui Barbosa, jogando fora as algemas humilhantes, levanta-se contra prestigiosos políticos e ameaças armadas para viver a mais bela página da sua biografia: a campanha de 1909". Esse autor comentou que a vitória do candidato governista se deu no reconhecimento feito pelo Congresso e nas não urnas.<sup>17</sup>

Hélio Silva retoma esta questão ao conceber essa campanha como:

Um divisor de águas na história do regime. Antes de Rui, não tinha havido verdadeiramente um candidato democrático à presidência da República. Esta foi a primeira campanha democrática na vida republicana. Representou um primeiro momento de busca de legitimidade do princípio democrático na República, do apelo ao voto junto ao povo, da exposição de um programa político e da mobilização da imprensa em torno das duas candidaturas.<sup>18</sup>

---

<sup>16</sup> SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998, p. 278.

<sup>17</sup> FRANCO, A. A. M.. *Problemas políticos brasileiros*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1975. p.155.

<sup>18</sup> SILVA, H. *História a República Brasileira*, vol.2 e 3. São Paulo, Editora Três, 1998, P.140.

O autor afirma ainda que:

A Campanha Civilista vai representar um marco histórico, seja através das denúncias de arbitrariedades, do desrespeito às leis constitucionais, seja pelo espírito combativo que a caracterizou, provada na mobilização popular alcançada pelos discursos de Rui Barbosa ou pelos artigos e caricaturas dominantes na época.<sup>19</sup>

Leôncio Basbaum no seu estudo sobre a Primeira República endossa essa visão de mobilização popular que a campanha civilista gerou, considerando-a como um momento de luta entre as classes médias urbanas das quais Rui Barbosa emerge como legítimo representante, e as oligarquias rurais lideradas pelo grupo de Pinheiro Machado.<sup>20</sup>

Na sua opinião essa campanha foi importante porque:

... os grupos oligárquicos abandonaram a velha linha sucessória de São Paulo-Minas ... dividindo as classes médias urbanas, que já haviam começado a *existir, a pensar e avotar*, mais ou menos livremente. Jogavam assim a espada contra a pena que nos primeiros anos da República haviam combatido junta. A campanha de Rui teve um grande valor educador e aglutinador político das massas porque se dirigia ao povo - as massas desprezadas e de cuja existência não se tomava conhecimento.<sup>21</sup>

Essa análise da campanha civilista como uma disputa entre as camadas médias urbanas e os grupos rurais que detinham o poder na Primeira República é reafirmada por Edgard Carone que acredita terem o crescimento da indústria e o desenvolvimento urbano permitido à formação de uma nova camada social intermediária que se opôs aos desmandos das tradicionais oligarquias. Rui Barbosa foi o homem que, como candidato de oposição, traduziu as aspirações dessa emergente camada média da sociedade.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> Ibidem, pp. 39-63.

<sup>20</sup> BASBAUM, L. *História Sincera da República*. São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 187.

<sup>21</sup> Ibidem, p.37.

<sup>22</sup> CARONE, E. 1969, p.228-230.



Segundo o autor:

Pela primeira vez na história de sua aliança, São Paulo e Minas divergem em relação à escolha do candidato presidencial... Historicamente, esta campanha tem significado particular: a ruptura das cúpulas faz com que estes Estados apliquem toda sua potencialidade econômica e política na disputa eleitoral: o enfraquecimento da máquina coercitiva governamental permite nova explosão das camadas populares urbanas; e Rui Barbosa apresenta pela primeira vez um programa governamental, naturalmente só de caráter reformista. São estes os fatos que dão ao movimento o seu aspecto de nacional e popular.<sup>23</sup>

Raimundo Faoro em seu clássico livro *Os donos do poder* demonstra haver uma fragilidade na política devido às lutas internas dos grupos regionais pelo poder. Na sucessão de Campos Sales, a "Política dos Governadores" implantada por ele é posta à prova, pois seria auferido o controle do presidente da República na escolha de seu sucessor uma vez que os Estados estavam fragilizados e dependentes do poder central.

Descreve os fatos que levaram à eclosão da campanha civilista mobilização dos setores excluídos, cada vez mais capazes de reação e protestos contra os desmandos das oligarquias e que, em nome da legitimidade democrática rechaçam o liberalismo adulterado impetrado pelos oligarcas, agitam-se e mobilizam-se em busca de espaços na ordem política.<sup>24</sup>

Paulo Duarte ao estudar a vida de Júlio de Mesquita não pode se furtar de comentar sobre esse episódio que envolveu prontamente esse jornalista, que ao assumir a contenda contra o Catete, iniciou em suas colunas a defesa do civilismo. Para o autor, apesar de sua obra não ter como preocupação o estudo dessa campanha, considerou-a como um movimento que empolgou a nação, enriquecendo os fatos da nossa história política com um dos mais belos surtos de civilismos jamais

---

<sup>23</sup> Ibidem., p.230.

<sup>24</sup> FAORO, R. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 1973, p. 581-602.

vistos no decorrer da nossa evolução de povo independentes. Considerando que Júlio de Mesquita desempenhou um papel decisivo nela.<sup>25</sup>

Afirmando que o “estudo dessa campanha demonstra a coragem de homens que combatiam na política nesse tempo (...), a sua impavidez ante os maus militares.”<sup>26</sup>

Nelson Werneck Sodré, para quem a campanha civilista surgiu num momento de crise política, na qual se avolumava um desejo de mudanças na ordem política constituída. Nesse contexto, Rui Barbosa representava as camadas médias urbanas esclarecidas, a burguesia industrial, contra Hermes da Fonseca, representante dos interesses da aristocracia rural, dominada por grupos hegemônicos instalados no poder desde o início da República.<sup>27</sup>

Décio Saes estuda as relações entre as classes médias urbanas e o sistema político oligárquico, desenvolvendo conceitos sobre a formação, integração e participação política dessa camada emergente no cenário político da nação. Suas análises prendem-se inicialmente a discussões dentro do modelo de capitalismo dependente, entendendo o Brasil dentro de uma esfera econômica agrária que gerou o domínio da oligarquia rural na política. Discute também o processo eleitoral como sendo a base da exclusão social no país, ressaltando o aparecimento das camadas médias urbanas. Para o autor, o Estado preenchia, ao mesmo tempo, duas funções: a função conservadora, assegurando a dominação de classe e, por outro lado, implementava uma política econômica destinada a assegurar a expansão do capitalismo agrário-exportador.<sup>28</sup>

---

25 DUARTE, P. Júlio de Mesquita. São Paulo, Hucitec, 1977, p. 238.

26 *Ibidem.*, p. 46.

27 SODRÉ, N. W. História da Burguesia Brasileira vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964. p.37.

28 SAES, D. O civilismo nas camadas médias urbanas. Campinas: UNICAMP, 1973. p.66.

Entretanto, esta prática econômica não logrou a estabilidade política. Nacionalmente, as disputas oligárquicas sempre preservavam as decisões dos resultados eleitorais ainda que desfavoráveis, apesar do conhecido caráter fraudulento desse processo de escolha dos representantes. O sentimento antimilitarista foi um componente importante na definição do apoio à campanha civilista, devido ao receio do fortalecimento do grupo militar.

O autor concorda com Faoro quando coloca a questão da democratização da sociedade.

Conclui em suas análises que em nenhum momento houve por parte das oligarquias a intenção de democratizar o sistema político, ampliando as possibilidades de inserção das camadas médias no processo de representação política. Mais uma vez a campanha é apresentada no contexto de lutas que travavam as facções oligárquicas dissidentes pela hegemonia política no seio da classe dominante. E a conciliação dessas facções representa a típica forma política de resolução das disputas internas da classe dominante ao longo de nossa história. As análises de Saes inovam, porém, ao ampliar os estudos sobre as camadas médias inserindo-as no contexto como um grupo de questionamento do modelo político ainda que estivessem submetidas à dominação ideológica da burguesia paulista.

Na crise dos anos 20, estas camadas médias urbanas viram a possibilidade de ampliação de suas expressões políticas, acossando cada vez mais o bloco oligárquico hegemônico por meio dos movimentos de oposição.

Ao tratar da formação das classes médias urbanas e sua intervenção na política no cenário da Primeira República, Paulo Sérgio Pinheiro considera a urbanização e o crescimento industrial fatores decisivos para o aparecimento dessa

camada social. Porém, diferentemente de outras análises, o autor entende que a campanha eleitoral de 1909-1910 não esboçou um afrontamento efetivo à oligarquia de cujo universo ideológico não se distanciou, tendo como principal base política a oligarquia paulista. Pinheiro considera que o civilismo, mais do que representar manifestação de autonomia das camadas médias, foi na verdade a expressão do descontentamento das classes dominantes agrárias diante de alguma independência do aparelho militar em relação ao projeto oligárquico. Para o autor, as classes médias jamais tiveram um projeto próprio de transformações radicais e nem contribuíram para a redefinição das alianças políticas dominantes, pois não apresentaram desempenho que visasse diretamente à ampliação de seu poder no sistema político brasileiro e nem foram capazes de promover mudanças que pusessem em risco a dominação vigente. Essa nova camada social é entendida como um grupo de atuação importante que, ao assumir a campanha civilista, viabilizou e deu força ao projeto de grupos não conformistas surgidos no interior da própria classe dominante.<sup>29</sup>

Assim sendo, o liberalismo, o radicalismo, o civilismo das camadas médias (...) não as convertem em agentes de transformação, mas em colaboradores eficientes das modificações que obrigatoriamente têm de ser levadas a cabo pelas classes dominantes para manterem intacta a pauta da exploração.<sup>30</sup>

Uma nova perspectiva de estudo sobre a campanha civilista se abre com as contribuições de Maria do Carmo Campello de Souza que nega essa visão dicotômica entre as oligarquias rurais e as camadas urbanas. Vê a campanha como um momento de acomodação dentro da disputa pelo poder, sem raízes mais profundas para a estrutura política brasileira. Questiona o papel de Rui Barbosa,

---

<sup>29</sup> PINHEIRO, P. S. "Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política" in FAUSTO, B. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, p. 9-37.

<sup>30</sup> FAUSTO, B. 1975. p. 36-7.

afirmando não ter este apresentado uma plataforma política que se destacasse por trazer algumas inovações na linha política-econômica ou fosse contrária ao apoio da tradicional elite cafeeira paulista.

A autora não concorda com a ótica da oposição civil versus militar, pois a presença de Hermes da Fonseca, cuja candidatura foi proposta pelo grupo de Pinheiro Machado, não representava uma oposição militar, mas, pelo contrário, não expressava divergências entre estes dois setores posto que não havia contradições no seio da classe dominante. Essa candidatura militar parecia-se demasiadamente com as candidaturas patrocinadas pelas tradicionais elites agrárias.<sup>31</sup>

A mesma autora considera que o fato de não haver divergência entre esses grupos possibilitou que eles se aglutinassem ou se separassem nos momentos de disputas eleitorais. “O comportamento do exército pode, de um lado, ser compreendido como um equivalente ao grupo civil, inúmeros setores que se aglutinavam e se separavam de acordo com as direções da luta pelo poder”.<sup>32</sup>

O grande avanço da autora reside na sua análise de que, durante a Primeira República, a classe dominante que pregava o liberalismo em seus discursos, na prática não facilitou a incorporação de outros setores na política, pelo contrário, restringiu o acesso ao voto e à participação popular. As lutas travadas nesse período refletem essa situação, na qual não havia interesses realmente divergentes entre os segmentos políticos, mas uma disputa pelo poder. Dessa forma, a campanha civilista teria sido apenas um instrumento desse embate. Numa perspectiva mais atual de estudos, os historiadores da Casa de Rui Barbosa, abordam a vida e a obra de seu patrono com visões inseridas nas problemáticas históricas atuais, abrindo possibilidades de análises de cunho inovador.

---

<sup>31</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello. "O Processo Político-Partidário na Primeira República" in OTA, C.G. (org.) *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1980, p. 162-227.

<sup>32</sup> Loc.cit.,

No estudo realizado por Antônio Herculano Lopes encontramos contribuições significativas para este trabalho devido à afinidade de idéias e visões sobre o potencial da campanha e seus efeitos. Esse estudo teve como uma de suas preocupações entender a construção da performance eleitoral de Rui Barbosa na caravana eleitoral promovida no país. O autor apresenta Rui Barbosa como um candidato inovador para a época, utilizando-se de métodos modernos para conquistar os eleitores dos centros urbanos, fato que deixou as elites tradicionais perplexas.<sup>33</sup>

Curioso notar que nos meios de informação de acesso rápido, *a internet*, nos *sites* sobre Rui Barbosa, ou a campanha civilista, encontramos definições dessa campanha eleitoral referendando a visão dos autores, em poucas palavras, os *links* informam que a campanha eleitoral de 1909-1910 foi um movimento que procurou galvanizar a opinião pública, reforçando a retórica de Rui como instrumento de convencimento dos populares e informam também que os hermistas ficaram alarmados com o poder de Rui sobre as multidões que acorriam aos seus comícios, afirmando que as ruas regurgitaram de manifestantes, com a repressão policial voltada contra os civilistas.

Nas obras citadas encontramos uma tônica comum: a constatação da importância da figura de Rui Barbosa na campanha eleitoral de 1909-1910 e o fato dessa campanha ser arregimentadora dos populares, desenvolvendo no país uma nova forma de campanha eleitoral.

A produção das duas dissertações de mestrado sobre a campanha civilista, inseriu-se num determinado momento da historiografia brasileira, momento que privilegiava como temática de estudos a formação das camadas médias urbanas e a

---

33 LOPES, A. L. 2000.

discussões sobre as disputa entre as frações de classes em busca da hegemonia política no país, tendo como perspectivas de análise da ruptura ou do consenso entre elas, ou mesmo uma vertente de re-arranjo de poder. Muitos historiadores apresentaram trabalhos relevantes que contribuíram para o entendimento dessa problemática da disputa do poder entre os grupos dominantes. Dentro dos estudos mencionados podemos citar as obras de Bóris Fausto, Paulo Sérgio Pinheiro, Décio Saes e Maria do Carmo Campello de Souza.

Entretanto, apesar de não termos como ponto central a análise dessa disputa interna pelo poder e não nos contrapormos a edificação da referida campanha eleitoral como um momento privilegiado dentro dessa questão, e que seus propósitos em busca da manutenção do poder por parte da elite paulista. Nossa perspectiva de trabalho encaminha-se para outra vertente, pretendemos entender como ocorreu a condução dessa campanha eleitoral que promoveu uma enorme arregimentação popular criando um clima efervescente na nação, saindo da tradicional forma de fazer política no país. Por isso, nos propomos a investigar essa campanha por meio dos textos políticos expressos nos discursos do candidato e do material veiculado pela imprensa.

Rui Barbosa saiu pelo país durante sua excursão eleitoral, galvanizando com sua retórica inflamada a opinião pública e levando, pela primeira vez na nossa história, a idéia da necessidade da participação do eleitor no processo político-partidário, mobilizando a imprensa a seu favor associada a estratégia de se elaborar uma intensa propaganda política partidária, fenômeno desconhecido no país.

## **CAPÍTULO II - A CONJUNTURA HISTÓRICA E SOCIAL QUE ANTECEDIA A CAMPANHA CIVILISTA**

Há muito somos uma República, em procura de um Washington.

Rui Barbosa (A Imprensa, 23.11. 1899.)

São necessários alguns comentários sobre as transformações pelas quais o país passava no momento em que a campanha civilista foi lançada. Rememoremos que o governo federal promovia a imigração para o país, ocorrendo esse processo desde meados do século XIX. O processo imigratório representou um fenômeno inserido na perspectiva do movimento demográfico europeu, iniciado a partir do século XVIII, e que acenava para esses com novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida fora da Europa. O Brasil recebeu, inicialmente, um grande número de imigrantes italianos e espanhóis em decorrência da crise econômica vivida em seus países. A América aparecia como uma promissora oportunidade de concretização do sonho de prosperidade para os estrangeiros que chegavam.

A princípio, grande parte do referido contingente de imigrantes dirigiu-se para as zonas rurais, instalando-se nas fazendas de café e nas colônias do sul. Posteriormente, ocuparam também os centros urbanos que já se desenvolviam no país. Esse deslocamento para as cidades contribuiu para um crescente processo de urbanização que tivera seu início já no final do século XIX. São Paulo e Rio de Janeiro foram as áreas que mais receberam imigrantes nesse período, o que provocou o surgimento de novas relações de trabalho.



A indústria começava a mudar o seu perfil. De pequena e incipiente, passava a apresentar um sensível crescimento, com uma produção agora voltada para atender às novas exigências do mercado interno a fim de suprir necessidades que então surgiam, como a de materiais de construção e de produtos têxteis.

Marly Rodrigues considerou que, na década de 1910, vivia-se um novo momento na constituição da moderna cultura urbana brasileira. A acelerada reestruturação da sociedade, provocada pela emergência dos novos personagens sociais, forjava uma complexidade não absorvida pelas elites, nem pelo sistema de representação política. As ruas tornaram-se cenário de um espetáculo freqüente: concentração de multidões. As contradições presentes no seio da sociedade, reservadas até então aos espaços privados, ganhavam os locais públicos e se expunham, revelando as tensões resultantes da oposição de interesses entre os grupos sociais ou entre estes e o governo.<sup>34</sup>

O Rio de Janeiro, nos dez primeiros anos do século, viveu transformações súbitas e radicais na sua estrutura urbana. O presidente Rodrigues Alves, durante sua administração, esteve à frente dessas mudanças, encomendando ao engenheiro Pereira Passos uma grande transformação urbana.<sup>35</sup> A partir daí, a cidade se modificou, foram derrubados no centro da cidade os cortiços, que deram lugar às largas avenidas, levando uma população de 20 mil almas desabrigar-se pelo “bota-abaixo”.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> RODRIGUES, M. A Década de 1910. São Paulo: Ática, 1997. p.21

<sup>35</sup>

A capital Federal passou pelo processo de reurbanização e embelezamento promovido pelo prefeito Pereira Passos, pela Revolta da Vacina, por uma onda de demolições dos cortiços que se localizavam nas áreas centrais e a conseqüente expulsão dos pobres para os morros, acrescida de um intenso fluxo de estrangeiros para o país e um incremento no setor terciário.

<sup>36</sup> A respeito do processo de reurbanização do Rio de Janeiro, no início do século, consultar as obras de Sidney Chalhoub *Cidade Febril; Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, e Niccolau Sevckenko, *Literatura Como Missão e Orfeu Extático na metrópole*.

No cenário das cidades apresentavam-se novas figuras, com anseios políticos diferentes dos que habitualmente existiam no país. Isso exigia o aparecimento de novos projetos sociais para atender as crescentes necessidades geradas pelo recente desenvolvimento do parque industrial e a modernização social decorrente. Ainda segundo Rodrigues,

(...) as transformações não se restringiam ao espaço, mas por força da presença das indústrias, de um apreciável contingente de imigrantes e de um novo tipo de trabalhador, o operário.<sup>37</sup>

## 2.1 Intervenções Operárias no País na Década de 1910

Os autores que estudaram as lutas operárias durante a Primeira República afirmam que, desde o início do século, os imigrantes já esboçavam uma organização de lutas políticas e sociais tendo como suporte ideológico o anarquismo e o socialismo, tendências presentes nas greves e manifestações de rua que promoviam. Como resposta às dificuldades econômicas e sociais encontradas pelos imigrantes no país em que haviam colocado suas esperanças, passou a implementar organizações políticas e sindicais autônomas.<sup>38</sup>

Suas intervenções políticas fizeram com que, em 1847, surgisse o primeiro jornal operário, *O Proletariado* criado por intelectuais de Recife e considerado um instrumento de organização de classe, pioneiro, seguido por muitos outros que foram sendo fundados em diversos pontos do país, sempre com títulos sugestivos e muitos em língua estrangeira.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> RODRIGUES, M. 1997, p. 40.

<sup>38</sup> Citamos apenas alguns dos estudiosos da historiografia sobre o assunto: Paulo Sérgio Pinheiro (*O Brasil republicano*), Edgard Carone (*A República Velha; A Primeira República*), Leslei S. Maram (*Anarquistas, imigrantes e o movimento operário*), Boris Fausto (*História Geral da Civilização Brasileira*).

<sup>39</sup> HARDMAN, Francisco Foot. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1982, p. 243.

Entre os anos de 1890 e 1900, muitas greves foram deflagradas, acompanhadas pelo surgimento de inúmeros jornais operários de tendência socialista, porta-vozes de organizações político partidárias. Essa imprensa, ao trazer a discussão das questões sociais à ordem do dia, levantava bandeiras de propostas políticas, o que fez com que os trabalhadores imigrantes pensassem na criação de um partido que defendesse seus direitos e interesses. Assim, em 1890 foi fundado, no Rio de Janeiro, o primeiro partido operário brasileiro, com a participação de cento e vinte membros. A presidência ficou a cargo do tipógrafo Luiz França e Silva e, como meio de divulgação de seu ideal, criaram também o jornal *Echo Popular*<sup>40</sup>. Representantes do movimento operário e colaboradores do jornal defendiam a necessidade de construir uma identidade social para o operário a fim de lhe garantir a presença no mercado, defendendo a legitimidade de sua participação política.<sup>41</sup>

A imprensa operária constituiu-se, nesse momento, em verdadeiro baluarte na defesa e na organização de partidos operários, passando a utilizar seus meios de persuasão para convocar todos os trabalhadores alfabetizados a se alistarem como eleitores.<sup>42</sup>

Na visão de Marly Rodrigues a escolha do jornal como instrumento partidário explica-se pela crença que possuíam os líderes na pertinência própria desse meio de comunicação bem como numa estratégia de luta por longo prazo.<sup>43</sup>

A imprensa difundia a idéia que era possível aos operários tornarem-se parte integrante daquela sociedade que se reorganizava e que seu partido político podia ser tão legítimo quanto os demais. Aos socialistas, responsáveis pelo ideário desses

---

<sup>40</sup> HARDMAN, 1982, p. 244

<sup>41</sup> Ibidem., 1982, p. 250.

<sup>42</sup> *Echo Popular*, 10.04.1890, p.1

<sup>43</sup> RODRIGUES, M. op. cit., p. 24.

jornais, deve-se também a iniciativa da criação dos primeiros partidos operários no país.<sup>44</sup>

Como resultado dessa organização, em 1902 realizou-se em São Paulo, o II Congresso Socialista Brasileiro do qual participaram quarenta e quatro delegados representantes de associações operárias de sete Estados da federação e que teve como tese principal a criação do Partido Socialista Brasileiro. Deveriam constar de seu programa a importância das lutas eleitorais e a proposição de uma ação permanente na defesa do voto para todos os cidadãos acima de 18 anos, incluindo as mulheres.<sup>45</sup>

O jornal "Gazeta Operária" apoiava a constituição do partido para representar os interesses do operariado e o considerava instrumento de luta pela reforma social.

A mobilização e articulação dos operários geraram, na capital federal, a criação de diversas agremiações de caráter atuante e reivindicatório que culminou na eclosão de vários episódios grevistas. Em 1902, os operários de uma indústria de calçados realizaram a primeira greve, ocasião em que fundaram, sob a direção de Vicente de Souza, o CCO - Centro das Classes Operárias - vanguarda na luta pelos direitos dos operários, órgão de mobilização e organização políticas. No ano seguinte, aconteceu a primeira greve a envolver diferentes categorias de trabalhadores e, em agosto de 1904, a União Interamericana de Operários organizou uma greve contra a Companhia Docas de Santos que recebeu a adesão dos operários de São Paulo e, em solidariedade, também os gráficos aderiram ao movimento grevista. Foi a primeira greve a envolver milhares de trabalhadores de portos e a ultrapassar os limites de uma cidade.

---

<sup>44</sup> HARDMAN, F. 1982, p.243.

<sup>45</sup> GOMES, A. C. Burguesia e trabalho, política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 260

Entre os dias 15 e 20 de abril de 1906 e por iniciativa da Federação Operária Regional do Rio de Janeiro, foi realizado um Congresso Operário na sede do Centro Galego. Estiveram presentes quarenta e três delegados representando vinte e oito sindicatos operários do Rio e de São Paulo, os quais decidiram criar a COB - Central Operária Brasileira - e discutiram a proposta de criação de um partido político. Ainda nesse ano, os ferroviários de São Paulo realizaram uma greve que atingiu grande vulto, motivada pelos abusos que os trabalhadores do setor vinham sofrendo.<sup>46</sup>

Ainda que contassem com um número expressivo - 159.600 operários no estado de São Paulo, de acordo com relatório do Departamento Estadual do Trabalho de 1912,<sup>47</sup> os trabalhadores urbanos encontravam dificuldades para manter uma organização política estruturada e coesa devidas, em primeiro lugar, às disputas internas do movimento e, também, à forte oposição dos patrões aliada à severa repressão policial existente. Apesar de uma certa capacidade de articulação que resultou em greves até freqüentes, o movimento operário não alcançara força política por ser ainda bastante incipiente e por contar com inexpressiva taxa de sindicalização das categorias que consideravam fracas as conquistas obtidas.

O surgimento de muitas associações multiprofissionais e de jornais operários e a eclosão de movimentos grevistas parecem-nos indicadores de uma tendência à construção de mobilizações reivindicatórias mais amplas que não buscavam apenas a solução para os problemas relacionados às condições de trabalho e salário, mas visavam à discussão política de questões referentes às eleições.

Em 1909, alguns jovens operários começaram a estimular esse debate visando a sensibilizar os trabalhadores. Como ilustração da descrença que havia no seio da classe operária quanto a importância da representação política, citamos

---

<sup>46</sup> HARDMAN, Francisco F. 1982, p. 260.

<sup>47</sup> CARONE, E., 1978, p. 102.

artigo do jornal O Operário publicado por ocasião das eleições para o Senado e a Câmara dos Deputados e que começava assim: Promessas e promessas... Estamos às vésperas das eleições.<sup>48</sup>

O Jornal *O Estado de S.Paulo* ao noticiar a campanha eleitoral de Rui Barbosa pelo país, enfatizou muito a presença e ativa participação das camadas populares nos *meetings*, nos comícios, nas estações ferroviárias. Rui Barbosa afirmava que:

O operariado está com a causa civilista e combate a política do regresso ao regime brutal da violência e da força. Saiba a nação inteira que a nossa classe, mais do que qualquer outro dos grandes elementos orgânicos da vida do nosso país, está interessada nessa luta.<sup>49</sup>

Os trabalhadores começavam a perceber que suas reivindicações não poderiam ficar restritas apenas aos problemas de ordem salarial e que precisavam direcionar sua luta para âmbito mais amplo, isto é, a participação política partidária.

É preciso ressaltar que o regime republicano imposto com a Constituição de 1891 acabou impondo o regime federalista, aumentando a participação dos Estados na política e, portanto do regime representativo, mas ao mesmo tempo, limitou ainda mais o direito de voto ao cidadão quando excluía na Carta Magna o direito de voto do cidadão não alfabetizado.

Segundo Caselecchi a vestimenta liberal e democrática do regime que se instituiu logo se tornou esgarçada, ao impor ao lado da marginalização das camadas populares um sistema de representação política extremamente restrito, que orbitava apenas na esfera do poder. Em sua opinião: “descartava-se a República, como já o fizera o Império, do seu componente anárquico: o povo”.<sup>50</sup>

O que significava pensar na época que a República se constituía a participação das camadas populares na vida política da nação? Sabidamente a

---

<sup>48</sup>CARONE, 1978, p. 254.

<sup>49</sup>BARBOSA, s.d., p. 9.

<sup>50</sup>CASELECCHI, J. Ê. O Partido Republicano Paulista. (1889-1926) São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 13.

incorporação das massas populares não transitava nos projetos da República. Nem mesmo no brando em defesa do abolicionismo se construiu um projeto político de incorporação popular no jogo político. Sendo essa parcela da população descartada das decisões políticas e alijada do exercício da cidadania.

Encontramos respaldo a essa questão remetendo-nos também às reflexões apresentadas por Décio Saes quando afirma que as baixas camadas médias permaneceram semimarginalizadas do sistema político da Primeira República, sendo que seu grau de integração política na nação praticamente foi nulo.<sup>51</sup>

A exclusão dessas parcelas populares da vida econômica, política e social refletia uma tendência que já havia se estruturado no país desde o processo colonizador, e que se consolidou cada vez mais no país após o Império. A República, por sua vez, não engendrou nenhuma forma de romper com esse sistema, acabando por transformar, conforme José Murilo de Carvalho: “esse regime que surgia numa espécie de “ilha de letrados num mar de analfabetos “. <sup>52</sup>

Uma das memórias incorporadas ao nascimento da República no país nos é transmitida pelo pensamento de Aristides Lobos: “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”. <sup>53</sup>

## **2.2 As Camadas Médias Urbanas e o Civilismo**

A aceleração do processo de urbanização no país teve como resultado não só o crescimento da classe operária como também permitiu a constituição de uma nova camada social no cenário nacional. As chamadas "classes médias" ou "camadas

---

<sup>51</sup> SAES, D. Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930). Petrópolis: Vozes, 1975, p. 63.

<sup>52</sup> CARVALHO, J. M. A construção da ordem. A elite política. 4ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

<sup>53</sup> Apud, CASALECCHI, J.Ê. 1987, p. 34.

médias urbanas" denominaram um segmento social que já se esboçava no final do Império, mas que ganhou projeção mesmo com o advento da República.

Na visão de Décio Saes, as camadas médias urbanas constituíram um aglomerado heterogêneo, do ponto de vista de sua origem, profissão e raça, sendo numericamente inexpressiva, apresentando um comportamento político ambíguo e hesitante.<sup>54</sup>

A camada média urbana apresentava uma estrutura que abrigava trabalhadores de diferentes níveis, detentores de alguma expressão econômica e com um certo poder aquisitivo, subdividindo-se em alta, média e baixa camadas médias. Essa classe, que durante o Império surgiu da burocracia civil e do Exército, fixava-se numa posição intermediária entre os grandes proprietários rurais e a massa escrava.<sup>55</sup>

Conforme aponta Edgard Carone, a camada média intermediária era de formação mais complexa, composta por imigrantes e membros decadentes das classes superiores, além de profissionais liberais e alguns componentes do Exército constituindo-se, portanto, de pessoas mais instruídas do que os trabalhadores do campo.<sup>56</sup>

Ocupavam uma posição privilegiada no cenário político também em relação aos demais trabalhadores urbanos, a mais baixa das camadas médias – pequenos funcionários públicos, artesãos e operários - porque eram alfabetizadas. Razão pela qual, usufruíam o direito de votar, tão restrito no país, que na concepção de Marly Rodrigues essas:

(...) classes médias formavam um conjunto bastante heterogêneo e de grande mobilidade interna(...) o desenvolvimento urbano e do setor de serviços acrescentou novos componentes, relacionados ao trabalho não manual, tais como empregados em bancos, em escritórios, profissionais

---

<sup>54</sup> SAES, D.1975, p. 42.

<sup>55</sup> A formação dessa classe média encontra-se detalhada nas obras de SAES, Décio, 1973, CARVALHO, J. M. 2003.

<sup>56</sup> CARONE, E. 1978, p. 178.



liberais e funcionários públicos, cujo papel nas reivindicações políticas da época como foi variado e ocasional, como, por exemplo, na Campanha Civilista.<sup>57</sup>

Como a maioria da população não tinha a prática da participação política, o poder ficava restrito aos pequenos grupos oligárquicos, porque esses eram constituídos por pessoas que apresentavam condições e competências para assumir os cargos de mando no país. É preciso destacar que desde o Império o país vinculava o exercício do poder político à educação, fator que agraciava apenas os grandes proprietários de terra, e constituíam a classe dirigente. Essa contava com 91% de seus membros que eram letrados, com diploma de nível superior, ao contrário do restante da sociedade, no qual esse número correspondia a 0,1% da população do país.<sup>58</sup>

Com o surgimento das camadas médias urbanas desde o Império, o bacharel, se tornara figura de destaque, mantendo essa posição durante a República, continuando a desempenhar papel importante na política nacional. Essa classe composta por representantes e filhos das camadas urbanas e pelos filhos da oligarquia rural se formava nas tradicionais escolas de Direito, inicialmente só os elementos mais ricos podiam estudar em Lisboa, mas depois da abertura no Brasil das Faculdades de Olinda e do Largo São Francisco elementos das camadas médias urbanas puderam ingressar na academia.

Os bacharéis não assumiam apenas a sua função profissional, representavam também um papel proeminente na política nacional, pois, juntamente com o saber acadêmico, recebiam uma formação que os tornavam aptos à participação ativa na vida do país.<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> RODRIGUES, M., 1997, p.41

<sup>58</sup> CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 98.

<sup>59</sup> A respeito da composição e do papel político consultar a obra de CARVALHO, J. M. 2003.

Como afirma Edgard Carone:

O bacharel era procurado, ou aceito, para ser, na imprensa, o eu tudo sabia escrever e dissertar; nos partidos políticos, o chefe; no parlamento, o deputado ou senador.<sup>60</sup>

Gilberto Freire comentando a posição do bacharel na sociedade considerou que:

o prestígio do título de “bacharel” e de “doutor” veio crescendo nos meios urbanos e mesmo nos meios rústicos desde o começo do Império. Nos jornais, notícias e avisos sobre “ Bacharéis formados”, “Doutores” e até mesmo “Senhores Estudantes” , principiaram desde os primeiros anos do século XIX e anunciar o novo aristocrático que se levantava, envolvidos na suas sobrecasacas e nas suas becas de seda preta, que nos bacharéis – ministros, ou nos doutores – desembargadores, tornavam-se becas “ricamente bordadas e importadas do Oriente”. Vestes quase de mandarins. Trajos quase de casta.<sup>61</sup>

A esse respeito José Murilo de Carvalho comentando sobre a formação da geração brasileira de bacharéis afirma que a geração de Coimbra dominou o cenário político durante a fase de consolidação política do Império, mas a partir da Revolução Praieira, houve o predomínio da geração brasileira, na qual Rui Barbosa fazia parte.<sup>62</sup>

É preciso lembrar que a carreira jurídica era um trampolim para a carreira política, administrativa e para os conselhos de governo<sup>63</sup>. Agrupando-se nos partidos políticos esses bacharéis se colocaram como defensores árdus do liberalismo e do civilismo assumindo a discussão e difusão de seus princípios<sup>64</sup> Rui Barbosa era reverenciado por essa elite bacharelesca. Transformado em exemplo para os jovens acadêmicos do país, suas palavras e ações nos tribunais serviam de modelo a ser seguido. Tendo presença marcante na vida política nacional.<sup>65</sup>

<sup>60</sup> CARONE, E. 1978 p. 179.

<sup>61</sup> FREYRE, Apud. FILHO, A .V. p. 273-4.

<sup>62</sup> CARVALHO, J. M. 2003, p.80.

<sup>63</sup> Uma discussão pertinente à questão sobre o ingresso dos bacharéis na vida pública é analisada por CARVALHO José Murilo de, A burocracia, vocação de todos. in A construção da Ordem. op. cit. pp.145-168.

<sup>64</sup> ADORNO, S. *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.160.

<sup>65</sup> A indicação do termo bacharel e sua importância na Primeira República encontram referências nas obras de CAPELATO, M.H. *Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945*. Editora Brasiliense, São Paulo; 1989, p.159-162; ADORNO, S. *Os Aprendizes do Poder. O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.152.

Durante o período da elaboração da Constituição de 1891 os formados no Largo São Francisco compunham 45% do total dos deputados, deixando entrever a sua participação no cenário político. No período de 1910-12 esses compunham 98% dos representantes eleitos para a Câmara dos Deputados de São Paulo, num total de cinquenta cadeiras eles perfaziam quarenta e nove, a partir desse momento verificamos que sua participação passou a corresponder a quase a totalidade dos representantes. Dos nove presidentes eleitos, sete eram formados pelo Largo São Francisco, considerando os vice-presidentes eleitos podemos notar a participação dos bacharéis. Com base nesses dados concluímos que a presença dos bacharéis na vida política nacional foi marcante.<sup>66</sup>

Em 29 de março de 1921, no seu discurso como paraninfo da turma de formandos da tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, conclamou os jovens bacharéis a assumirem a responsabilidade política que deviam ao país:

Magistrados ou advogados sereis, duas carreiras quase sagradas, inseparáveis uma da outra, e. tenho uma como a outra, imensas nas dificuldades, responsabilidade e utilidades.<sup>67</sup>

Pelo tom do discurso nota-se a importância de que revestia esses bacharéis, embora estivessem mais preparados para a participação política, pois em geral, os políticos da época seguiam os caminhos de praxe para a atividade política, inicialmente preenchiam uma promotoria em comarcas pequenas, uma cátedra universitária para ganhar projeção e depois se elegiam para um mandato no legislativo estadual e, em seguida, no federal. De modo que sua dependência e vinculação à elite dominante na busca de cargos ou de votos não permitia que essa elite bacharelesca que se constituía se organizar politicamente de modo a fazer

---

<sup>66</sup> CARVALHO, J. M. 2003, p.105

<sup>67</sup> BARBOSA, R. *Oração aos Moços*. Discurso de paraninfo dos formandos da Faculdade de Direito de São Paulo em 1920, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1956, p. 58.

frente ao poder à essas elites dominantes, orbitando sempre nas esferas desse grupo poderoso já constituído. Vindos principalmente das camadas médias urbanas, os bacharéis buscavam alguma forma de inserção no jogo político, mas mostraram-se dependentes dos grupos poderosos durante toda a Primeira República.<sup>68</sup>

O bacharelismo, sendo um traço comum no Império e mantendo-se durante a Primeira República, acabou vinculado erroneamente, muitas vezes, ao uso da retórica no sentido pejorativo do termo, ou seja, uma linguagem empolada, inflada de palavras e vazia de idéias, um mero exercício verbal desprovido de sabedoria. Os “râbulas”.<sup>69</sup>

O apoio de Rui Barbosa para sua campanha eleitoral no Estado de São Paulo, provinha de parte das oligarquias descontentes e das camadas das classes médias urbanas, mais sensíveis às mudanças políticas, concentrando-se em “torno da rebeldia dos baianos, paulistas, da juventude acadêmica e das multidões, ávidas de protesto e predispostas à reação”.<sup>70</sup>

Segundo Décio Saes esses representantes da nova classe média não se afirmaram como contestadores do sistema oligárquico vigente, pelo contrário, sempre gravitaram na órbita das elites políticas sem se constituírem em grupo opositor.<sup>71</sup>

### **2.3 O Simulacro Eleitoral da Primeira República**

O exame do sistema eleitoral permite aprofundar a análise das relações entre o governo e o povo. No Brasil, apesar das transformações de ordem econômica

---

<sup>68</sup> CARVALHO, J. M., 2003, p.121-142.

<sup>69</sup> *ibidem.*, p. 192.

<sup>70</sup> CALMON, P História do Brasil Rio de Janeiro: José Olympio, 1959. p. 2117

<sup>71</sup> A respeito da relação classes médias e oligarquias temos valiosos estudos como os de Décio Saes, *O civilismo das camadas médias brasileiras na Primeira República*. Ana Maria M. Corrêa (*A revolução de 1924 em São Paulo*), Maria Cecília Spina Forjaz (*Tenentismo e Aliança Liberal, Tenentismo e política*).

ocorrida no período, o processo eleitoral nos grandes centros urbanos pouco se alterou. Não tendo havido ampliação da base política eleitoral nem das condições para o exercício do voto, tudo continuou como era antes.

É necessário repensar a situação política do país recém egresso da escravidão, com uma elite marcada pelos conchavos e práticas autoritárias, com um sistema representativo excludente na sua natureza. O recém liberto ganhava o *status* de cidadão, sem que viesse acoplado a esse uma gama de possibilidades que permitissem seu exercício.

Ao pensarmos que numa sociedade considerada democrática a luta política entre interesses opostos ou antagônicos se transforma numa disputa pela obtenção do consentimento da maioria no ato de representação política, ou seja, o voto.

O povo em sua maioria era analfabeto, situação em que se encontrava 85% da população do país, que na sua quase totalidade vivia na área rural sob o controle dos coronéis. Na cidade grande, a situação de dependência não mudava muito já que parte dessa população era constituída pelos funcionários públicos, também sujeitos às pressões e intimidações.<sup>72</sup>

Sugerindo reformas na legislação eleitoral o governo tentava corrigir os vícios do sistema, a fim de evitar as fraudes, a prática da violência e o desrespeito ao eleitor. Um dos pontos mais críticos que permitia a manutenção dos vícios era a qualificação dos eleitores, sendo esses analfabetos e vulneráveis a venda de seus votos acabavam por se tornar algo fácil para a corrupção eleitoral. Conforme a visão da época o votante era:

A turbamalta, ignorante, desconhecida e dependente. O votante é, por via de regra, analfabeto; não lê, nem pode ler jornais; não frequenta clubes, nem concorre a *meetings*, que os não há; de política só sabe do seu voto, que ou pertence ao senhor Fulano de tal por dever de dependência

---

<sup>72</sup> CARVALHO, J. M., 2001, p. 32

(algumas vezes também por gratidão), ou a quem lho paga por melhor preço, ou lhe dá um cavalo, ou roupa a título de ir votar à freguesia.<sup>73</sup>

Frente a essas concepções políticas Rui asseverava que o clientelismo e a corrupção eram possíveis devido ao:

trabalho contínuo de opressão, corrupção, de miséria que deprimia e adormecia aquela raça inteligente". O candidato declarava que os eleitores eram vítimas da indigência, da desesperança, do abandono, esmagados pelos altos impostos, assoberbados pelos empréstimos, crivados de dívidas que comprometiam o seu futuro.<sup>74</sup>

Com o propósito de mudanças nesse panorama a reforma eleitoral de 1846 aumentava o valor da renda exigido para a pessoa se tornar eleitora e em 9 de janeiro de 1881 a legislação eleitoral ao ser reformada eliminou a eleição em dois turnos, criou o voto voluntário ao mesmo tempo, que impedia o direito de voto ao analfabeto, inviabilizando ainda mais a inclusão do povo no sistema político do país.

A promulgação de leis que visavam à redução de irregularidades nas eleições e da intimidação dos eleitores não impediu, porém, que essas práticas se repetissem durante todo o período da Primeira República.<sup>75</sup>

A Constituição de 1891 definia os cidadãos que teriam direito de votar, excluindo os analfabetos, passando a exigir como prova de alistamento o título de eleitor, que não era provido de fotografia. Essas medidas, embora possam ter tido a intenção de realmente moralizar o processo eleitoral, acabaram, na prática, trazendo conseqüências nefastas: vedado o direito de voto ao analfabeto, ampliou-se a parcela da população alijada do direito de voto; não sendo obrigatório, o alistamento

---

<sup>73</sup> SOUZA, F. B. S. O sistema eleitoral no Império. Brasília: Senado Federal/UNB, 1979, p. 33.

<sup>74</sup> BARBOSA, R. discurso proferido no Teatro Politeama na Bahia em 15.01.1910.

<sup>75</sup> A questão de fraudes eleitorais na Primeira República é notória, para maior amplitude da consultar as obras de Rodolpho Telarolli (*Eleições e fraudes eleitorais na república Velha*), José Murilo de Carvalho (*Os bestializados*) Hélio Silva (*História da república Brasileira*), Leôncio Basbaum (*História sincera da República*).

eleitoral tornava os eleitores alvo da coação de cabos eleitorais que ficavam de posse dos títulos, entregando-os apenas no momento da votação.

A chamada "Política do Café com Leite" constituía-se num acordo que mantinha o poder com os grandes proprietários de terra, ora de São Paulo, ora de Minas Gerais. A escolha do presidente da República acontecia por meio de uma costura dos pactos de interesses regionais. Cada presidente, ao término de seu mandato, consultava políticos influentes e surgia, então, um nome para sucedê-lo e que era referendado pelas oligarquias.

O pleito, que transcorria sem grandes emoções ou surpresas, era o passo posterior de cujo resultado todos já tinham conhecimento prévio. Costumava-se dizer que os resultados das eleições eram obtidos a "bico de pena", expressão usada para denominar uma das fraudes eleitorais: os nomes dos eleitores apareciam escritos todos com a mesma letra, geralmente a de um dos mesários ou presidente da seção eleitoral.

Situação que não foi alterada com a proclamação da República, mas se firmou diante do fortalecimento do poder local nas mãos de famílias ou grupos poderosos. Maria Isaura P. de Queiroz a esse respeito comenta que: "os fazendeiros continuaram elegendo quem bem queriam e continuaram os presidentes de estado e deputados na necessidade de cortejar os chefes do interior, da mesma maneira que durante o Império".<sup>76</sup>

Concluindo :

Para os poucos políticos não ligados aos meios rurais, para todos os que a falta do eleitorado, por não terem raízes no interior, afastara da política durante o Império e que tinham acreditado, com a extensão do voto e a abolição da barreira dos rendimentos, poder galgar postos de mando, a República constituiu um logro.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> QUEIROZ, M. I. P. de O mandonismo local na vida política brasileira. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, p. 113.

<sup>77</sup> Ibidem, 1976, p. 115.

Concordando com essa visão, José Murilo de Carvalho comenta que “a maior parte dos cidadãos do novo país não tinha tido prática do exercício do voto durante a Colônia, certamente, não tinha também noção do que fosse um governo representativo, do que significava escolher um representante político”.<sup>78</sup>

Sendo que o ato de votar constituía-se assim, num simples mecanismo de legitimação para a nomeação de alguém escolhido anteriormente pelos poderosos. Como o voto era aberto e realizado diante dos presentes no local de votação, a pressão e intimidação do eleitor além da presença dos “fósforos”<sup>79</sup> eram práticas habituais. Os fósforos, em geral ensaiavam muito bem seu papel, fazendo-se passar pelo eleitor mesmo diante da evidência da fraude, quando por vezes se defrontavam com o verdadeiro eleitor ou mesmo quando aparecia outro fósforo querendo se passar pelo mesmo eleitor. Situações anacrônicas o que geravam cenas cômicas.

Vencia o mais hábil ou o que contasse com claques mais forte. O máximo da ironia dava-se quando um fósforo disputava o direito de votar com o verdadeiro votante. Grande façanha era ganhar tal disputa. Conseguia-se, seu pagamento era dobrado.<sup>80</sup>

Depois das eleições, a Comissão de Verificação recebia as atas e os livros de votação, averiguava eventuais irregularidades e oficializava os resultados das urnas.

Além de tudo isso, o direito de voto era bastante restrito e a grande maioria da população ficava alijada desse direito: não podiam alistar-se como eleitores as mulheres, os estrangeiros, os clérigos, os militares de baixa patente e os menores de 21 anos.

Conforme relata Maria Isaura P. de Queiroz, a situação chegava a um ponto bem difícil na qual nem a oposição podia votar. Os mandões continuavam a mandar

---

<sup>78</sup> CARVALHO, J. M., 2001, p. 32.

<sup>79</sup> Denominação utilizada para designar os capangas dos coronéis que se faziam passar pelos eleitores alistados para fraudar as eleições.

<sup>80</sup> CARVALHO, J. M., 2001. p. 34.



nos municípios dominando a administração pública, o poder judiciário, a polícia, a câmara municipal.<sup>81</sup>

Todo esse procedimento permitia a ocorrência de inúmeras modalidades de fraudes, o que tornava as eleições um festival de brigas de papéis falsos que a Comissão de Verificação acabava por validar através de veredicto invariavelmente tendencioso, legitimando esse sistema viciado.

Instituído o parlamento no Brasil, com a ascensão de D. Pedro I ao trono, logo se revelaram os vícios fundamentais de que padeceria o nosso sistema eleitoral até chegarmos ao voto secreto. Fraudes consagradas pelas atas eleitorais, pela votação dos cabos de gaforinhas, punhal e porrete, os famosos "fósforos" surgidos quase simultaneamente com o novo regime, como também a "ressurreição" de eleitores defuntos, reencarnado em tipos das mais pitorescas feições, davam em resultado final a vitória do bico de pena, além das violências partidárias, da prepotência oficial e da corrupção política no mais democrático processo da escolha dos representantes do povo.<sup>82</sup>

Francisco de Assis Barbosa ao prefaciá-la a obra *Bibliografia sobre a Campanha Civilista* afirmou que essas fraudes eram feitas de forma grosseira, até mesmo boçal, as assinaturas apresentavam a mesma caligrafia, havendo episódios que provocavam náuseas, como o ocorrido em Mato Grosso, no qual o eleitorado fantasma havia crescido de tal modo que chegara a transformar o imenso deserto em território eleitoral com percentagem de votação maior do que a Suíça, Noruega ou Inglaterra.<sup>83</sup>

A pequena parcela da população em condições de participar dos pleitos, sentindo-se impotente para romper com os vícios impostos e praticados pela dominação oligárquica, preferia muitas vezes abrir mão de seu direito abstendo-se de legitimar uma farsa. Um comentário da revista *Careta* deixa claros os motivos dessa abstenção:

---

<sup>81</sup> QUEIROZ, M. I. P. 1976, p. 116.

<sup>82</sup> LIMA, H., 1963. p. 289.

<sup>83</sup> BARBOSA, F. de Assis. Prefácio In: *Bibliografia da Campanha Civilista*. Rio de Janeiro: FCRB, 1981. p.15

Em uma população de um milhão, deputados se elegiam com mil ou dois mil votos. Destes pouquíssimos votos, a maioria era falsa. Votavam defuntos e ausentes e as atas eram forjadas. Ninguém mais se escandalizava, pois todos sabiam que o exercício da soberania popular é uma fantasia, e ninguém a toma a sério. O Congresso assim formado, não merece a confiança do povo que por isso se desinteressa da sua escolha e composição.<sup>84</sup>

A essa situação somavam-se a violência e a impunidade. Os relatos de Rodolpho Tellaroli,<sup>85</sup> estudioso do sistema eleitoral do país, revelam-nos cenas absurdas ocorridas nas eleições desse período onde a fraude flagrante era a definidora do resultado dos pleitos.

O autor notou que entre os mais ricos documentos para a compreensão da época estão os relatórios policiais, que revelam os embates políticos marcados pela violência. E conclui: (É)... a impunidade que marca invariavelmente os desfechos dos casos estudados. Violência e impunidade são parceiras constantes.<sup>86</sup>

A prática da violência e do desrespeito ao cidadão ocorria em dois momentos distintos: primeiramente, nos períodos que precediam o pleito com a intimidação do eleitor e o uso da coerção; depois, indiretamente, pelos favores prometidos ao eleitor que, em geral dependente das ações paternalistas dos coronéis, colaborava na manutenção do esquema.

Maria Isaura P. Queiroz afirmou que o significado das eleições era manter no poder por um simulacro de legalidade aqueles que dele tinham conseguido se apossar, de forma que os processos eleitorais viciados constituíam-se:

No simples preenchimento, feito por processos mais ou menos grosseiros, de uma formalidade." Viam-se "secções eleitorais ao abandono; livros manipulados nas casas dos coronéis que dirigiam a política municipal", turmas de candidatos diferentes apresentando-se diante do poder

---

<sup>84</sup> Apud. CARVALHO, J. M. de. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p.85.

<sup>85</sup> TELLAROLI, R. *A Organização Municipal e o Poder Local no Estado de São Paulo na Primeira República*. São Paulo: USP. 1981. (tese de mestrado).

<sup>86</sup> *Ibid.* pp .497-8.

verificador, alegando ter vencido as mesmas eleições; falsificações de atas das Câmaras municipais que deviam designar os efetivamente eleitos.<sup>87</sup>

José Murilo de Carvalho aponta que o processo eleitoral era caro, pois implicava na compra de votos e arregimentação dos eleitores, resultando em quanto maior a competição, mais gastos implicaria aos candidatos e seus partidos.<sup>88</sup>

Nesse modelo, as jornadas eleitorais eram marcadas pela violência entre os grupos rivais e havia um controle clientelista do eleitorado por parte dos grupos políticos. Com essas práticas as eleições deixavam de ser representativas da sociedade, tornando-se apenas instrumento de legitimação da estrutura política controlada pela elite.

Até onde vão as raias do alistamento, até ai podem ir. E, se não tocam senão algumas vezes a extremos. Para elas estugam a marcha, nessas esbraguilhadas proporções de setenta e tantos, oitenta e tantos, noventa e tantos por cento, de que, mesmo entre nós, só onde não há eleição nenhuma, ou onde a eleição não tem fiscais, se encontra o uso, ai habitual, como em Sousel, no Pará, em Santa Helena no Maranhão, a 98,5, como em Milagres, no Ceará, a 98,26, como em Barbalha a 99,16%.<sup>89</sup>

Esse sistema fraudulento provocou o seguinte comentário de Afonso Arinos sobre a derrota de Rui Barbosa: “Hoje parece um incompreensível escândalo o fato do maior brasileiro do seu tempo não ter tido satisfeita a ambição de governar o país. Mas com os acontecimentos aqui narrados e com os costumes eleitorais da época. Não poderia ser de outra forma”.<sup>90</sup>

Uma das razões que facilitavam a manutenção das fraudes era a ausência de partidos nacionais e a conseqüente divisão dos grupos políticos com suas lutas e tricas no interior dos partidos regionais. Com o objetivo de atender aos interesses

---

<sup>87</sup> QUEIROZ, M. I. P., 1972, p. 129.

<sup>88</sup> CARVALHO, J. M. Os três povos da República. In: *República no Catete*. Rio de Janeiro: MEC, 2001, p. 75.

<sup>89</sup> Ibidem, p. 179.

<sup>90</sup> FRANCO, A. A. de Mello. Problemas políticos brasileiros. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1975, p. 156-8.

regionais e apaziguá-los, Campos Sales deu forma nova ao jogo político a qual ficou conhecida como a "política dos Governadores" que se resumiu na troca de apoio político entre o governo federal e os grupos estaduais mais fortes. A máquina governamental, porém, continuou sendo acionada para garantir resultados favoráveis a seus candidatos nas eleições. Os recursos utilizados iam da falsificação de atas aos votos de defuntos, dos títulos eleitorais forjados ao emprego dos "fósforos", tudo sob o abuso do poder econômico e da intimidação.<sup>91</sup>

Oswaldo Orico ao afirmar que as fraudes alteravam a expressão da vontade popular, mostra que a eleição 1910 não fugiu à regra. Pinheiro Machado anunciou a vitória de Hermes da Fonseca dois dias antes da realização do pleito.<sup>92</sup>

Como bem conclui Décio Saes, "a base da exclusão política das massas rurais e urbanas não se encontrava nas próprias instituições restritivas, mas em sua manipulação pela classe dominante agrária".<sup>93</sup>

A atuação dos coronéis, com suas fraudes e desmandos políticos, somada à da Comissão de Verificação, que conferia legitimidade às fraudes, garantiam a manutenção do poder pelas elites.

A ausência de eleições verdadeiras e livres implicava em pouca motivação para os eleitores, essas portanto, não passavam de ilusão do exercício do voto para a pequena parcela da população que delas podia participar.

Esse quadro de exclusão da população nas eleições é mostrado por José Murilo de Carvalho quando apresenta o número de eleitores do país no pleito de 1910, demonstrando que apenas uma minoria da população estava apta ao exercício do voto.

---

<sup>91</sup> BASBAUM, L. História Sincera da República.(1889-1930). São Paulo: Alfa-Omega, 1986, p. 187.

<sup>92</sup> ORICO, O. Por que Rui foi eleito e não chegou à presidência? In: *Rui, o mito e o mico*. Rio de Janeiro. Record, 1965, p. 180.

<sup>93</sup> SAES, D. 1975, p. 70.

Aristocracia e fraude eleitoral impedem a maior participação do povo na vida política nacional, a não ser no caso especial de certas zonas eleitorais do Distrito Federal, onde a condição urbana permite liberdade aos pequenos agrupamentos políticos e às classes média e operária.<sup>94</sup>

As fontes apresentadas nos indicam que a participação eleitoral no país em 1872 era de apenas 10,8% da população, num total de 1.097.698 pessoas. Em 1906 o número de votantes era 294.401, compreendendo apenas 1,4% da população.<sup>95</sup>

Os dados trazidos por José Murilo de Carvalho são bastante elucidativos, quando aponta que em 1890 o Rio de Janeiro contava com uma população de um pouco mais de 500 mil habitantes, e grande parte era alfabetizada contando com um número de eleitores era de apenas 7.857, representando 1,3% da população, indicador que demonstra o afastamento do eleitor do processo eleitoral.<sup>96</sup>

O autor defende a tese de que frente a essa situação no Brasil a representatividade e legitimidade simplesmente não existiam, de maneira que:

O exercício da cidadania política tornava-se uma caricatura. O cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastado da participação no governo da cidade e do país. Os representantes não existiam, o ato de votar era uma mera operação de capangagem.<sup>97</sup>

Salientando que o corpo da nação era marcado pelo fisiologismo, pela troca de favores, pela corrupção e pelos desmandos provenientes do mandonismo local, que se estruturava por dentro. José Murilo de Carvalho conclui que nesse quadro o “voto era um ato de obediência forçada e na melhor das hipóteses, um ato de lealdade e de gratidão”.<sup>98</sup>

Essa relação de exclusão nos é demonstrada com pormenores na tabela utilizada por José Murilo de Carvalho ao propor a discussão sobre a exclusão social no

---

<sup>94</sup> CARONE, E. *A República Velha. Instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1970, p.164.

<sup>95</sup> CARVALHO, J. M. 1999, p. 395.

<sup>96</sup> CARVALHO, J. M., 2001. p. 40

<sup>97</sup> *ibidem.*,p. 87.

<sup>98</sup> CARVALHO, J. M., 2001, p. 35.

Brasil, na qual se projeta uma relação sobre a proporção entre o número de eleitores do país e o percentual que estes representavam na sociedade. Notadamente é muito baixo o percentual de cidadãos considerados ativos nesse período.<sup>99</sup>

Naquelas circunstâncias o voto ganhava um significado completamente diferente daquele imaginado cenário pelos legisladores da época. A questão em jogo não se tratava apenas do direito de participar da vida política, mas tratava-se de uma ação estritamente relacionada com as disputas eleitorais locais, na qual o eleitor não agia como parte da sociedade, mas como um dependente do chefe local, devendo-lhe fidelidade e obediência.

O uso do sistema eleitoral como instrumento de poder das classes dominantes e o cenário de corrupção vigente, alguns políticos mais progressistas começaram a esboçar resistência à escandalosa forma como se processavam as eleições de modo que se tornava cada vez mais difícil ao governo federal resistir às reivindicações da época, entre elas a moralização dos costumes políticos e aprovação do voto secreto. Isso porque, de acordo com Vitor Nunes Leal, (...) tão visivelmente defeituosa era a prática do nosso sistema representativo que os estadistas, legisladores e escritores políticos do Império e da Primeira República costumavam atribuir-lhe a principal responsabilidade pelos males do Regime.<sup>100</sup>

---

<sup>99</sup> Ibidem., p.74.

<sup>100</sup> LEAL, V. N., 1975, p. 240.

Tabela XI  
Eleitores e votantes na eleição presidencial de 1910, por estados

Estados	Eleitores como % da população	Votantes como % dos eleitores*	Votos apurados como % dos votantes	Votos apurados como % da população
Alagoas	2,7	60,5	89,0	1,5
Amazonas	3,5	44,7	97,8	1,6
Bahia	4,0	91,5	66,7	2,4
Ceará	4,3	67,5	95,3	2,8
Distrito Federal	2,7	34,4	52,1	0,5
Espírito Santo	5,7	59,1	80,4	2,8
Goiás	5,1	51,6	95,9	2,5
Maranhão	4,8	42,6	85,7	1,7
Mato Grosso	4,8	43,9	99,7	2,1
Minas Gerais	5,7	54,9	96,9	3,1
Pará	10,2	66,9	77,4	5,3
Paraíba	3,8	54,1	61,1	1,3
Paraná	6,9	48,1	99,4	3,4
Pernambuco	4,3	53,0	93,2	2,1
Piauí	5,0	70,7	79,3	2,8
Rio Grande do Norte	3,4	66,4	81,0	1,9
Rio Grande do Sul	7,4	57,3	99,9	4,3
Rio de Janeiro	6,3	68,5	77,4	3,4
Santa Catarina	5,9	56,2	98,4	3,2
São Paulo	4,5	67,7	99,9	3,1
Sergipe	3,0	51,2	94,7	1,4
Brasil	5,0	60,3	89,9	2,7

Fonte: *Estatística eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil, 1914*, p. 244 e 245.  
\* Dados recalculados.

**Figura 1 mapa eleitoral com o resultado das urnas.**  
**Fonte: Estatística eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil, 1914. p. 244 e 245.**  
**adaptado de CARVALHO, J. M. de. República no Catete,**  
**Rio de Janeiro, Museu da República, 2001, p. 74.**

A instalação do novo regime não edificou uma mudança estrutural na sociedade, basicamente agrária que buscava se firmar como liberal, mas era nitidamente oligárquica.

Mesmo que a campanha dirigisse suas expectativas para os populares, a maior parte dos membros dessa campanha, a oligarquia paulista não rompeu com

as idéias já incorporadas do liberalismo político, por não conseguir superar as ambigüidades já existentes no país.<sup>101</sup>

#### **2.4 A Visão dos Caricaturistas Sobre as Eleições na Primeira República**

Podemos salientar que essa exclusão da população nas urnas, conforme nos demonstra o quadro, foram resultantes dos impedimentos legais ou mesmo por receio de participação. O que podemos constatar é a ausência de eleitores nas urnas. O governo representativo pelo voto no Brasil era uma caricatura, pois o elemento essencial, o povo, não aparecia, tornando-se um regime na qual a representatividade política se fazia sem povo. Ao invés desse povo ser cidadão ativo ele se constituía como um mero espectador do cenário político.

A instrumentalização desse modelo de exclusão política, que se alicerçava no afastamento do eleitor do processo eleitoral foi fruto de uma combinação de fatores que impediam sua participação: o afastamento do eleitor das urnas foi devido a associação do uso da /violência com uma prática de fraudes eleitorais largamente praticadas pelos capangas dos coronéis e quase sempre acobertadas. A Comissão de Verificação era o ponto essencial do procedimento, pois tinha poder decisório para validar os votos e confirmar a legalidade das eleições, permitindo a cassação de um diplomado, conforme nos cita uma anedota da época: “Conta-se que Pinheiro Machado respondera certa vez a um jovem correligionário de fidelidade duvidosa: “Menino, tu não serás reconhecido, por três razões. A terceira é que não foste eleito”.<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> CASALECCHI, 1987, P. 136.

<sup>102</sup> LEAL, V. N. 1975, p. 299.



Mesmo o Estado de São Paulo, orgulhoso de manter um partido republicano organizado estava nas mãos das influências locais, o centro da política localizava-se nos municípios e os municípios nas mãos dos coronéis.<sup>103</sup>

O retrato dos vícios do sistema eleitoral pelos caricaturistas originou obras primorosas nas páginas da imprensa opositora, pelas quais esses rechaçavam a prática das fraudes, escandalizando-se com a situação na qual essas ocorriam e por esse motivo não a poupavam de suas críticas mordazes ilustrando por diversas vezes muitas páginas de jornal e revistas, procurando demonstrar cenas típicas vivenciadas no processo eleitoral:

Dois cavalheiros conversam na rua, um magro, outro gordo:  
 -admira-me que esta sua pança tenha escapado da faca dos capangas.  
 -Sou político velho, meu amigo, e sempre sube (sic) cuidar da minha barriga.

E ainda:

Numa outra composição aparece um sujeito perplexo com a mão no queixo: "Eu votei, agora em quem? É que não sei!

E temos também:

Numa charge de Cândido de Faria, também desse tipo, três candidatos, cada um de cada partido existente, oferecem em um palco de feira, as suas qualidades, tirando-as do saco das "promessas", enquanto o povo se boquiabre com as maravilhas, e três frades, por baixo do palco agüentam no ar as cadeiras onde se empoleiram os candidatos. Os três cantavam, respectivamente:

Liberdade engarrafada  
 Todos serão soberanos  
 Pra fazerem o que quiserem  
 Votem nos republicanos  
 Eu concedo privilégios  
 Graças, títulos, favores.  
 Que o povo não se descuide  
 Dos seus bons conservadores  
 Prometo, mundo e fundos.  
 Glória imensa e sem igual  
 Ó povo, daí vossos votos.

<sup>103</sup> QUEIROZ, M. I. P. 1976, P. 117.

Ao partido liberal.  
E os frades, por sua vez.  
Sustentam todos os três.<sup>104</sup>

Longe de ser um momento de liberdade e de escolha dos representantes nacionais, a eleição era um espetáculo teatral grotesco, na qual os eleitores eram impedidos de votar mediante violência, traduzindo-se bem essa situação vivida, como ressaltamos nas palavras de José Murilo de Carvalho: “enxame de miseráveis que brotavam de todos os lados nos dias das eleições em busca de dinheiro, um par de sapatos, um chapéu, ou simplesmente comida farta”.<sup>105</sup>

Associada a imposição da fraude temos a prática da violência física e a pressão por parte dos coronéis sob a população local, que era sua dependente economicamente. Como nos mostra Casalecchi ao relatar denúncias sobre a pressão sofrida por 60 funcionários públicos, que foram dispensados do trabalho nas eleições de 1910, por serem acusados de serem civilistas.<sup>106</sup>

Maria Isaura P. de Queiroz salienta que o assassinio dos políticos adversários era um fato comum, embora horrorizasse a população das cidades grandes, era normal no interior, os mandantes e executores do crime não serem molestados ou serem absolvidos.<sup>107</sup>

Inspirados por esse panorama sombrio nasceram personagens criados a partir de cenas de rua como a mulata, o português, a empregada doméstica, enfim, o povo comum das cidades. Esse viés político foi um dos mais ricos ingredientes para o fornecimento de material para a produção dos caricaturistas da época, que souberam com eficácia explorar o problema.

---

<sup>104</sup> LIMA, H. 1963, p. 183-4

<sup>105</sup> CARVALHO, J.M. *João Francisco Lisboa. Jornal de Timon*. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p.23

<sup>106</sup> CASALECCHI, J.1987,p.136.

<sup>107</sup> QUEIROZ, M. I. P. de., 1976, p. 120.

Herman Lima ressalta a força do recurso iconográfico considerando que a caricatura "era o único tribunal a que os políticos não podiam fugir, temendo a exploração pública de seus vícios".<sup>108</sup>

Para o autor, a caricatura, como registro de uma época e de seus costumes sociais e políticos, sobrevive por anos, pois, "apresenta, em última análise, a opinião do homem da rua, a voz da crítica contemporânea, o comentário direto e imediato como o registro de um *fait divers*. Daí a importância que terá para quem quer que se interesse pelo nosso passado político".<sup>109</sup>



Figura 2 - (LIMA, H. op. cit., p. 177)

<sup>108</sup> LIMA, H. 1963, vol. I. p. 180.

<sup>109</sup> Ibidem, vol. 2, p. 1080.



Figura 3 - LIMA, H. op. cit., p. 187



**Figura 4 - caricatura que expressa as fraudes constantes da República apud LIMA, H.**

Numerosas caricaturas exploraram a forma de condução do processo eleitoral na Primeira República, contribuindo para divulgar imagens que ajudaram a criticar o fraudulento processo eleitoral da época como podemos perceber a seguir. Podemos concluir que esses caricaturistas representavam por meio das caricaturas a própria

idéia de República e a deteriorização do sistema eleitoral. Herman Lima comentando a respeito da produção das caricaturas como:

uma síntese magistral, a interpretação integral de um sistema político então em falência, de tremenda ironia de que se revestem aqueles verdadeiros símbolos de tantos erros reiterados no decorrer de mais de um século de nossa emancipação nacional. Desse modo, as *démarches* para a sucessão presidencial dão sempre margem a sátiras deliciosas, por parte de nossos caricaturistas.<sup>110</sup>

As contribuições de Elias Tomé Saliba se tornam salutares, entendendo que do ponto de vista dos atores históricos e do limiar dos seus destinos na história do país, era difícil pensar numa representação da sociedade brasileira que não fosse pela via da constatação da ausência de sentido. As representações buscavam resolver impasses muito peculiares à sociedade brasileira, de modo que as caricaturas significaram um registro cômico de uma forma de representação da realidade, talvez a forma mais privilegiada para representar as condições, as possibilidades e vivências da história, uma forma de representação cultural, uma espécie de alternativa às formas convencionais de representação social.<sup>111</sup>

Conforme José Murilo de Carvalho a abstenção do eleitor era provocada pelo puro medo, sendo essas eleições consideradas pelo autor como batalhas comandadas por capangas armados de facas e navalhas.<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> LIMA, H. 1963., vol. 2, p. 1158.

<sup>111</sup> SALIBA, E. T. 2002, p. 69.

<sup>112</sup> CARVALHO, J. M., 2001, p. 75,



Figura 5 - (LIMA, H. op. cit. p. 185)

O tom das caricaturas acompanhava o desenrolar do processo eleitoral, adotando um matiz mais agressivo contra outro tema bastante explorado pelos caricaturistas, que se referia à votação dos defuntos, conforme nos demonstram as sátiras abaixo transcritas. Raul Perdeneiras publica uma sátira bastante reveladora dessa situação:

Zé Povo, muito admirado, ao ver um cabo eleitoral saindo de uma urna:  
E eu que supunha que a soberania eleitoral tivesse ressuscitado...  
Ressuscitou, sim senhor, mas não está aqui!

E outra ainda:

Ante o espanto de dois cabos da Saúde, que vão passando:  
Sebo! Que serviço malfeito, seu coisa!  
Onde é que se viu *inleição* sair de um poço?<sup>113</sup>

<sup>113</sup>LIMA, H. 1963, p. 185

Luís Peixoto, outro caricaturista da época, retrata em um charge uma cena “onde vemos um sujeito trepado na coluna de mármore dum túmulo, convocando os mortos com uma sineta: Acorda, pessoal!...”<sup>114</sup>

Em outra charge aparecia um candidato com uma grande coroa funerária no braço, lendo-se na fita: “ Aos meus eleitores”- visita os túmulos do mesmo cemitério, onde os defuntos, sentados, preparam-se para regressar ao seio da terra, depois de cumprir o dever cívico: - Obrigada meu povo!<sup>115</sup>

Herman Lima também apresenta uma charge publicada numa revista chamada *O Gato*, mantida com o maior sucesso pelos caricaturistas Vasco Lima e Seth, encontra-se também algumas sátiras notáveis sobre as eleições:

Uma viúva horrorizada, vê aparecer-lhe de repente o falecido:  
o quê! Meu marido ressuscitou?  
O defunto: - Por horas, apenas. Vim votar.<sup>116</sup>

O caricaturista Seth realizou uma charge conseguindo sintetizar bem o espírito da época, ao retratar um cemitério com um grande túmulo, em cuja lápide se lê: “Aqui jaz a verdade eleitoral assassinada a golpes de pena Mallat, com a seguinte legenda: Sua ex. e o eleitorado do P.R.C.”<sup>117</sup>

Podemos constar com essas demonstrações que as caricaturas desempenharam um papel revelador e denunciador das fraudes eleitorais que ocorriam no período, comprovando a força do riso como uma arma política.

Edgard Carone ilustra bem a ocorrência de fraudes na Primeira República quando cita *Um Sertanejo e o Sertão*, livro de memórias de Ulisses Lins que narra sua participação em um episódio eleitoral. Aos dez anos de idade, levado pelo coronel Ingá

---

<sup>114</sup> Ibidem., p. 186

<sup>115</sup> loc.cit.,

<sup>116</sup> loc.cit.,

<sup>117</sup> LIMA. H., 1963, p. 186.



a participar da realização de um pleito, observa que à mesa de uma sala de jantar, a ata da eleição foi lavrada sem a presença de eleitores e suas supostas assinaturas foram rabiscadas pelo próprio narrador e por alguns curiosos que por lá passavam. Terminada a votação simbólica, os boletins foram extraídos e assinados pelos mesários. Afirma Lins: "Vi como eram eleitos senadores e deputados com a maior facilidade deste mundo".<sup>118</sup>



Figura 6 - ( LIMA, H. op. cit., p. 195)

<sup>118</sup> CARONE, E. op. cit., p. 303.



Figura 7 - LIMA, H. op. cit., p. 188

A disputa eleitoral de 1909-1910 gerou na imprensa uma expressiva produção de caricaturas cujos autores assumiam ou a defesa ou a crítica de cada um dos candidatos. Herman Lima afirma que "a caricatura política produzida naquela época representava um caráter de combate, e a política no Brasil sempre havia sido uma grande niveladora dos homens nos meios de comunicação."<sup>119</sup> Ao traduzir a visão política do homem simples, através da sátira a caricatura registrou a contestação ao regime republicano e ao grupo que detinha o poder na época. Sua arma era o deboche que mostrava a política no que tinha de mais patético e cômico. Fazia a crítica aos maus políticos, à corrupção e à imoralidade políticas.<sup>120</sup>

A eclosão da campanha civilista levou a maioria dos humoristas da época a utilizar suas produções cômicas contra ou a favor de Rui Barbosa. Em geral, as charges que representavam a disputa dos adversários pela conquista dos eleitores, deixam clara a posição das revistas: o povo continuava sendo um joguete nas mãos

<sup>119</sup> LIMA, H., 1949, p. III.

<sup>120</sup> LIMA, H., 1963. Vol. 1, p. 8.

dos políticos que não visavam a incorporá-lo em seu governo, apenas adestrá-lo e manipulá-lo.

Na visão de Teixeira Coelho a caricatura não tem apenas a função de ilustrar um texto, mas deve alcançar um plano em que o texto não pretende ou não pode atingir, ela entra revelando aquilo que não pode ser dito. Por seu lado irônico ela sempre cumpre uma função democratizante, que não pode ser desprezada, pois condensa a opinião pública, exercendo o papel “da voz do povo”, revela-se daí a sua força e a razão de sua perenidade.<sup>121</sup>

Por se tratar de recurso de comunicação cuja mensagem é facilmente assimilada pelos leitores, a caricatura foi presença constante não só nos jornais como, principalmente em revistas, no período objeto de nosso estudo. Das várias publicações populares surgidas no início do século XX, selecionamos aquelas que obtiveram maior repercussão.

A revista *O Malho*, fundado em 1902 por Luís Bartolomeu, converteu-se numa grande força política de combate à candidatura de Rui Barbosa. Tendo se aliado ao hermismo, dirigia seus ataques ao candidato civilista ridicularizando-o através da exploração de suas mais famosas características: a cabeça proeminente e a oratória rebuscada. As charges eram assinadas pelos maiores nomes da caricatura nacional: J. Ramos Lobão, Seth, Alfredo Storni, Leônidas e Guido.

Herman Lima declarou que Rui ressentia-se profundamente com os ataques que o ridicularizavam, principalmente aqueles de autoria de seu ex-amigo Antônio Azeredo, co-proprietário de *O Malho* que, ao aderir à campanha hermista, investiu pesadamente contra o senador baiano levando-o muitas vezes a ocupar a tribuna do Senado para apresentar seus protestos face às provocações.<sup>122</sup>

Tal foi a virulência das charges do *Malho*, entre as quais figuravam, em primeiro plano as de Storni, pela sua destreza na arma do grotesco, que Rui, por mais de uma vez revidou, em carta e na tribuna do Senado, a injustiça das diatribes.<sup>123</sup>

<sup>121</sup> Arquivos em imagens, Série Última Hora, ilustrações, n.3 São Paulo, Imprensa Oficial, 1999. p. 109-110

<sup>122</sup> LIMA, H., vol 1, p. 188.

<sup>123</sup> idem, 1963. Vol. 2, p. 1183.

A estratégia de exposição do candidato nas ruas criada pelos civilistas chegou a surpreender a sociedade, provocando comentários jocosos da oposição. A revista *O Malho* ao ver a figura sisuda de Rui Barbosa, fartamente utilizada na campanha eleitoral, emitiu um sarcástico comentário sobre a situação com a publicação de uma charge que afirmava ser essa prática inusitada na busca pelo voto popular assemelhava-se ao carnaval, no qual disfarces e fantasias eram comuns.

Quem diria que o aristocrata e vaidoso Rui Barbosa chegaria a se ombrear com o povo, misturando-se a ele e tocando-lhe as fibras sensíveis, para melhor lhe apanhar...o voto. A quanto chega a ambição!...<sup>124</sup>

O autor relata que *O Malho* foi o órgão da imprensa brasileira que o fustigou mais cruelmente, sendo que encontramos em várias caricaturas essa revista sátira ao civilismo, a Rui Barbosa e aos seus propósitos.<sup>125</sup>



**Figura 8 - Disfarces e fantasias de Zé Povo, Storni, 1910 – arquivo da FCRB**

Em outra charge também se evidencia o incômodo causado por essa busca pelo voto popular. A revista traz um diálogo entre Rui Barbosa e Zé Marcelino, no qual o candidato civilista dizia para seu interlocutor que se unisse a ele para

<sup>124</sup> LIMA, H. 1963, vol. 1, p. 28.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 282, também encontramos uma lista das caricaturas existentes sobre o civilismo no ensaio da Bibliografia da Campanha Civilista. op. cit., pp. 38-75.

conseguir ser reconhecido por seus pares, afirmando: “o Senado não deixará de me reconhecer na sua pessoa. Vou *ameaçar* os senadores com um *meeting* na praça pública.<sup>126</sup>”

Storni aproveitava-se da situação cômica das eleições para realizar uma série de sátiras contundentes contra Rui Barbosa, uma delas intitulada *Disfarces e fantasias*, na qual Rui aparecia em todos os seus “disfarces” dos quais se apresentava ao povo:

Águia de Haia; D. Quixote; militarista”à sua maneira, isto é: como o dono que ama o cão que o defende, mas...naturalmente não o considerando senão como um... instrumento que executa a sua vontade e não a vontade própria”; padre, porque “os seus últimos discursos estão “quimicamente” saturados de unção religiosa”; Zé-povo, ou finalmente, de Narciso, “apaixonado de si mesmo.!!! Obcecado pela sua genial vaidade,” sem reconhecer merecimento a mais ninguém, o dia inteiro “a mirar-se no espelho que, aliás, não é o da verdade...”<sup>127</sup>

Conforme ressalta Marcos A. Silva, a campanha eleitoral de 1909 foi um momento privilegiado para o posicionamento da *Fon-fon!* frente às práticas políticas vigentes, sendo um momento de grande inspiração para os chargistas. Em sua maioria esses que atuavam na imprensa, mantiveram-se distantes de práticas e intervenções na vida política nacional, restringindo-se a manifestarem apenas por via de suas publicações. Sendo que mesmo entre esses não havia uma postura única, pelo contrário, os maiores caricaturistas dividiram-se demonstrando francamente ser favoráveis ao hermismo e outros pelo civilismo.<sup>128</sup>

<sup>126</sup> Apud LOPES, A. H. 200, p. 84.

<sup>127</sup> Ibid., p. 286.

<sup>128</sup> SILVA. M. A. 1990, p. 30.



*1. Rui Barbosa visto por Storni.  
O Malho, 5/2/10. (Biblioteca  
Nacional)*

**Figura 9 - de Storni Don Quixote**

No momento da eclosão da campanha sucessória de 1909-1910, produções de caricaturas acompanharam a trajetória dos dois candidatos que disputavam o pleito de 1910, salientando seus aspectos mais frágeis ou características mais expressivas.



Figura 10 - Fonte: AFCRB

De maneira geral, Rui era representado pela pena e pela palavra; Hermes, pela espada. Valorizava-se em Rui seu traço marcante - representante da cultura brasileira - muito distante de seu antagonista do qual não se desprendia a mediocridade no exercício da política. Apesar desta evidência, a revista *Fon-fon!* mantinha um posicionamento bastante crítico a respeito dos dois candidatos.

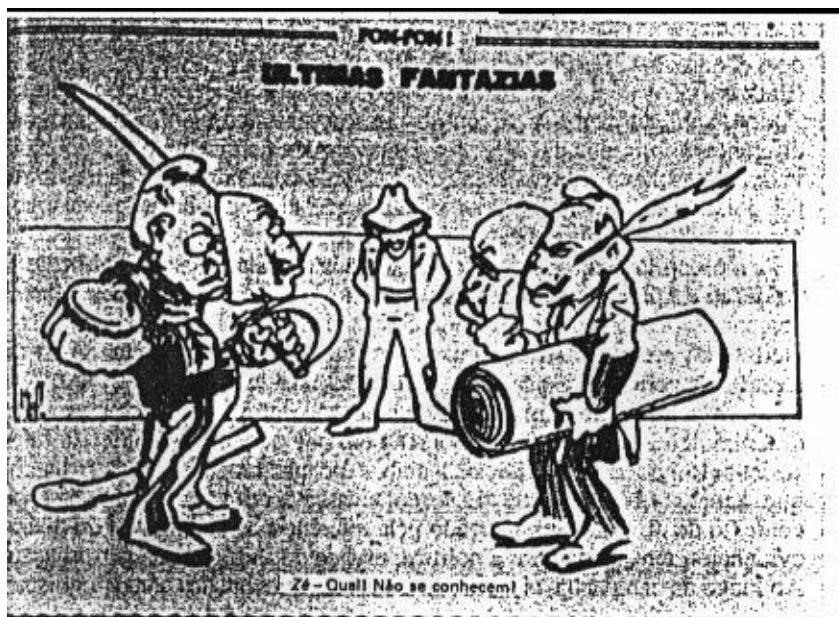


Figura 11 - Fonte: SILVA. M. A , op. cit. ,p . 32.

O número 36 da revista *Fon-fon!* publicou duas caricaturas representando os candidatos, Rui Barbosa aparecia com uma imensa folha de papel, que dava volta ao seu redor, com um grande tinteiro e uma enorme pilha de livros, com o título “citações”. A legenda dessa charge dizia: Preparativos para a exibição da primeira peça pirotécnica - O Manifesto. Em contrapartida Hermes era apresentado com um pequenino pedaço de papel e um pequeno tinteiro, na mesa próxima aparecia seu quepe e um militar no fundo, a legenda dizia: vigília das armas...políticas. Preparativos para a explosão da primeira bomba: O Manifesto.<sup>129</sup>

Nessas charges nas quais são confrontados os candidatos, fica demonstrada a visão da *Fon-fon!* a respeito deles. Rui apesar das críticas que a revista endereçou-lhe era visto como um intelectual, sua cultura era valorizada pela revista, inclusive nas falas do personagem Zé Povo e Hermes era apenas um militar. Entre a impotência do verbo, Hermes apresentava a espada.

<sup>129</sup> SILVA, M. A. 1963. p. 31.



Em outra charge publicada pela revista no número 37 em 11.09.1909 Rui e Hermes estão sustentados nas mãos de Mefistóteles que afirma: E se eu levasse os dois comigo? <sup>130</sup>

Em 04.02.1910 a *Fon-fon!* Número 06 apresenta uma caricatura onde os dois candidatos estão disputando o poder com suas armas: Rui com os discursos e a pena e Hermes com a espada e Zé Povo aparece como o árbitro. Com a legenda: últimas fantasias. <sup>131</sup>

Zé Povo representava o freqüente apelo da visão crítica da referida revista em relação ao pleito: descrédito, refutava a diferença entre os dois candidatos a falta de participação popular nas eleições.

Quanto aos adversários, a revista não os poupou de sua sátira contundente. O hermismo e sua ligação com o grupo oligárquico também foram alvos de inúmeras caricaturas das quais selecionamos algumas no final do capítulo, revelando com acuidade esse momento tão particular da nossa República.

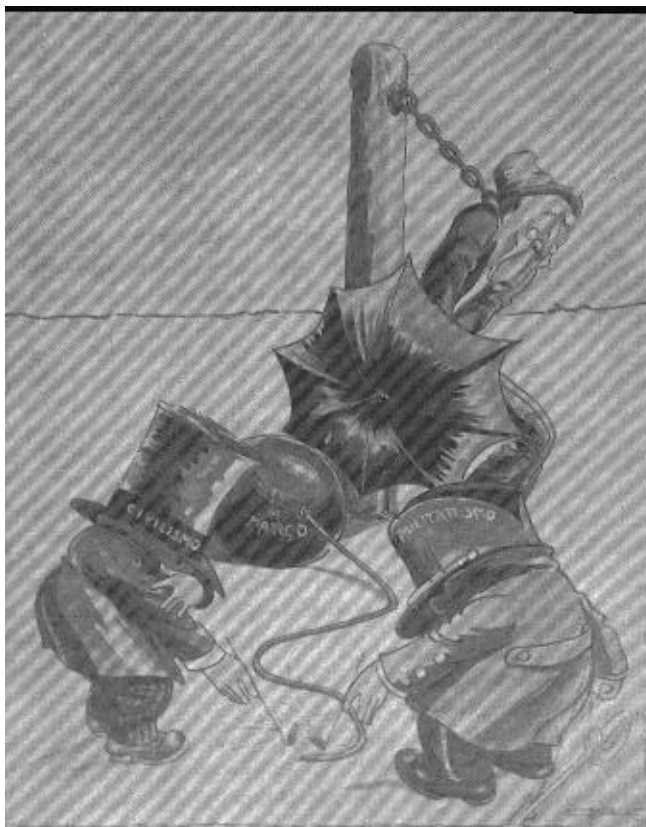
Em outra charge também se evidencia o incômodo causado por essa busca pelo voto popular. A revista traz um diálogo entre Rui Barbosa e Zé Marcelino, no qual o candidato civilista dizia para seu interlocutor que se unisse a ele para conseguir ser reconhecido por seus pares, afirmando: o Senado não deixará de me reconhecer na sua pessoa. Vou *ameaçar* os senadores com um *meeting* na praça pública. <sup>132</sup>”

---

<sup>130</sup> *ibidem.* p. 32.

<sup>131</sup> *Fon-Fon!* 14.09.1909.p. 36

<sup>132</sup> Apud LOPES, A. H, 2000.p. 84.



**Figura 12 - Zé Povo tem que mudar o guarda-chuva em guarda fogo do marechal**

Outra caricatura apresenta Rui Barbosa em desenho de J. R. Lobão, pedindo votos na rua, com o pires dos homens do célebre quinteto de cegos espanhóis, então muito popular nas ruas da capital. <sup>133</sup>

Rui combatia veementemente a formulação dessas críticas referentes à sua postura de mendigo em busca de voto. Em Campinas afirmava ser chamado pelo *Paiz* de mendigo, “de miserável beguino recurvado em humilde pedintaria em coleta de votos, entretanto,”na verdade sua atitude representava o temor do hermismo frente ao seu programa político, à sua missão de levar para o povo a inteligência e a consciência e que isso não representava uma “marcha em suplicação de votos”<sup>134</sup> “

<sup>133</sup> LIMA, H. 1963, p. 285,

<sup>134</sup> BARBOSA, R. 1909, p. 171. Discurso proferido em Campinas.

Buscando argumentos em sua cultura Rui enfatizou que:

nos sistemas de governo em que a eleição geral se considera como um apelo ao país, os mais ilustres chefes de partidos, os mais eloqüentes oradores, os maiores estadistas vão buscar nas grandes assembléias o contato direto com o povo, cujo veredito dispõe, em instância final, da sorte dos governos.<sup>135</sup>

Curioso notar que mesmo com a ocorrência das fraudes eleitorais os governantes procuraram manter o sistema político eleitoral funcionando, embora sem nenhuma possibilidade real de expressar a vontade do eleitor, mantendo-se uma rotina de sucessões eleições, que embora na prática, não tivesse poder de alterar os resultados dos consensos já preestabelecidos.

Diante desse sistema de fraudes, corrupção, imoralidade e descrédito as palavras de Euclides da Cunha tornam-se extremamente salutares ao afirmar que as eleições brasileiras e o sistema eleitoral eram um “eufemismo que é entre nós o mais vivo traço da ousadia de linguagem.”<sup>136</sup>

## 2.5 Civilismo e Militarismo: Cisões Políticas

Militarismo e civilismo. A República já nasceu dividida entre essas duas forças políticas. No primeiro mandato civil exercido pelo presidente Prudente de Moraes, a cisão já se apresentava com o fato de os civis terem obtido projeção no cenário político e econômico, razão pela qual pleiteavam um espaço maior nas esferas de decisões.

Durante o período imperial a feição política da nação foi criada sob a égide dos civis, havendo uma valorização do elemento civil na política. Ao exército cabia a mantenedor da ordem civil. A questão militar foi um ponto essencial para que os

---

<sup>135</sup> Idem.

<sup>136</sup> CUNHA, E. apud, NOGUEIRA, R. 1999, p. 221.

militares se firmassem como um grupo mais coeso e ativo na vida política da nação, traço que já vinha se delineando desde a Guerra do Paraguai.

Historicamente a divergência entre civis e militares, acirrada logo após a proclamação da República, encontra suas raízes no Império. Como os republicanos civis não detinham condições de depor o imperador e dar um fim à monarquia, se viram obrigados a optar por duas linhas de ação: omitir-se ou aliar-se aos militares com tal objetivo.

Entretanto, após a deposição do Imperador, abriu-se uma crise entre os dois grupos. Na arena política os civis preocupavam-se com a concentração de poder nas mãos dos militares que havia, naquele momento, se tornado os detentores da condução política do país. Determinados a assumir a direção do novo regime, os civis dirigiam suas críticas aos militares, principalmente no que dizia respeito aos quesitos do exercício das liberdades civis, freqüentemente ameaçadas nos seus governos. Não aceitavam o fato dos militares apresentarem-se como " os donos da revolução e os constantes desrespeitos à legalidade e à Constituição".<sup>137</sup>

Conforme expõe Décio Saes, o advento da República implicou uma democratização do regime do ponto de vista formal e jurídico, levando a um a ampliação dos quadros formais do regime, contudo, na prática, o sistema não logrou mudanças significativas, continuou fechado e excludente para a maioria da população.<sup>138</sup>

"Esta não é a República dos meus sonhos".<sup>139</sup> Frase ouvida de bocas republicanas que traduzia o desencanto com o novo regime desde os primeiros anos

---

<sup>137</sup> HAHNER, J. Relações entre Civis e Militares no Brasil (1889-1898). São Paulo: Pioneira, 1965. p.115.

<sup>138</sup> SAES, D. Classe média e política. Na Primeira República brasileira (1889-1930) Petrópolis, Vozes, 1975, p. 44.

<sup>139</sup> QUEIROZ, M. I. P. ,1976. p. 114.

da República. Rui Barbosa também se incorporava ao coro dos descontentes<sup>140</sup>, embalado pelo ideário civilista, fortemente influenciado pelos princípios do liberalismo político. Era natural, portanto, que ocorresse resistência à permanência dos militares no poder.

O grupo militar, uma vez no poder, procurou manter-se nele, mais por convicção da necessidade de um poder forte para a consolidação do regime republicano e pelo instinto de conservação de uma posição adquirida, que pelo desejo de realizar um projeto político de transformação da sociedade. Contudo o esforço militar de conservação do poder encontrou a repulsa dos grupos oligárquicos civis que, já refeitos da surpresa provocada pelo golpe de 15 de novembro, procuravam moldar o novo regime à sua imagem. Vendo no Exército o seu grande antagonista potencial, as oligarquias desenvolveram uma concepção defensora da "volta dos soldados aos quartéis", que salientava o papel do militar como agente de execução das decisões emanadas pelas lideranças civis, como mantenedor da ordem interna e segurança das fronteiras.<sup>141</sup>

Conforme Décio Saes ressalta: o "liberalismo político das oligarquias fundamentava-se numa concepção da democracia representativa sem nenhuma relação com representatividade da vontade popular."<sup>142</sup>

Na visão desse autor o civilismo enquanto atitude de negação ao grupo militar, do "status" da força pública autônoma, teve suas origens nos momentos imediatamente posteriores à Proclamação da República.<sup>143</sup>

Ainda segundo a visão de Décio Saes, a concepção antimilitarista foi o componente essencial do liberalismo político oligárquico, que ao longo de toda a

---

<sup>140</sup> IGLESIAS, F. *Trajetória Política do Brasil. 1500-1964*: Cia das Letras, 2000. p.221.

<sup>141</sup> SAES, D., 1975, p.67-8.

<sup>142</sup> SAES, D., 1985, p. 48.

<sup>143</sup> Loc. cit.,

Primeira República ficará demonstrado, constituindo-se no porta-voz do civilismo. analisando que a origem desse antimilitarismo encontrava-se:

“na ação autônoma do grupo militar , por ocasião do golpe militar de 15 de novembro e a ditadura militar instalada sem seguida. A partir desse momento as elites compreenderam, se bem que intuitivamente ainda, que as tendências putschistas e nacionalistas do grupo militar poderiam ser postas a serviço de uma política antioligárquica.”<sup>144</sup>

Os militares, porém, sentiam-se donos e guardiões da República e da Constituição, zeladores do novo regime que se instalava, cientes de seu papel de defendê-las contra os abusos das elites regionais<sup>145</sup>.

Essa disputa favoreceu a eclosão de um forte sentimento antimilitarista e a adoção de uma postura civilista por parte das camadas médias urbanas e das elites civis, principalmente entre os denominados bacharéis.

Ao assumir a presidência da República em 1894, Prudente de Moraes realizou o tão alimentado sonho de conduzir o exercício do poder para as mãos dos civis. Durante os vários anos seguintes da Primeira República, a condução do país esteve em mãos das oligarquias regionais que criaram as políticas do "café com leite" e a "dos governadores" para repartirem o poder entre si. Realidade bem demonstrada nas conclusões de José Murilo de Carvalho ao afirmar que:” O Brasil era como um sistema heliocêntrico, dominado pelo sol do Estado, em torno do qual giravam os grandes planetas do que chamavam as “classes conservadoras” e, muito longe, a miríade de estrelas das grandes massas do povo.”<sup>146</sup>

---

<sup>144</sup> *ibidem.*, p. 48

<sup>145</sup> Esse empenho em assumir o papel de regeneradores da República é conhecido na historiografia como a raiz do tenentismo, movimento esboçado por jovens oficiais que tinha como lema "Republicanizar a República.

<sup>146</sup> CARVALHO, J. M. de. O Conselho de Estado: a cabeça do governo In Teatro de Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 376.

Essa situação manteve-se estável até quando surgiu a ameaça da candidatura de Hermes da Fonseca, apoiada pelo grupo de Pinheiro Machado<sup>147</sup>. Os civis não aceitando a possibilidade de devolver o poder aos militares empreenderam a campanha civilista pelo país. Como assevera Sertório de Castro ao referir-se sobre o domínio civil na presidência da República: “Dai para cá o governo civil parecia definitivamente estabelecido. Para que regressarmos? Seria mister que começássemos a contar com a opinião pública, o povo, a vontade nacional”.<sup>148</sup>

## 2.6 Fatores da Ruptura Política em 1909

Em 1908, as forças políticas nacionais já iniciavam as articulações que visavam a uma escolha consensual de um candidato à sucessão presidencial. Era praticamente certa a candidatura de João Pinheiro à presidência da República, candidatura que contava com o apoio dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Sua morte inesperada levou a uma redefinição de um nome para candidatar-se à presidência da República, o nome de David Campista como seu sucessor, foi apoiado por setores desvinculados com a política clientelística de Minas Gerais. Desde esse momento, uma crise em torno do nome do candidato para a sucessão presidencial já se delineava. O presidente Afonso Pena encarregou Venceslau Brás de obter a concordância de São Paulo em torno do nome de Hermes da Fonseca.

Por essa razão o senador Antônio Azeredo reuniu em sua residência alguns políticos de destaque como: Rosa e Silva, Pires Ferreira, Estácio Coimbra, Eptácio Pessoa, Leôncio Galvão, Francisco Sá, J.J. Seabra, Juvenal Lamartine, Cincinato

---

<sup>147</sup> Pinheiro Machado político rio-grandense do sul, conseguiu um enorme prestígio do âmbito federal e dirigia a política do país devido a sua ascendência sobre os coronéis locais. QUEIROZ, M. I. P. 1976, P. 116.

<sup>148</sup> CASTRO, S. 1932, p. 244.

Braga, Adolfo Gordo e outros representantes da bancada de Minas Gerais, para encontrarem juntos uma fórmula capaz de obter a concordância do presidente.<sup>149</sup>

Os Estados dissidentes iniciam a articulação da campanha civil, formando a Junta Nacional Civilista presidida pelo chefe da situação baiana José Marcelino.<sup>150</sup>

Entretanto, essa e outras tentativas fracassaram, o candidato do Catete não obteve respaldo para sua candidatura por parte dos tradicionais chefes políticos mineiros. Fracassada essa candidatura, havia o problema de encontrar um nome de consenso político. O falecimento do presidente Afonso Pena em 14 de junho de 1909 desencadeou outra crise nesse processo de sucessão presidencial. Com sua morte, assumiu a presidência Nilo Peçanha, político de grande liderança no Estado do Rio de Janeiro e favorável a candidatura de Hermes da Fonseca, nome que já estava sendo cotado para a sucessão. Com esse apoio do Catete ao nome de Hermes, São Paulo viu suas chances de rearticulação em torno do nome de David Campista liquidadas, havendo assim, a iminência de uma cisão nos grupos dirigentes da nação por não encontrarem um nome que fosse consenso no círculo do poder, impedindo que surgissem conflitos de interesses.

Com o propósito de evitar os nascentes confrontos políticos que se esboçavam, Nilo Peçanha, convocou algumas lideranças para, em conjunto, discutirem uma saída para o problema da sucessão que pudesse ser do agrado de todos e que mantivesse a tradicional política do "Café com Leite". Nessa discussão, de que participaram alguns senadores influentes como Francisco Glicério, Antônio Azeredo, Francisco Sales, Lauro Muller e Pinheiro Machado, cogitaram-se os nomes do Barão de Rio Branco, Rodrigues Alves e Ubaldino do Amaral, entre outros<sup>151</sup>.

---

<sup>149</sup> SILVA, H. 1998, p. 53.

<sup>150</sup> CUNHA, M. C. P. Liberalismo e oligarquias na República Velha: *O Paiz* e a campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1909-1910) São Paulo USP, 1976 p. 48 (memeo)

<sup>151</sup> SILVA, H. 1998, p. 62.



Rui Barbosa considerava a indicação do nome de Rio Branco a solução nacional, pois esse nome seria bem recebido pela nação. Entretanto, enquanto procurava-se definir uma proposta de consenso, o marechal Hermes da Fonseca, em sua festa de aniversário em 12 de maio, foi lançado candidato ao Catete pelo capitão do Exército, Jorge Pinheiro.

Apoiada pelo grupo de Pinheiro Machado e pelo governo, a indicação do militar desagradou a alguns segmentos político, sobretudo à elite paulista que, na condição de representante do estado mais importante da federação, sentiu-se prejudicada no final do processo de escolha do candidato. Esse fato acabou por provocar uma cisão entre os grupos políticos acostumados a compartilhar o poder na Primeira República.

A candidatura militar proposta por Pinheiro Machado se enquadrava dentro do jogo da política dos Estados, tendo gerado desacordo apenas com o Estado de São Paulo, que logo obteve apoio da Bahia. Minas Gerais já se dispunha a aceitar essa candidatura como saída para a crise política.

Como a conciliação tornou-se inviável uma vez que o Exército assumira publicamente a candidatura do marechal, aos dissidentes restava então lançar um candidato que fizesse frente ao marechal Hermes da Fonseca.

Em 22 de agosto realizou-se no Teatro Municipal do Rio de Janeiro a Convenção Civilista, contou com a presença de uma massa de pessoas até então nunca vista em assembléia desse tipo. Era uma convenção inusitada para a época, pois possuía a difícil tarefa de escolha do nome do candidato oficial do PRP para disputar as eleições, em um momento em que se instalava uma crise de poder no seio da oligarquia nacional.

São Paulo saía à frente em busca desse nome para apresentar como seu candidato, esse deveria ser um nome consenso das elites, no qual essas apostariam e investiriam pela primeira vez numa campanha dissidente.

Após a c

então como oposição. Além de contar com o respeito nacional devido ao grande sucesso obtido na Convenção Internacional de Haia, Rui já era conhecido como jurista ilustre e político defensor do civilismo, paladino do liberalismo brasileiro, de modo que setores *da intelligentzia* civil de ideário liberal-democrático, encontrou em Rui Barbosa o seu mais notório representante.<sup>152</sup>

Antônio Herculano Lopes considera que “o esquema de poder e de sucessão da República aceitava conflitos e dissensos, mas dentro de limites oligárquicos que não ocorria a ninguém desafiar.”<sup>153</sup> Mas Rui Barbosa ousou desafiar esse esquema propondo a candidatura opositora.

Hoje, visto à distância de 90 anos, é ainda com assombro que acompanhamos o périplo político do pequenino guerreiro, em seus alinhados trajes ingleses, pelo interior de um país mal saído da escravidão, pregando os princípios da civilização e da democracia.<sup>154</sup>

Como consequência dessa cisão de forças, duas facções políticas passaram a se articular. De um lado, o grupo liderado por Pinheiro Machado com o marechal Hermes da Fonseca e, do outro, os paulistas dissidentes assumindo a candidatura do civil Rui Barbosa, apoiados pelos estados descontentes com a política imposta pelo governo.

Aconteceu, assim, o nascimento de uma campanha eleitoral cujo discurso enfatizava a oposição civil x militar. O combate ao elemento militar seria uma atitude comum e aglutinador da campanha. Conforme Casalecchi, "abriu-se em São Paulo

<sup>152</sup> CASALECCHI, Ê. 1987, p. 135.

<sup>153</sup> LOPES, A. H. 2000, p. 80

<sup>154</sup> *ibidem.*, p. 81.

uma intensa campanha contra o candidato militar, apoiada por inúmeras manifestações dos diretórios municipais do PRP".<sup>155</sup>

Imediatamente após o lançamento de Hermes da Fonseca representando uma candidatura militar, grupos opositores começaram a se organizar em defesa do civilismo contando com políticos de expressão como o próprio Rui Barbosa e Rio Branco, entre outros, apresentava a necessidade de fortalecer o poder central com a unificação da Justiça e a punição aos estados que violassem a Constituição Federal e a conseqüente intervenção em seus conflitos econômicos e fiscais. Rui Barbosa despontou, portanto, como representante legítimo desse grupo e das novas classes emergentes que aspiravam ao poder político, em oposição ao grupo oligárquico rural, o que ficou evidente na campanha eleitoral de 1909, quando ocorreu, efetivamente, uma disputa pela condução do país.

Conforme as palavras de Pedro Calmon a mocidade consagrou Rui Barbosa como o patrono de seu idealismo.<sup>156</sup>

Na visão de Hélio Silva a campanha motivou o aparecimento de manifestações de ruas, devido a politização das multidões dos centros urbanos que se associou às manifestações dos órgãos de imprensa.<sup>157</sup> O autor afirma que a multidão presente à campanha de Rui Barbosa estava disposta a romper com as praxes estigmatizadas, procurando uma nova fórmula de seleção de valores.<sup>158</sup>

(o povo) Acorreu aos comícios. Ouviu os oradores. Leu os jornais. Discutia, de homem para homem, nas ruas, nas praças, nas oficinas, discutia a excelência e as deficiências de cada candidato. Pela primeira vez o povo sabia que ia votar e, principalmente em quem votar. Tinha a sensação de que poderia escolher seu candidato. A nação acordava para a única eleição verdadeiramente nacional realizada na República.<sup>159</sup>

---

<sup>155</sup> CASALECHI, Ê. 1987, p. 134.

<sup>156</sup> CALMON, P. 1959, p. 2117

<sup>157</sup> SILVA, H. 1998, p. 47.

<sup>158</sup> SILVA, H. 1998, p. 65

<sup>159</sup> Ibidem 1998, p. 63

Nas palavras de José Maria Belo:

Por todo o país e em todas as camadas sociais, cerca-o enorme popularidade. Intensa campanha de imprensa, ecoando-lhe os discursos do Senado e das praças públicas, multiplicavam-lhe o prestígio. (...) massas incultas aplaudiam em delírio um orador sem magnetismo pessoal, longo, erudito, exprimindo-se em perfeita linguagem de vernaculista e de humanista, que elas, decerto, não podiam compreender.<sup>160</sup>

Sobre o caráter popular que deveria ser empreendido para a deflagração da campanha eleitoral, Rui Barbosa já alertava sua importância na carta endereçada aos senadores Francisco Glicério e A. Azeredo, em 19 de maio de 1909, Rui Barbosa que

seria mister que começássemos a contar com a opinião pública, o povo, a vontade nacional.(...) uma candidatura verdadeiramente popular, uma candidatura verdadeiramente nacional, a candidatura de um nome sério, digno, benquisto, reunindo, nos Estados, todos os elementos dissidentes, e, no país, todos o da opinião.<sup>161</sup>

Entretanto a campanha não se ateve apenas às camadas populares, contou também com a ampla participação dos acadêmicos de direito do Largo São Francisco, que a consideravam como a campanha de Rui contra a do “soldado.”<sup>162</sup>

Para Rui os candidatos que disputavam os cargos públicos deveriam ser indicados em convenções partidárias contando com o referendo da maioria de seus parceiros.

Tendo em vista sua postura como representante da classe média ascendente e sua inesgotável paixão na defesa de proclamar os direitos políticos e sociais as observações de Kujawaki se tornam salutares.

Rui Barbosa esse protagonista absorvente, magnético, que simbolizou aos olhos da opinião pública, ainda meio atordoada, a concretude e a estabilidade do novo Estado republicano<sup>163</sup>.

<sup>160</sup> BELO, J. M. 1972, p. 213.

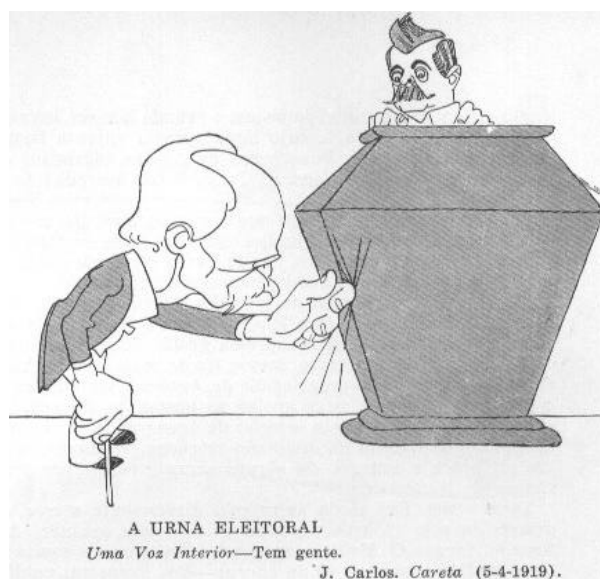
<sup>161</sup> CARONE, E. 1969, p. 53.

<sup>162</sup> CASALECCHI, Ê. 1987, p. 135

Frente a idéia regeneradora da República Rui Barbosa assumiu a responsabilidade de se tornar candidato numa campanha eleitoral já fadada ao fracasso, frente às fraudes e corrupções corriqueiras do sistema eleitoral, motivado pela causa afirmava:

Liberal fui, sou e morrerei. Se abracei a República, foi na esperança de a ver mais inclinada à liberdade que à monarquia. Se da república não me divorcio, é porque espero sempre chegar pelo caminho da República à liberdade. A República é uma forma, a substância está na liberdade. Por esta nunca hesitei em combater os desvios republicanos.<sup>164</sup>

E alertava ainda que “o governo conspira abertamente, para que, na futura eleição presidencial, a capital brasileira ofereça ao mundo o espetáculo da vitória da fraude e da capangada sobre a opinião popular.”<sup>165</sup>



**Figura 13 - LIMA, H. op. cit., p. 283**

Alguns deputados jovens, políticos emergentes, representantes da nova elite intelectual mineira,<sup>166</sup> conhecidos como "Jardim da Infância" eram liderados por João

<sup>163</sup> KUJAWSKI, G. M. *O Estado de S. Paulo*, 06.11.1999.

<sup>164</sup> BARBOSA, R. 1910. vol.37. t.1 ,p.132.

<sup>165</sup> BARBOSA, R. 1909, vol..36. p. 91.

Pinheiro, governador de Minas Gerais. Apresentavam como figuras mais expressivas: Calógeras, Davi Campista, João Luís Alves, Gastão da Cunha, Estevão Lobo, Celso Bayma, Alcindo Guanabara, James Darcy, Miguel Calmon e Carlos Peixoto (este último, três vezes reeleito, era presidente da Câmara e, embora jovem, orador brilhante, com grande ascendência na bancada do PRP), condenavam o caciquismo e as fraudes eleitorais, e por não possuírem vínculos com a política clientelista de Minas Gerais, desafiaram o poder do velho líder gaúcho e aliaram-se ao candidato civilista. Pretendiam substituir as velhas lideranças políticas e apresentavam-se como a possibilidade do novo na política nacional.

Os apologistas de sua candidatura argumentavam que a liberdade não combinava com um militar na presidência da República. Por essa razão Osvaldo Orico tecendo comentários da campanha eleitoral afirmou que o dispositivo civilista já estava montado e a defesa do civilismo já se iniciara antes mesmo dessa candidatura.

Em 19 de maio de 1909, Rui Barbosa redigiu uma carta endereçada a Francisco Glicério e Antônio Azeredo, que ficou conhecida como “Carta de Bronze”, na qual seu emissor dizia que se sentia livre dos compromissos com o “Bloco” (grupo político heterogêneo, sem identidade de programas nem convicções) que se manifestava contrário à candidatura militar, pelo fato desse não ter revelado qualidades políticas para o cargo pretendido.<sup>167</sup>

Rui Barbosa aparecia como o primeiro candidato à presidência escolhido por sufrágio universal, baseado em legitimidade popular contra as velhas tradições

---

<sup>166</sup> políticos eleitos pela decisão da Tarasca, poderosa comissão do PRM, que os enviara à Capital Federal, para que brilhassem no Congresso Nacional. In: CARVALHO, M. A. R. de. A crise e a refundação da República em 1930. In: *República do Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República. 2002. pp.99-100.

<sup>167</sup> MINISTÉRIO DA CULTURA. Rui Barbosa. Cronologia da vida e da obra. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999. p. 168.

republicanas, a fraude e a intimidação. A proposta de sua candidatura visava desalojar do aparelho de Estado, esses grupos que há muito tempo nele estavam instalados. Imbuído de um ideal democrático e regenerador do sistema eleitoral Rui liderou um grande movimento que mobilizou a opinião pública: A Campanha Civilista, fruto das divergências a respeito do processo sucessório que dividiram o pequeno núcleo dirigente do regime, dando ensejo a uma candidatura militar - contra a qual o próprio Rui Barbosa empreenderia notável esforço de mobilização popular.

A campanha não se restringiu à capital do Estado de São Paulo, o interior também se levantou na defesa do civilismo. A capital fervia, os estudantes realizavam comícios quase que diários procurando inflamar a opinião pública, a imprensa realizando uma ampla cobertura desempenhou um papel de destaque na condução da campanha nas ruas, de modo que era possível notar o acirramento dos ânimos que partiam de constantes ataques desferidos por ambos os grupos oponentes.

*O Estado de S.Paulo* diariamente publicava notas com críticas veementes, suas colunas enchiam-se de polêmicas, traduzindo o clima efervescente da época. Os debates travados nas tribunas do Parlamento eram reproduzidos nas suas páginas. A campanha política que se iniciava nas ruas traduzia o clima de agitação política que ocorria nas ruas. Podemos dizer que foi nessa fase que começou a ser construída a combativa campanha nas ruas, numa eficiente estratégia de propaganda política.

## CAPÍTULO III - RUI BARBOSA: UMA TRAJETÓRIA PARA ALÉM DE SEU TEMPO

Não é o lutador que inventa as lutas, estas é que procuram o lutador.

Paulo Duarte.

Sem dúvida a imagem de Rui Barbosa na atualidade continua a ser cultuada pela historiografia e por setores da sociedade. A construção de sua figura como grande vulto da nossa história, foi paulatinamente configurando-se no cenário político da nação durante toda a sua vida até ser definitivamente consagrada no Jubileu Cívico. Poucos homens concentraram na sua figura um notável prestígio social agregado a um poder pessoal com grande força simbólica como o “Águia de Haia”. Obviamente esse jubileu cívico não criou o mito Rui Barbosa, vindo a responder e a reforçar a consagração de sua imagem ante a sociedade brasileira.

A figura de Rui Barbosa foi construída enquanto representante de uma época. Tão grande era sua respeitabilidade dentro do país que resultou na associação de sua imagem às lutas políticas e sociais, à idéia de cultura e à defesa da democracia, aparecendo como uma figura de destaque no nosso país, sendo visto como o gênio, expoente máximo da nossa cultura, o maior intelectual de nossa pátria, o grande homem da nação.

Em seu tempo, Rui Barbosa (1849-1923) era considerado o homem mais inteligente do Brasil. Pelo notável saber jurídico, a erudição enciclopédica, a fluência caudalosa da palavra falada e escrita, em vários idiomas, vivos ou mortos, foi uma unanimidade nacional.<sup>168</sup>

---

<sup>168</sup> KUJAWSKI, G. de Mello. Grandeza e atualidade de Rui Barbosa. Especial para o *Estado de S.Paulo*, 06.11.1999.



Rui Barbosa foi, sem nenhuma dúvida, uma grande figura nacional. Poucos homens tiveram o nome tão reverenciado quanto o seu, ou foram alvo de tantos estudos. Uma geração de estudiosos produziu vasta bibliografia em que é notável o número e a qualidade de textos referentes às atividades de Rui Barbosa tanto na área jurídica como na política.<sup>169</sup>

Conforme Rubem Nogueira ressalta: Rui Barbosa foi o personagem de fama internacional, possivelmente o homem mais notório do país, sendo o homem mais famoso dos nossos homens públicos.<sup>170</sup> De fato, sua vida repleta de atitudes e lutas relevantes confunde-se com a própria História da República.

A imagem que se construiu desse personagem, sempre louvado em tons superlativos e com elogios se tornou tão forte que chegou até mesmo a haver casos inéditos a respeito dessa consagração social em torno de sua figura: Foi dado seu nome a vários recém-nascidos, a logradouros públicos, escolas e agremiações cívicas, a clubes de futebol, a marcas de manteiga, biscoitos e cigarros.<sup>171</sup>

Na atualidade, muitos historiadores ainda fazem referências elogiosas a sua ilustre figura. Ângela de Castro Gomes ao iniciar seu ensaio sobre a modernidade e a condução da democracia na política brasileira cita parte de um discurso proferido por Rui quando candidato em 1910, ilustrando a participação de Rui no cenário político da nação reproduzindo uma frase do intelectual espanhol Ortega y Gasset: "Rui era o homem e suas circunstâncias. Melhor não poderia ser", e ainda acrescenta:

Rui, uma das inteligências mais respeitadas da República, seu primeiro ministro da Fazenda e por duas vezes candidato de oposição à Presidência, derrotado nas eleições (...) Rui foi e continua sendo uma das

---

<sup>169</sup> Lista completa apresentada no trabalho de Maria Lúcia H. L. de Melo, in: Estudos Históricos sobre Rui Barbosa. Rio de Janeiro: MEC, 2000.

<sup>170</sup> NOGUEIRA, R. História de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: MEC/FCRB, 1999, p. 196-7

<sup>171</sup> BASTOS, A. M. R. (org.) Memória dos 150 anos do nascimento de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: MEC/FCRB, 2002, p.15

mais sólidas representações da República, povoando a memória nacional tanto com suas vitórias como com suas derrotas.<sup>172</sup>

Isabel Lustosa analisando os debates travados pela imprensa no período da Independência ressalta a importância de Visconde de Cairu nesse processo em curso afirmando que esse era talvez a personalidade mais acatada do ponto de vista intelectual do Brasil daquele tempo. Afirmando que ele “era o Rui Barbosa do começo do século “XIX.”<sup>173</sup>

No passado encontramos diversos autores que exaltaram sua memória como Levi Carneiro ressaltando sua imagem como um lutador imbatível, "mestre do civismo", sempre se posicionando na defesa de direitos ameaçados: “bem poucos homens públicos, máxime entre nós, terão sido, no decurso de mais de meio século, tão fiéis aos mesmos altos ideais. Essa fidelidade não significava intransigência nem imutabilidade”.<sup>174</sup>

Américo Jacobina Lacombe afirmava que Rui teve o dom da palavra e serviu-se dela para defender todas as grandes causas do seu tempo.<sup>175</sup>

Monteiro Lobato inflamado com as repercussões da campanha nas ruas do país publicou em um artigo no jornal: Rui existe, e Rui é a vitória da decência sobre a indecência<sup>176</sup>.

Coelho Neto afirmou que Rui sustentou nos ombros toda uma pátria, levantando-a tão alto que o mundo todo a vê e admira.<sup>177</sup>

---

<sup>172</sup> GOMES, A.C., A política brasileira em busca da modernidade: Na fronteira entre o público e o privado. In: História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, Vol. 4, pp. 56-7.

<sup>173</sup> LUSTOSA, I. Insultos impressos. A guerra dos jornalistas na independência. São Paulo: Cia das Letras, 2000 p. 25.

<sup>174</sup> CARNEIRO, L., *Dois arautos da democracia*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa. 1954. p. 54.

<sup>175</sup> LACOMBE, A. J. 1978, P. 172.

<sup>176</sup> LACOMBE, A. J. APUD CAVALHEIRO, E. Monteiro Lobato, Vida e Obra. 2. ed. São Paulo: CODIL, 1956, V.1, p. 194

<sup>177</sup> NETO, C. Apud. FILHO, S. N. Ruy Barbosa mestre maçom. Salvador: Edições Travessia. 1988, p.

Oswaldo Orico admitiu que ele marcou com seu caráter, cultura e talento a época em que viveu. Sendo uma pessoa cuja existência sofreu os efeitos dos delírios e das vibrações populares, que elevaram sua figura de homem, produzindo uma criatura em que o respeito humano tornou mais importante que a realidade, e mesmo naquele momento, quarenta e dois anos após sua morte, a sua imagem ainda era cultuada e projetada na forma em que fora concebido na época da presença de seu verbo.<sup>178</sup>

Assis Chateaubriand distinguia em Rui o potencial para formar consciências, como homem público, político militante, cuja tarefa principal residia em enriquecer os debates presentes na sociedade<sup>179</sup>.

Afonso Arinos enfatizou sua atuação no desenho do novo regime: "Rui criou a República."<sup>180</sup>

Desde 1878 sua fama de político, advogado e escritor já se espalhava pelo país.<sup>181</sup> A soma de todas as qualidades que lhe eram atribuídas acabava por reforçar no imaginário popular o mito do "brasileiro mais culto da nação."<sup>182</sup>

Nesse sentido, é oportuno notar que Rui na sua época tinha a capacidade de transferir a importância que a ele era devida para as pessoas e coisas de que falava, ou dele falavam. Exemplo disso é um episódio narrado por Luciana Sandroni, em um livro infantil, quando relata numa determinada passagem da vida de Monteiro Lobato, que o fato de Rui Barbosa, revestido de prestígio social, era considerado como um poço de sabedoria na época, ter comentado no meio de um discurso no

---

<sup>178</sup> ORICO, O. Rui, o mito e o mico, Rio de Janeiro: Record, 1965, p. 175.

<sup>179</sup> Apud. CAPELATO, M. H. R. O Controle da Opinião Pública e os Limites da Liberdade: Imprensa Paulista (1920-1945) In: Revista Política e Cultura. São Paulo: Marco Zero, set/91-ago/92 nº 23/24, p.56.

<sup>180</sup> MELO FRANCO, A. A., 1955, p. 467.

<sup>181</sup> GONÇALVES, J. F. As imponentes festas do sol. O jubileu cívico-literário de Rui Barbosa. IN: *Estudos históricos sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa. 2000. p. 189.

<sup>182</sup> LACOMBE, A. J. Afonso Pena e sua época. Rio de Janeiro: José Olímpio, s/d, p. 171

Teatro Lírico sobre o valor da sua obra contribuiu para aumentar as vendas desse livro, apenas por ter feito essa referência a ele.

(...) o famoso intelectual e político Rui Barbosa falou do livro de Lobato no meio do discurso no Teatro Lírico (...) Rui Barbosa era um dos homens mais inteligentes e respeitados do Brasil naquela época, considerado um poço de sabedoria (...) no dia seguinte saiu em todos os jornais 'Rui Barbosa cita o Jeca Tatu de Monteiro Lobato.'<sup>183</sup>

### 3.1 A Vida Pública de Rui Barbosa

Apesar de não ter iniciado seus estudos acadêmicos na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, transferiu-se para São Paulo e em 1870 e concluiu seu curso de bacharelado em Direito por essa destacada universidade. Rui compunha a turma de 1866, a qual tinha como membros figuras proeminentes da nossa política no final do Império e início da República: Castro Alves, Joaquim Nabuco, Afonso Pena, Rodrigues Alves e Bias Fortes.

Iniciando sua vida profissional como advogado em 1872, no ano seguinte começou a colaborar no *Diário da Bahia*, escrevendo artigos em defesa da liberdade de crença e levantando questões a respeito sobre as eleições diretas no país.

Ingressou na vida política com o apoio de Sousa Dantas, chefe da ala progressista baiana do Partido Liberal, sendo eleito para seu primeiro mandato de Deputado na Assembléia Legislativa Provincial da Bahia em 1878 e reeleito em 1881. Eleito Senador pela Bahia em 30.01.1906 com 42.019 votos, e reeleito em 1908, sendo no final reeleito por quatro legislaturas no período de 1890 até 1915.<sup>184</sup>

Já em 1875 já havia se tornado conhecido defensor dos escravos, tendo destaque nesta questão da liberdade religiosa e na extinção da escravidão no país,

---

<sup>183</sup> SANDRONI, Luciana. *Minhas memórias de Lobato*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 1997, p. 56-7

<sup>184</sup> RUI Barbosa. Cronologia da vida e da obra. 2ª ed. Rio de Janeiro: MEC/FCRB, 1999.

na Loja Maçônica Grande Oriente do Brasil, do Vale dos Beneditinos, da qual era membro.

Em 4 de abril de 1870 Rui Barbosa redigiu e apresentou, em nome da Loja Maçônica América, um projeto de lei para ser enviado ao Grande Oriente Brasileiro do Vale dos Beneditinos em defesa da abolição da escravatura. Sua proposta asseverava que toda a maçonaria deveria dedicar 1/5 de sua receita a fim de ser utilizada para o alforriamento dos escravos. O texto deveria ser incorporado como regra para a maçonaria:

Artigo 1<sup>o</sup> – Sendo verdade inconcussa que a emancipação do elemento servil e a educação popular são hoje as duas grandes idéias que agitam o espírito público e de que depende essencialmente o futuro da nação, a Maçonaria brasileira declara-se solenemente obrigada a manter e propagar estes dois últimos princípios, não só pelos recursos intelectuais da imprensa, da tribuna e do ensino, como também por todos os meios materiais atinentes a apressar a realização destas idéias entre nós.

Artigo 2<sup>o</sup> – Todas as Lojas Maçônicas instituídas no país, tanto as já existentes como as porvindouras, não poderão alcançar e nem continuar a merecer o título e os direitos de oficinas regulares e legítimas sem que adotem pelo mesmo modo esses dois princípios sociais, comprometendo-se a trabalhar por eles com eficácia e tenacidade.

Artigo 3<sup>o</sup> – Todas as Lojas Maçônicas sujeitas ao Grande Oriente Brasileiro assim presentes como futuras, ficam obrigadas a abrir no orçamento de suas despesas um verba especial reservada ao alforriamento de crianças escravas.<sup>185</sup>

Após a redação e aceitação desse projeto que estabelecia a libertação do ventre das escravas e a libertação das crianças escravas na Loja Maçônica, a libertação desses escravos pertencentes aos membros dessa Loja, se tornou condição prévia admissão de seus iniciados. O referido projeto antecipou Lei do Ventre Livre que no ano seguinte seria promulgada.<sup>186</sup>

Conforme os relatos de Eduardo Silva, Rui Barbosa foi o primeiro intelectual brasileiro a sustentar que a abolição não foi uma dádiva da princesa Isabel, mas

<sup>185</sup> Casa Rui Barbosa. Projeto apresentado pela Loja Maçônica América ao Grande Oriente Brasileiro do Vale dos Beneditinos. 4 de abril de 1870. [ PI 3 (1) ].

<sup>186</sup> BASTOS, A.M.R. Memória dos 150 anos do nascimento de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: MEC/FCRB. 2002, p. 39.

uma conquista do próprio escravo e do movimento abolicionista. Enquanto alguns exaltavam a princesa regente, ele defendia que “não há hosanas que entoar aos deuses, mas confiança que cobrar em nós mesmos”.

O tribuno condenava abertamente a escravidão e proferindo discurso na conferência realizada no Teatro Lucinda, no Rio de Janeiro em 1885 considerando-a um triplo roubo: roubo de lesa-pátria contra a honra nacional, penhorada nos tratados; mas também roubo direto, positivo, material, pecuniário, do capital metálico que essa soma de cativeiros ilegais representava e no roubo moral de centenas de milhares de liberdades.<sup>187</sup>

Temos registro de um outro episódio em defesa da abolição da escravatura, enquanto ministro da Fazenda indeferiu a criação de um banco para indenizar os ex-proprietários de escravos, afirmando que quem deveria ser indenizado eram os escravos. Atitudes que lhe valeram apoio incontestado da Confederação Abolicionista que o homenageou conferindo-lhe um diploma com a impressão desse despacho denegatório em um luxuoso papel da Holanda em letras de ouro.<sup>188</sup>

Neste mesmo ano, o tribuno mandou que fossem queimados todos os documentos: papéis, livros de matrícula e documentos fiscais relativos ao período da escravidão no país, existentes nas repartições do Ministério da Fazenda. Essa medida foi determinada pela circular nº 29 de 13 de maio de 1891.<sup>189</sup>

Sua decisão até hoje é questionada por muitos historiadores, pois não compreenderam que Rui Barbosa, apesar de não ter apresentado uma visão a respeito da preservação da memória nacional, seu ato pretendia apagar os resquícios dessa mancha indelével da nossa História. Essa ordem de mandar destruir os registros sobre a escravidão no Brasil levou a enormes críticas. Conforme

---

<sup>187</sup> SILVA, E. 2003, p.56.

<sup>188</sup> Ibidem., p. 62.

<sup>189</sup> MEC. Rui Barbosa. Cronologia da vida e da obra. Rio de Janeiro: FCRB, 1999. p. 91.

a historiadora Vera Lúcia Amaral Ferlini o propósito do ministro era tentar passar uma esponja no passado, a fim de apagar os resquícios da escravidão, destruindo as provas fiscais da propriedade escrava.<sup>190</sup>

Apesar da polêmica durante anos sobre essa incineração dos arquivos, a historiadora, afirma que foram destruídos apenas alguns livros de matrículas especiais de escravos no período de 1872-3 e 1886-87, nos quais constavam dados primários sobre os cativos, concluindo que os dados perdidos serviam para traçar um perfil da população escrava no final do século XIX.<sup>191</sup>

Em 1880 recebeu a incumbência de preparar o projeto de lei que instituiria a eleição direta no país, o qual, aprovado, passou para a história com o nome de Lei Saraiva, o projeto de lei, deveria normatizar o processo eleitoral na Primeira República.

Levantou as bandeiras do voto secreto e da restrição do direito de voto aos alfabetizados. Sendo esse trabalho alvo de grandes elogios e de severas críticas também por parte dos oponentes. A negação do voto ao analfabeto ampliava a parcela da população excluída das decisões políticas. Para defender suas posições, o deputado afirmava acreditar que as eleições só se tornariam democráticas quando o voto secreto estivesse livre de intimidações. E, quanto ao voto do alfabetizado, Rui propunha a adoção de um processo de alfabetização popular que tirasse os brasileiros da obscuridade. Assim, segundo ele, o direito de voto seria ampliado e as eleições legitimadas.<sup>192</sup>

Rui não era elitista quando negava o voto ao analfabeto, porque propunha ardentemente, o remédio para acabar com aquela condição, que não devia ser eternizada, embora com direito de voto. A instrução geral e obrigatória apressaria a mobilidade vertical, melhorando a qualidade de vida do operário e transformando-o em cidadão de primeira classe, não mais de

---

<sup>190</sup> FERLINI, V. L. A. *Folha de São Paulo*. Suplemento especial, 12.05.88. p.12

<sup>191</sup> loc. cit.,

<sup>192</sup> BARBOSA, R., 1909, vol. 36, t. I, p. 46

segunda, integrado na sociedade do seu tempo, e não mais acampado ou marginalizado.<sup>193</sup>

Outra batalha que enfrentou no Congresso Nacional, foi em 1884 quando redigiu o parecer e o projeto de lei sobre a emancipação dos escravos idosos, a Lei do Sexagenário. Ardoroso defensor da abolição da escravatura e dos direitos dos trabalhadores rurais continuou sua luta pela total libertação dos escravos, tendo alforriado seu escravo Ananias em 1875.<sup>194</sup>

Em 1890 Rui redigiu o texto definitivo do Projeto da Constituição da República, sendo nesse mesmo ano eleito senador pelo seu estado natal, passando a seguir a assumir o Ministério da Fazenda.

### **3.2 Rui Barbosa como Apóstolo da Democracia**

Em 1907, o senador baiano foi convidado oficialmente pelo Barão do Rio Branco para representar o Brasil na Segunda Conferência da Paz em Haia, Holanda. Tendo aceitado a missão, embarcou para a Europa em 5 de maio como Embaixador Extraordinário, Ministro Plenipotenciário e Delegado do Brasil. Sua atuação nesse encontro mundial foi extremamente elogiada ao defender a igualdade dos Estados perante a ordem jurídica internacional. Foi incluído no grupo de oradores que mais se destacaram na Conferência e que ficou conhecido como "O Sete Sábios", graças aos elogios da imprensa internacional, Rui retornou ao país consagrado como o homem que "fez com que a Europa se curvasse ante o Brasil".<sup>195</sup>

---

<sup>193</sup> CASTRO, S., 1932, p. 99.

<sup>194</sup> FCRB. *Ruy Barbosa*. 1999.p. 43

<sup>195</sup> *A Manhã*. Edição especial. Suplemento em retrogravura Rio de Janeiro: FCBR, 1949. p. 54



Conta-nos Américo Jacobina Lacombe um episódio ocorrido na Conferência de Haia quando, ao iniciar seu discurso, Rui teria perguntado à platéia: "Em que língua querem que eu fale"?<sup>196</sup>

Tido como representante incontestado da bancada baiana no Congresso, composta por 15 políticos, Rui ainda era considerado dono de saber admirável, apresentou-se sempre como defensor do liberalismo, da liberdade de expressão e do direito. Sobre essa questão a visão de E. Cavalleiro reflete bem esse papel ao afirmar: Rui existe, e Rui é a vitória da decência sobre a indecência.<sup>197</sup>

Essa sua postura granjeou-lhe críticas de seus adversários políticos, mas, por outro lado, ela é que o tornou conhecido como um grande homem, "o apóstolo da democracia", de acordo com João Mangabeira. Acreditava ser a liberdade de expressão de um direito fundamental do homem, mas que corria o risco de ser ameaçado pelo militarismo. Por isso rejeitava com veemência a intervenção militar na política, considerando que o governo da espada era um modelo autoritário de poder. Sempre que chamado a opinar, contrapunha-se ao arbítrio representado pelo militarismo.<sup>198</sup>

Tão conhecida foi sua atuação em favor da liberdade e emancipação dos escravos pela imprensa conjuntamente com suas brilhantes atuações nos tribunais em favor da liberdade dos operários e revolucionários. Em sua vida pública Rui combateu os procedimentos legais utilizados indiscriminadamente pelos governos republicanos contra os dissidentes políticos e operários, como: desterros, recolhimentos em colônias penais e expulsões de estrangeiros. Rui Barbosa atuou em júris populares como advogado de defesa, sempre contra a arbitrariedade e o

---

<sup>196</sup> LACOMBE, A. J. s/d, p. 43

<sup>197</sup> CAVALHEIRO, E. Apud. LACOMBE, A. J. *À sombra de Rui Barbosa*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978, p.189.

<sup>198</sup> MANGABEIRA, J. 1943, p. 130.

abuso do poder, e a favor da liberdade e do respeito à dignidade humana. Assim foi no caso dos insurgentes da Marinha, em 1892, quando enfrentou a Suprema Corte e obteve o direito de *habeas-corpus* dos envolvidos que acabaram vencedores num processo que mobilizou a opinião pública. “Rui Barbosa se preocupava profundamente com as liberdades civis e com o direito do processo que julgava estarem sendo violados pelas atividades políticas dos militares políticos brasileiros”.<sup>199</sup>

Em 1898, após o atentado contra o presidente da República, Rui Barbosa opôs-se à ampliação dos poderes punitivos da polícia. No jornal *A Imprensa*, denunciou as arbitrariedades cometidas por policiais e solicitou a punição dos responsáveis por prisões irregulares. Em 26 de março defendeu, no supremo Tribunal Federal, o *habeas corpus* que impetrara a favor dos acusados os quais considerava vítimas da opressão do governo militar que os havia condenado ao desterro em Fernando de Noronha.

---

<sup>199</sup> BRETAS, M. L., *A Guerra das Ruas, Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.



**Figura 14 - Rui discursa no Supremo Tribunal Federal.  
Fonte ACR**



**Figura 15 - Rui Barbosa ao chegar ao Supremo Tribunal Federal para impetrar Habeas-corpus em favor de jornalistas**

Rui dominava com excelência os códigos do universo jurídico e dos tribunais, fazendo desses e da imprensa suas arenas de lutas constantes, como podemos notar ao analisarmos diversos casos famosos em que atuou. Podemos destacar o

caso do operário anarquista, Antônio da Costa Borlido, ocorrido em 1901. Português naturalizado, fora condenado à deportação sob a acusação de ser um dos mentores de uma greve geral dos condutores de veículos. Rui Barbosa assumiu sua defesa.<sup>200</sup>

### 3.3 A Luta pelos Ideais Democráticos

Rui liberal confesso e assumido, não nutria simpatia pelas doutrinas que se infiltravam no meio operário. Segundo Evaristo de Moraes, o senador baiano foi vítima de acusações que levantavam dúvidas sobre sua atuação em episódios que envolviam trabalhadores comunistas ou anarquistas. O jurista demonstrava esse caráter de defesa das classes menos favorecidas ao impetrar um pedido de *habeas-corpus* em favor dos presos políticos e, após uma longa batalha jurídica, venceu a causa em 20 de junho de 1908. Outra batalha travava nos tribunais por Rui Barbosa ocorrera em 31 de agosto de 1893 quando requereu no Supremo Tribunal Federal uma ordem de *habeas-corpus* em favor dos 48 presos civil dono navio Júpiter. Frente a essa postura Rui foi acusado por alguns políticos de ser líder intelectual do movimento, acabou por ser preso e processado, tendo que se exilar na Argentina e posteriormente na Europa.<sup>201</sup>

Outro exemplo de sua luta contra o autoritarismo foi o posicionamento que assumiu no caso da Revolta da Vacina em 1904. Combateu a campanha de vacinação obrigatória afirmando, em tribuna, que naquele momento o Estado exorbitava de suas funções constitucionais. Com discursos de teor inflamados, o

---

<sup>200</sup> A respeito das defesas de Rui Barbosa a favor de operários, consultar a obra de Homero Senna, citada na bibliografia.

<sup>201</sup> Rui Barbosa exilou-se em Lisboa e depois em Londres. Após o retorno ao Brasil, ocupou novamente a cadeira de Senador da República pelo estado da Bahia.

grande jurista conseguiu exarcebar os ânimos populares contra a obrigatoriedade da vacina. Em agosto de 1905, propôs o projeto de anistia aos rebelados.<sup>202</sup>

Além de sua reconhecida atuação parlamentar, ou mesmo como destacado jurista, o advogado Rui Barbosa projetou-se por qualidades como competência, vigor, coragem, marcado pelo idealismo jurisdicional e obstinação juntamente com sua incomparável oratória de que fazia uso nos tribunais, sendo em 20 de dezembro de 1948, escolhido pelo Conselho Federal da OAB como o “patrono dos advogados brasileiros<sup>203</sup>”. Rui foi reputado como o *sacerdote magnus*, o mestre entre os maiores mestres do Direito brasileiro.<sup>204</sup>

Rui foi diretor do *Jornal do Brasil*, e membro fundador da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira número 10, chegando a assumir a presidência da casa em 06.10.1908 em substituição a Machado de Assis.<sup>205</sup>

Além de sua importância política, encetou uma brilhante carreira jurídica com a qual fez fortuna e conseguiu ascender aos altos círculos da sociedade. Todavia, segundo Isabel Lustosa, era avesso à vida social e costumava declinar de convites para festas e encontros sociais<sup>206</sup>.

Rui Barbosa estabeleceu como meta para sua vida respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, posicionando-se contra a prepotência, a exploração e o arbítrio. Sendo por essa razão, conforme Homero Senna, consagrado por sua clarividência política, por sua capacidade na argumentação persuasiva e sua brilhante atuação na defesa dos princípios liberais.

---

<sup>202</sup> PALHA, A. A vida de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Record, 1965, p. 58.

<sup>203</sup> Ministério da Cultura. *Rui Barbosa. Cronologia da vida e da obra*. Rio de Janeiro: FCRB, 1999. p. 38

<sup>204</sup> NOGUEIRA, 1999, p, 180.

<sup>205</sup> *ibidem.*, p. 165

<sup>206</sup> LUSTOSA, I., Rui Jornalista. In: *Estudos históricos sobre Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2000.* p. 11.

Margarida Maria Lacombe Camargo afirma que Rui ao propor a Campanha Civilista no país, se identificava com ela, devido ao seu ideal pela defesa da ordem democrática e do Estado de Direito, ideais marcantes na sua vida pública. Considera-o um lutador.<sup>207</sup>

Tanto no Judiciário quanto na Imprensa e na Tribuna(...) além do combate ao autoritarismo dos governos da Primeira República, através do uso constante do instrumento do habeas-corpus (...) pela defesa da abolição, pela defesa da instrução pública, defesa do voto direto, da legalidade e pelo respeito à liberdade que Rui escrevia.<sup>208</sup>

De acordo com esses preceitos buscava a construção de uma sociedade que oferecesse oportunidades iguais para todos. "Essa era a sua diretiva primordial na vida".<sup>209</sup>

Precedido, assim, de legitimidade na sua vida pública, Rui chegou à convenção do Partido Republicano Paulista como um forte candidato para disputar a presidência do país.

Político influente, senador coroado de êxitos, consagrado pela atuação como representante do Brasil na Conferência de Haia, Rui logrou traduzir seus ideais liberais em proposta que canalizava as aspirações das massas urbanas. O fato de ser o candidato de grupos tradicionais da elite paulista, não impediu que sua imagem mítica fosse assimilada como promessa de renovação na vida política do país. Rui Barbosa teria sua prestigiada imagem usada para dar credibilidade e angariar adeptos à campanha civilista. De maneira que sua imagem foi fartamente explorada nessa campanha eleitoral.

O carisma de Rui Barbosa não se fundia nem no poder da sua oratória, nem no prodigioso saber jurídico nem na erudição enciclopédica e sim em algo mais

---

<sup>207</sup> LACOMBE CAMARGO, M. M. O ativismo judicial de Rui Barbosa. In: Lustosa, I. Estudos Históricos sobre Rui Barbosa. Rio de Janeiro: MEC/FCRB, 2000, p. 140.

<sup>208</sup> Loc. cit.,

<sup>209</sup> SENNA, H. *Rui e o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949. p. XIX.

profundo, numa função simbólica de emprestar em sua pessoa, carne e sangue, nervos e alma a imponderável idéia de república.<sup>210</sup>

Como ressaltou Américo Palha a respeito de Rui Barbosa considera-lo o candidato que cristalizava a voz da consciência brasileira na manifestação mais alta de sua vocação democrática, da defesa da essência civil da República e da ordem jurídica.<sup>211</sup>

### **3.4 O Jubileu Cívico em Memória de Rui Barbosa**

Em agosto de 1918 ocorreu um verdadeiro culto à sua imagem, o Jubileu Cívico, evento que aconteceu no país para celebrar os 50 anos do discurso que Rui, ainda estudante de direito no Largo São Francisco, pronunciara em homenagem ao deputado José Bonifácio que se opusera à atitude do imperador de substituir o governo liberal de Zacarias pelo de Duque de Caxias.

Esse discurso marcou o início da vida pública e literária de Rui Barbosa. O jubileu cívico foi organizado por seus amigos baianos, sendo idealizado pelo médico Antônio Constâncio Alves, tendo no prestígio de Rui o principal trunfo para sua realização. Em sua homenagem foram realizadas diversas cerimônias em vários Estados do país. Os jornais trabalharam no sentido de evocar um clima de consagração à sua imagem, conforme nos demonstram as manchetes dos jornais da época com chamadas bastante alusivas como a do jornal *Correio do Remanso* na Bahia “O verbo divino de Rui Barbosa no seu jubileu literário” ou “mais alto que os pícaros do Himalaia, além das nuvens o nome de Rui Barbosa recebe a suprema

---

<sup>210</sup> KUJAWSKI, G. de M. *O Estado de S. Paulo*. 06.11.1999.

<sup>211</sup> PALHA, A 1965, p.64.

sagração” no *Diário do Comércio* do Paraná e ainda “Glória ao gênio imperecível do direito e da Civilização” *O Jornal*, do Rio de Janeiro.<sup>212</sup>



**Figura 16 - Aspecto da Praça Tiradentes em frente ao Teatro S.Pedro no momento em que terminou a sessão solene .  
Suplemento A Manhã, 1949. p. 56 (Suplemento retrogravura A Manhã, p. 57)**

Em virtude desse jubileu cívico, Rui recebeu o corpo diplomático estrangeiro, ocasião em que foi agraciado com três homenagens: da Academia Brasileira de Letras, que o sagrou presidente honorário, da Academia de Ciências de Lisboa e do governo francês.

Durante o decorrer do Jubileu Cívico, discursos e homenagens foram realizados no país, sendo Rui sagrado com epítetos grandiosos, que lhe valeram títulos como a de “honra da intelectualidade brasileira”, “mestre genial do direito e da

---

<sup>212</sup> GONÇALVES, J. F. As imponentes festas do sol. O jubileu cívico-literário de Rui Barbosa. In Lustosa, I. *Estudos históricos sobre Rui Barbosa*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000. p. 151-204



linguagem”, “gigante de Haia”, “maior celebração do Brasil”, “campeão da liberdade”, “super-homem brasileiro”, “a mais soberba glória da América”.<sup>213</sup>

Frente a essa enormidade de comemorações declarou que gostaria de ser lembrado por todos como:

De bustos e estátuas não sou de grande entusiasta. Um homem em metal ou pedra me parece duas vezes morto. Muito pode valer a estátua pelo merecimento da sua obra-prima. Mas então seu lugar adequado será no museu. {...} se eu pudesse ter a minha escolha, um monumento verdadeiro do trânsito da minha mediocridade pela terra, o que me agradaria recomendar seria uma ferramenta de trabalho com o nome do operário, e a inscrição daquilo de São Paulo na primeira (carta) aos coríntios: *abundantius ilis omnibus laboravi*. Bem-aventurados os que a si mesmos se estatuarão em atos memoráveis, e, sem deixarem os seus retratos à posteridade, esquecediça ou desdenhosa, vivem as suas vidas póstumas desinteressadamente pelos benefícios que lhe herdaram.<sup>214</sup>

Nas palavras de Antônio Herculano Lopes, Rui Barbosa já se sobressaía no panorama da República, repleto de figuras medíocres, constituindo-se numa das poucas figuras excepcionais, e a única que se lançou com todas as forças na arena política.<sup>215</sup> “Rui era visto como o gênio, o apogeu, o ápice, a melhor expressão. O mais alto e sublime expoente da cultura brasileira, o maior intelectual de nossa pátria”.<sup>216</sup>

Passado quase 80 anos, não nos ficou propriamente um herói popular, mas Rui ainda é objeto de admiração ímpar, que, se tem o seu lado racional no legado jurídico e político, tem um quê de inexplicável, de irracional, que caracteriza os mitos<sup>217</sup>.

<sup>213</sup> GONÇALVES, J. F. 2000, p. 152

<sup>214</sup> BARBOSA, R. Discurso na Biblioteca Nacional em 12.08.1918. arquivo da FCRB

<sup>215</sup> LOPES, A H 2000., p. 104.

<sup>216</sup> Ibidem, 86

<sup>217</sup> ibidem, p.73.



**Figura 17 - aspecto do pavilhão do Campo de São Cristóvão no momento em que se celebrava a missa campal em ação de graça pelo jubileu cívico de Rui Barbosa. Suplemento A Manhã, 1949, p. 56**



**Figura 18 - Aspecto do Teatro São Pedro de Alcântara durante a sessão do Jubileu cívico em 13.08.1918. Suplemento retrogravura, p. 56.**

### 3.5 Comoção Nacional na Morte de Rui Barbosa

Morreu em 01.03.1923. O corpo foi velado por três dias no prédio da Biblioteca Nacional para onde acorreram multidões. A identificação de Rui com as "letras" justificou a escolha do local para as últimas homenagens ao grande mito. "Tanto Rui quanto a Biblioteca Nacional eram vistos como verdadeiros depositários da cultura brasileira". Homenagens significativas se nota ao ver seu nome em prédios e ruas de muitas cidades. Sua morte chocava a população do Rio de Janeiro que se comoveu por ver a morte de tão grande lutador. As ruas da cidade ficaram tomadas pelos populares, que queriam, cada qual à sua maneira, lhe prestar a última homenagem.

As figuras proeminentes da sociedade até as pessoas mais simples atraídas pela sua grande popularidade choravam juntas sua perda, a perda de um homem que passou a representar o ideal de liberdade, de democracia e princípios para o país. Essas homenagens solenes visam reverenciar sua memória associando à sua figura o ideal de patriotismo e de uma trajetória de lutas desenvolvidas por sua longa vida:

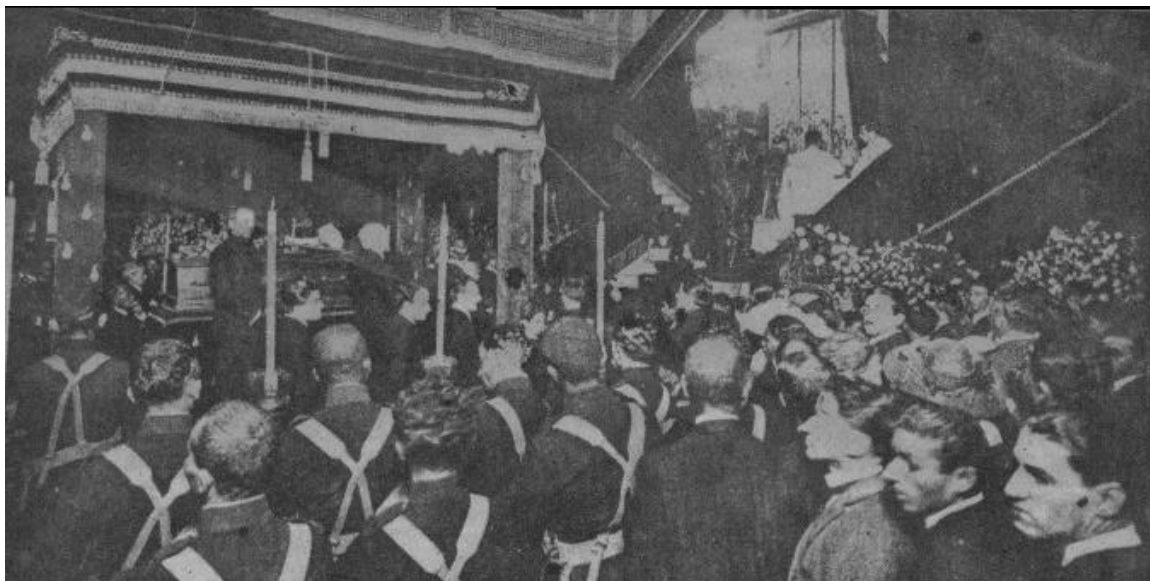
É como se ele continuasse a zelar pelo aperfeiçoamento da democracia, da liberdade, do desenvolvimento econômico, da justiça social e da ética na política. Esta a admirável herança que nos legou, e que nos cabe defender, o imortal Rui Barbosa.<sup>218</sup>

Rui Barbosa teve honras póstumas. Os jornais locais publicaram notas sobre o seu falecimento. *A Gazeta de Notícias* colocou na sua manchete a frase: "apagou-se o sol" afirmando que desaparecera a maior cerebração latina.<sup>219</sup>

---

<sup>218</sup> BASTOS, A. M. R. 2002., p. 15.

<sup>219</sup> *O Lutador*. Belo Horizonte, 11 a 20 de maio de 2003. p. 9



**Figura 19 - o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, celebrando a missa de corpo presente no saguão da Biblioteca Nacional, onde estava exposto o corpo para visitação. Suplemento A Manhã, 1949, p. 63.**

E o jornal *A Pátria*, dirigido por João do Rio, noticiava que morrera o maior gênio da raça. Em 2 de março de 1923 em seu editorial afirmava que seu nome era sinônimo de nacionalidade, justiça, liberdade e democracia.

na vida da nacionalidade brasileira não há maior vulto do que aquele que acabava de desaparecer: Ruy Barbosa. Tão eminente era ele, que encarnava a própria nação(...) ele era o pensamento mais alto; as suas aspirações mais grandiosas . Toda a sua vida se devotara ao Brasil num afeto que jamais será ultrapassado por nenhum outro homem público deste país. Toda a sua vida se desenrolou entre tremendas tempestades, e nas suas lutas e controvérsias ele foi sempre o grande alentador das nossas energias cívicas e morais. Combatendo, no Império, pelas reformas liberais e pela democracia, ele foi o maior fator de impulso que levantou a República e abateu a monarquia. Na República foi seu sustentáculo; e seu verbo divinizado consagrou-se à glória das campanhas cívicas, em que a nação pulsou com o seu coração e seu pensamento, ardentes e cintilantes do mais puro ideal republicano.<sup>220</sup>

<sup>220</sup> A Pátria. 02.03.1923.



**Figura 20** Corpo Rui ao sair da Biblioteca Nacional. O caixão é carregado pelos marinheiros e as alças seguras pelo representante do presidente da República, general Sta. Cruz, pelo presidente da Câmara dos Deputados, sr. Arnolfo Azevedo e membros do Ministério do Corpo Diplomático. Suplemento *A Manhã*, 1949. p. 63.

Mesmo tendo sido seu oponente durante a campanha eleitoral de 1910 *O Paiz* trouxe como manchete a epígrafe: Ruy-Barbosa – Clarão extinto. Em suas páginas lamentou profundamente sua morte afirmando: “falece-nos o engenho ante a sombra do gigante. Não temos senão ânimo para pranteá-lo, e participar do luto que assombra a alma inconsolável da Pátria.”<sup>221</sup>

As homenagens em razão de sua morte foram tão intensas que até os cantadores populares de rua entoaram uma cantiga que expressava a “imensa dor da Mooca”.

Cobre-se o Brasil de luto,  
Curva-se a pátria chorosa  
Pela morte de seu filho  
Querido Rui Babosa  
Era a glória do Brasil  
Ídolo do povo brasileiro.<sup>222</sup>

<sup>221</sup> *O Paiz*, 02.03.1923.

<sup>222</sup> loc. cit.

Nicolau Sevckenko em uma de suas obras nos reproduz um comentário transcrito do *Estado de S. Paulo* com enorme vigor sobre o a morte de Rui Barbosa o qual tinha pretensão de traduzir o tom daquele momento, quando se celebravam as exéquias de Rui Barbosa em uma cerimônia de enorme tensão emocional, na qual ficou claro que a partir de então haveria “apenas uma única águia trilhando os céus”.<sup>223</sup>

A respeito da imortalidade do mito, as palavras de Marilena Chauí são bastante elucidativas, afirmando que bem enterrado o corpo físico, a efígie permanece visível, deixada sobre o túmulo, para que “do leito do rei erga-se o leito da justiça”, nesse sentido, personalidade e imagem corresponde a um corpo total, a vida privada de uma personalidade se transfigura, tornando-se uma figura pública.<sup>224</sup>

### 3.6 A Produção da Caricatura de Rui Barbosa

A *Careta* assumiu o apoio à candidatura de Rui Barbosa<sup>225</sup> o apresentando como o mais capacitado para tornar-se presidente da República. Um de seus mais famosos caricaturistas, J. Carlos, retratava o candidato sempre associado à imagem de grande inteligência e severidade, o que lhe garantia uma aura de confiabilidade junto ao eleitorado. A mensagem que atingia a população era a transformação de Rui em símbolo do saber, do rebelde sisudo que não se encaixava nos esquemas

---

<sup>223</sup> SEVCENKO, N. *Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo; Cia das Letras, 2000. p. 104

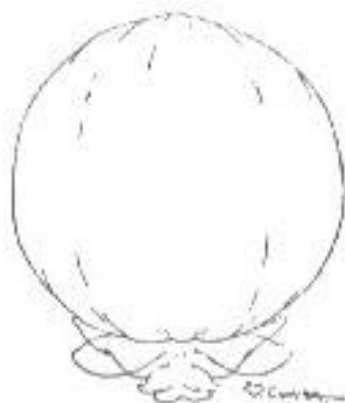
<sup>224</sup> CHAUI, M. público, privado, despotismo. In *Ética*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. pp 345-390.

<sup>225</sup> Revista fundada em 1908 por Jorge Schmidt, desfrutou desde o início de sua existência de grande prestígio nacional tanto entre os intelectuais como nas classes populares, "procurando ser desopilante e atrevida, sensível às inclinações e aos sentimentos do povo brasileiro. In LIMA, H. 1963, p. 275.

vigentes de guerreiro dos tribunais, representante da luta do pensamento contra a espada.<sup>226</sup>

A primeira charge que apresenta Rui Barbosa com uma cabeça extremamente desproporcional em relação ao corpo foi de autoria de Belmiro de Almeida trazendo uma legenda em que se utiliza o duplo sentido das palavras<sup>227</sup>.

Desse modo, as diversas charges que foram produzidas por outros chargistas seguiram essa imagem, que associava Rui Barbosa à uma cabeça avantajada estava sempre relacionada à sua reconhecida capacidade intelectual, num claro reconhecimento à sua erudição. São exemplos significativos duas charges, uma publicada em 1882 e a outra, na revista *A Larva*, em 1903.



**Figura 21 - Barbosa. talvez a maior cabeça do Parlamento atual. Fonte: FCRB**

Essas caricaturas reproduzem o tom da imprensa ao tratar da capacidade intelectual de Rui Barbosa

---

<sup>226</sup> LEMOS, A. H., op. cit.. p. 80, o autor realiza uma importante discussão sobre a importância do mito Rui Barbosa para a construção de sua imagem nos meios populares associada a uma performance eleitoral inigualável no período, ressaltando o papel das caricaturas e fotografias.

<sup>227</sup> LOPES, A. H. 2000, p. 281.



Figura 22 - “O núcleo luminoso de um astro desconhecido”  
J Carlos 1907



Figura 23 – “O miolo da grande cabeça”  
J Carlos 1907

Podemos afirmar que a análise da iconografia relativa à campanha eleitoral de 1909-1910 reforça a importância do papel que teve a imprensa na construção e divulgação da Campanha Civilista e na incorporação da imagem mítica de Rui Barbosa pela sociedade.

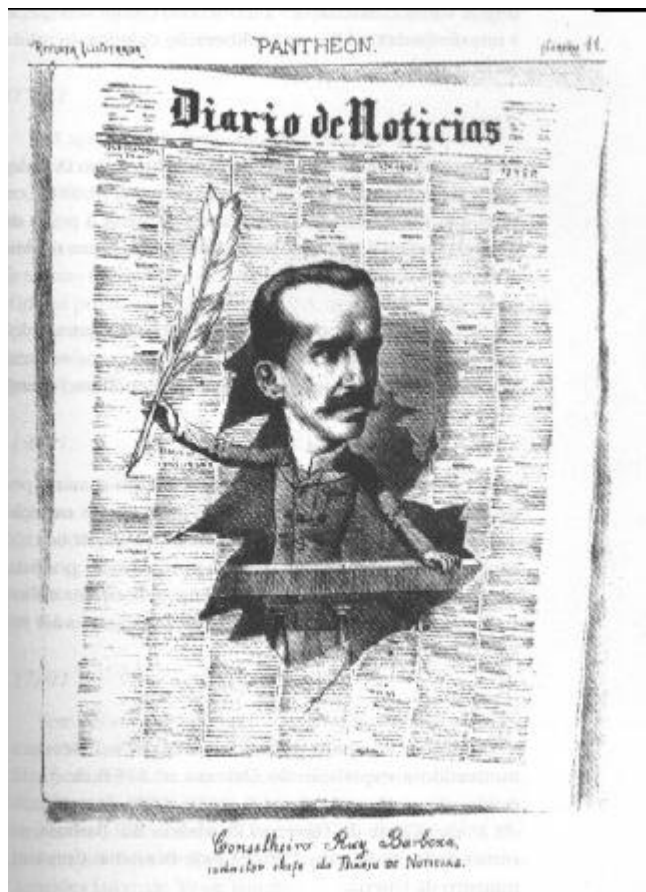
Conforme nos assinala Herman Lima:

O símile do mundo dos livros, consubstanciado numa biblioteca, como o figurou o caricaturista, era o bastante para trazer imediatamente a grandeza intelectual de Rui ao espírito do povo, do homem da rua, a quem se destina principalmente a caricatura.<sup>228</sup>

A linguagem iconográfica foi amplamente utilizada para contrapor às mazelas e de deslizes presentes na política brasileira.

<sup>228</sup>LIMA, H. 193, p. 8





**Figura 24 - Rui Barbosa. Redator do jornal O Diário de Notícias**

Os jornais e revistas de grande circulação no país conseguiram atingir o imaginário popular, produzindo elementos capazes de persuadir o leitor através da força das imagens - as fotografias - e do riso malicioso - fruto da natureza irreverente das caricaturas. Reforçando com essas charges a tática de estabelecer as ligações entre as qualidades identificadas e atribuídas a Rui Barbosa com os princípios da liberdade, democracia e de cultura nacional.



**Figura 25 - "A Larva" charge de Alfredo Cândido, 18-9-1909. arquivo da FCRB**

Nessa charge acima Alfredo Cândido consagra a imagem de Rui Barbosa ao indicar a equiparação de sua cabeça à Biblioteca Nacional, numa clara alusão à cultura e à inteligência do caricaturado às quais outros personagens fazem reverências.

Salutares tornam-se as palavras de Isabel Lustosa ao lembrar que um homem nunca é uma individualidade, devendo ser compreendido dentro de sua época, de

maneira que esse indivíduo possa ser totalizado por sua época e esse a retotalizaria, pois se reproduz dentro dela como uma singularidade.<sup>229</sup>

De modo que o trabalho de pesquisa histórica que se beneficia das caricaturas para procurar recuperar o espírito de uma época, na qual Rui Barbosa era considerado uma figura ímpar no cenário político, constituindo-se para muitos como um mito. Rui representava a República, o saber: as batalhas de grandes envergaduras nos tribunais, a luta pela justiça e pela a democracia. De modo que essas caricaturas ajudaram a compor a sua imagem de candidato à presidência da República e nos permitiram perceber sua presença nesse imaginário social.

---

<sup>229</sup> LUSTOSA, I. *Brasil pelo método confuso: humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 16-7

## CAPÍTULO IV - A IMPRENSA NA CRUZADA CIVILISTA

A imprensa foi o grande veículo das idéias no Brasil

Oliveira Lima

A imprensa no Brasil desde os seus primórdios acompanhou ativamente as transformações históricas do país como um todo, assim, podemos percorrer o trajeto da história da nação por meio das páginas dos jornais. Esses órgãos de informação se impõem como uma força política atuante nas decisões de interesse público ou privado, seja como personagem central ou como fomentadora e mediadora da sociedade.

A imprensa como fonte documental registra fatos e, sobretudo a dinâmica desses fatos. Por meio de sua contemporaneidade e do acompanhamento do cotidiano ela tem o poder de documentar a evolução dos fatos e perceber os grupos de pressão que atuam no momento, sendo capaz de reconstituir com eficácia a historicidade do momento em questão.

E assim ocorreu diante do surgimento da campanha civilista. Os jornais da época assumiram claramente suas posições a favor de um dos dois candidatos que polarizavam a disputa pela presidência do país. Não lograram manter a neutralidade face aos debates travados naquele momento e transformaram suas páginas em verdadeiras trincheiras de luta ao registrar nelas o embate inflamado que ocorria tanto nas tribunas parlamentares como nas ruas.

Esses eram tempos de grande influência da imprensa escrita, sendo que muitas vezes, se tornou a principal arma da luta política. Os jornalistas colocavam suas penas a serviço dos partidos e grupos políticos em conflito. Mais do que uma tribuna de simples denúncia, a imprensa representou um espaço que se abria para a implantação do germe de uma opinião pública, formando e divulgando conceitos e

opiniões. Os jornais se dedicavam a apontar as mazelas sociais e eleitorais, não escondendo suas opções.

A Imprensa, portanto foi fundamental para a divulgação da imagem e das mensagens do candidato civilista que alavancaram sua candidatura e arregimentaram as massas urbanas. Sua participação foi sugestiva desde a composição gráfica do jornal, como a escolha das manchetes veiculadas, da apresentação das fotografias de modo peculiar a induzir o leitor à aceitação de sua mensagem e da publicação de textos inflamados. Seu papel foi decisivo no andamento da campanha nas ruas.

Devemos lembrar que a mera visualização da manchete no jornal já passa ao leitor uma visão/conteúdo da mensagem, pois essa tem o poder de carregar ideologicamente a idéia do fato que define.<sup>230</sup>

Uma das armas usada pela imprensa na construção e divulgação da campanha de Rui Barbosa foi o uso de imagens para registrar os fatos mais importantes da campanha, de maneira que o estudo da utilização dessas fotografias e caricaturas apresentadas pela imprensa tornou-se essencial.

#### **4.1 A Campanha Civilista vista pelas Fotografias**

A construção da *performance* do candidato via imprensa contou com um fator decisivo: a fotografia jornalística, que marcada como uma fonte documental, se reveste de um poder inquestionável de criação do real para os seus receptores devido à sua capacidade de registrar a imagem de um momento. Esse rico material representava uma forma diferente de apresentar a campanha aos olhos populares,

---

<sup>230</sup> A respeito da composição gráfica do jornal sugerimos uma leitura da obra de BAHIA, J. 1990, CAPELATO, M.H. R. 1988- 1998 e LUSTOSA, I. 2000 entre outros autores.

pois além de trazer o conteúdo basicamente de maneira textual se apropriou das imagens fabricadas durante a campanha para ilustrar sua primeira página e suas notícias.

Uma análise mais elaborada sobre seu papel na sociedade nos é apresentada nos ensaios de Susan Sontag, para quem a fotografia transita entre o belo e verdadeiro, como arte pictórica e o documento social, reunindo suas ambigüidades e servindo-se ora de um, ora de outro. Na fotografia está depositado o valor do realismo, da fidelidade ao real visto que a mesma tem seu poder como imagem do mundo, se constituindo em provas incontestáveis.<sup>231</sup>

Sontag adverte que “a fotografia tem poderes que nenhum outro sistema de imagens jamais desfrutou por que, à diferença dos anteriores, ela não é dependente de um criador de imagens”, estabelecendo uma relação de identidade parcial entre a imagem e o objeto.<sup>232</sup>

Essa relação que se forma e se estende com a divulgação da fotografia, entre o objeto e a imagem produzida, é o que lhe confere a sua veracidade e credibilidade no meio social. A fotografia é considerada como uma prova irrefutável do ser/acontecer.

A força das imagens fotográficas provém de serem elas realidade materiais por si mesmas, depósitos fartamente informativos deixados no rastro do que quer que as tenha emitido, meios poderosos de tomar o lugar da realidade – ao transformar a realidade numa sombra.<sup>233</sup>

Como salienta Boris Kossoy sobre sua capacidade de testemunhar e provar a realidade:

A fotografia se tornou além de um resíduo do passado um testemunho visual do momento produzido, retratando também a memória da sociedade

---

<sup>231</sup> SONTAG, S. Sobre fotografia. Trad. Rubens Figueiredo, São Paulo, Cia das Letras, 2004. p.174

<sup>232</sup> SONTAG, S. 2004.

<sup>233</sup> op. cit., p. 196.

sendo impossível dissociar esta da memória, pois traz as recordações, as experiências dos homens em sociedade, retrata a vida.<sup>234</sup>

Compreender a trajetória de uma foto, o momento e a razão de sua existência é um dos desafios propostos para o historiador, conforme Kossoy:

São uns meios de conhecimento do passado, produzido por diversos fins que englobam tanto o relato social como o registro da memória histórica claramente definido, ressaltando personalidades, fatos, locais, momentos que precisam ter registro de sua existência.<sup>235</sup>

Compreendemos a fotografia jornalística como uma mensagem e, com tal, constituindo-se por meios de uma fonte receptora e uma fonte emissora, que visa a eficácia da imagem na articulação da propaganda eleitoral. Um construir de realidade, podendo ser compreendido como a “história da campanha eleitoral vista pela fotografia” neste sentido, a fotorreportagem se constitui como um documento imprescindível nesta abordagem, na qual a intenção documental da fotografia lhe reveste um caráter de fidelidade ao fato privilegiado.

O recurso do uso da fotografia na campanha foi uma estratégia para consubstanciar o texto apresentado ao público leitor. A imagem reproduzida nos jornais, fotos, panfletos e cartazes davam a materialidade para a campanha, tornando-a visível aos olhos populares, explorando aspectos que o texto escrito, muitas vezes, não consegue expressar ou vem apenas complementar.

A eficácia dessas imagens se estabelece na análise detalhada das relações produzidas entre signo/símbolo e as relações com seu significado social, de maneira a entender como ocorreu a recepção/aceitação dessa imagem pela sociedade. A imagem é construída e definida de acordo com os interesses dos grupos que dela se utilizam para dar legitimidade ao discurso.

---

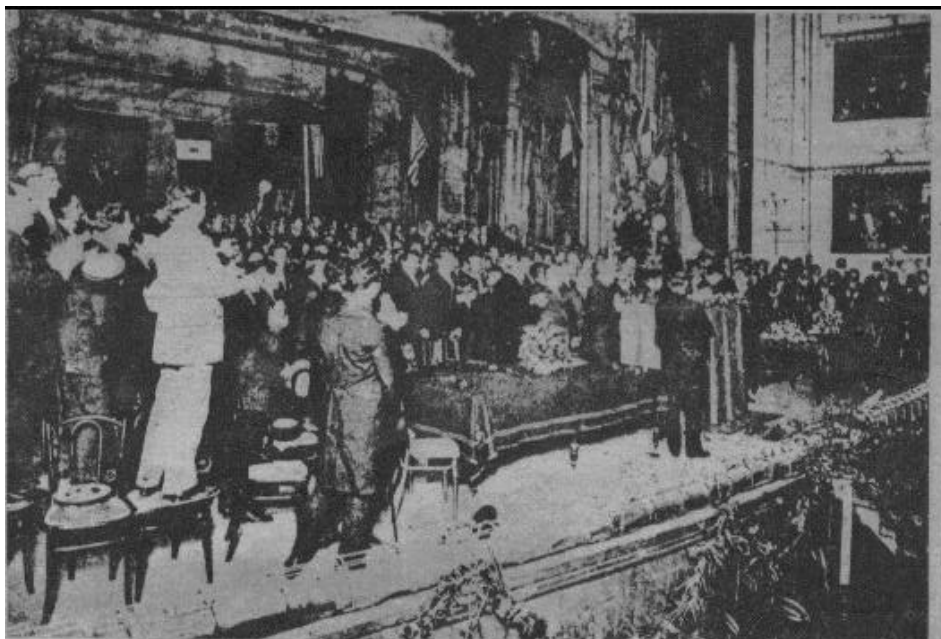
<sup>234</sup> KOSSOY, B. 1989, p. 91.

<sup>235</sup> KOSSOY, op. cit., p. 12



**Figura 26- A mesa que presidiu a Convenção Civilista de 22 de agosto de 1909. Na presidência o senador baiano José Marcelino de Souza, ladeado pelos deputados paulistas Álvaro de Carvalho, à direita e Galeão Carvalhal, à esquerda. De pé o deputado por São Paulo, Cincinato Braga, Secretário da Convenção.**





O palco do Teatro Lírico, no momento em que Ruy Barbosa subia à tribuna para pronunciar seu discurso histórico de início da campanha, a 3 de outubro de 1909



Aspecto do Teatro Politeama, na Bahia, quando Ruy Barbosa procedeu à leitura de sua plataforma a 15 de janeiro de 1910

Figura 27 - Suplemento Retrogravura A Manhã, 1949 p. 49.

De maneira que a fotografia possuiu o papel de alavancar a campanha nas ruas, dando o efeito de sua materialização, veiculando para a sociedade o clima de intensa agitação que se vivia na época.

Pudemos notar claramente essa tendência pelo exame da rica produção fotográfica da campanha, sendo a fotografia disposta como um testemunho da realidade. Essas imagens produzidas muitas vezes chegam a suplantar o poder das palavras.

A fotografia instituiu a linguagem não-oral da própria campanha, justificando assim a importância de sua utilização no presente trabalho, conforme afirma Roland Barthes elas são dotadas de funções como: informar, representar, surpreender, dar vontade, fazer significar, e o espectador as reconhece tal como ela se propõe.<sup>236</sup>

A fotorreportagem apresentada pelos periódicos civilistas naquele momento registraram e divulgaram, em suas páginas, uma série de fotografias dos diversos festejos ocorridos durante a mesma. A divulgação dessa série de fotografias pretendia criar um clima de vivacidade à campanha. Essas fotos tinham o propósito de registrar os fatos importantes da campanha, destacando a presença popular nos comícios e *meetings*, sempre enfatizando esse aspecto. Durante o período da campanha eleitoral o alvo das câmeras em diversos momentos era a multidão aglomerada à espera de ver e ouvir seu candidato pelos locais em que sua excursão eleitoral visitasse.

---

<sup>236</sup> BARTHES, R. A câmara clara. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, p. 13.

## 4.2 A Construção da Campanha pela Imprensa

O fato de ser um "homem das letras" manteve Rui Barbosa sempre ligado à imprensa, a qual chamou de sua "formidável tribuna". Essa ligação motivou e contribuiu também, sem dúvida, a incorporação de muitos jornais à sua campanha, sua pregação civilista teve boa receptividade, em parte da imprensa. Rui Barbosa percebeu cedo a importância da imprensa para a construção e o reconhecimento da imprensa nas ruas, não só na divulgação de sua imagem, mas também como veículo de formação da opinião pública.

De maneira que a partir da Convenção que lançou oficialmente sua candidatura os grandes diários passaram a fazer eco à campanha eleitoral, transformando seus editoriais e artigos diversos em instrumentos de formação da opinião nacional, esforçando-se na tarefa de difundir a imagem do candidato e da campanha. A imprensa desempenhou papel fundamental na condução e promoção da campanha eleitoral de 1909-1910.

Esse debate teve lugar na imprensa, que se dividiu em dois grandes grupos. A Rui Barbosa aliaram-se os jornais *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Século*, *A Notícia*, *A Careta*, *O Tempo* e *A Propaganda* (este, com tiragem semanal sob a responsabilidade dos estudantes de Direito do Largo São Francisco e redigido pelo acadêmico Floriano de Moraes, nasceu para combater o *Vinte e Dois de Maio*, outra publicação dos estudantes da faculdade que apoiavam a candidatura hermista). Ao lado de Hermes da Fonseca ficaram *O Jornal do Brasil*, *O Paíz*, *A Tribuna*, *O Diário Popular*, *O Diário de São Paulo*, *O Alarme*, *O Repórter*, *A Renascença*, *A Revista da Semana* e *O Malho*.<sup>237</sup>

A imprensa foi o meio privilegiado da ação de Rui Barbosa ao divulgar a campanha nas ruas fazendo-se notar por meio de utilização dos editoriais, traduzindo o clima tenso e apaixonado que se apresentava. Suas páginas traziam imagens e textos emocionalmente contundentes, na tentativa de atingir o eleitor.

---

<sup>237</sup> As obras de Nelson W. Sodré (*História da imprensa no Brasil*) e Afonso A. de Freitas (*A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914.*) dispõem de amplas informações sobre todas as publicações existentes na época.

Com certeza essa estratégia da imprensa foi um instrumento que permitiu a popularização da campanha civilista, disseminando as imagens que julgava favoráveis pelo país.

Aquelas páginas impressas contribuíram para que a forma da campanha idealizada por Rui Barbosa ficasse marcado na sociedade seu estilo combativo de fazer política. As comemorações no país referentes à campanha foram matéria dos jornais.

Devemos lembrar que o jornal como sujeito da enunciação, tem fé pública, detendo o poder de informar/formar seus leitores, de maneira que acabou por se transformar em cenário ideal para o teatro da política, devido à sua periodicidade e poder de persuasão.

Ao acompanharmos os relatos expostos pelo *O Estado de S.Paulo* sobre a excursão eleitoral realizada por Rui Barbosa pelo Brasil, podemos constatar, a partir da análise de seus editoriais, ou por artigos e manchetes veiculadas nas suas páginas a persuasão exercida pela imprensa. Os artigos funcionavam para edificar a construção de sua performance e exaltar o andamento da campanha, outras vezes

se tornava um baluarte nas denúncias de irregularidades e de violência vivida em alguns redutos eleitorais.

Por intermédio de uma estratégia de exposição e valorização do candidato, a imprensa civilista pretendia criar uma intensa mobilização social em torno do seu candidato, de modo a permitir uma identificação dos interesses individuais e coletivos, articulando um sentimento de identidade.

Por vários meses, os jornais civilistas alimentaram a continuidade da campanha nas ruas, divulgando a passagem da excursão eleitoral do candidato pelo país, demonstrando a ampla aceitação/recepção ao candidato e de seu discurso nos meios populares.

Os veículos de imprensa, envolvidos na campanha eleitoral, conclamavam os populares à adesão por meio de convites para comparecimento nos *meetings* eram freqüentes. Cada dia a imprensa mostrava os resultados das viagens empreendidas pelo candidato e a boa aceitação popular, detalhando a recepção obtida, comentando sobre a presença cada vez maior de adeptos à causa civilista, mobilizadora da nação. Notícias posteriores aos eventos davam conta de que foram pronunciados discursos inflamados e arrebatadores.

Com o objetivo de atrair a multidão para sua causa, a imprensa civilista mobilizava a população por intermédio de uma constante divulgação de convites para os eventos que iriam ocorrer, expressos nos jornais e com artigos contundentes. A obtenção de um maior grau de adesão dos ouvintes ao discurso político ocorre pela atração das mensagens veiculadas, exaltando a iniciativa dos civilistas ao proporem uma campanha eleitoral de tão grande porte.

Outra estratégia inédita da imprensa foi a publicação de cartas, de telegramas e mensagens de apoio e adesão à campanha vinda de todo o país fazendo com que

novas colunas surgissem nas suas páginas. Os periódicos também traziam registros dos debates que ocorriam no Senado, das grandes manifestações públicas a favor do candidato e convites para que a população delas participasse.

Com esse intuito, vários manifestos foram endereçados ao povo. Muitas vezes eram endossados com assinaturas de personalidades políticas influentes para reforçar sua eficácia e persuasão, a fim de sugerir a idéia de aceitação nacional.

Essas notícias eram sempre apresentadas na primeira página dos jornais com manchetes hiperbólicas. Dava-se destaque aos comícios realizados com a participação de enormes massas de populares e às entusiasmadas recepções de que era alvo a caravana eleitoral por onde quer que passasse, em todos os cantos do país.

Um outro aspecto a ser mencionado no papel da imprensa na luta pelo civilismo refere-se a utilização das palavras para convencer o eleitor da necessidade da importância do civilismo para a nação. A imprensa utilizou-se fartamente de argumentos favoráveis ao civilismo, manejando seus arsenais para polemizar ainda mais embate entre o civilismo e o militarismo. Era preciso divulgar a luta entre a espada X o pensamento, resultando no mote da campanha eleitoral se pautar na defesa do civilismo.<sup>238</sup>

O programa político de Rui Barbosa foi amplamente divulgado pela imprensa aliada. Notamos a entonação da fala dos jornais, sempre carregada de elogios ao candidato, pretendendo lhe conferir uma legitimidade política que poderia ser comprovada meio a aceitação popular de sua candidatura. Nas estratégias propostas pelos civilistas, os critérios de avaliação/aceitação popular foram medidos por meio do apoio recebido por parte da população.

---

<sup>238</sup> BARBOSA, R. 1909, vol. 36, t.1 Excursão eleitoral.

Para esse fim, foram divulgados manifestos redigidos por Rui, bem como confeccionados cartões e propagandas volantes alusivos à candidatura e sua possível vitória, sempre com frases eloqüentes e sugestivas.

Seus discursos exaltavam, em primeira mão, a valorização da democracia como eixo central do regime republicano, a confiança no país, sendo as temáticas que mais apareciam nos seus discursos eram: a valorização do passado, sua candidatura como uma missão redentora, a defesa dos ideais democráticos, da liberdade e o civilismo em contraposição ao perigo do militarismo, também se utilizava a veiculação de conceitos gerais de interesse político para alicerçar sua fala, tais como: povo, nação, democracia, poder e etc. Palavras como defesa, derrota, força, democracia, liberdade, apareciam com freqüência ou destaque em suas falas. Esses eram os temas que integralizavam o discurso.

De maneira geral, os discursos proferidos eram longos e prolixos e, muitas vezes, abusavam da erudição para impressionar os ouvintes e para dar respaldo às suas argumentações, Rui Barbosa fabricava seus discursos num tom cheio de exclamações e de adjetivos, constantemente apoiava-se em citações de exemplos dos países desenvolvidos como Estados Unidos, França e Inglaterra.

Em alguns desses discursos Rui comparava o modelo de democracia existente nos Estados Unidos ao sistema eleitoral brasileiro, chamando atenção para os problemas inerentes à nossa realidade política.<sup>239</sup>

Outra estratégia usada pela imprensa foi a utilização da imagem do candidato, respaldada por sua vida pública e política. A construção valorativa de sua imagem foi amplamente disseminada pelas páginas dos jornais. Ao iniciar seus relatos, essa imprensa sempre exaltava sua figura por meio de elogios no tratamento

---

<sup>239</sup> BARBOSA, R., 1910, v. 37, t.2, p. 174.

de sua figura: “nobre brasileiro”, “ilustre”, “benemérito brasileiro”, “mestre do civilismo”, “paladino”, “preclaro”, “eminente estadista”, não aparecendo o termo “candidato” nos artigos publicados. Ao esbanjar o uso desses adjetivos, pretendiam exaltar sua imagem:

A sua história é a história das nossas melhores conquistas da civilização. Ao serviço de todas as causas pós Rui Barbosa a sua fenomenal inteligência, a sua copiosíssima erudição, o seu extraordinário saber, as suas raras energias de lutador, a sua inexcedível sinceridade de patriota. É assim, que o vemos labutando, sem tréguas, pela redenção dos cativos, pela instrução do povo, pelo direito, pela liberdade, pela justiça, pela lei, pela paz universal.<sup>240</sup>

Desta maneira, o mérito imputado ao candidato pelos órgãos civilistas procurou associar e ressaltar a campanha aos ideais defendidos por Rui Barbosa, idealizando-o como o candidato que correspondia a um político que aceitara a incumbência daquela campanha devido ao amor à Pátria e à democracia.

Ao mesmo tempo em que Rui realizava sua empreitada cívica, eram lançadas nas ruas folhas volantes de propaganda da campanha, convocando os populares a participarem ativamente dessa campanha. A imprensa civilista se posicionava em defesa do civilismo. Como podemos destacar abaixo:

A VERDADE É ESTA: VOTAR EM RUI BARBOSA, É PRESTAR UM CONTINGENTE PARA SALVAR A PÁTRIA.<sup>241</sup>

Desde o início da campanha nas ruas sua imagem foi identificada com a razão, com o saber, a democracia, a cultura, o poder civil, por outro lado, Hermes da Fonseca era apresentado como o representante do poder militar, das forças retrógradas da nação, constituindo-se numa ameaça à Constituição e o poder civil.

---

<sup>240</sup> O Correio da Manhã, 24.01.1910 p. 1.

<sup>241</sup> Arquivo da FCRB publicado em 03.10.1909.



Como podemos destacar no texto datado de 24 de maio daquele ano publicado n' *O Estado de S. Paulo* o qual exaltava as qualidades do tribuno baiano.

Formidável campeão do direito, paladino das nossas liberdades, encarnação pura do civismo, cujo desassombro e cuja altivez, na época de tibiezas e pusilanimidades do presente, faz honra ao nosso tempo, iluminando a alma dos moços e salvando a causa da República.<sup>242</sup>

Ou no discurso abaixo:

Sua ação como patrono do direito contra a injustiça, da liberdade contra a opressão, do regime republicano contra sua própria degeneração e falseamento, foi sempre vitoriosa (...) sempre se colocou ao lado das vítimas da prepotência, muitas delas, de seus mais encarniçados inimigos, essas encontraram a justiça para ampara-las.<sup>243</sup>

E em outro momento o *Correio da Manhã* exaltava a importância de sua candidatura sua imagem:

Realmente é um estupendo paradoxo que o governo da pátria não deva ser confiado a um homem de celebridade mundial, conquistador de louros pelo seu trabalho, pelo inextinguível fulgor do seu gênio e pela incomparável vastidão de sua cultura literária e científica, mas sim, por um marechal sem tradições, sem passado e cuja fé de ofício é uma página em branco.<sup>244</sup>

Outro ponto explorado pela imprensa civilista foi a divulgação da idéia de que a campanha civilista era apartidária, constituindo-se num movimento alheio às paixões partidárias, e deveria ser compreendido como uma manifestação do sentimento de todas as classes populares.<sup>245</sup>

No embate travado pelo alargamento dos espaços formais de participação política, os setores populares confrontaram-se com uma tradição política no país, ou seja: o domínio das oligarquias nas escolhas de seus representantes.

---

<sup>242</sup> O Estado de S. Paulo, 24.05.1909. p.1

<sup>243</sup> idem, 26.02.1910.

<sup>244</sup> O Estado de S. Paulo, 04.10.1909, p. 1

<sup>245</sup> O Estado de S. Paulo, 24. 01.1910.

A imprensa ao trabalhar com a incitação popular incentivava sua participação nas manifestações públicas, sabendo explorar com grande eficácia, o potencial dessas camadas populares. Agindo desse modo, os órgãos de comunicação e o PRP reconheceram a multidão como agente político de pressão nas ruas do país.

Apesar das ocorrências das manifestações serem em sua maioria articuladas, produzidas e conduzidas por grupos políticos organizados e oriundos de uma elite orquestrada, não se pode retirar o caráter de envolvimento e participação das camadas populares terem se motivado para participar dessas manifestações, conforme alguns convites extraídos em seus editoriais:

Aos acadêmicos- Senador Rui Barbosa – A Junta acadêmica convida todos os acadêmicos civilistas a comparecerem à estação da Central às 7 horas da noite de 22 do corrente, a fim de confraternizados com o povo desta capital receberem triunfalmente o senador Rui Barbosa e acompanhá-lo até a sua residência (assinado pela Junta Acadêmica)<sup>246</sup>

Neste mesmo editorial encampa-se essa idéia divulgando e incentivando o convite ao comparecimento dos operários para uma manifestação que seria promovida pela Liga dos Operários Civilistas em prol do candidato civilista. O apelo ao comparecimento reforçava o papel de Rui Barbosa como defensor das liberdades contra aquele que impunha a lei. Esse jogo de dualidade lei/autoritarismo contra letras/democracia foi um recurso estratégico de propaganda do candidato largamente usado pelos jornais civilistas.

Em seguida ao referido editorial, destaca-se uma nota sobre a preparação de uma recepção para o candidato na Estação Central. A nota enfatizava a ansiedade popular em recebê-lo, como uma clara demonstração de aceitação do povo ao candidato.

---

<sup>246</sup> O Estado de S. Paulo, 25.02.1910. p. 1

Como forma de produzir impacto e aceitação social frente à campanha a imprensa civilista trazia na primeira página, com letras garrafais, manchetes com títulos impactantes e sugestivos como: Rui Barbosa -o regresso triunfal! – abaixo a página inteira dedicava-se a contar com os mínimos detalhes o retorno do candidato, enfatizando a aceitação popular ao candidato, as manifestações de apreço que este recebera na Bahia, arrolando também as personalidades presentes para recebê-lo e trazia uma lista com o nome dos oradores do dia. O jornal divulgava sua passagem destacando o furor causado por essa e a ampla aceitação social, como podemos destacar no trecho abaixo:

Aos aplausos da multidão, num delírio de palmas, Rui Barbosa atravessou ontem, em apoteose, esta cidade. No cais zombando dos rigores da canícula, o povo aguardava-o numa ânsia febril, e quando a sua figura assomou, dominando mil curiosidades, os aplausos estrugiram, prolongados e solenes. Depois, o entusiasmo, irradiando-se pela avalanche humana que se comprimia sob o sol das 5 horas, em saudação apaixonada ao grande brasileiro.<sup>247</sup>

Ou no editorial intitulado “Viagem triunfal” publicado n’ *O Estado de S. Paulo* em 16 de dezembro de 1909 quando afirmava com veemência que Rui Barbosa “pode verificar o quanto é intenso, vivo e entusiástico o apoio do povo paulista à causa da supremacia do poder civil na República brasileira.”<sup>248</sup>

Como estratégia de atuação, tanto a imprensa como o candidato empregaram o uso da retórica na luta pelo civilismo. Entretanto, ao utilizar-se dessa estratégia, devemos lembrar de seu uso como forma de convencimento/formação de crença, essa forma de persuasão também pode apresentar um caráter democrático,

---

<sup>247</sup> O Estado de S. Paulo, 24.01.1910, p. 1

<sup>248</sup> idem, 16.12.1909. p.1

encontrando sua justificativa na necessidade da competição dos candidatos em busca da adesão do público.<sup>249</sup>

Devemos salientar que a retórica como forma de estratégia política de um discurso é um texto persuasivo e que do ponto de vista formal tenta persuadir seus ouvintes a respeito de uma questão. O emprego da retórica nos discursos proferidos por Rui Barbosa se faz sentir na produção e nos efeitos discursivos, compreendendo três modalidades de persuasão: convencer, comover e agradar.<sup>250</sup>

Ao utilizarmos o conceito de retórica no presente trabalho, compartilhamos da visão proposta por Northrop Frye para quem a retórica pode ser considerada como a arte que congrega a fala ornamental à fala persuasiva, implicando até mesmo nas formas literárias.

A retórica ornamental age esteticamente sobre seus ouvintes, levando-o a admirar-lhe a beleza ou a graça; a retórica suasória tenta leva-los cineticamente a um modo de ação. Uma articula a emoção; a outra forja-a.<sup>251</sup>

O discurso civilista pretendia “criar” a realidade por meio da linguagem, estruturando uma visão coletiva desse real, que se ancorava em sua argumentação. De modo que a tônica de seu discurso enveredasse para um rol de denúncias das falácias governamentais e apresentasse num processo antagônico a defesa de ideais propostos em campanha. Rui Barbosa como orador mostrava e se baseava em dados convincentes, abarcando diversos pontos falhos do regime republicano.

Na proposta edificada pelos civilistas o uso da retórica por Rui Barbosa pretendia não apenas forjar uma emoção ao eleitor, mas articular emoções, galvanizar a nação de modo a transforma-la em votos, como pudemos constatar por

---

<sup>249</sup> CARVALHO, J. M. Desenvolvimento de la ciudadanía. Fideicomiso História de las Américas, Serie Ensayos, México, El Colégio de México. 1995. Apud. LUSTOSA, I. op. cit., p. 422.

<sup>250</sup> TRINGALI, D. Introdução à retórica. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1988, p. 21.

<sup>251</sup> FREYE, N. Anatomia da crítica. Quatro ensaios. (Trad.) Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Editora Cultrix, 1989, p. 241.

meio de uma ampla participação popular nas ruas, isto é, traduzindo a resposta do estímulo retórico proposto por Rui e pelos órgãos de imprensa engajados. Sendo interpretada para nós, como um instrumento de veiculação e crença da própria campanha. De maneira que seu valor como instrumento persuasivo pode ser medido de acordo com o efeito exercido, ou seja, traduzido em apoio político, grande manifestações públicas e pelo número de votos recebidos.

A imprensa teve uma participação importante na formulação das estratégias que visaram mais do que o simples conhecimento da campanha nas ruas, constituindo-se num de seus pilares mais importantes.

#### **4.3 O Estado de S. Paulo**

O primeiro jornal a abraçar a causa civilista foi *O Estado de São Paulo*, fundado em 1875 como *A Província de São Paulo*, cresceu como defensor das idéias republicanas transformando-se propriamente num porta-voz do nascente Partido Republicano Paulista. Em 1891, Júlio de Mesquita assumiu a direção do jornal e já em 1901 adotou um compromisso com a república civil. Baseado no ideal do liberalismo aspirava a um regime civil livre de fraudes eleitorais e de violações à Constituição e posicionava-se contra a "Política dos Governadores" e a intervenção nos Estados.

Mesquita, Intérprete da ideologia liberal, é natural que apoiasse, em 1909, a causa civilista e elevasse Rui Barbosa a modelo ideal do político brasileiro cujas qualidades e preparo para assumir a condução do país era ressaltado em suas páginas. Segundo Juarez Bahia,

Júlio de Mesquita é um adversário intransigente do militarismo político que navega sobre os impulsos dos desvios republicanos Pena tão aliciante

quanto ao verbo de Rui, Júlio Mesquita lança o jornal contra ações do poder que abalam os fundamentos morais e materiais das nossas instituições e da nossa nacionalidade. O seu compromisso adotado também pelo jornal que dirige, é com a *república civil*. É assim que a campanha civilista de Rui, em 1909-1910, se insere em *O Estado de São Paulo*, mais que em qualquer outro jornal brasileiro, como num contexto.<sup>252</sup>

Júlio de Mesquita estava convencido da necessidade de impedir o acesso do militarismo ao poder, pois isso representava um retrocesso na política nacional para ele, São Paulo encabeçaria a onda de afirmações democráticas que a ação desenvolvida contra a prepotência do Catete provocaria. Frente a essa situação, o jornalista não podia deixar de ser partícipe da indignação causada pela candidatura Hermes da Fonseca. Por esse motivo, seu jornal deveria ser o primeiro a enfrentar esses acontecimentos políticos, lançando-se decididamente na luta contra esse atentado à essência do regime republicano.<sup>253</sup>

Paulo Duarte advertia que: “A República civil será de hoje em diante a nossa preocupação de todos os dias, de todas as horas, de todos os minutos e de todos os instantes.”<sup>254</sup> Afirmava que o jornal era o órgão oficial do civilismo, sob o comando do maior dos civilistas de São Paulo, Júlio de Mesquita.<sup>255</sup>

Seria a sua primeira palavra a insurgir-se contra o novo esbulho às instituições. Antes mesmo que a voz possante de Rui Barbosa se fizesse ouvir na mais bela das campanhas cívicas em que jamais se empenhou a Nacionalidade, a sua pena proclamaria os direitos da opinião pública, declarando que “candidaturas oficiais e princípios democráticos são duas coisas que uma à outra se repelem”.<sup>256</sup>

Os representantes desse jornal não assistiram passivamente o momento de eclosão da campanha civilista no país participaram ativamente de sua promoção ao

<sup>252</sup> BAHIA, J. *Jornal, História e técnica*. São Paulo: Ática, 1990, p. 163.

<sup>253</sup> Duarte, P. *Júlio de Mesquita*. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 237.

<sup>254</sup> *Ibidem*. p. 46.

<sup>255</sup> *Ibidem*. p. 45.

<sup>256</sup> *Ibidem*. p. 237.

colocarem suas folhas a serviço de Rui Barbosa e de sua causa, que na verdade, unia-se a do próprio jornal. Nas palavras do próprio Júlio de Mesquita:

Entregues amanhã ao governo de uma espada (o marechal Hermes da Fonseca), não é só a nossa liberdade que se perde, perde-se, também, nesse miserável naufrágio, nessa queda humilhante, nesse eclipse vergonhoso, o respeito, a confiança e a solidariedade do mundo civilizado.<sup>257</sup>

Conforme prosseguem os relatos do jornalista Paulo Duarte, o fortalecimento do poder civil em nome dos princípios democráticos foi a tese que constituiu a base da luminosa campanha civilista, contra a intervenção militar na política brasileira.<sup>258</sup>

Frente a recente inovação técnica que *O Estado de S. Paulo* havia passado em sua redação, pois havia adquirido máquinas novas e modernas, capazes de imprimir um jornal com até dezesseis páginas. Aproveitando-se dessa situação, Júlio de Mesquita encontrou uma técnica definitiva para acompanhar e divulgar a campanha civilista. O jornal em suas edições diárias colocou o título da notícia em duas colunas noticiando diariamente a excursão eleitoral pelo país.

Nessa campanha o mote era a luta pela democracia, que se atrelava à idéia de civilismo, capaz de transformar o país e impor a regeneração política;

Não somos um partido, somos a opinião nacional organizada para a inviolabilidade de princípios, sem os quais nenhum partido pode ser signo fator nas labutações pacíficas do aperfeiçoamento político-social das populações e da prosperidade da pátria. A síntese desses princípios está no expressivo lema da bandeira arvorada por suas mãos, que nos congregou nas horas mais aflitivas da trepidação de nossas instituições e que nos congregará nos comícios eleitorais. Esse lema é o governo civil - é governo tão obediente às leis como os governados.<sup>259</sup>

Conforme salienta Maria Clementina Pereira Cunha *O Estado de S. Paulo* sempre representou o princípio liberal identificado com a verdade eleitoral. Por esse

---

<sup>257</sup> Loc.cit.

<sup>258</sup> Loc. cit.,

<sup>259</sup> O Estado de S. Paulo. 05.10.1909.

motivo incentivou o alistamento eleitoral da população urbana e conclamou para que houvesse um expressivo comparecimento do eleitor nas urnas, salientando que uma de suas bandeiras era a luta pela honestidade do processo eleitoral, principalmente no recebimento e na apuração dos votos, considerada como uma exigência fundamental para garantir a representatividade popular.<sup>260</sup>

Assim, desde o começo da campanha esse jornal vai sistematicamente por meio de seu teor noticioso direcionando suas manchetes a fim de conquistar o eleitor por meio de um processo de valorização do candidato civilista.

#### 4.4 O Correio da Manhã

O jornal carioca *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt e extinto em 1974 tendo se destacado como sendo um jornal de opinião. Sua fundação relaciona-se com a Revolução Federalista, pois seu fundador havia começado sua carreira de jornalista em Porto Alegre. Colaborador do jornal *A Reforma*, jornal do Conselheiro Gaspar Silveira Martins, o que lhe permitiu uma orientação política oposicionista. Apesar de declarar-se isento de qualquer compromisso partidário *O Correio da Manhã* se apresentava como participante e combativo, defensor da causa dos direitos do povo, de seu bem-estar e de sua liberdade. Intitulava-se como “o defensor da justiça, da lavoura e do comércio”<sup>261</sup>. Desde a sua fundação esse órgão de opinião se aproximou das classes menos favorecidas da sociedade.

---

<sup>260</sup> CUNHA, M. C. P. 1976, p. 112.

<sup>261</sup> EDMUNDO, Luiz realiza em suas memórias uma síntese sobre a personalidade do jornalista Edmundo Bittencourt .O Rio de Janeiro do meu tempo. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.



Luis Edmundo afirma que seu proprietário em sua jornada:

impôs a opinião esquecida do povo como controle a ação voluntariosa dos profissionais da política, encorajou a nacionalidade, corrigindo os desmandos de administradores, a tibieza ou os abusos do poder. Para tanto teve que expor a própria vida. Seu corpo, defendido pela Providência, hoje, é um mapa de furos e rasgões. Penou em cárceres. Conheceu o exílio. Nenhuma forma de hostilidade o intimidava.<sup>262</sup>

Seu oposicionismo era visto pelo próprio jornal como o “combate ao controle do poder pelas oligarquias que tentavam na Primeira República deter o país num estágio agrícola de produtor e exportador de matéria-prima”.<sup>263</sup>

Esse jornal era uma espécie de frente organizada, defendendo a postura de oposição às oligarquias, tinha como colaboradores jornalistas ligados as mais diversas tendências políticas. Um de seus colaboradores o combativo Evaristo de Moraes, que de forma atuante chamava a atenção para a intensa manifestação do movimento operário. Esse jornal dava destaque as passeatas e greves realizadas pelos trabalhadores.

O *Correio da Manhã* se envolveu nas diversas campanhas políticas que ocorreram na nação em defesa dos direitos dos populares. A primeira campanha que participou ativamente foi contra o aumento no preço das passagens dos bondes da Companhia São Cristóvão. Apoiou com entusiasmo a reforma urbanística promovida por Pereira Passos, mas criticou violentamente a obrigatoriedade da vacina, atuou também na campanha em defesa de Lauro Sodré, detido em um navio de guerra, por achar que o governo perseguia aqueles que se opunham contra sua tirania e opressão.<sup>264</sup>

---

<sup>262</sup> EDMUNDO, L.. Ibidem, p. 1041.

<sup>263</sup> [http://www.cepedoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/5814\\_1.asp](http://www.cepedoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5814_1.asp). p.1.

<sup>264</sup> Ibidem, p. 2

Inicialmente esse jornal se colocou em defesa da candidatura Hermes da Fonseca, publicando em 12 de maio de 1909 um artigo no qual declarava que “o Marechal Hermes conquistou definitivamente o coração do povo”<sup>265</sup>

Mas o entusiasmo do referido órgão frente à candidatura militar durou pouco, logo após a Convenção de maio que indicou Rui Barbosa candidato ao pleito, o jornal mudou de rumo, acreditando que a candidatura hermista já não seria “o grande remédio aos grandes males”.<sup>266</sup>

A atitude de jornal se justificou pelo fato de Hermes ter perdido grande parte do apóio popular à sua candidatura, não havendo assim, razão para continuá-lo apoiando. E em agosto de 1909 o jornal ingressa definitivamente na candidatura de Rui Barbosa, tornado-se seu porta-voz.

A boa aceitação da candidatura de Rui Barbosa, especialmente nas grandes cidades, deveu-se, em parte, a que ele fundamentasse no processo eleitoral suas críticas aos "vícios" do regime republicano brasileiro, que pretendia democratizar com a adoção do voto secreto. Mas outro fator contribuiu para essa aceitação: foi o estabelecimento de uma relação entre a sua candidatura, o "renascimento de nossa nacionalidade", uma vez que o nacionalismo era um dos temas mobilizadores de diferentes setores da sociedade brasileira durante os anos 10.<sup>267</sup>

Luis Edmundo ao finalizar suas crônicas sobre o jornal *Correio da Manhã* afirmou que “não há na história do jornalismo brasileiro página mais bela, nem mais proveitosa que essa que ele nos traçou, a golpes de talento e de coragem.”<sup>268</sup>

---

<sup>265</sup> Correio da Manhã. 12.05.1909.

<sup>266</sup> [http://www.cepedoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/5814\\_1.asp](http://www.cepedoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5814_1.asp). p. 3.

<sup>267</sup> RODRIGUES, M., 1997, p.24.

<sup>268</sup> EDMUNDO, L.. 1957, p. 1042.

#### 4.5 A Cobertura da Campanha

A imprensa civilista com o objetivo de despertar o interesse dos eleitores e visando adesão à campanha de Rui Barbosa, procurou sempre conferir ao candidato o papel de porta-voz da sociedade e de defensor dos princípios de regeneração e moralização da República. A popularidade do político baiano era divulgada pelos jornais que registravam todos seus passos com ênfase na entusiasmada presença popular nas ruas. Esta exposição da imagem pública de Rui, acabava por provocar o estabelecimento de uma forte identidade entre o povo e o candidato.

A eleição, assim como as festividades e atos de protestos, traziam às ruas da cidade multidões e faziam parte dos comícios eleitorais não somente homens, mas mulheres que queriam tornar público, naquele momento, o seu apoio ao candidato dissidente.

Como candidato civil em oposição ao militar Hermes da Fonseca, a elite paulista idealizou a campanha eleitoral de 1909-1910 objetivando sensibilizar e convencer os eleitores. Para tal, buscou inspiração nos moldes da política norte-americana. Esse modelo tinha como uma das metas principais ressaltar a capacidade intelectual e moral do candidato apresentado para o exercício do cargo disputado. A linguagem erudita e entusiástica, acompanhada desse processo de exposição máxima do candidato, foi a estratégia utilizada para chegar ao eleitor, cujo apoio era buscado no contato direto.<sup>269</sup>

---

<sup>269</sup> BARBOSA, R., 1909, vol. 36. P. 226.

### a) São Paulo em Campanha

A excursão eleitoral de Rui Barbosa foi amplamente divulgada pelo *Correio Paulistano* e pelo *O Estado de S. Paulo*. Essa teve início em dezembro de 1909 e percorreu praticamente todo o Estado de São Paulo. A caravana eleitoral partiu do Rio de Janeiro e chegou em Queluz, a primeira cidade visitada. Sendo recebida pelo povo e pelas autoridades municipais na estação ferroviária com flores e ruidosas aclamações. Diante de uma entusiasmada platéia fez um rápido discurso e partiu em seguida para Lavrinhas. Os relatos expostos pelo *O Estado de S. Paulo* informavam que a multidão presente na estação ferroviária, sua recepção assumiu proporções de verdadeira apoteose, na qual se fazia representar todas as pessoas da cidade, de todas as classes sociais. Conforme o autor do relato as pessoas presentes foram levadas por uma “corrente magnética da mais sincera simpatia, movida pelo entusiasmo criado pela campanha eleitoral”.<sup>270</sup>

Iniciando seus discursos com referências ao local no qual estava sendo recepcionado, tecendo vários elogios ao povo e à cidade, exaltava sua grandeza e importância no cenário político.

São Paulo é uma alvorada. São Paulo é a manhã do nosso futuro grandioso. Estado feliz, que inspira aos outros o orgulho de ser brasileiro. Percorrendo, ainda há pouco, estas regiões atravessadas pela vossa estrada (...) O ouro de São Paulo é o seu coração, o seu temperamento, as suas virtudes, o seu amor à liberdade, que dão a este povo a certeza de uma vitória tão segura como a verdade divina que ilumina todos os corações.<sup>271</sup>

A excursão eleitoral realizada pelo candidato no interior do Estado de São Paulo foi planejada detalhadamente, definindo na sua organização a necessidade das palavras de Rui Barbosa inspirarem confiança nos populares, de maneira que

---

<sup>270</sup> Ibidem, p. 7

<sup>271</sup> Discurso proferido por Rui Barbosa em Jundiá. 1909, vol. 36. p. 155.

seu nome veiculasse uma imagem capaz de produzir o efeito cênico de um candidato digno e capaz para almejar o cargo que estava pleiteando. Rui definia suas palavras nos discursos como sendo “a voz da verdade animada pelo sopro divino que a tribuna reserva aos seus privilegiados”.<sup>272</sup>

De acordo com um jornalista<sup>273</sup> que acompanhava a caravana, a pequena cidade de Queluz, apresentava-se completamente coberta de folhagens e ornamentada com bandeiras para recepcionar o grande vulto. O Hino Nacional foi entoado assim que o trem se aproximou da plataforma, que já estava tomada pelo povo, acompanhado do espocar de foguetes. Discursos sucederam-se ali mesmo na estação, sempre entrecortados por brados de "Viva Rui Barbosa!" Por ocasião de sua passagem, a cidade de Lavrinhas amanheceu engalanada, uma hora antes da chegada do trem a gare já estava “apinhada de povo”.<sup>274</sup>

O primeiro discurso proferido foi o do professor Berasio Bueno Freire, saudando o senador em nome do povo da cidade. Em seguida houve a fala de uma jovem, Alvina Coutinho, que ao se dirigir foi elogiada e aplaudida por todos os presentes. Falou com clareza, expressando os anseios dos populares locais. A jovem declarou que o seu nome estava sendo ouvido em todos os lares e recintos públicos, afirmando que não havia dúvida de que Rui era, num consenso unânime, o mais notável brasileiro da atualidade. O jornalista que assistiu a cena publicou no dia seguinte no *Correio Paulistano* suas impressões, ressaltando o fato de que o povo que estava acostumado a ver na política um aparelho automático, sancionando a escolha dos eleitos ao poder, que antes, marasmado, apático, indiferente, nem de longe intervinha na política, quando consultado, responderia, mostrando sua força, decidindo a vitória do pleito.

---

<sup>272</sup> Ibidem, p. 355.

<sup>273</sup> BARBOSA, R. 1909, vol. 36.t. 1, p. 09

<sup>274</sup> Ibidem, vol. 36. t.1, p. 10.

O *Estado de S. Paulo* reproduziu, com detalhes, a recepção de Rui Barbosa na cidade de Cruzeiro, que contou com uma salva de vinte e um tiros, foguetes e aplausos populares. Uma comissão de viajantes do comércio apresentou-lhe um ofício no qual declaravam seu apoio ao candidato.

A cidade de Cachoeira prestou homenagens solenes ao candidato, desde as 11 horas notava-se nas ruas, a presença popular. A Câmara Municipal e o diretório republicano haviam distribuído um boletim aos populares com o teor:

Ao povo – Devendo passar, amanhã, por esta cidade, o preclaro estadista sr. dr. Ruy Barbosa, convidamos o povo a ir a “gare”, ao meio dia, cumprimentar aquele eminente senador, orgulho dos brasileiros e uma das maiores esperanças da República.<sup>275</sup>

Em Lorena, Rui teve uma recepção digna da importância da cidade. Banda de música e fogos de artifício levantavam o entusiasmo dos populares que aguardavam ansiosos a chegada do comboio.<sup>276</sup> Logo após o desembarque da comitiva, o Dr. Oliveira Braga Filho discursou em nome do diretório do PRP, da Câmara Municipal e da população. Rui Barbosa, comovido com a recepção em sua homenagem, pronunciou algumas palavras, após as quais foi ovacionado estrondosamente pelos presentes.

Segundo relato publicado no *Correio da Manhã*, a intensa manifestação popular que se formou, mostrava que não era um desses arranjos político produzido pelos poderosos, mas uma clara demonstração de apreço ao eminente brasileiro.

Três bandas de música aguardavam a caravana em Guaratinguetá e, assim que o trem parou, executaram o Hino Nacional. Personalidades importantes do município encontravam-se na estação, entre elas políticos locais e autoridades. O promotor público saudou o candidato em nome do povo da cidade e declarou o

---

<sup>275</sup> Ibidem. Vol. 36, t. 1, p. 15.

<sup>276</sup> Loc. cit.

apoio à causa civilista. O momento culminante de seu discurso e entusiasticamente aplaudido foi quando declarou:

Paulistas não nos conformaremos com o regresso ao regime militar, que se nos quer impor, após quatorze anos de governo civil, em que tanto se tem feito para engrandecimento e pela glória da Pátria, tantos benefícios se têm colhido, tão incontestáveis progressos se têm realizado.<sup>277</sup>

Pindamonhangaba recebeu o candidato com uma imponente festa promovida pelo povo da cidade. No momento de sua chegada à estação, as aclamações atingiram ao delírio<sup>278</sup>, erguendo vários vivas ao candidato, à República civil e à liberdade. Rui Barbosa chegou e agradeceu sorrindo ao povo da cidade. No discurso proferido pelo Dr. João Romeiro houve a exaltação de sua figura e de seus serviços prestados à nação e a causa da liberdade, sendo reafirmado o mito de grandioso brasileiro e lembrado em sua memorável atuação na Conferência de Haia, onde sua “ sabedoria e eloqüência conseguistes colocar o Brasil ao lado das nações mais civilizadas, para merecerdes do povo a *consagração* do filho mais digno e mais merecedor deste vasto e imenso país”.<sup>279</sup>

Salva de tiros e banda de música receberam Rui Barbosa também em Taubaté. Após ruidosos aplausos que acompanharam a chegada do trem, o povo presente atendia ao convite da Câmara Municipal para comparecer à estação ferroviária e trazer suas homenagens ao candidato. O Dr. Paulo Costa, ilustre advogado da cidade, proferiu discurso em nome da Câmara Municipal. Rui agradeceu e, segundo a transcrição do artigo:

O eminente orador foi tão eloqüente, tão extraordinários foram os arroubos de sua imaginação e de tal entusiasmo ficou possuído, que as suas palavras brotavam em torrentes, eletrizando o auditório. A multidão em

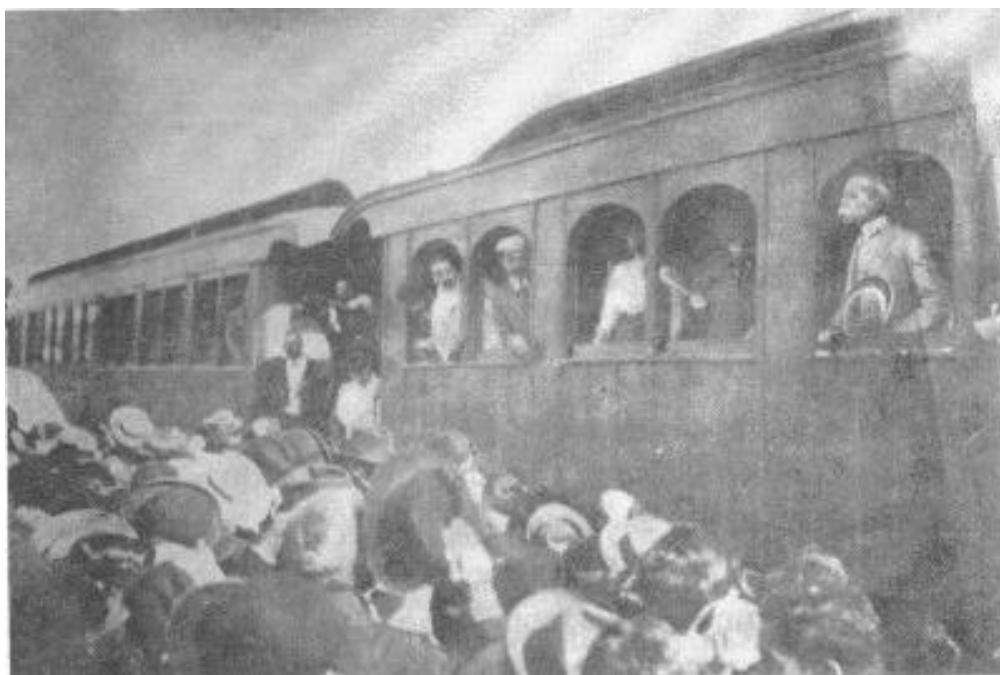
---

<sup>277</sup> BARBOSA, R. vol. 36, t.1, 1909, p. 10.

<sup>278</sup> Ibidem, vol. 36, t.1, 1909, p. 20.

<sup>279</sup> Ibidem. vol. 36, t.1 p. 21.

delírio, aclamou incessantemente o grande brasileiro até o momento da partida do trem.<sup>280</sup>



**Figura 28 - Rui Barbosa ao passar por Taubaté fala de improviso da janela do seu vagão ao povo que se comprime na plataforma. A Manhã. pg.48**

Em Caçapava, a caravana foi recebida também com grande manifestação popular e discursos de políticos locais. Aplausos e gritos de vivas foram ouvidos quando Joanita Gomes, representando uma comissão de senhoritas, entregou ao candidato um buquê de orquídeas.

Sua recepção em São José dos Campos ocorreu às 17:30, segundo o relato havia um burburinho indescritível na cidade, um frêmito de contentamento e de emoção agradável prorrompeu em vibrante entusiasmo ao viver o candidato e o seu comboio. Ao chegar na estação, coberta de flores e contando com a presença de um grande número de meninas trajadas de branco, foi ovacionado durante 5 minutos.

---

<sup>280</sup> Ibidem, vol. 36, t.1, p.25



“sempre uníssonas, entusiásticas, crescentes, até o trem partir conduzindo o ilustre itinerante saudado por vivas patrióticos”.<sup>281</sup>

Outra cidade visitada pela comitiva de Rui Barbosa foi Jacareí. A cidade o aguardava ansiosa, contando na estação ferroviária representantes da elite da sociedade que para lá acorrera a fim de saudar o candidato. Houve discurso e muitos aplausos.

A última cidade antes da capital que recebeu Rui Barbosa na sua excursão eleitoral pelo Estado foi Mogi das Cruzes. Lá Rui foi saudado pela Câmara Municipal na figura do professor Adelino Borges Vieira que o chamou de “advogado dos fracos e oprimidos, o ídolo do povo brasileiro, cujo nome repercutia em todos os centros do planeta, elevando um altar à justiça e à liberdade”.<sup>282</sup>

Finalmente, na capital, uma enorme multidão aguardava ansiosamente na Estação da Luz, pela chegada de Rui Barbosa. Os relatos contam que “a impressão, forte e arrebatadora, de extraordinário regozijo eletrizou toda população, fato único que perdurará nos anais da vida cidadã como uma demonstração mais soberba de patriotismo”.<sup>283</sup>

Em 15 de Dezembro de 1909 Rui chegava a São Paulo para propagar sua candidatura, o acompanhava em sua viagem, segundo Paulo Duarte, uma brilhante comitiva, que considerou sua recepção na cidade como uma empolgante consagração tendo sido recebido em todas as cidades em manifestações triunfais.<sup>284</sup>

Ao descrever a cena o jornalista que acompanhava a comitiva não poupou detalhes e comentários, referindo-se a impressionante mobilização popular

---

<sup>281</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>282</sup> Discurso proferido pelo professor Adelino Borges Vieira em Mogi das Cruzes em ocasião de sua passagem na cidade, Ibidem, p. 50.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 32.

<sup>284</sup> DUARTE, P. 1977, p. 45.

promovida pela campanha eleitoral, a impressão desse relato produzida vale ser transcrita:

Toda população, num movimento irresistível, contínuo, derramou-se pela cidade, dando às ruas a nota festiva de sua alegria comunicativa. À tarde o trânsito já era difícil: a multidão avultava a cada momento. Os elétricos trafegavam repletos. Havia um desusado movimento de carruagens. O aspecto era magnífico. Bandeiras palpitavam às carícias da aragem. Temperatura deliciosa. No alto a beleza do cariz azulado. Muito antes da chegada do comboio, a partir das 6 horas, vencia-se com dificuldade, tal a aglomeração de povo, o trajeto para a estação do Norte. Era magnífica a perspectiva da avenida Rangel Pestana: toda a sua extensão, um vai e vem constante, ininterrupto, de pessoas em rumo à gare do Norte. Não há memória de semelhante afluência. As 6 e meia, o largo da Estação, todo ele e assim os pontos circunvizinhos estava literalmente apinhados. Era um ruidoso formigueiro humano, Todas as sacadas tomadas. Havia gente até nos telhados das casas.<sup>285</sup>

Rui arrancou aplausos repetidos e calorosos da platéia que o assistia. Após a recepção que consagrou o apoio da cidade de São Paulo ao candidato, dirigiu-se ao Teatro Cassino acompanhado por políticos ilustres e seguido de populares que, aglomerados, quase impediam o deslocamento da carruagem que o conduzia pela rua Direita.

O jornal *O Estado de S.Paulo* no editorial incitava os populares a adesão à campanha por meio de frases contundentes expressas nos seus editoriais, como podemos destacar no trecho abaixo:

O povo paulista, envolvendo o grande povo brasileiro numa só e contínua ovação, desde os limites até o coração do Estado, afirmou mais uma vez, de modo iniludível, o seu amor à liberdade e a sua dedicação à República, das quais o eminente compatriota é, no atual momento político, o símbolo perfeito.<sup>286</sup>

Ao entrar no teatro, foi ovacionado pelos presentes e logo se iniciaram os discursos, interrompidos sempre por aplausos que expressavam o entusiasmo dos ouvintes. Nas falas eram constantes as críticas ao militarismo representado pela

---

<sup>285</sup> BARBOSA, R. 1909, p. 32.

<sup>286</sup> O Estado de S.Paulo, 16.12.1909 p. 1

candidatura adversária ao mesmo tempo em que se enalteciam as qualidades e os ideais do civilismo.

Uma apoteose altíssima, apoteose soberba ao glorioso patriota, sobre cuja cabeça veneranda, aureolada pelo arminho dos anos, toda uma irradiação de saber se derrama (...) a mesma crença, o mesmo orgulho, o mesmo brio confraternizava, engrazava todos os corações naquela majestosa e dignificante saudação de boas vindas ao paladino de seus melhores servidores, Rui Barbosa - personificação culminante de nossos queridos ideais.<sup>287</sup>

As manifestações populares enchiam as ruas paulistas. Para consagrar sua campanha, além do banquete que foi realizado em sua homenagem pelo Partido Republicano Paulista, os panfletos e anúncios nos jornais informavam:

#### Manifestação do povo

Está marcada para hoje, às 3 do corrente, a manifestação do povo brasileiro resolvi levar a efeito para testemunhar o seu apoio ao candidato apresentado pela convenção civilista.

O *Figaro* habituado a reconhecer as qualidades morais e intelectuais do ilustre senador baiano faz-se representar nesta manifestação que é bem o início de uma apoteose futura.

(Arquivo da FCRB)

Outro panfleto também incitava a participação popular nos eventos com os dizeres:

Ao povo  
Republicanos de verdade e dispostos a agir.

Salve Rui Barbosa

... Os cumes das altas montanhas a águia que paira sobre elas.  
O ouro de Minas ao ouro do Brasil.  
O civilismo mineiro à Pedra do Toque do civilismo brasileiro.  
O peito de aço de Minas e seu coração de ouro.  
O orgulho de Minas ao orgulho da América.  
Os soldados da Regeneração cívica do Brasil a seu general<sup>288</sup>

Em 18 de dezembro o candidato civilista foi recebido pela juventude acadêmica em festa promovida, com grande fervor, na Faculdade de Direito do

<sup>287</sup> BARBOSA, R. 1909, vol. 36. t.1, p.31.

<sup>288</sup> Arquivo da FCRB

Largo São Francisco, local onde se concentrava uma enorme massa que se acotovelava para ver e ouvir Rui Barbosa. “Às 8 horas da noite, a vasta praça, em que se acha situada a Faculdade de Direito, era já pequena para conter a multidão que ali se aglomerava”.<sup>289</sup>

O diretor da Faculdade, Dr. Dino Bueno, foi quem recebeu o candidato e o acompanhou por toda a congregação onde os professores portavam as suas becas conferindo ar solene ao ato. O diretor abriu a sessão com discurso dirigido aos alunos e interrompido muitas vezes por brados de "Muito bem!" Ao ocupar a tribuna.

Rui viu-se envolvido por esse clima de entusiasmo e admiração que ficou registrado para sempre em sua passagem por essa academia. A multidão saudou o candidato e ele respondeu com acenos e sorrisos, desfilando pelo palanque ao dirigir-se aos presentes.

Em seguida foi oferecida uma recepção no Palácio do Governo, da qual Albuquerque Lins foi o anfitrião e onde se distinguia a presença dos mais ilustres representantes da sociedade paulistana. A respeito desse evento, o relator das memórias da excursão eleitoral registrou que pouco antes das 8 horas da noite, as cercanias do Palácio estavam “apinhadas de povo, era uma imensa onda humana que se derramava por toda parte, premendo-se, num fluxo e refluxo constante (...) As ovações recrudesceram, tocando às raias do delírio”.<sup>290</sup>

A apoteose ocorreu com a chegada do candidato quando a multidão bradava vivas à República civil e aos Estados de São Paulo e Bahia. Na calorosa recepção não faltaram discursos a esse grande brasileiro e à sua causa. A cerimônia encerrou-se as vinte e três horas. De acordo com o relato impressionado do delegado auxiliar comandante do serviço de carruagens, há essa hora, Rui Barbosa

---

<sup>289</sup> BARBOSA, R. 1909, vol. 36, t.1, p 151.

<sup>290</sup> BARBOSA, R. 1909, VOL. 36. T.1, p. 134.

foi ainda aclamado por populares que aguardavam, nos jardins, a saída do candidato, o que exigiu até um reforço do policiamento durante a festa.

Rui foi recebido em Louveira com enorme entusiasmo popular. Havia uma grande massa de povo que circulava pela parte central da cidade. Nos relatos da excursão eleitoral afirmando que desde bem cedo a população começou a agitar-se em massas enormes percorrendo as ruas por onde devia passar o emitente cidadão e sua comitiva definindo-as como: “verdadeiras ondas humanas convergindo para o mesmo ponto, engrossando constantemente.”<sup>291</sup>



Figura 29 - Suplemento retrogravura A Manhã, 1949 pg. 49.

<sup>291</sup> Ibidem, vol. 36, t. 1, p. 146



Figura 30 - Suplemento retrogravura. A manhã, 1949 p. 50.

Em seguida Rui afirmou:

Por uma multidão (que) comprimida por uma enorme emoção distendeu todo o seu sentimento numa viva que ecoou como apoteose de triunfo, e o nome do Dr. Rui Barbosa vibrou longamente pelo espaço numa aclamação estupenda. Ver essa cena era assistir à manifestação de um povo glorificando um herói, era remontar aos tempos lendários, aos dias que o

sentido do triunfo endeusava aqueles que se tornavam dignos das homenagens de uma raça.<sup>292</sup>

Conforme seus relatos, o jornalista conclui que não havia lugar vazio na vasta plataforma da Paulista. À sua chegada a multidão se comprimiu ainda mais, ecoando vivas, sendo que seu nome vibrou longamente por uma aclamação estupenda.

No dia 20 de dezembro, a caravana passou por Campinas. Sua entrada na cidade foi saudada por populares. Na plataforma da estação e nas ruas próximas à essa, povo que arredava o pé do local apesar do adiantado da hora. Ao discursar o candidato teve sua fala interrompida por ruidosos aplausos a cada provocação contra o hermismo e nos trechos em que defendia os direitos eleitorais e a democracia. Agradeceu ao povo da cidade pelo entusiasmo:

O povo que aqui se representa, que não são pequenos grupos dispersos, que é a *legítima massa popular*, que aqui não se encontra representando o oficialismo, mas é a população em peso, num magnífico movimento de espontaneidade.<sup>293</sup>

A Campanha Civilista ganhava a publicidade dos jornais a cada dia, que acompanhavam e noticiavam seus passos em suas páginas.

Estava marcada para as 20:00 a conferência que Rui iria proferir no Teatro São Carlos. No local decorado com esmero, estavam presentes políticos influentes, o delegado de polícia, o promotor público e o desembargador J. J. Palma e o bispo da diocese se fizeram representar. Todos devidamente acompanhados por suas respectivas famílias. O auditório compunha-se de mais de 2.000 pessoas. Quando o candidato entrou no recinto foi recebido por uma vibrante salva de palmas.

Ao terminar o discurso, o conselheiro Rui Barbosa foi ovacionado pelos presentes. Seu discurso terminou às 10:45 da noite, “à saída, apesar de chover

---

<sup>292</sup> Ibidem, p. 161.

<sup>293</sup> Ibidem, p. 135.

quase torrencialmente, a multidão ergueu calorosas vivas, dando morras à nefasta candidatura militar”.<sup>294</sup>



No interior do vagão especial, durante a excursão pelo interior, Ruy Barbosa e D. Maria Augusta fotografados ao lado do Dr. Washington Luis. Sentado, a seus pés, o Dr. João Ruy Barbosa. A esquerda, D. Maria Adélia Batista Pereira, o Dr. Batista Pereira, D. Camila Barbosa de Oliveira e o desembargador J. J. da Palma; à direita, sentado, Antônio F. Jacobina Jr. e vários correspondentes de jornais que acompanharam a excursão.



Ruy Barbosa passando de carro aberto pelas ruas principais de Campinas em companhia do Dr. J. A. Lopes Martins

**Figura 31 - Suplemento retrogravura A Manhã, p. aspecto da convenção do Teatro Lírico na Convenção Civilista.**

<sup>294</sup> Ibidem., p. 162.



Conforme Sertório de Castro informa “vibravam as multidões, em transportes de entusiasmo, nas ruas da metrópole. Em todos os pontos do país ia se revelando uma consciência nova”.<sup>295</sup>

Às 6 horas da tarde do dia 20 de dezembro, a Banda Ítalo iniciou a execução do concerto no coreto da praça Bento Quirino, afluindo para aquele local, uma compacta massa popular, às 7.30h já partiu o préstito cívico, formado por estudantes e pessoas de destaque da cidade de Campinas. Ao término do préstito uma multidão vibrou por mais de dez minutos em aclamação a Rui Barbosa.

A comitiva civilista partiu para Santos no dia 23, às 3 horas da tarde num trem especial, onde foi recebida de braços abertos. Os relatos da excursão nos contam que algumas horas antes da hora marcada para a chegada do trem que os conduzia, a gare já se achava repleta. Nas principais ruas da cidade o movimento era enorme. Às 4 horas chegou a Banda Municipal para executar várias peças. O comboio chegou às 5 horas. Minutos antes uma bateria de morteiros anunciou a aproximação do trem com uma salva de 21 tiros. Havia no momento umas duas mil pessoas presentes, tomando o recinto completamente. Apesar do mau tempo, ao sair da estação para dirigir-se ao Teatro Coliseu, a comitiva gastou quinze minutos para conseguir atravessar a praça, completamente tomada de populares. “Vibrava o mais forte entusiasmo, as aclamações irrompiam altissonantes. Uma verdadeira e delirante ovação ao preclaro estadista”.<sup>296</sup>

O Teatro Colyseu achava-se caprichosamente ornamentado, completamente lotado, calculou-se uma multidão de 4.000 espectadores. As senhoras presentes eram em número de mais ou menos 500, trajadas com belíssimas *toilettes*. O clima era de pompa e festa, as senhoras acenavam dos camarotes com seus lenços, no

---

<sup>295</sup> CASTRO, S. 1932, p. 247.

<sup>296</sup> BARBOSA, R. 1909, p. 228-9.

discurso proferido pelo candidato exaltou a importância da democracia, da cidadania e da liberdade:

Se o patriarca não ressurgir, se a tribuna de José Bonifácio não se reergue, se o Vesúvio nos não restitua Silva Jardim, se o abolicionismo não se reconstitua hoje em benefício dos abolicionistas de ontem, é que as torrentes, as cataratas, as avalanches não se organizaram. Todo um povo, uma cidade inteira tumultua numa só vontade. Santos opoe-se. O militarismo aqui não entrou, não entre e não entrará<sup>297</sup>.

Continuando:

Se Deus nos conceder a graça de vermos burlado então o agoureiro papel desse astro de má fama, será mediante a vontade enérgica da nação brasileira, uma de cujas forças mais poderosas está no comércio, que vós indignamente representaes.<sup>298</sup>

Ao finalizar sua conferência em Santos, a última cidade que percorreu no Estado de São Paulo, no Teatro Colyseu, Rui apelando para o brilhante passado do Estado na participação nacional.

Aos discursos se sucedeu um banquete. Às 8 horas no salão do hotel do Parque Balneário teve lugar o suntuoso banquete, segundo a descrição do relator, o aspecto do local era deslumbrante e luxuoso. A mesa foi servida para 120 talheres.

No discurso proferido em São Carlos o tom cívico da campanha também esteve presente quando o senador afirmava às multidões que:

Quando um país se levanta como o Brasil nesta formidável reação, seguida pelo levante das almas e não dos interesses, é que perpassa no território imenso do país a centelha elétrica de uma idéia, e quando os espíritos se erguem dominados por uma convicção, eles serão invencíveis como invencível é a vontade divina!<sup>299</sup>

---

<sup>297</sup> Ibidem, p. 268.

<sup>298</sup> Ibidem, p. 255.

<sup>299</sup> Discurso proferido em Jundiá, BARBOSA, R. op. cit., vol. 36, p. 156.

Às 7 horas da manhã Rui e sua comitiva se dirigiu à estação em direção a São Paulo. No regresso à capital, em 28 de dezembro de 1909, Rui Barbosa foi saudado por populares que o aguardavam na estação da Luz.

Após um período de 14 dias na capital, o comboio partiu para o Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1909. Seu comboio compunha-se de dois carros-salões e de um furgão colocado à sua disposição pelo Comitê de recepção e festejos.

Em todas as estações por onde a comitiva passou foram reiteradas as manifestações populares, principalmente na capital, onde cerca de uma multidão de 80 mil pessoas aclamou delirantemente o candidato civilista à presidência da República.<sup>300</sup> Podemos afirmar que ao produzirem a campanha civilista havia a preocupação de envolver o povo no movimento cívico proposto por Rui Barbosa e os dissidentes paulistas.

## b) A Caravana Eleitoral na Bahia

Continuava em campanha pelo civilismo e pelo antimilitarismo em sua terra natal, contando com o apoio entusiasmado da população. Por onde passava era aguardado nas estações pelo povo que chegava a forçar a parada do trem, avançando sobre os trilhos, em localidades que não constavam do roteiro de visitas.

---

<sup>300</sup>Ibidem, vol. 37, t. 1, p. 271.



**Figura 32 - Sessão Solene no Teatro Politeama, Bahia, 15 de janeiro de 1910.**

Chegando a Salvador no dia 14 de janeiro de 1910, foi calorosamente recebido pelo povo nas ruas lotadas e cuidadosamente enfeitadas. Segundo *O Correio da Manhã*, era "indescritível" o entusiasmo da massa popular que chegou a ser estimada em dez mil pessoas.<sup>301</sup> Nos vários comícios que realizou durante sua estada na Bahia, era freqüente a participação de políticos influentes e senhoras da sociedade que o aclamavam com vivas. Toda a movimentação das primeiras horas servia para criar o clima festivo, havia a promoção de um ambiente de euforia e ansiedade aguardando a chegada do eminente senador.

<sup>301</sup> *O Correio da Manhã*, 14.02.1910.



**Figura 33 - Campanha presidencial- Salvador, 1910 – Arquivo da FCRB.**

A imprensa destacava, com ênfase, a presença de senhoras e de populares nas manifestações a favor de Rui Barbosa com a intenção de demonstrar que, ainda que impedidos de votar por imposição da legislação eleitoral, mulheres e analfabetos mobilizavam-se pela democracia, apoiando o discurso civilista.

O *Correio da Manhã* apresentava em suas páginas notícias sobre a bombástica campanha nas ruas divulgando que o candidato havia sido recebido com “entusiásticos vivas foram levantados ao Dr. Rui Barbosa, que foi saudado pelo acadêmico Dr. Cícero de Brito, em nome da mocidade acadêmica, respondendo o manifestado para agradecer a manifestação à sincera mocidade”.<sup>302</sup>

Sua passagem pela Bahia, rendeu vários noticiários, com a reprodução de panfletos da campanha em suas páginas, bastante sugestivos, visando sempre a inclusão da população aos comícios e *meetings* promovidos.

---

<sup>302</sup> O *Correio da Manhã*, 15.01.1910

Para presidente da República

RUI BARBOSA  
 Candidato nacional  
 Rui Barbosa ou a Revolução!  
 Otávio Mangabeira  
 Deputado Baiano  
 (arquivo da FCBR)

Os jornais civilistas divulgavam e popularizavam a campanha para o povo reproduzindo convites e propagandas. Acompanhando os debates inflamados que se travava nas ruas do país a imprensa fomentava-os ainda mais com a divulgação de notas e telegramas de felicitações de correligionários e populares à espera do candidato nas estações e nas ruas em efusivas manifestações.

Humilde admirador de V. Exca.  
 Felicita a chegada pátria querida.  
 Tertuliano Guimarães.

14.01.1910 (Arquivo da FCRB)

A maioria desses estão identificados apenas pelo nome do emissário, mas existem alguns foram enviados constando uma identificação, como esse abaixo dos empregados municipais:

Vistas respeitosamente sua Exca e afirmam franco apoio a vossa candidatura.  
 15.01.1910.Salvador-Bahia

Saudações populares para Rui Barbosa, considerando-o ídolo do povo brasileiro.  
 30.12.1909 com letra garrancho:

Efusivas saudações eminente vitória causa civil  
 João Souza, Otávio Barros, Humberto Almeida, Antônio Dutra.

Telegrafista João Batista da Silva  
 Vivas calorosas felicitações, manifestação povo carioca. Síntese sentir nacional.  
 05.01.1910.

(arquivo da FCRB)


	ENDEREÇO Inador. Nuy Rio URBANO	Indicações de serviço
	RECEBIDO de 16 12 às 12 por Nuy	REPARTIÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS A Administração não aceita responsabilidade pelas prejuízos resultantes de erros ou demora na transmissão e entrega das telegramas. — (Art. 89 do Regulamento approved pelo Decreto n. 4323 de 24 de Junho de 1901, Art. 3 da Convenção Internacional Telegraphica de S. Petersburgo.)
Telegramma de	Bahia n. 24 Data } Hora 1330	
As contas solidariades repre- sentações politica unanime municipio St Rita applau- dindo indicação vossa gloriosa nome para presidencia destino patria		
Inten dt Francisco Angelo Sousa		
CASA DE PAZI DE BAHIA		

Figura 34 - arquivo da FCRB.

Esses telegramas que foram reproduzidos pela imprensa apresentavam escritos com letras pouco legíveis, indicando pouca familiaridade de seu autor com a alfabetização, ou indicavam a origem do emitente do telegrama, de procedência individual ou associado a entidades representativas.

Apoteose hoje aqui  
 Vossa chegada  
 Nossos sinceros e respeitosos cumprimentos.  
 Os civilistas Alciades Galvão  
 Hipólito Sobrinho (arquivo da FCBR)  
 Funcionalismo municipal da Bahia  
 Congratulam-se com seu filho ilustre  
 14.01.1910  
 (arquivo da FCRB).

*O Estado de São Paulo* relatando a recepção popular ao candidato, afirmava que a comissão popular que o recepcionou, traduzia o sentimento caloroso de todos, sendo representante de todas as classes sociais, considerando o movimento alheio às paixões partidárias, visto que seus promotores daquela manifestação de apreço, não se filiavam a nenhum partido. Os relatos são impressionantes quando se referem à intensa participação popular. A multidão descia às ruas, se instalando em pontos próximos ao Teatro São João, no qual ocorriam as comemorações.<sup>303</sup>



**Figura 35 - aspectos da campanha eleitoral na Bahia, 1910, Suplemento retrogravura. A Manhã, 1949, p. 51**

Em 15 de janeiro de 1910, Rui discursou no Teatro Politeama Baiano, que ao iniciar a solenidade no teatro apresentou sua plataforma defendendo com ênfase a importância de uma reforma eleitoral que contemplasse três pontos essenciais: a inviolabilidade do direito do eleitor, a eliminação do arbítrio na apuração dos votos e a abolição do voto cumulativo. Considerava que a adoção do voto secreto significaria pôr fim, a uma grande chaga do sistema eleitoral brasileiro, isto é, a

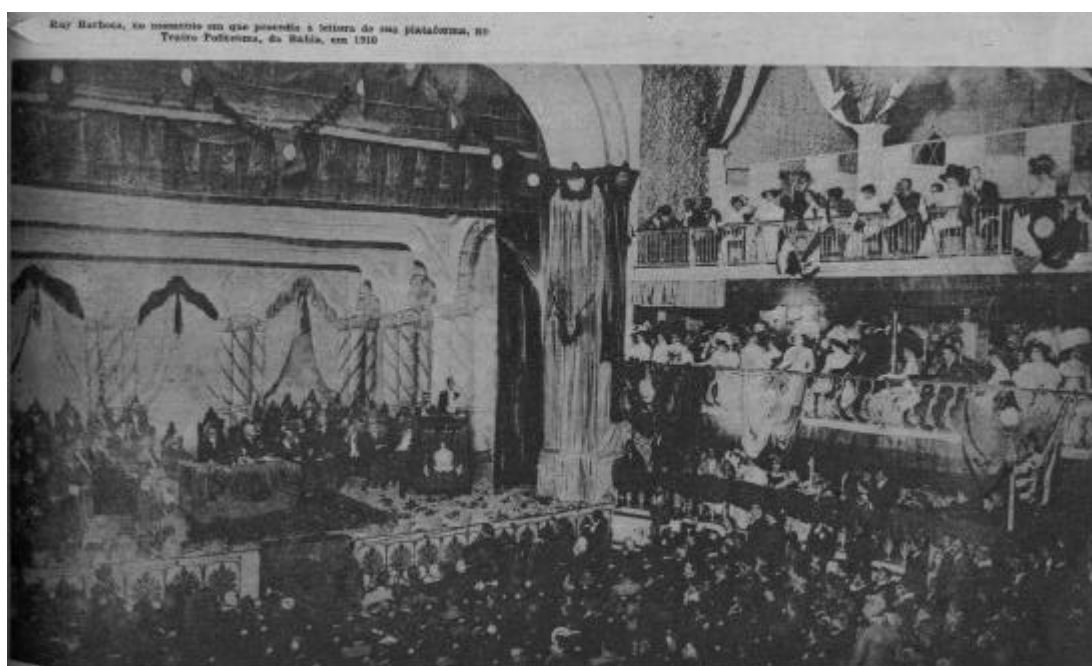
---

<sup>303</sup> *O Estado de São Paulo*. 12.01.1910.



existência da intimidação e do suborno. A publicidade do voto era a servidão do votante e o voto secreto, sua independência.<sup>304</sup>

O *Correio da Manhã* exaltando em suas páginas a manifestação de apreço recebida por Rui Barbosa pelo povo baiano “foi digna de nota o número de famílias que tomaram parte na recepção. Anunciando que as ruas estavam cheias de povo, calculando-se em mais de dez mil pessoas”.<sup>305</sup>



**Figura 36 - aspecto do Teatro Politeama na Convenção Civilista de 15 de janeiro de 1910. Suplemento retrogravura A Manhã 1949, p.51.**

Outros temas alvejados em sua fala nesse discurso foram os malefícios que a dominação oligárquica causava ao povo:

À sombra da semi-soberania que as antigas províncias adquiriram com a federação atual, se implantou, em algumas delas, uma espécie de satrapismo, irresponsável e onipotente, que as sangra, as exaure, as absorve em proveito de um grupo, de uma família, ou de um homem. (...) Daí o letargo dessas populações aparentemente mortas, que habitam vastas regiões do norte, inanimadas, imóveis, como cadáveres (aplausos), num pântano coberto de sanguessugas (aplausos). Um trabalho contínuo de opressão, de corrupção, de miséria deprimiu e adormeceu uma raça

<sup>304</sup> BARBOSA, R. 1910. vol. 37, t.2, pp. 56-9.

<sup>305</sup> O Correio da Manhã, 16.01.1910. p. 1

inteligente, de grande vitalidade, cheia, na história brasileira, de belas e gloriosas tradições.<sup>306</sup>

Terminada a apresentação, o auditório que, em pé, vibrava, explodiu em gritos de aplausos. As senhoras, em seus camarotes, agitavam lençinhos, e flores eram atiradas ao palco que foi invadido pelos mais afoitos. No dia 19 de janeiro de 1910, Rui Barbosa foi recebido pelo Conselho Municipal, em Salvador, onde o aguardava ansiosamente um grande número de pessoas que prorrompeu em aplausos tão logo o avistou no saguão do prédio. Ali proferiu um discurso que visava a atingir a massa de populares presente fazendo defesa veemente do civilismo e conclamando as pessoas para a luta pela reabilitação da República e da soberania nacional.<sup>307</sup>

Os jornais civilistas expressavam essas imagens da campanha com frases contundentes, enfatizando a aceitação social da campanha por onde esse passava.

O tribuno baiano não perdia oportunidade também de denunciar as fraudes que enodoavam as eleições nacionais e impediam a prática democrática no país, sempre se posicionando pelo respeito ao eleitor. O candidato exaltava a importância do apoio de seus conterrâneos dizendo que “viera de muito longe para a minha terra natal, o lar e o túmulo de meus pais. Disseram-me que o hermismo tinha aqui partido, proselitismo, popularidade. Quis verificar a realidade inverossímil desse portento. Pois aqui vim. Procurei pela hidra e não a vi. A Bahia ouviu meu programa<sup>308</sup>”.

---

<sup>306</sup> BARBOSA, R. Discurso proferido no Teatro Polieama, Bahia, 15.01.1910.

<sup>307</sup> Ibidem, vol. 37, t.1, p. 119.

<sup>308</sup> Ibidem, p. 114.



**Figura 37 - imagens de rua produzidas pela Campanha Civilista na Bahia. Suplemento retrogravura A Manhã. 1949 p.51**

Rui se servia fartamente da sua arma mais poderosa: a palavra. A essência dos seus discursos políticos era os arroubos retóricos construído por palavras de

ordem repetidas vezes. O seu compromisso era com o povo, portanto, esta seria a tônica do discurso.

Em sua última aparição em campanha pela Bahia, Rui Barbosa expressou seu agradecimento ao povo baiano que o apoiou e abraçou a bandeira do civilismo. Reafirmando seu papel de intérprete de todos os segmentos sociais:

Com a mais viva comoção dirijo-me a todas as classes sociais, a todas as profissões, a todas as camadas sociais, que tão galharda e brilhantemente colaboraram nesses fecundos trabalhos; à nossa imprensa, a grande força da vanguarda; à massa laboriosa do povo, cujo despertar nos encheu de confiança; aos nossos intelectuais, em cujas esferas poderíamos dizer que reunimos virtualmente a unanimidade.<sup>309</sup>

Em 16 de janeiro *O Estado de S. Paulo* publicou numa edição a cópia da plataforma política apresentada ao povo por Rui Barbosa, no Teatro Politeama na Bahia. Essa edição do jornal se esgotou pela manhã, sendo necessário à confecção de uma nova tiragem, que foi oferecida no dia seguinte aos interessados gratuitamente.

### c) A Caravana em Minas Gerais

Os registros sobre a campanha em Minas Gerais, entre 18 a 27 de fevereiro de 1910, apontam para o aumento da tensão entre os partidários das duas candidaturas, pois esse Estado havia declarado apoio oficial à candidatura militar, o que serviu para acirrar os ânimos populares, embora não fosse um reduto civilista, o Estado de Minas Gerais teve um peso forte na campanha pró-Rui, uma parcela significativa da população ter se posicionado a favor do civilismo. O próprio Rui Barbosa teceu comentários a respeito da participação popular:

---

<sup>309</sup> BARBOSA, R. 1910 vol. 2 t.1, p. 419.



**Figura 38 - Rui Barbosa em campanha, acompanhado da esposa D. Maria Augusta, em Ouro Preto. Suplemento Retrogravura – A Manhã, 1949. p.51**

A visita de Hermes da Fonseca a Minas Gerais foi bastante conturbada com o registro de alguns incidentes sérios. Por onde passava, sua caravana era recebida sob ondas de protestos de populares que o vaiavam ao mesmo tempo em que aclamavam Rui Barbosa. Um choque entre policiais e manifestantes civilistas ocorreu em Barbacena durante um ato de protesto que resultou em prisões e com alguns feridos, incluindo vários populares foi registrado pela polícia.



**Figura 39 - campanha civilista, Belo Horizonte, 1910.**

Minas Gerais apesar de ter declarado formalmente apoio à candidatura hermistista, havia no Estado um forte grupo que apoiava Rui Barbosa. Na verdade, o Estado fracionou-se politicamente. Rui Barbosa na busca de votos realizou uma campanha mais contundente naquele Estado. Os jornais civilistas intensificaram seu papel na divulgação de notícias da campanha no resto do país, na reprodução dos panfletos e na convocação de populares para participarem dos atos promovido pró-Rui.

**MANIFESTO À POPULAÇÃO:  
AO POVO MINEIRO**

Aproxima-se o dia 1 de março!

Salvemos a nossa Pátria!

É verdade que a espada da ditadura militar continua ainda suspensa sobre as nossas cabeças.

É verdade que os regeneradores, ambiciosos e traidores inimigos da ordem e da paz propalarem, sem pudor e sem rebuscos, que a vitória final cabe ao marechal de rebenque e tacão de botas!

É verdade que, para a vitória do soldado violento, brutal e ignorante, desleal e traiçoeiro sobre o qual pesa a responsabilidade do assassinato moral do grande mineiro Dr. Afonso Pena, têm os vendilhões de honra e dignidade do nosso glorioso Estado as armas vilãs: fraude, mentira, embuste, suborno!

É verdade que o dinheiro banhado com o suor e sangue do lavrador tem sido esbanjado na compra ignóbil de escravos brancos para a eleição de 1 de março!

É verdade ainda que o miserável de Loanda, de mãos dadas com o Peão gaúcho do Rio Grande do Sul e o Iscariotes Joaquim Silvério de Minas, lançou-se louca e desavergonhadamente pela estrada das perseguições e trapaças de toda a ordem!

Mas o que importa,  
O glorioso povo mineiro,  
Tudo isso nada vale!  
Cumpramos nosso dever!  
Digamos, com patriotismo nos lábios e a crença no coração, que Minas ainda não está toda corrompida e que seus corruptores desaparecerão em breves dias como a sombra ao despontar o *sol brilhante!*  
Digamos a esses miseráveis vendilhões de honra de nossa pátria, a esses mercadores de nossa dignidade, aos difamantes das glórias dos nossos antepassados:  
Para traz, salteadores.

Para traz, tartufos!!!  
Para traz, fanfarroneiros!!!...

E,... si tiverdes o despudor de dar mais um passo decente, haveis de assistir no dia.

Primeiro de Março

O triunfo da honra de nosso Estado na vitória estrondosa do glorioso brasileiro Rui Barbosa.  
Haveis de ouvir, ecoando pelas montanhas destas Minas, "que se levanta", o glorioso brado da vitória.  
Viva o povo independente!  
Viva o mineiro que não se vende!  
Viva o voto livre!  
Viva Rui Barbosa!. (arquivo da FCRB)

Belo Horizonte, 24 de maio de 1909. (Arquivo da FCRB)

Em Belo Horizonte, mais de mil pessoas aguardavam na estação o trem que conduzia o marechal, bradando "morras a Hermes e vivas a Rui", o que já havia ocorrido também em Sabará. Estudantes da capital fizeram uma manifestação a favor de Rui Barbosa com um desfile que reuniu quinze carros. A população se aglomerava à passagem do grupo dando vivas ao candidato civilista e não recuou diante da ameaça de soldados da cavalaria. Conta-se que houve correria e até mesmo as senhoras, que se abrigavam nas lojas, gritavam vivas.<sup>310</sup> Episódios pitorescos como aquele protagonizado por Bias Fortes, influente político mineiro e

<sup>310</sup> Anais do Senado, Sessão de 01.12.1909.

chefe do PRM. Insatisfeito com a resistência popular à candidatura de Hermes da Fonseca, convocou os alunos do Ginásio para a recepção ao marechal chegando a solicitar a intervenção do promotor público no caso. Embora se tratasse de um ato de desagravo ao candidato militar, a manifestação foi um fiasco, transformada pela população em ato de repúdio a Hermes e de apoio a Rui. Quando o trem parou na estação, o povo gritava: "Viva o civilismo!", "Abaixo o hermismo"!

À noite a estação ficou cheia, por mais de mil pessoas. A um canto ficaram o Sr. Bias Fortes, com sete ou oito amigos, as alunas da Escola Normal e a banda de música composta de 12 figuras. Quase todas as pessoas que estavam na estação tinham letrados: "Viva Rui Barbosa - Futuro Presidente da República."<sup>311</sup>

Outro manifesto publicado, trazia os seguintes dizeres:

Ao povo  
Convidam-se os habitantes desta gloriosa cidade para comparecerem hoje às 7 hs da noite no largo da Alegria, a fim de organizarem uma entusiástica marcha *aux flambeaux*, que se dirigirá ao Grande Hotel, onde falará cumprimentando a S. Ex.a. O Sr. Conselheiro Rui Barbosa, o acadêmico de engenharia Leônidas Filho.

A marche *aux flambeaux* acompanhará a S. Exca. Até o Teatro Municipal, onde se realizará a importante conferência.

O. Preto, 19.02.1910.

A Comissão

O *Estado de S. Paulo* alardeava em suas transcrições sobre a campanha o apoio do povo mineiro ao civilismo, afirmando que no percurso entre as cidades visitadas a comitiva de Rui recebia aplausos delirantes de mais de duas mil pessoas, concluindo que o povo dava "provas ardorosas dos seus sentimentos patrióticos, elevando justamente o nome do grande culto Rui Barbosa".<sup>312</sup>

<sup>311</sup> Ibidem, Sessão de 01.12.1909.

<sup>312</sup> O Estado de S. Paulo, 21.02.1910.





**Figura 40 - A campanha civilista em Minas Gerais.  
Suplemento Retrogravura A Manhã, p.56,**

Em suas aparições públicas, o político baiano se atirou à sua pregação com fervor, levantando as multidões, utilizando-se da sua retórica inflamada com o propósito de mobilizar a população.

Durante o decorrer da campanha pelo país, Minas Gerais viveu um período de intensa agitação política, devido ao fato do governador eleito Bias Fortes ser favorável à candidatura hermista, ao mesmo tempo em que parte da população demonstrava um forte apoio ao nome de Rui Barbosa. Minas Gerais foi o único reduto eleitoral que apresentou uma forte divisão política em torno do nome do candidato a defender. Essa divisão de apoio político amplamente expresso no Estado originou a ocorrência de incidentes violentos que eram imediatamente denunciados e repudiados pela imprensa civilista.

Os incidentes que envolveram violência física, confusão e prisões de alguns cidadãos, provocaram calorosos debates entre os órgãos de imprensa. Jornais e

políticos situacionistas protestavam contra os fatos ocorridos nas cidades e repudiavam a "selvageria" do povo mineiro. Defendiam a intervenção das tropas para pôr um fim aos conflitos de rua. Os civilistas, por sua vez, defendiam o direito de manifestação do povo ainda que, algumas vezes, de forma violenta. Em resposta a um discurso no qual o senador Severino Vieira condenava as manifestações civilistas, Rui Barbosa respondeu em defesa do povo mineiro:

Desde que o mundo é mundo, desde que há povos, facções, partidos, chefes políticos, estadistas, desde que a sorte dos países depende do poder do número, das correntes que se formam no seio das nações, estes recursos têm sido usados em todas as civilizações entre os povos: o direito de manifestação para com os homens que pretendem governá-los, ou pela expressão do aplauso, ou pelos brados reprovadores de emoções, quando eles se exprimem ou quando não têm outro meio para exprimi-los. Percorra o honrado senador a praxe universal dos povos, neste e no outro continente, vá à Bélgica, à Inglaterra, à França e principalmente aos Estados Unidos, por toda parte verá homens públicos sujeitos a essas manifestações populares, que ora assumem a forma de ovação, ora revestem a expressão violenta da manifestação reprovadora.<sup>313</sup>

Rui Barbosa em um dos seus discursos e Minas Gerais remetendo-se aos confrontos surgidos entre os grupos afirmou que nos países desenvolvidos e independentes, o direito à manifestação é conquista que a democracia consente e aprova:

expressão de um direito, e o honrado senador não têm o direito de considerar como selvageria àquilo que nos países mais livres, nos países mais civilizados, sempre se permitiu às assembléias populares, aos comícios – manifestações aos governadores de Estado nas repúblicas democráticas. Não, as paixões humanas têm suas demasias todas as alturas; e se elas são naturais no homem individual, no homem coletivo, nas assembléias, se tornam ainda mais freqüentes, poderosas e violentas.<sup>314</sup>

Em Juiz de Fora o *Correio da Manhã* anunciou que o candidato civilista foi recebido por uma comissão de senhoras que o acompanhou jogando flores e

<sup>313</sup> Ibidem, Sessão de 01.12.1909.

<sup>314</sup> loc. cit.

erguendo calorosos vivas. Frente a essa manifestação os hermistas tentaram “miseravelmente tirar o brilho da festa, espalhando boatos de ataques e vaias, felizmente não realizados”.<sup>315</sup>

Chegando o jornal a afirmar que a impressão causada pelo comício realizado pelo tribuno baiano foi tal, que alguns hermistas que assistiram sua fala e a leitura empolgante do seu discurso resolveram aderir ao civilismo.

O jornal divulgou em seu editorial o sucesso da apoteose do candidato em Minas, afirmando que o Estado havia recebido o candidato à suprema magistratura da nação como ele merecia e era de se esperar das tradições cívicas daquela terra e do espírito liberal, que sempre animou seu povo.

Ali onde mais árdua e trabalhosa tem sido a campanha titânica contra a candidatura do quartel, onde o povo, na reivindicação de seus direitos, bate-se entre o fogo tríplice e convergente da violência militar, dos poderes federais e da administração do Estado, essas três fúrias do hermismo, tem sido uma verdadeira apoteose o acolhimento dispensado ao exímio patrício, encarnação e símbolo dessa campanha, que, como seu preclaro chefe, lhe foi levar, neste grande momento nacional, neste momento em que a República corre risco e periga o futuro da pátria, a palavra confortante da fé absoluta na vitória do direito e da liberdade, de que pende a perdição ou a salvação do Brasil.<sup>316</sup>

---

<sup>315</sup> Correio da Manhã, 19.02.1910.

<sup>316</sup> idem.

# A VIAGEM DE RUY BARBOSA

## DO RIO A MINAS

### MAIS UMA TRIUMPHAL EXCURSÃO

#### EM QUELUZ

QUELUZ, 18 (Retardado) — A massa de povo que esperava o dr. Ruy Barbosa nesta localidade era compacta. A chegada do trem especial, bandas de musica executaram o Hymno Nacional, sendo levantados vivas estrondosos a s. ex.

Não houve aqui a menor perturbação da ordem.

De todos os logares proximos vieram muitas pessoas receber o candidato civilista, ostentando todas ellas o seu retrato ao peito. Aqui a recepção assumiu proporções de apoteose.

O dr. Ruy Barbosa recebeu telegrammas dos civilistas de S. João d'El-Rei e de outras zonas do Estado, congratulando-se com a s. ex. pela sua consagração em Minas.

O dr. Paulo Teixeira enviou a s. ex. expressivo telegramma, tendo feito o mesmo varias influencias politicas do Estado.

O dr. Cincinato Braga recebeu telegramma de Ouro Preto comunicando terem chegado alli 20 praças de policia, sob o commando do capitão João Lima.

#### EM OURO PRETO

OURO PRETO, 18 (Retardado) — Uma commissão composta do dr. Furtado Mendes, coronel Raymundo Andrade e José Ozorio Mourão e dr. Costa Magalhães, que, junta com a commissão de academicos, esperava o dr. Ruy Barbosa em Rodrigo Silva, testemunharam a estrondosa manifestação com que foi recebido alli o candidato civilista.

De accordo com o programma, será offerecido, ás 8 1/2 horas, o banquete ao dr. Ruy Barbosa.

Chegamos a esta cidade ás sete horas da noite. A estação estava repleta de povo e toda a cidade garridamente enfeitada, sendo festejada com ruído a vinda do candidato civilista.

Uma commissão de senhoras recebeu na estação o dr. Ruy Barbosa, sendo em seguida s. ex. levado, sob grandes aclamações, para o Grande Hotel, onde foi hospedado.

Das janellas, as familias aclamaram o dr. Ruy Barbosa. Os estudantes e o povo passeiam pela cidade, que apresenta aspecto imponente, vivendo o candidato da Convenção de agosto.

O dr. Ruy Barbosa subiu a pé, da estação á cidade, acompanhado pela multidão.

Para a conferencia já estão tomados todos os logares.

OURO PRETO, 18 (Retardado) — Corre insistentemente o boato de grandes desordens em Barbacena, devido a provocações dos hermistas, desapontados com a gloriosa viagem do dr. Ruy Barbosa.

Esses boatos não foram, felizmente, confirmados.

Na estação de Gagé houve o mesmo entusiasmo das outras, sendo atiradas flores ao trem do dr. Ruy Barbosa.

Um velho mineiro, civilista extremado, declarou em Barbacena nunca ter visto apoteose igual.

A commissão vinda de Bello Horizonte affirma que vai ser ali estrondosamente recebido o candidato do povo.

OURO PRETO, 18 (Retardado) — Mmes. Carlos Romeiro e Narciso Queiroz receberam telegrammas falsos dizendo que o trem chegaria ás 4 horas a Queluz, quando devia chegar ás 2 1/2. Falhou o plano, porém, visto que o trem chegou precisamente ás 4 horas, devido a atraso.

OURO PRETO, 19 — A's 2 horas da tarde, terminado o almoco, o dr. Ruy Barbosa, seguido de sua comitiva, visitou a Escola de Minas, acompanhando o grande multidão, além de muitos academicos e de muitas senhoras. O dr. Ruy Barbosa foi recebido

para o Grande Hotel, onde se achava o dr. Ruy Barbosa. Abi falou o academico Leonidas Filho, que produziu eloquente saudação ao dr. Ruy Barbosa.

A' imme, Ruy Barbosa foi, na mesma occasião, offerecido pelos manifestantes um quadro a oleo, original do pintor mineiro Honorio Esteves.

OURO PRETO, 19 — O dr. Prado Lopes, presidente de Minas, dirigiu o seguinte despacho ao dr. Ruy Barbosa: "Agradeço telegramma de v. ex., saudando Estado; minha pessoa, faço votos v. ex. tenha todas felicidades seio familia mineira, sempre hospitaleira e a cujo grande espirito liberal faz v. ex. merecida justiça. Por minha vez faço votos pela felicidade pessoal de v. ex. — Prado Lopes, presidente do Estado."

OURO PRETO, 18 — Em lunch offerecido á comitiva na estação de Lafayette o dr. Ruy Barbosa foi saudado pelo dr. Carlos Romeiro, em nome do povo. Respondendo, proferiu s. ex. calorosa oração, enaltecendo as tradições do povo de Lafayette. Foi delirante o entusiasmo a esta saudação, que foi das mais brilhantes de toda a viagem.

Em Congonhas, o cidadão Antonio Moreira leu uma saudação, na qual diz que o povo é civilista, porque reconhece os grandes meritos dos candidatos da Convenção de agosto. O militarismo não viverá porque nada ha que prevaleça contra o direito e contra a justiça. Ainda falou o sr. Jonas Bezerra Montenegro. Respondendo, o dr. Ruy Barbosa disse que a segurança com que o orador se intitulava civilista bem demonstra que no civilismo se liga hoje uma idéa de patriotismo. Ao lado dos que o defendem está a grande alma do povo mineiro, e tanto basta para se ter a certeza prévia da victoria. Deus ajuda a causa santa da liberdade e da honra.

OURO PRETO, 18 — Em Burnier havia muito povo na estação, aclamando o dr. Ruy Barbosa á chegada do especial. No grande hotel falou, saudando-o, o dr. Leonidas Damazio, o qual, depois de vibrante apologia do candidato civilista, concluiu dizendo que a terra que teve a honra de ser berço da Inconfidência é bem digna de receber o apostolo da liberdade. O dr. Ruy Barbosa respondeu, dizendo que a fadiga não lhe permitia estender-se no agradecimento, mas as flores que lhe foram atiradas pelas gentis senhoritas ouropretadas, a inspirada eloquencia do orador que acabava de falar, impunham-lhe o dever de externar-se, reportando-se á historia de Ouro Preto, disse, de cujas grotas, onde gaceo dormir todo o passado mineiro, se ouve o eco da liberdade. Quando o trem se approximava desta cidade, o orador contemplou o contraste que offerecia a Natureza; cá em baixo as principras sombras da noite pareciam envolver tudo num mysterio, ao passo que pelo cimo das montanhas a claridade irradiava. Essa claridade que se fez com a campanha civilista illumina pelo poder da luz albente da consciencia a nacionalidade. Quando tudo parecia obscurecido pelo terror, o movimento de confiança nasceu da força invisível, nesta força que se chama alma da nação, e fez com que o protesto se avolumasse de ondas em ondas, numa torrente irresistivel, onde fluctua a victoria do direito.

Na nossa victoria cabe a maior parte dos louros ao Estado de Minas. O dr. Ruy Barbosa fez ressaltar a grandeza do papel extraordinario representado pela mulher mi-

na muita animação na cidade.

OURO PRETO, 19 — Realizou-se com grande entusiasmo a conferencia politica do senador Ruy Barbosa.

O theatro estava repleto.

OURO PRETO, 19 — A visita do dr. Ruy Barbosa á Escola de Minas terminou ás 4 horas da tarde, s. ex. percorreu todas as dependencias do edificio, sendo delirantemente aclamado no jardim da escola, onde tola a comitiva foi photographada. Nas pedras das aulas liam-se inscripções latinas e, em latim, nome "Ruy Barbosa".

A cidade tem aspecto festivo.

OURO PRETO, 19 — D. Silverio Gomes Pimenta, bispo de Diamantina, fez-se representar, na manifestação do dr. Ruy Barbosa, pelo vigario da igreja catholica.

OURO PRETO, 19 — Os drs. Carvalho de Brito e Affonso Penna Junior telegrapharam ao dr. Ruy Barbosa, orgulhosos e confortados, pela nobreza de Minas, que acclama neste momento o apostolo da liberdade.

OURO PRETO, 19 — O dr. Ruy Barbosa e comitiva jantaram no Grande Hotel, sendo o agape offerecido pelo povo de Ouro Preto.

Falou saudando o dr. Ruy, em brilhante allocução, o dr. José de Castro Magalhães. O orador fez longo historico dos serviços prestados ao Brasil pelo candidato de agosto, terminando por assegurar-lhe o inteiro apoio da população de Ouro Preto.

#### EM BARBACENA

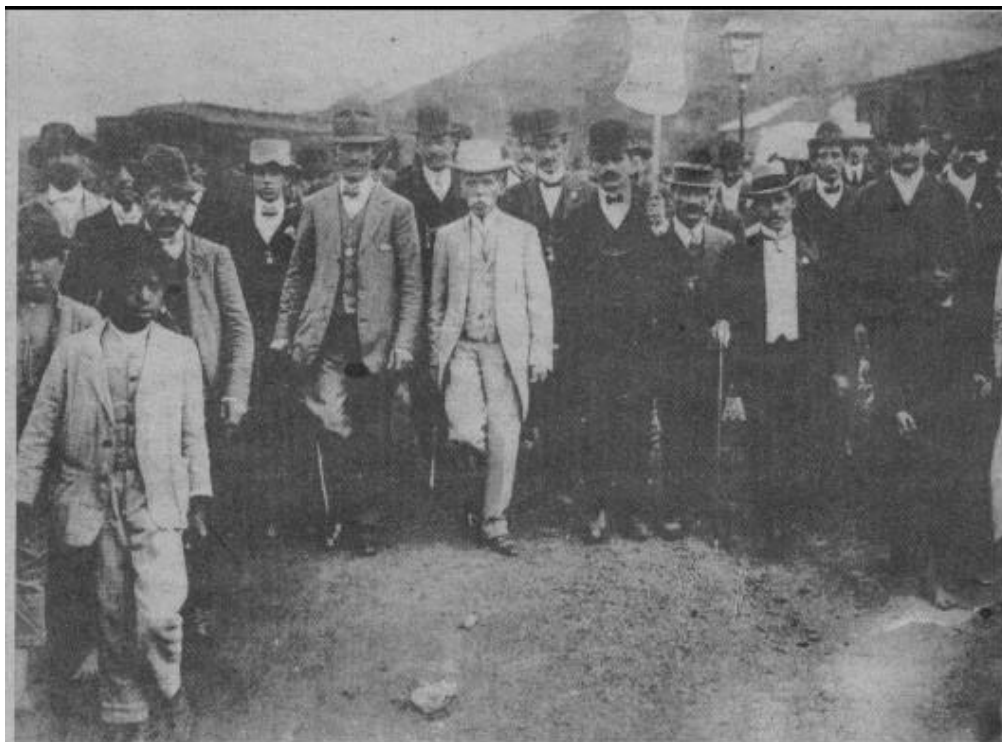
BARBACENA, 18 (Retardado) — O entusiasmo do povo foi num continuo crescendo durante o almoco.

Ao champagne, levantou-se o orador official do comitê civilista local, offerecendo o almoco ao dr. Ruy Barbosa em nome do povo de Barbacena e relembrando as suas tradições de liberdade.

O dr. Ruy Barbosa disse, em resposta, que a condição de terra em que se acha não o convida muito a dirigir a palavra ao auditorio, mas as evocações do orador que o precedeu, as tradições heroicas do terra invicta, e, por ultimo, acima de tudo, a guarda de honra das gentis mineiras, o obrigavam a que affluissem livres a seus labios as expansões de sua alma. Diria que á medida que vem subindo a montanha, cresce tudo ao mesmo tempo, agigantando-se a generosidade do povo mineiro. Até bem pouco era a luta; agora dir-se-ia que entramos na região dos jardins. E' um conforto immenso para os que lutam. Presenciava a um assedio, a um bombardeio de flores, que desalocavam da natureza, como as flores que se desentranham da maternidade. Uma floração prodigiosa! E' a victoria da nossa causa que se annuncia. Os militaristas acenavam com a carranca das vaías e o orador tem assistido a uma verdadeira glorificação. Ao divisar, ao longe, na curva distante, a cidade gloriosa, acudiu-lhe á mente esse doloroso conflicto em que o sangue dos moços foi derramado pelo grande crime de ter amor á sua Patria e sympathizar com uma causa nobre.

Disseram, continuou a, ex., que o orador fez a apologia da vaia, quando no Senado defendeu os direitos das victimas da sanha policial, quando a verdade é que proceou e fez a apologia da liberdade e recordou como Barbacena, que recebeu o primeiro imperador a dobras de finados, muito menos fez a um militar rebelado contra a lei e desvaído pela ambição, ao qual mostrou apenas que ainda é a mesma Barbacena de 1837. Fez bem, porque todas as manifestações populares devem ter toda a vehemencia para não serem falsificadas nestes tempos, em que orgãos da imprensa dão testemunhos falsos.

Figura 41 - O Estado de S.Paulo



Em Lafayette, Ruy Barbosa dirigindo-se a pé da estação para o centro da cidade



Ruy dirigindo-se para a Escola de Minas de Ouro Preto acompanhado de professores e alunos



Aspecto do grande comício realizado em frente ao Grande Hotel em Belo Horizonte. No medalhão o retrato do orador principal deste «meeting», que foi o deputado Carlos Peixoto



Ruy pronunciando a conferência política em Juiz de Fora

Figura 43 - Aspectos da campanha eleitoral de 1909-10 em Minas Gerais.  
A Manhã. Suplemento retrogravura, p. 51.

Os manifestos dirigidos à população proliferavam em apoio à candidatura civilista:

EXMO SR. DR. RUI BARBOSA.

Respeitosas saudações

É com o coração transbordando de prazeres e elevada honra, que venho comunicar-lhe que a “Sociedade Operária” desta cidade, em sessão solene realizada no Teatro Municipal votara a V. Exc. E ao vosso leal companheiro Dr. Albuquerque Lins, uma moção de verdadeiro entusiasmo e solidariedade, prometendo todos sufragarem os vossos respeitáveis nomes, no pleito de 01/03 para o alto cargo de chefe da nação.

A sessão teve lugar a 02/01/1910 tendo contado com 120 votos para o vosso sufrágio e espero adquirir ainda muito mais, entre os cidadãos operários independentes.

Espero, pois, que V.Excias aceitem de coração essa espontânea homenagem dos operários de Lavras, daqueles que vivem independentemente lutando pela vida, os quais vem em V.Excias, um futuro país que certamente quando assumir ao alto poder não deixará de volver as suas vistas para essa classe “que é o princípio e o fim do capitalismo e a grandeza da nação”.

Lavras, M.G. 04.02.1910

José Luis de Mesquita

Diretor d’Operário e da Sociedade Operária Lavrense”.

Associados aos manifestos encontramos diversos telegramas de felicitações e de convocações à participação em *meetings* .

Oliveira,

Centro de Reação Civilista a Oeste de Minas Gerais, tem a subida honra de convidar V.Ex.as. Para durante excursão pelo Estado de Minas chegar a esta cidade.

Povo entusiasta pela vossa candidatura espera ouvir vossa palavra fulgurante.

Teodoro Ribeiro

Delegado da Convenção de agosto

(arquivo da FCRB)

(N. 28)

Companhia Paulista de Vias Ferreas e Fluviaes

Em sua resposta

Estação de *Juiz de Fora* 15/12/ de 1909

Memorandum à *Rui Barbosa*

*S. Paulo*

*Comprimeto-o*

*Como sou escriptuario da Estrada, não podendo ir fazer-lhe uma visita pessoalmente desejo que faça feliz viagem. É como seu Eleitor para sua candidatura. Manifesto com satisfação*

*Seu em Estima*

*de V.º J.º*

*Cezar Brizoloso*

CASA DE RUI BARBOSA

Duvar & C. - 7 - 838

Figura 44 - Fonte: FCRB

Figura 45 - Rui Barbosa em campanha pelo país.  
A Manhã. Suplemento Retrogravura. 1949 - p. 52





Figura 46 - Rui Barbosa durante a campanha civilista – Arquivo da FCBR –



Aspecto do grande comício realizado em frente ao Grande Hotel em Belo Horizonte. No medalhão o retrato do orador principal deste «meeting», que foi o deputado Carlos Peixoto



Ruy pronunciando a conferência política em Juiz de Fora

Figura 47 - Aspectos da candidatura Rui Barbosa pelo país.  
Fonte: Suplemento retrogravura A Manhã.p. 51

#### d) A campanha civilista na capital federal

A campanha na capital federal contou com apoio de diversos políticos que traçaram as estratégias que deveriam ser utilizadas para atingir os eleitores. Era preciso inflamar o povo e conscientiza-los do significado dessa candidatura como uma luta cívica em defesa dos interesses da nação e dos princípios constitucionais.<sup>317</sup>

Rui Barbosa em seu retorno da Bahia foi recebido pelo povo carioca com uma grande manifestação ocorrida na Avenida Central. Quando seu carro surgiu na esquina dessa com a rua Visconde de Inhaúma, uma massa popular que lotava a avenida ovacionou o candidato com grande entusiasmo de forma que *O Correio da Manhã* afirmasse que: “era um delírio: A avenida *fremia* de entusiasmo. Todas as sacadas, de todas as janelas, milhares de lenços se agitavam (...) Milhares de cabeças se erguiam. De seu carro o candidato agradecia agitando seu lenço. Das janelas eram atiradas flores”.<sup>318</sup>

O préstito saiu pelas ruas da cidade em caravana, os carros enfileirados, desfilaram pelas principais avenidas da cidade, contando com a presença de políticos influentes e suas esposas. Ao chegarem em frente do palácio Monroe, no Botafogo, inúmeras carruagens e automóveis repletos de famílias, que aguardavam a sua chegada, aclamaram delirantemente o senador baiano, o povo carioca que acenava das sacadas dos prédios ou se aglomerava nas calçadas para ver passar o préstito pela rua do Catete.

---

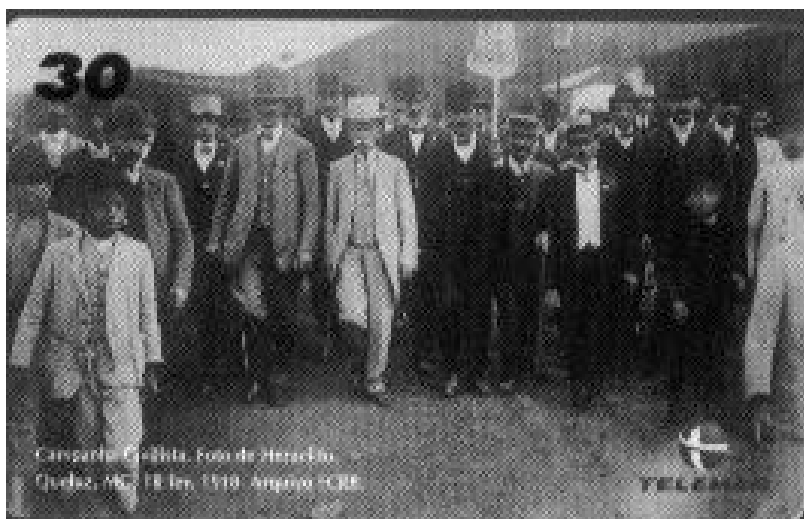
<sup>317</sup> BARBOSA, R. 1910, p. 364

<sup>318</sup> O Correio da Manhã, 21.02.1910, p. 1

O Rio de Janeiro, por ser capital, protagonizou inúmeras manifestações populares de apreço ao candidato civilista. Foram vários comícios realizados que acabaram inflamando os debates nas ruas, os prústitos se tornavam constantes no cenário das ruas da capital federal.

Essas manifestações eram destacadas pelo O jornal *O Correio da Manhã*, que por meio de uma estratégia de divulgação diária, noticiava essa calorosa acolhida do povo carioca ao candidato civilista, exaltando sempre o tom festivo da campanha nas ruas.

O jornal além de publicar notas, artigos, manifestos sobre a campanha, postava-se como defensor incontestado do candidato frente às críticas hermistas. As Críticas realizadas pelos hermistas, muitas vezes, condenavam a nova prática política do candidato se relacionar com os eleitores hermistas, que afirmavam sobre suas viagens pelo país, que essas não passavam de um passatempo do candidato.



**Figura 48 - Campanha presidencial de Rui Barbosa.**  
**Fonte: Memória dos 150 anos do nascimento de Rui Barbosa.- FCRB**

Em sua defesa esse órgão de imprensa alegou que os hermistas pretendiam amesquinhar os serviços prestados à nação por Rui Barbosa, que levou ao povo sua

plataforma de governo. E em tom jocoso provocou os adversários, afirmando que o candidato do catete não podia se dar ao luxo de sair às ruas do país, exibindo-se.

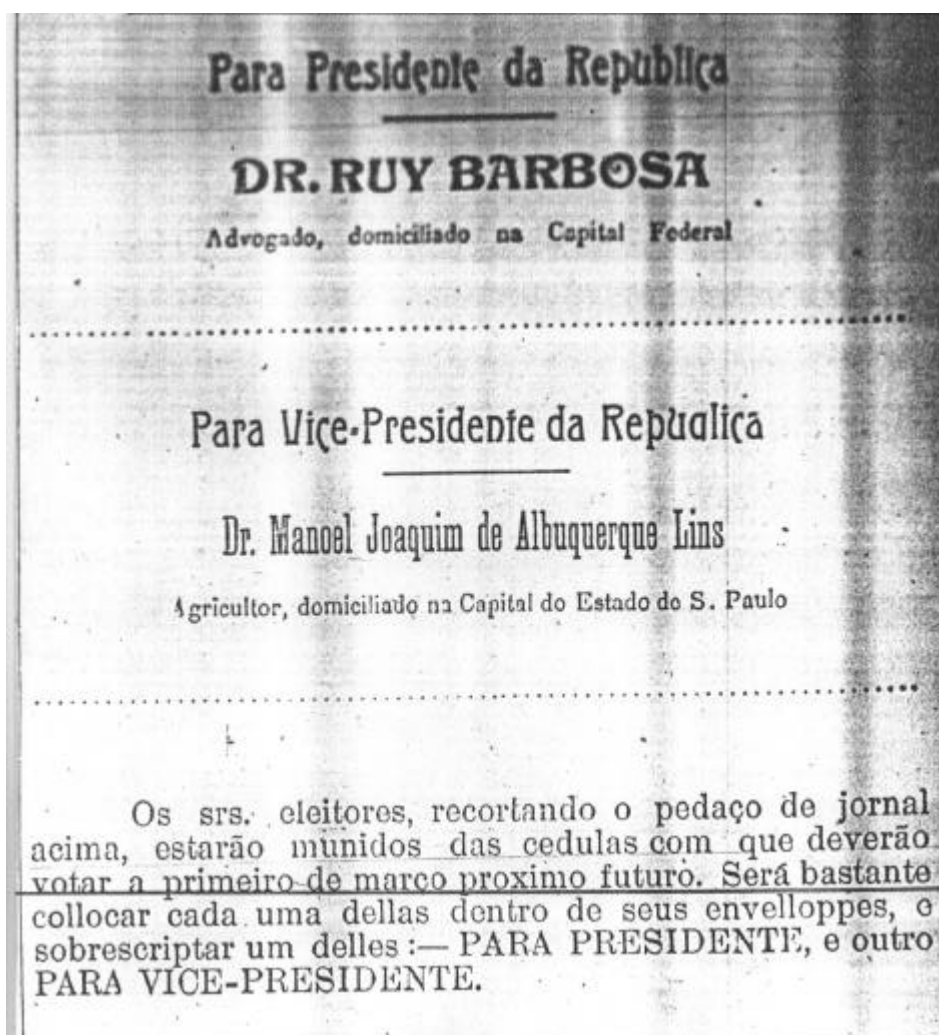
Os diversos manifestos lançados na imprensa convidavam a todos seus membros e simpatizantes com a causa civilista a registrarem sua solidariedade. Essa manifestação pública contaria com a assinatura de uma carta política de homenagem a Rui Barbosa, sendo posteriormente entregue a ele como uma moção de apoio à sua candidatura.

Para presidente da República  
RUI BARBOSA  
Candidato nacional  
Rui Barbosa ou a Revolução!  
Otávio Mangabeira  
Deputado Baiano

*O Correio da Manhã* publicou no dia 3 de janeiro de 1910 uma nota na qual afirmava que a diretoria da União dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro apoiava o civilismo.

Os convites para os comícios e *meetings* também eram freqüentes nas páginas da imprensa ou em santinhos avulsos.

Apotheose hoje aqui  
Vossa chegada  
Nossos sinceros e respeitosos cumprimentos.  
Os civilistas Alciades Galvão  
Hipólito Sobrinho (arquivo da FCBR)



**Figura 49 - O Estado de São Paulo, em 12.02.1910.  
Propaganda eleitoral da campanha de Rui Barbosa publicada**

Os relatos de Paulo Duarte a respeito da recepção popular para Rui Barbosa afirmam que as manifestações promovidas nas ruas apresentavam um vulto inédito até então em território nacional. Rui era esperado em todas as estações ferroviárias por onde passou e aclamado nas ruas e praças públicas.<sup>319</sup>

Transcrevemos manifesto publicado em *O Fígaro*, órgão que se intitulava defensor de todas as classes de propriedade de J. Pinto Cardoso.<sup>320</sup>

<sup>319</sup> DUARTE, P. 1977, p. 46.

<sup>320</sup> *O Fígaro*, 03.10.1909.

Ex. Sr. Conselheiro Rui Barbosa

O eixo em torno do qual giram os partidos em breve tornará a base onde as suas ações se apóiam. Partidários do governo constitucional não tem, contudo uma opinião formada, uma opinião inteiramente nossa, por que o nosso programa obedece às opiniões que vão se firmando a par da razão e do direito da soberania do povo.

Para ele vivemos e por ele entramos em luta leal.

O *Fígaro* honrando hoje a sua primeira página com o retrato de um dos mais ilustres filhos deste glorioso país, o maior vulto da atualidade, o defensor em todas as épocas do direito e da verdade, só tem a lamentar as lutas desleais a que os partidos se deixam resvalar, destinadamente procurando mesmo destruir as glórias alcançadas pelo embaixador de Haia.

Após essas palavras o jornal publica um apelo para o comparecimento dos populares à manifestação de rua que iria ocorrer naquela data.

#### **4.6 A Campanha nas Revistas e na Pequena Imprensa**

Essa divulgação calorosa da campanha eleitoral não ficou restrita à grande imprensa. Jornais de pequena tiragem também tiveram seu peso na reprodução das mensagens civilistas. O tom eufórico dos relatos sobre a performance do candidato na excursão eleitoral pelo país, também pode ser verificado em alguns pequenos jornais e revistas.

O *A Concórdia*, cujo redator chefe era A. F. Neves Júnior publicou em 3 de outubro um artigo que nos chamou a atenção pelo seu teor. Apresentando-se como pacíficos e serenos, os redatores afirmavam, porém que o momento era de lutas partidárias. Consideravam Rui uma "glória" nacional e que o país se sentia orgulhoso de contar com um brasileiro tão famoso por sua aplaudida capacidade intelectual. Hermes, por sua vez, era visto como um soldado disciplinado e respeitado dentro do Exército. O texto concluía noticiando que as principais cidades do país agitavam-se frente a essa disputa entre dois vultos da nação em torno dos quais se agrupavam partidários exaltados.

O jornal *O Fígaro*, que se intitulava "órgão defensor de todas as classes" dirigido por J. Pinto Cardoso, com uma tiragem de 5.000 exemplares publicou um editorial em que declarava seu apoio à candidatura civilista por ser Rui Barbosa "um dos filhos mais ilustres desse glorioso país, o maior vulto da atualidade, defensor em todas as épocas do direito e da verdade."<sup>321</sup> No mesmo dia, convidava o povo para participar de uma manifestação pública a favor de Rui Barbosa e do civilismo, afirmando que a mencionada manifestação representava um marco na história do país, o início de uma futura apoteose. Após esses comentários pedia o voto para o candidato civilista.<sup>322</sup>

A revista *A Ronda*, em 15 de setembro, publicou um artigo na primeira página, assinado por Jota e com o título "Em Marcha", no qual expunha as razões por que se opunha abertamente à campanha hermistista. Afirmava que o marechal Hermes não possuía os requisitos necessários para ser presidente da República e que fora escolhido como candidato por uma assembléia quase sediciosa que reunia membros governistas, tendo como mentor Pinheiro Machado, representante das oligarquias estaduais. Considerava ainda, que Hermes era dotado apenas de preparo militar e que politicamente era um "zero". O artigo se encerrava com a afirmação que o marechal "não era o mais apto a regenerar a República" e com a convocação ao povo para assumir a posição da revista. "Diante da grande questão do momento, façamos alto, apresentemos as armas, volvamos à esquerda e dobremos a esquina. Entramos na rua da Alegria..."<sup>323</sup>

A cobertura das manifestações a favor do candidato; a presença popular era enfatizada com o uso de expressões como: "uma enorme multidão", "o povo se

---

<sup>321</sup> *O Fígaro*, 03.10.1909.

<sup>322</sup> *Ibidem*. 03.10.1909.

<sup>323</sup> *A Ronda*, 15.07.1909.



acotovelava", "populares receberam o candidato", enfatizando a participação popular na campanha, às vezes até com um certo exagero.

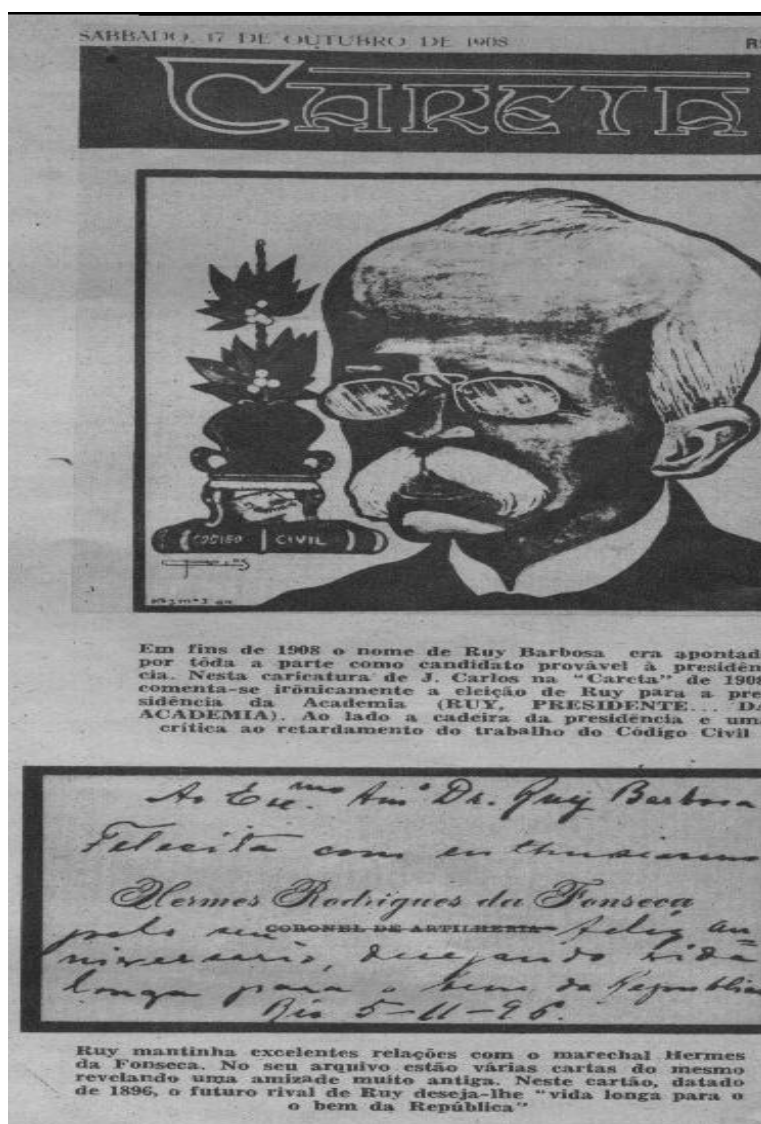


Figura 50 - Propaganda de Rui Barbosa.  
Suplemento retrogravura A Manhã, 1949 p. 48.

#### 4.7 Violência nas Ruas do País

Por meio do trabalho de acompanhamento diário da campanha civilista nas ruas, a imprensa conseguia traduzir a agitação que tomava o país, retratando o clima efervescente que a proximidade do pleito provocava. No final de setembro de 1909, ocorreu um grave episódio que foi amplamente explorado pela imprensa e tornou-se conhecido como a "Primavera de Sangue". Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, esse episódio foi o mais triste da agitação que reinava nas ruas dos grandes centros<sup>324</sup>. Nessa ocasião alguns estudantes cariocas manifestando-se nas ruas favoráveis à campanha civilistas foram dispersados pela polícia com violência. Em repúdio a essa atitude esses realizaram uma passeata encenando o enterro simbólico do general Souza Aguiar. A polícia interveio com repressão tão violenta, que o incidente acabou com um saldo trágico de dois estudantes mortos, muitos feridos e várias prisões. Esses acontecimentos abalaram a cidade do Rio de Janeiro que acompanhou o processo com ávido interesse pelas páginas dos jornais civilistas. Estes abriram espaço para que Rui Barbosa acusasse com toda sua veemência esse acontecimento tão truculento. Em 23 de setembro de 1909 Rui realizou um discurso inflamado na tribuna do Senado em prol dos estudantes, condenando a arbitrariedade policial.<sup>325</sup>

Rui não tolerou esse atentado considerando-o como um fator de abalo à democracia, energicamente denunciou aquela atitude em seu discurso no Senado. Criticou veementemente a justificativa do governo sobre a bandeira da defesa da honra:

---

<sup>324</sup> A esse respeito consultar as obras citadas, A. A. de Melo de Franco e de Castro, Sertório e N.W. Sodré, que expõe esses conflitos de rua, que culminaram no assassinato de estudantes civilistas pela polícia a mando dos oficiais do Exército, comissionados na Polícia Militar.

<sup>325</sup> SODRÉ, N. W. História da imprensa no Brasil. 4.Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 328.

O pau e a faca de ponta foram os instrumentos do atentado. Os seus perpetradores eram praças do corpo policial, que se diziam instruídos e mandados pelos seus superiores. O crime era um desforço da suposta ofensa feita à honra do comandante da Brigada Policial pela manifestação dos moços acadêmicos (...) A honra militar não difere da honra civil, senão em graduações convencionais. Em um país constitucional, onde não pode haver privilégios de classe, muito menos regalias de casta, aqueles que vestem a farda e cingem a espada não estão isentos de críticas e da responsabilidade que pesa sobre os cidadãos.<sup>326</sup>

O episódio causou indignação até mesmo na revista *O Malho* que fazia forte oposição a Rui. Essa não pôde se calar diante de tal violência. Publicou reportagem sobre o episódio ao qual chamou de crime e expressou sua indignação com as atrocidades cometidas contra estudantes e populares:

Choro de dor e vergonha, por esse ato de hedionda selvageria. Como é que a uma simples brincadeira comum na classe, se assassina a luz do dia, no coração da minha capital, dois pobres estudantes, dois meninos cheios de vida, mas inermes?  
Assinado: Zé Povo, em homenagem à sociedade.<sup>327</sup>

Em editorial de 15 de fevereiro de 1910, intitulado "A Eleição Presidencial" o jornal *O Estado de São Paulo* fez um relato da passagem de Hermes da Fonseca pelo Rio Grande do Sul. Informava que, na tarde anterior, populares que saíam às ruas para homenagear o marechal, entraram em confronto com grupos que gritavam vivas a Rui Barbosa. O tumulto se iniciou na rua dos Andradas quando um grupo de hermistas atirou contra as pessoas que ali se encontravam, o que resultou em uma grande confusão e alguns feridos.<sup>328</sup>

O crescimento da violência e das arbitrariedades policiais foi de tal ordem que nem mesmo a tentativa de coibir as manifestações populares surtiu efeito positivo, não conseguindo fazer com que essas manifestações e perseguições políticas

---

<sup>326</sup> Ibidem. p. 329.

<sup>327</sup> *O Malho*, 02.10.1910.

<sup>328</sup> *O Estado de S. Paulo*, 15.02.1910.

viessem à tona, como podemos perceber nos excertos de artigos publicados *no O Estado de S. Paulo*

O aspecto das ruas é animadíssimo, sendo notável o grande número de senhoras, apesar das provocações movidas por grupos desclassificados, assalariados pelos partidários do marechal Hermes.<sup>329</sup>

Durante todo esse fevereiro e por toda parte, ocorriam incidentes de violência quando se enfrentavam grupos de defensores dos dois candidatos. E todos os fatos eram amplamente divulgados pela imprensa que fazia a cobertura da campanha eleitoral. Esse potencial cênico dos comícios empreendidos nas ruas muitas vezes era alimentado por um clima de possíveis confrontos com os hermistas, ocasionando provocações entre os lados adversários, gerando conflitos na multidão presente, exacerbadas pelas paixões partidárias. Os relatos de violência e prisões nesse período eram constantes.<sup>330</sup>

*O Correio da Manhã*, ao relatar a ocorrência de feridos em confrontos entre hermistas e civilistas, informava que o delegado de polícia do 1º Distrito, Dr. Cid Braune, instaurara inquérito policial para apurar em que condições se deram o crime do qual foi vítima uma pessoa que acabou ferida por tiros ao declarar apoio ao civilismo. Muitos outros episódios de agressão e violência foram registrados pelo jornal que, em vinte e um de fevereiro publicou um artigo com o título: "A Anarquia é Deles". Esse artigo responsabilizava os hermistas pelas provocações que resultavam em confrontos e desordem.

Às vésperas do pleito, o país enfrentava uma situação nunca vivida antes. Tendo conseguido inflamar grande parte da população, o debate político saltou para

---

<sup>329</sup> O Estado de S. Paulo, 14.01.1910.

<sup>330</sup> Consultar os jornais *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo*, *O Correio Paulistano* do período.

as ruas onde as constantes manifestações de violência tendiam a se acirrarem cada vez mais, conforme se aproximava o dia das eleições.

No decurso da campanha o policiamento nas ruas da capital do país tornou-se ostensivo e, enquanto o governo procurava reforçar o contingente de policiais para coibir confrontos e desordem, a imprensa denunciava a parcialidade da polícia que, subordinada ao marechal Hermes, não visava apenas a reprimir brigas, mas a voltar-se contra os civilistas e intimidá-los.

A provocação de tumultos conjuntamente com as ameaças e agressões que ocorreram na cidade faziam parte da estratégia utilizada pelos hermistas para comprometer o andamento da democracia e do processo eleitoral, com claro intuito de prejudicar as eleições. Prática comum durante a Primeira República. Mesmo quando a polícia era acionada para resolver esses confrontos de ruas entre os grupos oponentes havia civilistas que chegaram a afirmar que a polícia era parcial e estava a serviço da causa hermista, conforme nos revela Fernando Nery ao transcrever que: “a polícia havia chamado a seu serviço a escória da cidade: assassinos e malfeitores que em emboscadas criavam o clima de efervescência como instrumento de opressão”.<sup>331</sup>

O jornal *O Estado de S. Paulo* às vésperas das eleições publicou no seu editorial um alerta contra a possível violência que tomaria conta da cidade no dia seguinte, afirmando que “no dia 1 próximo as casas comerciais não abrirão as portas e a cidade será rigorosamente policiada. Temem-se grandes conflitos por ocasião do pleito, pois conta que tem têm chegado muitos desordeiros do Rio e outros lugares para auxiliarem os hermistas”.<sup>332</sup>

---

<sup>331</sup> Nery, F. *Rui Barbosa*. Ensaio bibliográfico. Rio de Janeiro: Guanabara, 1932. p.139.

<sup>332</sup> O Estado de S. Paulo. 28.02.1910, p.1

Hélio Silva afirma que a campanha hermista valia-se dos choques violentos entre os bandos exaltados e na pressão constante das autoridades interessadas na vitória do candidato<sup>333</sup>.

O *Correio da Manhã* afirmou que, muitas vezes, os próprios policiais eram os causadores das confusões por causa dos métodos violentos que utilizavam para reprimir manifestações de grupos partidários pela cidade. Para embasar essa denúncia, publicou a declaração de um grupo de pessoas que se dirigiu à redação do jornal para registrar a truculência com que a polícia dissolveu uma manifestação:

(...) verdade é que os grupos de hermistas eram insignificantes. Mas para os do grupo que erguia vivas ao Dr. Rui Barbosa voltava-se sempre a sanha dos soldados, que atiravam os animais sobre as calçadas provocando correrias, assustando senhoras e ferindo mesmo os descuidados. Desse modo, só pode ter efeito negativo o policiamento nas ruas. Não é praticando injustiças e violências que se consegue a calma das multidões.<sup>334</sup>

A repressão se tornava mais violenta e impediam-se reuniões e concentração de grupos de pessoas a fim de se evitar a intensificação das ações populares.

Todo o policiamento da cidade foi reforçado, além da patrulha da cavalaria, da guarda civil e dos agentes de segurança pública, pelotões de infantaria guarneciam a avenida.<sup>335</sup>

O *Estado de São Paulo*, um dos primeiros órgãos de imprensa a abraçar o civilismo, no dia 28 de fevereiro de 1910, véspera do tão ansiado pleito, publicou em sua primeira página o artigo "O Invencível". Tecia comentários sobre o caráter da campanha que então se encerrava e que havia mobilizado a opinião pública com tanto fervor. Apelava aos políticos que fizessem respeitar o voto popular e afirmava que uma apuração escandalosa das urnas revoltaria a nação. E concluía contando como certa a eleição de Rui:

<sup>333</sup> SILVA, H. 1998, p. 64.

<sup>334</sup> O *Correio da Manhã*, 08.09.1909.

<sup>335</sup> *ibidem*, 09.09.1909.

(..) todo o esforço, pois, deve se concentrar na eleição de amanhã. É ela que decidirá o pleito; em poucas horas será eleito presidente da República dos Estados Unidos do Brasil o Sr. Rui Barbosa, o candidato do povo contra o candidato da maioria das agremiações politicantes, que disputam a exploração da República (...) E o povo, com quem está? De norte a sul, com quem está a opinião? Com Rui Barbosa. Não somos nós partidários que afirmamos. É o que está na consciência de todos.<sup>336</sup>

Em 28 de fevereiro, véspera do pleito, o chefe de polícia Dr. Leoni Ramos registrou inúmeras ocorrências de agitações populares que causaram graves tumultos pelas ruas da cidade. Grupos de hermetistas e de civilistas encontraram-se várias vezes no dia, exigindo a interferência da cavalaria para dispersar os conflitos.<sup>337</sup>

Naquele momento tudo era motivo de estar nas ruas manifestando-se favorável ou contrário à campanha sucessória em curso, como já anteriormente exposto. Entretanto, ao analisarmos o período, não podemos ser ingênuos e acreditar na espontaneidade ou autonomia das camadas populares no interior dessas mobilizações.

Conforme o órgão informativo não se podia parar numa esquina que o passante era logo abordado pelos policiais que diziam:- Tenha a bondade de circular... O passante afirmava: - Mas eu espero um bonde do Engenho Novo... Estou no meu poste... - Pois é para esperá-lo andando. São *ordens*.<sup>338</sup>

No período de dezembro de 1909 a março de 1910, ocorreram em diversas cidades dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais muitas manifestações sociais em que foi possível perceber a participação popular. A quantidade dessas manifestações e a repercussão que elas tiveram na imprensa, nos dão conta de uma imensa agitação social durante o período. Numa conjuntura

<sup>336</sup> O Estado de S. Paulo, 28.19.1910. p. 1

<sup>337</sup> loc.cit.

<sup>338</sup> loc. cit.;

de grande mobilização política e de forte polarização entre as elites dissidentes a mobilização popular ganhou uma conotação de legitimidade política.

Entre muitos eventos realizados pelo país para marcar o encerramento da campanha eleitoral, destacamos dois. Em Itatiba, o Centro Civilista promoveu um comício de que participaram pelo menos 4.000 pessoas que lotaram uma praça. No Rio de Janeiro, no Bairro da Gávea, o comitê eleitoral organizou também um grande comício. Nesse último ato da campanha Rui foi aclamado pelo povo humilde representado ali por operários de fábricas das proximidades e trabalhadores da marinha que concentravam no candidato suas esperanças.

Para *O Estado de S. Paulo* essas manifestações, que se repetiam por todo o país, eram inenarráveis e imprimiam singularidade a uma campanha eleitoral, que foi verdadeiramente um marco na história do Brasil.

Vencedora ou vencida, ela datará para esse regime, o começo de uma era de verdadeira regeneração, quaisquer que sejam as provações, por onde a tenhamos de alcançar.<sup>339</sup>

Estavam lançadas as cartas para as eleições, encerrando-se a maior campanha eleitoral de rua de que se tinha notícia até então. Alguns dias antes de ocorrer o pleito, *O Correio da Manhã* vai às ruas com um editorial intitulado *Pela Pátria*, num claro apelo à nação concitando o voto em Rui Barbosa:

Aproxima-se o pleito de 1 de março. O povo brasileiro vai decidir dos seus destinos. Um fluido elétrico e titânico se propaga por toda vastidão do território nacional (...) no cenário largo e convulso vemos dois campos opostos de combatentes, empenhados na luta pela sucessão presidencial. Esses dois campos são representados por dois homens: Rui Barbosa e Hermes da Fonseca. O primeiro encarna o ideal de um povo; o segundo interesse de uma facção.

De um lado, compondo as falanges civilistas vemos, unidos e fortes os que alimentam na alma a chama viva da independência, os que não vergam a cervizes como escravos, os que preferem perder tudo do que a honra; os

---

<sup>339</sup> ibidem., 28.02.1910.



que se batem pela cruzada verdadeiramente nobre; os interessados pelo bem geral (...)

Do lado contrário, nos arraiais hermistas, com uma ou outra exceção, surgem numa promiscuidade edificante os mandões caricatos e deslavados, que chasqueiam dos seus próprios instrumentos,(...) que voragem separam esses dois grupos!

Para avaliar essa distância basta refletir na diferença entre um e outro candidato. Rui Barbosa é o saber; Hermes da Fonseca é a ignorância.<sup>340</sup>

Utilizando-se dessa retórica inflamada e apelativa o órgão de imprensa pretendia convencer seus leitores da importância do voto em Rui Barbosa, contrapondo um candidato ao outro numa linha de ataques à pessoa de Hermes da Fonseca e uma valorização da imagem política de Rui Barbosa.

Em outro momento esse jornal apela novamente aos eleitores que votassem no candidato civilista, utilizando-se também de uma estratégia de contrapor os candidatos:

Firmamos que ao Sr. Rui caberá a amanhã vitória, e o reafirmamos. Não pode ser vencida uma causa, que além de justa, é a causa da nação. Jactam-se os hermistas de ter por si as principais forças políticas. Que forças são essas? Os dominadores de muitos Estados e as oposições em alguns deles. Mas essas forças políticas se equilibram com elementos de igual natureza, que o candidato civil conta em seu favor. E o povo, com quem está? Do norte ao sul com quem está a opinião? Com o Sr. Rui Barbosa. Não somos nós, seus partidários que o afirmamos, é o que está na consciência de todos (...)

A nossa fé na vitória do Sr. Rui Barbosa é inquebrantável, por que nunca o vimos vencidos. No Império, todas as causas que defendeu, como jornalista ou como deputado, foram vencedoras.<sup>341</sup>

No dia da eleição, o editorial do *Correio da Manhã* trazia uma mensagem contundente de apoio aos civilistas, chamando o povo “as contas” para votar com sabedoria e decidir pelo candidato que fosse o melhor para a nação:

Exerce hoje o povo brasileiro a maior de suas funções – a eleição de seu primeiro magistrado. E em vinte anos de regime republicano, pode-se dizer que pela primeira vez, o povo a exerce. Até agora as eleições presidenciais, resolvidas, aqui no centro, pelos próceres da politiquice e homologadas pelos Estados onde votações não havia e tudo se reduzia ao

<sup>340</sup> O Correio da Manhã. 14.02.1910. p. 1

<sup>341</sup> O Correio da Manhã, 28.02.1910. p. 1

trabalho do bico de pena. Hoje, porém, o caso é outro. O eleitorado move-se e comparece aos comícios. E si o serviço de compressão não o privar de votar conforme sua consciência, ou o trabalho da fraude não lhe alterar ou falsificar o voto, teremos a 15 de novembro, assumindo o supremo governo da República, o eleito do povo e não o preferido dos politicantes.<sup>342</sup>

#### 4.8 Finalmente a Eleição

O pleito de 1º de março de 1910 transcorreu num clima de agitação e violência já esperado pelos políticos e pelos próprios candidatos. A onda de boatos que circulavam pela cidade, com facilidade de boca em boca. Desde a véspera, guarnições do exército já estavam de prontidão aguardando possível intervenção.

Acreditando na força de sua participação, uma multidão dirigiu-se às seções eleitorais, mas não conseguiu votar, pois encontrou as portas fechadas. Dos 75 locais de votação no Rio de Janeiro apenas 25 permaneceram abertos.<sup>343</sup> Os eleitores, perdidos, acorriam de uma seção para outra, mas encontravam-nas também fechadas. Em algumas seções faltavam mesários e chegou-se até a improvisar urnas e pessoal para garantir a votação. Mesmo assim, muitos eleitores voltaram para suas casas sem ter votado.

Encontramos nas páginas dos jornais civilistas e na bibliografia dos memorialistas e historiadores indícios que demonstram a existência de ter havido naquela época uma forte pressão e intervenção por parte do governo local e federal para impedir que os civilistas pudessem exercer o direito de votar.

*O Estado de S. Paulo*, por exemplo, denunciou que no Rio de Janeiro só foi permitida a votação em seções cujos eleitores eram partidários de Hermes e que as

---

<sup>342</sup> O Correio da Manhã. 01.03.1910. p. 1

<sup>343</sup> *Bibliografia da Campanha Civilista*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.p.14

demais seções foram propositadamente fechadas tendo suas atas sido fabricadas no dia anterior.<sup>344</sup>

No balanço da cobertura das eleições pelo estado, o jornal continuou publicando denúncias sobre a ocorrência de intimidação de eleitores civilistas, e a presença ameaçadora de capangas exercendo pressão em quase todas as seções eleitorais. Vários incidentes foram noticiados como o ocorrido na 4ª Seção onde um capanga, com uma faca enorme na mão, exclamou: "O primeiro civilista que quiser votar, eu fisgo..."<sup>345</sup>

Em Lorena, os eleitores da Vila Piquete não puderam votar devido a um atrito com oficiais de uma fábrica de pólvora que levou os civilistas a fugir do local - um grupo de 90 eleitores que encaminhou seu protesto ao tabelião da cidade. Outro exemplo de violência ocorreu em Bauru onde o eleitor civilista José Lopes foi atingido por cinco tiros de revólver em tumulto que acabou ainda tendo outros feridos.

O *Correio da Manhã* foi outro jornal que também não se calou diante da realidade de mortes, sangue e feridos nos embates entre civilistas e hermistas. Registrou a ameaça presente nas ruas que permitia à polícia chegar com seus automóveis e prender dez ou vinte cidadãos, distribuindo coronhadas. Os autos vinham e voltavam abarrotados e calcula-se que foram presas mais de 200 pessoas. "O terror se estabeleceu na multidão. Ninguém tinha o direito de viver".<sup>346</sup>

Os boatos não calavam, constantes eram as denúncias de fraudes nas seções eleitorais, onde os mesários não portavam os livros de registro das votações, não havia atas com as assinaturas dos eleitores, cédulas eleitorais e urnas desapareciam. É exemplar o caso do roubo de uma urna que teria ocorrido na

---

<sup>344</sup> O Estado de S. Paulo. 02.03.1910.

<sup>345</sup> ibidem. 02.03.1910.,

<sup>346</sup> loc. cit.;

presença do delegado de polícia, Dr. Oliveira Alcântara, o qual foi flagrado posteriormente tomando cerveja e confraternizando-se com os conhecidos "heróis da façanha".<sup>347</sup> Outro relato emblemático descreve que cerca de 300 eleitores, ao verem-se impedidos de votar, procuraram o deputado Monteiro Lopes que os orientou a dirigirem-se ao Conselho Municipal, para onde foram, segundo a crônica, dando vivas a Rui e ao civilismo.<sup>348</sup>

O *Correio da Manhã* registrou o caso do funcionário da saúde pública, Oscar da Silva Braga, que foi agredido com socos por um agente policial ao ter dado vivas a Rui Barbosa quando passava em frente a um comitê hermista, confirmando as notícias de violência que tomou conta das eleições. Outro eleitor, Alexandre do Nascimento, quando se apresentava para votar, foi assassinado por um capanga do senador Augusto de Vasconcellos depois que um grupo de desordeiros invadiu a Escola Feminina do Boulevard que abrigava a seção eleitoral.<sup>349</sup>

A nota do jornal exposto abaixo nos deixa claro essa situação de prática da violência e da coerção que havia na época.

---

<sup>347</sup> O Estado de S. Paulo. 01.02.1910.

<sup>348</sup> BARBOSA, R., 1910. Vol. 37. T.1, p.614

<sup>349</sup> O Correio da Manhã. 02.03.1910.

Lins, 92; Hermano,  
Lins, 86; Hermano,  
ry, 81; Lins, 87;  
Lins, 157; Her-  
Lins, 199; Her-  
Lins, 53; Lins, 53;  
Lins, 58; Lins, 58;  
Lins, 75;  
se que os civillizos  
localidades distan-  
frente ao *Diario*  
mas e vivas, as re-  
Barbosa e Albu-  
nista havia compra-  
fogueira, mas não  
SUL  
Abstenção eleitoral  
de terem vindo do  
s aqui alistados,  
completar o loop  
este momento o  
seguinte: Ruy,  
mes, 3-73; Wene-  
slau e em Vila-  
Ruy teve enor-  
tas dos resultados  
Barbosa obteve  
Julio de Castilhos,  
Bagé e Carazinho,  
mento e outros pon-  
com differença de  
Ruy obtinha mais  
do Porto estaciona  
clama com delirio  
do civilismo.  
aistas vivou o ma-  
do conflito, de  
qui mais de 1.000  
se decepcionados  
a inesperada vota-  
a  
a recebeu os sequin-  
eleições presiden-  
resultado conhecido  
municípios vizinhos.  
8.081; Weneclau  
A. Lins, 73. Cor-  
Bandeira, gover-  
er de comunicar a  
sial correu placida-  
da das secções des-  
gaba é o seguinte:  
ou, 1.237; Ruy, 21  
primicias a v. ex-  
sial regularmente  
to da ordem.  
o seguinte:  
Cordões saudações  
rnador."  
sencial correu com  
do havido nenhuma  
da capital é o se-  
Weneclau, 1.162;  
udações—Luis Do-  
sioncial. Resultado  
n, 1.025; Ruy 114;  
2—Bittencourt, go-  
sial nesta capital  
liberdade, não se  
dente desagradavel  
comparcimento de  
13 secções da capi-  
Weneclau, 1.287;  
ada um: Ruy Lins,  
Hermes-Weneclau,  
opressões dos meus  
chider Malta, go-  
vima eleição em  
votação vice-pre-  
s cordões—Gusta-  
clares na melhor or-  
cipio e capital é o  
u, 2.050; Ruy, 85;  
os —João Coelho,  
gora conhecido:  
Jeronymo Mon-

# SANGUE! SANGUE!

## O DIA DE HONTEM

### Mortos e feridos -- Nas secções eleito- raes--As providencias da policia--No Necroterio e no Hospital

As providencias tomadas pela policia hontem, apesar de todos os pomposos reclames feitos pelo chefe de policia, não produziram o resultado que se esperava. E' q'ue a queda de honra, dizia o chefe, evitar qualquer desordem. O presidente quer e está-se a o.

Infelizmente isso não se deu; por infelicidade de toda essa população do Rio de Janeiro nós fomos espectadores de scenas as mais deprimentes. Houve ameaças, contumacia, apesar de todas as providencias que a policia declarou ter tomado.

Quem visse a satisfação com que o sr. Leoni Ramos falava hontem, na policia, julgaria que, absolutamente, na cidade não haveria nada.

O chefe de policia determinou que fossem presos todos os arruaceiros perigosos encontrados nos diferentes districtos. Houve prisões de toda ordem. Os carros da Detenção chegavam, de momento, na policia, apinhados de arruaceiros, e emquanto o sr. Leoni procurava syndicar da natureza do delicto de cada um, de todos os cantos chegavam pedidos para soltura.

Os seus auxiliares, pelo aparelho, pediam reforços, o chefe concedia-os. E' que nem tudo occorria-lhe á mente e nem tudo lhe era comunicado pelo fio.

Assim (é supposição de todo o mundo) fez o trefego delegado Solferi as suas tropelias na ilha; o sr. Cid auxiliou-o, chamando para si todo o penoso serviço, emquanto que Souto, Castagnino prestava mão forte ao seu famoso assaeia Juventino da Silva.

O chefe de policia acreditou que teria um mar de rosas hontem. Tal não se deu, porém.

Houve sangue, houve mortes, houve feridos. Seguem-se abaixo as notas que a nossa reportagem conseguiu obter.

#### HOMICIDIO

O sr. Alfredo Antonio Gestal é proprietario do armazem da ladeira João Homem n. 65.

Hontem, á tarde, ali por volta das 4 1/2, entrou no seu estabelecimento um numerozo grupo, de que faziam parte Dentinho de Ouro, vulgo que caracteriza o conhecido arruaceiro João Maria de Souza, e Felipe da Silva.

O "Dentinho de Ouro" trazia á lapella um retratinho do marechal Hermes.

Entrou, sentou-se e pôz-se a dar vivas ao seu partido.

A principio, ninguem lhe ligou importancia, e isso bastou para que elle se revoltasse.

Deu para provocar o empregado do estabelecimento, o menor de 14 annos, Guilherme Antonio dos Santos, em companhia do amigo, cujo estado de embriaguez era notorio.

O sr. Gestal, que, da sua mesa, dirigia o estabelecimento, fingiu não ligar, a principio, á minima importancia, mas deante da attitude de Dentinho de Ouro, que, já bastante encervejado, provocava a todo mundo, viu-se na contingencia de tomar uma providencia enérgica. Chamou-o á ordem.

Isso não bastou. O desordem protestou; sacou de um revolver e duas balas partiram.

O tiro não acertou no alvo. Uma das balas foi apanhar o menor Guilherme em pleno peito. Aos estampidos dos tiros acudiram populares e praças de policia, que nas immedições se achavam, comparecendo ao local o commissario Leal, que, auxiliado pelo 1º sargento José Pinto Barbosa, segundos sargentos Elisiario da Costa Dourado e Francisco Xavier de Magalhães, cabos Antonio Gaspar de Vasconcellos e Candido Barbosa Filho, do 3º de infantaria do Exercito, o prenderam, quando elle procurava fugir em sua residencia, á ladeira das Escadinhas da Conceição n. 8.

O Posto Central de Assistencia compareceu immediatamente ao local do facto, mas as suas providencias, infelizmente, nenhum resultado produziram. O menor veio a faltar momentos depois, e o seu cadaver foi recolhido ao Necroterio.

O estabelecimento do armazem da ladeira João Homem n. 65, pertencente ao sr. Alfredo Antonio Gestal, e situado na freguesia de Santo Antonio, do bairro de Santo Antonio, foi alvo de uma violenta e destructiva manifestação popular, durante a qual foram queimados e destruidos diversos estabelecimentos e a policia não conseguiu impedir a destruição.

#### MAIS SANGUE

Ainda bem a policia do 2º districto não havia terminado as providencias que tomou nesse caso, quando um outro de natureza semelhante chegou-lhe ao conhecimento. Dessa vez o informante não se referiu a nenhum caso politico.

Naturalmente excessos do alcool, que tiveram o seu trágico epilogo numa casa, onde os excessos são communs, numa taberna da rua Municipal, esquina da de Saude.

Eis o facto:  
Emilio Duarte, vulgo *Olo de Boi*, e Romão de tal, mais conhecido pelo alcunha de *Rambo Branco*, tiveram uma forte contenda por coisa que a policia não sabe.

Politica ou coisa semelhante, o caso é que os dois são dois perigosos desordeiros a mando de politicos contumazes.

O Branco, no auge da indignação, alvejou o Boi e o feriu em pleno ventre, com um tiro de revolver. Veiu a policia, veiu a Assistencia, o criminoso é preso, emquanto o seu desaffecto, em estado grave, é renviado para a Santa Casa.

Convém salientar, o dr. Costa Ribeiro, em todos esses casos, lavorou pessoalmente os flagrantes e por intermeio do chefe de policia conseguiu obter reforço para o policiamento de todo o seu vasto districto.

#### MAIS UM FERIDO

Teve tambem os seus sustos a policia do 3º districto.

Houve, no largo de S. Francisco e adjaecencias, algumas correrias, que, felizmente, não tiveram consequencias mais lamentaveis. Quasi de frente á delegacia do 3º districto, á rua do Hospicio, o commissario Vasco conseguiu prender o arruaceiro Antonio Luiz, empregado de uma quitanda do largo da Sé e que, a golpes de navalha, feriu, na esquina da rua Luiz de Camões, Alberto Mariano, decaçando-lhe quatro dedos da mão direita e tres da esquerda.

O ferido foi medicado na Assistencia e reenviado para a Santa Casa, enquanto o criminoso era autuado em flagrante e recolhido ao xadrez.

#### FERIDOS NA AVENIDA

As arruaças, á noite, na Avenida, proseguiram.

Eram um prosseguimento das da tarde. Houve alguns tiros de revolver, correrias da força armada e outros pequenos incidentes.

Dos tiros resultou catorze feridos Manoel Joaquim da Costa, portuquez, de 23 annos, solteiro, empregado no commercio e residente á rua do Lavradio n. 84, que recebeu uma bala na coxa esquerda, e Manoel Gomes da Fonseca, brasileiro, de 22 annos de idade, pedreiro e residente á rua D. Felicidade n. 25, tambem ferido na região temporal esquerda.

Ambos foram levados na Assistencia Municipal, recolhendo-se o primeiro ao Hospital da Penitencia e o outro á sua residencia.

#### COVARDE ASSASSINATO

Eram a hora da tarde, pouco mais ou menos, quando passava pelo boulevard 28 de Setembro, em direcção á 1ª secção eleitoral, do 1º districto, um grupo de civillistas, erguendo vivas ao senador Ruy Barbosa.

Ao passarem todos de frente do armazem S. Julio, junto á Escola Publica, onde se realizou a eleição, soltouse ao encontro uma multidão de desordeiros, partindo dos fundos do citado estabelecimento e victoriando o marechal.

Houve o choque dos dois grupos. Um hermistá da forte bofetada em Francisco da Silva, do partido contrario, e em auxilio de quem correu Alexandre do Nascimento, que se abalçou com o intento de apanhar uma pedra; mas não chegou a fazer os dois tiros, vindo da facção hermistá, deitaram no por terra, fulminando-o.

Figura 51 - O Correio da Manhã, 26.02.1910.

Ainda segundo o jornal, a violência se espalhou. Em Uberabinha, Minas Gerais, o militar Tenente Rosa, percebendo que a apuração dos votos apontava para a preferência civilista, ordenou que os soldados invadissem as seções, armados, e durante toda a noite, as casas dos chefes políticos locais estiveram sob a ameaça de tiros. Os populares, horrorizados, refugiaram-se nos municípios vizinhos.<sup>350</sup> Também em Minas, onde havia oposição aos civilistas representada por Bias Fortes, a vergonha da fraude foi tornada pública pelo *O Correio da Manhã* que publicou o fac-símile de uma ata onde constavam as assinaturas de 800 eleitores, todas com uma só pena, uma só caligrafia.<sup>351</sup>

Outro exemplo da intimidação de eleitores e da parcialidade dos mesários ocorreu em Codó, pequena e pobre localidade nas proximidades de São Luís, Maranhão. Dos 1.600 eleitores inscritos, apenas 165 compareceram para votar. O mesmo se deu em vários outros municípios do estado onde foram registrados confrontos e arruaças.

Além das denúncias de abuso e violência, os jornais abriam espaço também para os leitores/eleitores registrarem seu protesto:

Botafogo, 2 - Perante esta redação, lavro meu protesto por não ter podido votar nos eminentes candidatos civis, visto não ter havido eleições em nenhuma das seções da 3ª pretoria de onde sou eleitor. A minha assinatura conta em protesto lavrado na secretaria - Silvio Mattos.<sup>352</sup>

*O Estado de S. Paulo* noticiava a arbitrariedade policial na capital do país, afirmando que os hermetas podiam viver nas ruas da cidade e que as manifestações dos civilistas eram logo abafadas violentamente pelos policiais que eram enviados de automóvel para o local, denunciando que no dia 3 de março as

---

<sup>350</sup> loc. cit.

<sup>351</sup> loc. cit.

<sup>352</sup> ibidem, 02.03.1910.

prisões arbitrárias efetuadas na avenida Central do Rio de Janeiro, que atingiram o número de 120 naquele dia.

Podemos perceber que mesmo com toda a empolgação criada pela campanha nas ruas, a fraude e a intimidação do eleitor campearam soltas pelo país, marcando o resultado final do pleito.

## **CAPÍTULO V – RUI BARBOSA: UM EDUCADOR POLÍTICO EM AÇÃO**

A Campanha Civilista foi na história da política brasileira um marco de defesa da democracia, no entanto, na vida pública de Rui, mais um momento de luta cívica.

Anna Lúcia V. Chaves

Em defesa da legalidade institucional da nação, Rui Barbosa não poupou esforços na luta contra o militarismo. Sua postura de resistência frente ao regime autoritário e antidemocrático foi o ingrediente para a eclosão da campanha civilista, propondo-se a ser um baluarte na defesa da liberdade e do direito. Como já vimos, sua vida foi repleta de acontecimentos relevantes, confundindo-se com a própria evolução da República. Rui Barbosa no seu tempo se tornou uma figura ímpar que ascendera na sociedade por meio de seus princípios e de suas lutas de cunho social. De maneira que para ele, a proposta candidatura do marechal Hermes constituía-se numa afronta, pois representava uma ameaça aos princípios liberais e democráticos, amplamente pregados e defendidos por ele durante toda sua vida pública.

Edificando uma campanha de cunho nacional cujo mote era a defesa desses princípios alicerçados no ideário do liberalismo político Rui Barbosa saiu pelo país pregando a regeneração cívica da nação. Para a construção de sua campanha eleitoral o candidato tinha como estratégia enfatizar a busca pela democracia e pela cidadania.

As principais questões desencadeadas pela campanha na luta pela manutenção da democracia no país direcionavam-se para: uma postura



antimilitarista, a luta pela regeneração do sistema eleitoral e a necessidade do alistamento do eleitor a fim de garantir a legitimidade e veracidade do processo eleitoral. Ao ligar a questão acima exposta empreendia e desenvolvia subjacente à campanha civilista duas outras campanhas que atravessaram o país: A campanha pela alfabetização intensa do povo e a campanha pelo voto secreto<sup>353</sup>. De forma que propaganda de sua campanha eleitoral de 1909/1910 se tornou uma verdadeira pregação democrática.

Insurgindo-se contra os clãs nordestinos, contra o predomínio político de Pinheiro Machado, contra a corrupção, a apatia e a ignorância do povo brasileiro, a falta de vontade política e a impossibilidade de alterações significativas nesse quadro. Rui empreendeu, portanto, uma verdadeira cruzada cívica pela nação.

Sua proposta política pretendia tornar cidadão útil o elemento popular, que por não saber ler e escrever era excluído do processo eleitoral, coibido de exercer sua vontade livre mediante opressão e a violência que ocorriam nas urnas.

Ao incorporar a referida população nos debates do jogo político que se travava naquele momento, sua campanha eleitoral também se apresentava aos eleitores como uma campanha educativa, no sentido que visava estimular sua participação política nas eleições, politizando-os. O tribuno baiano acreditava que a educação era principalmente um sinônimo de cidadania.

Ao assumir a candidatura opositora ao Catete, Rui entrou como o divisor de águas da tradição política do país, apresentando-se como porta-voz das aspirações do povo.

Nas palavras de Hélio Silva o lema dessa campanha se justificava pelo embate travado contra o conluio dos chefes políticos, contra a ameaça do

---

<sup>353</sup> Tese também compartilhada por Queiroz, Maria Isaura P. in o mandonismo local na política brasileira, São Paulo, Alfa-Omega, 1976. p. 143/4.

predomínio militarista, das fraudes eleitorais e da marginalização da população que eram privados do seu direito de ter opinião.<sup>354</sup>

O autor salienta que essa campanha apresentou um tom democrático e participativo considerando-a como um movimento nacional da resistência civil, de defesa da democracia.<sup>355</sup>

Este (movimento) despertou a Nação, animou-a de forças novas, deu impulso a este movimento a que nossos adversários assistem seriamente impressionados. Deu-se então ali um caso quase virgem nos anais deste regime: o acordo entre a política e o sentimento popular, a harmonia mais íntima entre a opinião pública e o governo.<sup>356</sup>

Concluindo a seguir que:

Numa sociedade em que a maioria da população era analfabeta e em que as possibilidades de instrução eram extremamente difíceis, mas que tinha como valor dominante a idéia de que aos dotados de capacidade e de inteligência estaria assegurada, através de esforço próprio a proeminência social, a figura de Rui Barbosa se prestava esplendidamente a tal manipulação ideológica, principalmente junto aos setores não privilegiados da população que tinham na inteligência o único bem a ser investido no reconhecimento social.<sup>357</sup>

Incitar a participação política popular provocou mudanças significativas na forma de relacionamento entre o candidato e o eleitor, possibilitando a criação de estratégias inusitadas que fizeram que, pela primeira vez, as ruas se tornassem espaços privilegiados da ação política, alcançando dimensões de convivência entre o candidato e o eleitor.

Para entendermos a construção dessa campanha devemos atentar para seus pilares de sustentação nas ruas: a inauguração da prática de comícios públicos que se tornaram a forma de comunicação do candidato com o eleitorado associado à

---

<sup>354</sup> SILVA, H. 1998, p. 47.

<sup>355</sup> *ibidem.*, p. 63.

<sup>356</sup> BARBOSA, R, 1910, vol. 36, p. 366.

<sup>357</sup> OLIVEIRA, J. F., 1976, p. 103.

intensa propaganda veiculada pela imprensa civilista. Era preciso causar impacto, transformar o povo em agente político. Com essa finalidade foram promovidos diversos comícios durante a excursão eleitoral pelos Estados civilistas. Em todas as estações por onde a caravana passou organizaram festividades populares conduzidas pelos comitês do PRP locais para saudar o candidato. As praças e estações de trem tornaram-se cenário dessa campanha para o chamamento e a mobilização dos populares, concentrando um grande número de pessoas, essas manifestações populares eram sempre acompanhadas de comentários entusiásticos sobre sua passagem.

A montagem de uma campanha propagandística nos moldes norte-americanos, representou uma tentativa de reformulação das campanhas eleitorais até então existente no país.

Como componente estrutural presente na disputa contra o marechal Hermes da Fonseca, houve a predominância da valorização da democracia e conseqüentemente um forte sentimento de rejeição ao militarismo.

Rui Barbosa ressaltou as características democráticas de sua pregação associando-as a criação da possibilidade de um pleno exercício da democracia: o voto. Para ele o ato da vontade popular traduzia-se no voto, considerado como: “a praça de armas do cidadão”.<sup>358</sup>

Entretanto ao analisarmos a campanha por esse prisma devemos ressaltar que a democracia não se esgota no voto, mas perpassa por esse. Não podendo haver uma sociedade livre e democrática sem que a escolha dos representantes nacionais tenha o *referendum* popular. Proclamar a defesa do voto livre e sua

---

<sup>358</sup> LOPES, A H. 2000, p. 110.

importância como arma política para a construção de uma sociedade democrática foi para o tribuno um elemento essencial na sua estratégia de atuação.

A crença no Estado de Direito, em que a proteção da liberdade estava na lei e garantida nos tribunais<sup>359</sup> direcionou Rui Barbosa a lutar contra as manobras e arbitrariedades resultantes das fraudes existentes no sistema eleitoral do país e contra os constantes desmandos dos governos eleitos. Bandeiras levantadas que o levaram a justificar sua identificação com o civilismo e a sua importância para a nação afirmou que: "uns plantam a semente da couve para o prato de amanhã, outros a semente do carvalho para o abrigo do futuro".<sup>360</sup>

Para o candidato, o Brasil não era e não deveria ser palco do espetáculo do poder público corrompido pelas fraudes eleitorais e pela ambição dos políticos que dele se apropriavam de maneira violenta e egoística, conforme nos demonstram suas palavras <sup>361</sup>:

É pelas eleições que se evitam as revoluções. Revoluções e eleições são os dois meios de remover maus governos. O povo que elege, não se revolta: aguarda a operação eleitoral para ter {o} governo que lhe sirva. Mas os que tiram ao povo a eleição, lhe impõem a revolução.<sup>362</sup>

As concepções políticas que nortearam a criação e execução da campanha eleitoral de 1909-1910 inseriram-se dentro da ótica do liberalismo das elites paulistas, dando ênfase à liberdade individual como uma consequência do respeito pela pessoa. Liberdade e justiça eram valores básicos de seu ideário pretendia com sua pregação "sacudir as consciências" de seus ouvintes. Nas palavras do *Jornal do*

---

<sup>359</sup> CAMARGO, M. M .L. O ativismo judicial de Rui Barbosa. In *Escritos Históricos sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: MEC, 2000. p. 131.

<sup>360</sup> A Semana. Suplemento especial. Edição comemorativa do centenário do nascimento do grande brasileiro. 1849-1949. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa. 1949. p. 50.

<sup>361</sup> GOMES. Â. C, 1998, p. 492

<sup>362</sup> Discurso proferido por Rui Barbosa apresentado em sua obra "*Uma Campanha Política. A Sucessão Governamental na Bahia. 1919-1920*" Organizado e revisto pelo Dr. Homero Pires, São Paulo: Livraria Acadêmica, 1932, in op. cit. 1909- 1910, p. XLIII.

Século “os esforços de Rui Barbosa deram aos brasileiros a chance de sentir o gosto de uma autêntica campanha eleitoral.”<sup>363</sup>

Mas acima da pátria ainda há uma coisa: a liberdade; por que a liberdade é a condição da vida da pátria, é a consciência, é o homem, é o princípio divino do existir, é o único bem, cujo sacrifício a Pátria não nos pode reclamar, senão deliberada ao suicídio, com que o amor da Pátria não nos permitiria condescender.<sup>364</sup>

Conforme Hélio Silva, Rui Barbosa “via a candidatura militar como uma revolução retrocessiva, na qual haveria a substituição do governo das leis pelo governo das armas”.<sup>365</sup>

Rui, com sua inteligência, a sua visão alargada pelo estudo, sentira a fraqueza de nossa estrutura política, a fantasmagoria de nossas instituições, a fragilidade das agremiações partidárias que se agrupavam atrás de rótulos mutáveis e inexpressivos<sup>366</sup>.

A campanha civilista deixava transparecer um forte sentimento de indignação e revolta popular contra as fraudes eleitorais ao desgoverno da República recém instituída e ressaltava o alto grau de insatisfação de parcelas crescentes do eleitorado em face ao total descompromisso das elites frente aos seus anseios.

Nesse sentido, a opção eleitoral expressa por populares e camadas médias, antes de tudo, representava uma tomada de posição frente ao estado de coisas vigente, um sentimento de repúdio ao governo e ao caudilho que o apoiava. O eleitor projetava uma demanda por mudanças na ordem política, a qual o civilismo ruísta pretendia tornar-se representante.

A tentativa de democratizar o processo eleitoral que possibilitava a alteração da situação política e a quebra da inércia do regime republicano pode ser

---

<sup>363</sup> Jornal do Século, 01/03/1910.

<sup>364</sup> CAMARGO, M. M. L. 2000. p. 125

<sup>365</sup> SILVA, H., 1998, p. 67.

<sup>366</sup> Ibidem, p. 64.

considerada o fator que moveu o eleitor dirigir seu voto em direção às propostas civilistas.

A instrumentalização da campanha eleitoral edificada e conduzida pelo candidato ressaltava a importância de chegar ao povo, vê-lo como um instrumento de mudança social. De modo que a propaganda eleitoral da campanha se voltasse para a defesa do tribuno baiano, apresentando-o aos populares como o expoente de mudanças, capaz de canalizar, em seus discursos as tensões sociais expressas naquele momento histórico. Ou seja, de um possível.

Em sua pregação cívica pelo país, o candidato civilista pretendia atingir a população urbana, mais sensível às mudanças do que qualquer outra, devido ao esboço de uma independência política.

### **5.1 O Componente Antimilitarista no Discurso Civilista**

O primeiro ponto pelo qual Rui se bateu, estruturando seu discurso e amplamente divulgada pela propaganda civilista, por meio da imprensa e da propaganda eleitoral foi o caráter antimilitar de sua campanha. Urgia a necessidade de impedir a volta do militarismo ao poder público, por essa razão Rui postulava:

O povo que se entrega ao regime militar é um povo irremediavelmente perdido, é uma multidão andrajosa condenada às misérias e às infâmias do regime do terror, Mas, senhores, esta situação não se realizará, PORQUE O POVO NÃO QUER !!<sup>367</sup>

A mensagem propagandística do candidato prosseguia afirmando que Rui afirmava:

Rejeito as doutrinas do arbítrio. Abomino as ditaduras de todos os gêneros, militares ou científicas, coroadas ou populares, detesto os estados de sítio,

---

<sup>367</sup> BARBOSA, R. Discurso proferido em Santos, 23 de dezembro de 1909, op. cit., vol. 36, p. 226.

as suspensões de garantias, as razões de Estado, as leis de salvação pública. (...) Essa Constituição, aliás, donde ela emanava principalmente, não era do cérebro dos seus patriarcas, senão da história viva do país, das suas tradições, dos seus costumes, da sua consciência, de sangue da sua raça.<sup>368</sup>

A luta contra o militarismo atingiu toda sua campanha, em todos os lugares por onde discursasse sustentava os motivos de sua candidatura contra esse mal:

A isto que opusemos nós? A palavra, a lei, a constituição, os direitos do povo. Clamamos a este que se armasse, mas dos seus votos. Que se presidisse, mas nas urnas, que se organizasse, mas no eleitorado, que combatesse, mas na eleição(...)<sup>369</sup>

Em outro momento, a Bahia foi palco de um inflamado Rui centrava em seu discurso a necessidade do civilismo:

Foi ao rebate desse perigo iminente que se reuniu a convenção de agosto. Nela se puseram de lado todas as outras considerações, todas as outras preocupações, todas as outras apreensões, para se assentar, como objetivo exclusivo deste movimento, como função específica da candidatura que o representa, *a reação renascente*.<sup>370</sup> A nação, nos seus elementos mais cultos, tem por mais que justificado o receio dessa contingência, impendente às nossas cabeças.<sup>371</sup>

Fala que foi enfatizada ao apresentar sua plataforma eleitoral como candidato à presidência da República no Teatro Politeama:

Creio na liberdade onipotente, criadora das nações robustas; creio na lei, a primeira das suas necessidades; creio que, nesse regime, soberano é só o direito, interpretado pelos tribunais; creio que a República decai, porque se deixou atrasar, confiando-se às usurpações da força, creio que a federação perecerá, se continuar a não acatar a justiça; creio no governo do povo pelo povo; creio, porém, que o governo popular tem a base de sua legitimidade na cultura da inteligência nacional pelo desenvolvimento nacional do ensino, para o qual as maiores liberdades do erário constituirão sempre o mais reprodutivo emprego da riqueza comum; creio na tribuna sem fúria e na imprensa sem restrições, por que acredito no *poder da razão e da verdade*<sup>372</sup>, creio na moderação e na tolerância, no progresso e na tradição, no respeito e na disciplina, na impotência fatal dos incompetentes e no valor insuprível das capacidades...<sup>373</sup>

<sup>368</sup> Discurso proferido no Teatro Politeama, Bahia, 15.01.1910.

<sup>369</sup> Discurso proferido no Teatro Coliseu, Santos, 23 de dezembro de 1909. op. cit. vol.36, p. 268.

<sup>370</sup> Grifos nossos para destacar sua fala como elementos de um discurso messiânico.

<sup>371</sup> BARBOSA, R. Discurso no Teatro Politeama, 15.01.1910.

<sup>372</sup> Grifos nossos para salientar aspectos importantes do discurso proferido por Rui Barbosa.

<sup>373</sup> Plataforma apresentada no Teatro Politeama em 15.01.1910.

O candidato ao utilizar frases de efeito em seus discursos, tinha como objetivo o contraste da verdade proposta pelo civilismo à mentira do militarismo. Para tal, sua retórica se inflamava, pretendendo por palavras contundentes se apossar das multidões. Como Rui possuía um vocabulário expressivo, dele se utilizou para galvanizar a nação. Como podemos notar no excerto abaixo transcrito de sua carta endereçada aos senadores Francisco Glicério e A. Azevedo em oposição a Marechal Hermes da Fonseca e lido na Convenção realizada no Teatro Politeama para a população baiana.

A farda que ele veste, não constitui uma objeção ao exercício de servir ao país nesse posto, uma vez que ele se não confira ao militar, mas ao cidadão. Há, e tem havido, nas duas Câmaras, do Congresso, oficiais do nosso Exército que professaram ativamente a política de um modo mais ou menos brilhante. Habilitados assim como o tirocínio e a sua experiência de homem de Estado, nada se oporia se ocupassem a direção do Governo (...) Assim, que, se o honrado Marechal saísse do Congresso, do seio de um partido, ou de um passado político para a situação do Chefe do Poder Executivo, o fato seria natural, e a sua candidatura teria sido acolhida com o meu imediato assentamento. Mas bem diversas me parecem as circunstâncias, que a caracterizaram, e eu não posso apreciar. A situação atual, onde essa candidatura tem origem, resulta do afinco do Sr. Presidente da República no seu erro de dezembro do ano passado(...)<sup>374</sup>

Prossegue redargüindo sobre os fatos que culminaram na candidatura de Hermes da Fonseca, e apresentando suas razões para se opor frontalmente a esta, afirmando que o país atravessava uma grave crise política institucional, na qual a democracia estava ameaçada com a candidatura militar, como o empastelamento de jornais, a violência nas ruas, compra de consciências, insolência policial, intimidação da imprensa. O sangue em Barbacena, as ameaças de mazorcas.<sup>375</sup>

No Brasil e no exterior todo mundo a olharia como a inauguração do regime militar. Nunca nossas finanças precisaram tanto do crédito estrangeiro, e estou, convencido estou de que não resistiria ao abalo de tão grave recuo(..). Estaríamos inscritos pela opinião européia e norte-americana entre as repúblicas espanholas de má nota. No interior não seria menor a

<sup>374</sup> Carta de Rui Barbosa de oposição à candidatura do Marechal Hermes da Fonseca em 19.05.1909.vol. 36, t.1 p. 64

<sup>375</sup> BARBOSA, R. Discurso no Teatro Politeama, em 15.01.1910.



desconfiança, a retração das simpatias nacionais(...) São conseqüências certas, com as quais não é o Exército que poderia lucrar.<sup>376</sup>

Em seus discursos Rui alertava o perigo da volta do militarismo ao poder:

Quando as bases da estabilidade constitucional pareciam definitivamente asseguradas por quinze anos de ordem civil, eis de improviso um bote de jaguar, e, outra vez, o regime entre as presas da fúria armada. Isto por um concluiu de paisanos, sem sombra de guerra no horizonte(...) univocamente porque meia dúzia de ambições graduada não achou outro jeito de acastelar o seu poderio audaz.<sup>377</sup>

Sua exposição justificava a aceitação da candidatura afirmando essa não havia saída dos interesses palacianos que não condiziam com ideais democráticos da nação e que “seria mister que começássemos a contar com a opinião pública, o povo, a vontade nacional”.<sup>378</sup>

O apelo a esse discurso civilista foi grande e associado à estratégia de exaltar a ameaça da farda de seu opositor e tudo aquilo que ela representava no cenário político nacional Rui procurava ainda dirigir ataques a falta de preparo de seu oponente, considerando-o despreparado para o cargo, instável e indeciso, além de apresentar um temperamento difícil e autoritário.

Não me esmoreço; por que não nos vamos bater por um lugar, uma cobiça, um garimpo, mas por um princípio, um direito, uma verdade, com a convicção de um dever, irredutível nas nossas consciências e, em nossos corações, a mais inquebrantável confiança na excelência da nossa causa, nos destinos da nossa pátria, na justiça do nosso Deus.<sup>379</sup>

As mensagens expressas pelos jornais civilistas em sua propaganda eleitoral alardeavam a ameaça em que consistia o voto no militarismo, como podemos destacar abaixo:

<sup>376</sup> BARBOSA, R.1909, 15.01.1910. p. 223

<sup>377</sup> BARBOSA, R. Discurso proferido no Teatro Coliseu, em Santos, 23 de dezembro de 1909, op. cit., vol. 36, p. 267-8.

<sup>378</sup> BARBOSA, R. discurso proferido em 15.01.1910 no Teatro Politeama, Bahia.

<sup>379</sup> BARBOSA, R. Discurso proferido na Convenção do Teatro Lírico em São Paulo, 22.08.1909. vol.36 p.43

Rui foi um dos mais notáveis e inflamados paladinos da radiosa campanha abolicionista, Hermes foi o diretor oficial inglório espancamento do povo desarmado. Rui como jornalista e homem público, foi dos que, entre nós, mais contribuíram para o advento da República; Hermes com seu indiscreto e desabrido discurso em Lorena proclamou o regime intolerável do rebenque e do facão da bota, isto é, da escravidão. Rui foi o sol transcendente e portentoso que iluminou o espetáculo das nações em Haia, atraindo para a esfera do Brasil toda a admiração e a simpatia mundiais; Hermes foi o vaga-lume pretensioso que andou a exhibir na Alemanha a sua crassa incultura fosforescente sem lograr, nem ao menos se exprimir, o que o expôs, e a nós, a um majestoso ridículo. Rui consubstancia o desprendimento pessoal e a lealdade na questão das candidaturas presidenciais, desistindo, por várias vezes, em favor de outros; Hermes caracteriza a ambição desbragada e a traição nefanda ao presidente Penna, de quem escolhido fora direto auxiliar de confiança. Ainda agora Rui sintetiza o movimento superior, empreendido em prol do ideal e da conveniência geral da Pátria; ao passo que Hermes significa a implantação de uma rasteira e daninha ditadura, planeada e sustentada para favorecer um certo grupo.<sup>380</sup>

No comício na realizado na Bahia Rui pregava que:

O interesse do seu contingente nessa teatralidade do regime, para o qual, de quatro em quatro anos, concorrem, sob a figura de eleitores presidenciais, associou-se a esse mirrar, a esse desviver, a esse extinguir-se de tantos membros de nossa União, os Poderes Federais. A política dos governadores empenhou nessa cumplicidade o governo central. Por que é da convivência deste, das suas simpatias, dos seus bons ofícios, que se alimentam o mal dessa decadência pasmosa.<sup>381</sup>

As mensagens acima expostas indicavam a construção de um discurso no qual o candidato advogava para si a competência para governar e estabelecer a regeneração dos costumes morais tão distantes de nossos pleitos.

Como candidato prometia não assentir nem tolerar qualquer movimento das forças armadas, ou da polícia da União, a não ser no caso de grave desordem contra a ordem.<sup>382</sup>

Após essas contundentes frases, Rui incendiava a platéia sendo aplaudido e aclamado pelos presentes, com gritos de “apoiado”. Sua pregação regeneradora

<sup>380</sup> O Correio da Manhã, 14.02.1910.

<sup>381</sup> BARBOSA. R. discurso proferido no Teatro Politeama, Bahia, em 15.01.1910.

<sup>382</sup> Rui já defendia essa posição sobre a liberdade do eleitor pelo voto secreto desde 1982 quando nua sessão de 07 de janeiro apresentou essa proposta no Senado. Tenório, O. Rui Barbosa e o direito eleitoral. Rio de Janeiro: FCRB, 1958, p. 17.

encontrava apoio no seu passado, que lhe servia de “todos os documentos vivos de não haver deixado nunca de servir e amar a Pátria”.<sup>383</sup>

Mostrando-se como o salvador da liberdade, da independência e da democracia, atuava como o defensor desses princípios sagrados se aventurando nessa candidatura presidencial. Retórica perceptível no discurso proferido para os acadêmicos do tradicional Largo São Francisco no qual Rui Barbosa insistia: “Não há para nós outra alternativa. Ou justiça; isto é: paz, honra, prosperidade. Ou ditadura: isto é: corrupção, guerra, miséria, fratricídio.

Ao finalizar seu discurso no Teatro Politeama enfatizava a necessidade do combate ao militarismo, apregoando aos seus ouvintes seu papel de salvador da nação:

trouxe-vos o meu coração, e derramei-o inteiro, com a sua fé, a sua vontade, a sua lisura, a sua perseverança. E ai tendes, com o nome de plataforma, alguma coisa, que será tudo, menos banal, menos insincera, menos postiça: por que é o grito de uma consciência, a síntese de uma carreira, o eco de uma vida, o perfil de um homem.<sup>384</sup>

Após essas palavras serem proferidas o auditório encontrava-se em pé, vibrando em aplausos estrepitosos e prolongados, chegando quase ao delírio. O palco começava a ser invadido pelos presentes.<sup>385</sup>

A mensagem central desses discursos acima expostos era a menção da luta contra o militarismo e a ameaça que representava à nação seu retorno ao poder, por meio de um apelo retórico Rui exaltava o civilismo e a si próprio como representante dessa luta.

---

<sup>383</sup> loc. cit.,

<sup>384</sup> Discurso no Politeama, Bahia, 15.01.1910.

<sup>385</sup> Conforme palavras da imprensa civilista e dos relatos produzidos pela Casa Garraux ao relatar a excursão eleitoral do candidato pelo país.

Conforme a concepção de Oscar Tenório, Rui Barbosa consagrava a noção de civilismo no país, chegando a indagar: Que foi o civilismo senão Rui Barbosa?<sup>386</sup>

O candidato civilista usava como estratégia de seus discursos a importância da participação popular nessa campanha, considerando o povo soberano para decidir o resultado das eleições num processo democrático. Por meio da construção de um projeto de campanha eleitoral capaz de arrebatrar a opinião pública o candidato buscava defender a premissa de que a vontade do povo consistia no poder de escolher seus representantes, declarando em seu discurso que "Felizmente, o que aqui me vai ouvir é um tribunal de consciências".<sup>387</sup>

## 5.2 A Batalha Contra o Analfabetismo e as Fraudes Eleitorais

Outra questão que se tornou ponto crucial na montagem da campanha eleitoral de 1909-10, foi a luta contra o analfabetismo e a necessidade da adoção do voto secreto. Entretanto, pensar a questão de Rui Barbosa e a importância do sufrágio universal no Brasil remonta ao período do Império, quando esse já se batia pela defesa da materialização do voto secreto como sendo a única arma para impedir as fraudes eleitorais. Seus discursos enfatizavam a necessidade da lisura e da democracia no processo eleitoral.

Postura que ficou clara ao redigir o capítulo da Constituição republicana que estabelecia como atributo fundamental da lei a liberdade de consciência religiosa, do pensamento e da imprensa. Segundo o art.72 no qual todos os homens seriam iguais perante a lei.<sup>388</sup>

---

<sup>386</sup> TENÓRIO, O. Rui Barbosa e o direito eleitoral. Rio de Janeiro: FCRB, 1958, p. 14.

<sup>387</sup> BARBOSA, R. 1909, vol. 36, p. 176.

<sup>388</sup> ROCHA, L. S. Da O conceito de democracia em Rui Barbosa in: CARMAGO, M. M. L. A atualidade de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: MINC/FCRB, 2001, p.163.

O pensamento político de Rui se fundamentava na tese liberal de que para haver um exercício político que engendrasse a igualdade entre os homens, era fundamental haver a instrução por parte daqueles que pleiteavam essa igualdade. Pois sem instrução, não se poderia ser plenamente um cidadão ativo.

Considerava também que o voto só seria legítimo se realmente pudesse expressar a vontade popular, o que seria possível apenas com a instituição do voto secreto, afirmando: "no dia em houverem estabelecido o recato impenetrável da cédula eleitoral, teremos escoimado a eleição das suas grandes chagas: a intimidação e o suborno".<sup>389</sup>

Na sua crítica ao funcionamento do sistema eleitoral afirmava que: "aqui, já no alistamento se fabrica o eleitorado. Depois, ou lhe simulam a presença, ou lha obstam. Na eleição. Quem vota e elege, são as atas, (...) Eis como se vota em quase todo o Norte".<sup>390</sup>

Para o candidato a plena liberdade e o exercício da cidadania política dependiam do acesso às urnas. De maneira que a politização das camadas populares representava um dos pontos nucleares da sua campanha eleitoral. O sucesso nas urnas não dependia apenas da sua retórica, mas de sua chamada ao povo nas ruas.

Sua plataforma apresentava questões referentes aos problemas que a sociedade enfrentava: pregava a democracia e a lisura no processo eleitoral, sinalizando para o retorno da pureza dos princípios liberais instituídos na Carta de 1981, criticando abertamente a degeneração imposta pelas oligarquias aos princípios constitucionais.

---

<sup>389</sup> BARBOSA, R. 1909, vol 36. t..I p. 203.

<sup>390</sup> BARBOSA, R. 1971, vol. 37, t.II, p. 27.

Rui durante toda sua vida pública sempre se preocupou com a questão da representatividade política, apregoando um Brasil liberal no qual “o povo fosse a grande majestade”.<sup>391</sup> Defender essas idéias eram lutar pela consolidação da democracia no país.

O tribunal baiano pretendia conduzir a nascente campanha com uma propaganda eficaz divulgada nas ruas, dando ênfase à necessidade de garantir a liberdade que o sistema oligárquico não permitiu ao estruturar o modelo político do Estado Nacional, marcado pela exclusão e pelo domínio das oligarquias na política.

O jurista pregava a criação de um Estado livre, no qual o povo pudesse participar do poder por meio do voto direto, visão difundida pelo liberalismo político vigente na época, conforme Ângela de Castro Gomes:

a idéia de igualdade liberal, fundada na equidade política do indivíduo-cidadão portador de opinião-voto, era contestada pela desigualdade natural dos seres humanos que, justamente por isso, não podiam ser tratados de igual maneira pela lei. Esse cidadão liberal, definido como possível, mas, no caso do Brasil, inexistente, era de fato uma ficção, como eram os procedimentos a ele associados: eleições, partidos políticos, parlamentos, etc.<sup>392</sup>

A defesa desses princípios liberais fazia com que o candidato civilista considerasse que a soberania popular fosse o único suporte de legitimidade de um sistema político, “mas essa soberania deveria ser exercida apenas por aqueles que eram detentores do saber necessário para a compreensão desta arte superior”.<sup>393</sup>

Na sua concepção, a democracia consistia no governo no povo pelo povo e o sistema eleitoral seria o meio para alcançar esse objetivo.<sup>394</sup>

---

<sup>391</sup> GOMES, Â.G. A política brasileira em busca da modernidade: Na fronteira entre o público e o privado. In SCHWARCZ, L. M. (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 503

<sup>392</sup> *Ibidem*, p. 506.

<sup>393</sup> *ibidem*, p. 125.

<sup>394</sup> TENÓRIO, O Rui Barbosa e o direito eleitoral, Rio de Janeiro: FCRB, 1958, p. 5.

Razão pela qual ao justificar sua candidatura à presidência da República explorasse seu papel de opositor habitual, sempre defensor dos direitos, das liberdades democráticas e do antimilitarismo. Naquele momento crucial da República ele não podia se esquivar dessa missão.

Ao professar que somente inconscientes ou predestinados poderiam nutrir tal ambição (presidência), e que com seu longo passado de lutas pela *verdade constitucional*, com o terrível sentimento da responsabilidade, que no seu espírito, se associava a todas as missões de ordem superior na vida pública iria tornar a servir o nosso país.<sup>395</sup>

Sua missão consistia em oferecer ao povo a consciência para o voto, dotá-lo de uma visão esclarecida da importância desse instrumento como arma para o exercício da democracia no país. Era seu dever aceitar esse desafio, como ele mesmo asseverou:

Por quase oito anos de imprensa ao serviço dos mais definidos princípios liberais; e foi em nome da sua causa, debaixo de cujas bandeiras ninguém, neste país, durante estes trinta anos, tem combatido com mais lealdade, mais constância, mais fervor, que sempre me apresentei ao eleitorado, na escolha do qual não tentei jamais influir com os expedientes da cabala. As idéias pregam, missionam, apostolam,<sup>396</sup> evangelizam, raciocinam, convencem; não pedicham adesões.

Rui estava convicto da necessidade das mudanças políticas e sociais por quais o Brasil deveria enfrentar, entre essas questões, a questão sobre a qualificação do eleitor se fazia premente. Suas discussões sobre esse tema, desde o Império, já se esboçavam, o jurista considerava-a como a condição essencial para a obtenção de uma democracia plena. Para o tribuno não podia haver liberdade de voto sem alfabetização do eleitor, pois esse eleitor não seria livre e nem teria

---

<sup>395</sup> Extraído da carta endereçada aos senadores Francisco Glicério e A. Azeredo, em 10.12.1908 e apresentada no Teatro Casino em São Paulo, op. cit. vol. 36, p. 48

<sup>396</sup> BARBOSA, R. 1909, vol. 36.,p. 171. Discurso proferido em Campinas.

discernimento para realizar sua escolha. O sufrágio pressupunha a instrução como clausula preliminar. Sem instrução, sem saber ler e nem escrever, não se poderia ser plenamente cidadão.<sup>397</sup>

O voto era representado pelo descrédito e desinteresse popular, pela omissão do povo frente aos desmandos dos coronéis locais e por práticas de fraudes, que se iniciavam nas próprias mesas apuradoras. Para o tribuno a descoberta do povo como a “majestade” do regime não se daria pela força. Mas sim pelo voto.

Ângela de Castro Gomes ao analisar a formação da sociedade brasileira no período republicano, destacou a importância da atuação política de Rui Barbosa na campanha civilista ressaltando:

Este queria uma sociedade liberal, onde o povo fosse a grande majestade. Queria a modernidade política em que dominasse o espaço público e o poder do Estado, impessoal e racional-legal, mas fundado numa arquitetura institucional com partidos e parlamento, na qual o indivíduo-cidadão participasse do poder e o limitasse por meio do voto.<sup>398</sup>

Para o eleitor desfrutar da liberdade do voto e exercer plenamente sua cidadania tornava-se imprescindível o seu alistamento eleitoral. Rui incitou-o a se alistar e votar. Essa seria sua grande vitória sobre a imoralidade do sistema eleitoral, prosseguindo:

Clamamos a este (o povo) que se armasse, mas dos seus votos, que se presiadiasse, mas nas urnas, que se organizasse, mas no eleitorado, que combatesse, mas nas eleições, que derrubasse, mas pelo escrutínio, a candidatura militar.<sup>399</sup>

Sua concepção de alistamento eleitoral acoplava-se à necessidade da alfabetização do votante, por isso, sua teoria de sufrágio visava fundamentalmente a instrução da população, para ele somente um povo alfabetizado e culto poderia ter o

---

<sup>397</sup> ROCHA, L. S. da, 2001, p. 123.

<sup>398</sup> GOMES Â. de C. 1998, pp.489-557.

<sup>399</sup> BARBOSA, R. vol. 37, t.1, 1971, p. 268.



privilégio de escolha de seus governantes. Sendo uma de suas premissas mais importantes a defesa da alfabetização e esclarecimento da população Rui já preconizava a importância da realização de uma reforma do ensino primário, secundário e superior.<sup>400</sup>

Podemos notar nos discursos proferidos pela nação que Rui sintetizava em suas palavras a idéia de que o mandato concedido pelo povo ao presidente da República era ilimitado, traduzindo suas aspirações mais democráticas e verdadeiras.

Rui assinalava que: “nenhum cidadão deve se considerar candidato enquanto não designado por um movimento de opinião pública...”<sup>401</sup>

Submeter um destes (discursos) à prova de uma audição num teatro, à impetuosa aluvião das turbas apaixonadas, seria, noutra qualquer lugar, uma das minhas temeridades maior nesta campanha, uma das maiores coragens minhas nesta luta. Mas, nesta cidade (Salvador) as massas têm, por instinto, o sentimento das grandes questões nacionais(...) Cada homem do povo, nesta terra, como que traz no seio alguma coisa, uma intuição, um rudimentar, um traço de qualidade do homem de Estado.<sup>402</sup>

Conforme nos conta Sertório de Castro, o apelo lançado por Rui Barbosa para o alistamento eleitoral no país foi prontamente atendido, sendo que na Capital Federal o alistamento eleitoral foi acrescido de 15.000 eleitores novos, compostos por homens independentes, de todas as classes sociais.<sup>403</sup>

Em suas memórias apresentadas ao Senado Rui Barbosa afirmou que no período que compreendeu dezembro de 1909 e janeiro do ano seguinte durante a última revisão do alistamento eleitoral foram contados 2.000 cidadãos que se cadastraram livremente para votar.<sup>404</sup>

---

<sup>400</sup> BARBOSA, R. Obras completas. 1872-4 e 1883. vol. 2, 9 e 10.

<sup>401</sup> <http://www.ibest.estadao.com.br/ext/eleicoes2002/historia/pg005/htm>

<sup>402</sup> Ibid.,

<sup>403</sup> CASTRO, S., 1932, p. 256.

<sup>404</sup> BARBOSA, R. 1971, t. II, p.5

Utilizando-se desses dados o senador salientava que sua campanha não tinha caráter revolucionário como denunciavam os partidários de Hermes da Fonseca, mas apresentava um caráter educativo, regenerador, democrático ao incentivar o alistamento eleitoral.

A participação popular, a luta pela regeneração do sistema eleitoral e o combate às fraudes eram ideais a serem defendidos para que o Brasil se tornasse uma nação independente e livre.

De maneira que a campanha eleitoral expressaria a vontade das consciências do país, que vibrando em torno da sua candidatura, tornava-se uníssona.

Em suas pregações pelo país Rui criticou duramente a imoralidade reinante eleitoral no país, denunciando os conchavos firmados para as eleições do Congresso Nacional, e o favoritismo que implicava na escolha de um ou outro candidato à presidência, afirmando: “se imagina fazer as eleições do congresso à custa da candidatura presidencial”.<sup>405</sup>

O resguardo da democracia e da liberdade do eleitor deveria ser efetivado desde o início do processo eleitoral, condições básicas para haver no país uma eleição livre. A consulta popular para a escolha de seu representante deveria começar na convenção partidária onde seriam lançados os nomes dos possíveis candidatos, num processo apoiado pelo povo. Rui afirmava que assim: “teríamos talvez, então pela primeira vez, o espetáculo do povo brasileiro concorrendo efetivamente às urnas, para nomear o seu primeiro magistrado.”<sup>406</sup>

Sendo dessa maneira que se iniciava no país pela primeira vez uma campanha eleitoral democrática, que defendia e incentivava a participação popular.

---

<sup>405</sup> BARBOSA, R. discurso proferido no Teatro Cassino em São Paulo. 1909, .vol. 36. p. 49

<sup>406</sup>.loc. cit.

Rui asseverava que com seu concurso, o conchavo das elites não se consumaria: “por que, ao menos, a minha consciência quero salvar, quando tudo se perca”.<sup>407</sup>

Associada a essa escolha democrática era fundamental edificar uma campanha pela moralização do sistema que só poderia ser realizada quando os eleitores fossem livres na sua escolha. O candidato asseria que havia a necessidade do fim da publicidade do voto, que expunha o eleitor, sendo essa publicidade “a servidão do votante”, ou ainda: “a publicidade do escrutínio é a vitória da intimidação e da corrupção”. Reafirmando com veemência sua crítica ao sistema eleitoral.

Rui Barbosa enfatizou também a necessidade de reabilitar a democracia que considerava ameaçada pela corrupção eleitoral: “... se a república é o voto, logo a República é a fraude”.<sup>408</sup>

Segundo Sertório de Castro a determinação de Rui Barbosa em dirigir sua palavra inflamada e arrebatadora concitando o povo ao alistamento eleitoral e ao exercício do voto, representava uma reação da cultura em marcha com vistas a atingir a consciência nacional e lutar contra o analfabetismo.<sup>409</sup>

Para Rui Barbosa era mister conscientizar o eleitor de seu potencial de mudança, de sua capacidade de intervir no jogo político. Para tal, foram impressos uma gama de material de campanha eleitoral com finalidade conscientizadora e formadora.

---

<sup>407</sup> BARBOSA, R. discurso proferido no Teatro Cassino em São Paulo. 1909, .vol. 36, p. 50


<sup>408</sup> BARBOSA, R.,1910, vol. 37, t. II, pp. 127-8.

<sup>409</sup> CASTRO, S. 1932, p. 253.

Sois brasileiro?  
Sois bahiano?

Votae em  
**RUY BARBOSA**  
para  
**PRESIDENTE DA REPUBLICA**

*Dar o voto a Ruy Barbosa  
é salvar a Patria*



A VERDADE É ESTA.

*Votar em Ruy Barbosa, é  
prestar um contingente para salvar  
a Patria.*

A campanha civilista  
empolgou todo o país;  
inumeros cartazes e  
fôlhas avulsas espal-  
lharam-se por toda  
parte a favor de um  
candidato ou de ou-  
tro. O arquivo da  
**CASA DE RUY BAR-  
BOSA** possui alguns

PARA PRESIDENTE DA REPUBLICA

**O honesto Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca**

O REGENERADOR DA REPUBLICA

**Não suffragar o nome de  
RUY BARBOSA é sacri-  
ficar o futuro da patria**

Figura 52 - arquivo da FCRB

Com essa bandeira de moralização e democratização do voto, ele inaugurou no país a maior campanha eleitoral até então já vista, que se constituiu numa verdadeira pregação cívica, numa cruzada educacional política e democrática sem precedentes.

Que me importa a mim, senhores, o espantinho? Não nasci cortesão. Não fui ao trono; não o quis ser da ditadura; da própria nação não o sou; não o serei das baionetas. – aceitarei a luta no terreno onde a puserem dentro das leis normais e políticas do dever e da honra. Não está na minha índole fugir. O meu temperamento, mercê de Deus, não é o dos poltrões. Da firmeza do meu posto cívico não permitirá Deus jamais me abalem ameaças ou perigos.<sup>410</sup>

Por onde passava o candidato denunciava a fraude e a servidão do votante, pregando a liberdade do voto, vituperando e exaltando que sua atitude representava uma luta contra os “cambalachos em que o militarismo receberia a presidência”.<sup>411</sup>

Palavras inflamadas que empolgavam seus ouvintes, um de seus trunfos era a rejeição ao militarismo, que segundo afirmava, já estava ocorrendo na nação popular, pois o que se via nas ruas era que a campanha hermista mal aparecia na imprensa que lhe era favorável, não ecoava nas praças, sendo apenas mais uma das candidaturas encomendadas pelo Catete.

Para o tribuno a história do país começaria com a institucionalização de uma democracia liberal que perpassava pelo voto livre. Por isso, chegara o momento de romper com esse esquema fraudulento e viciado que reinava no país e desvirtuava a nação dos princípios impostos pela Constituição, a legalidade do sistema estava em cheque.

A defesa da liberdade do votante se integrava à idéia de regeneração política da nação e da purificação dos costumes políticos. Rui apregoava que para que houvesse a regeneração política verdadeira, havia a necessidade da introdução do

---

<sup>410</sup> BARBOSA, R. Discurso no Teatro Lírico, São Paulo, 15.07.1909. vol. 36. p. 44.

<sup>411</sup> BARBOSA, R. 1910, vol. 36, t. 1, Excursão Eleitoral. p. 222.

voto secreto e da instalação de uma justiça eleitoral autônoma.<sup>412</sup> Pois esses dois pontos se constituíam nos pilares que sustentavam o artifício eleitoral no país. Era preciso defender os preceitos constitucionais, garantir o exercício da cidadania. O princípio básico defendido por Rui era o da democracia. O movimento civilista era o “batismo do povo na democracia” a tentativa real do governo do povo pelo povo.<sup>413</sup>

Dessa forma, Rui passava a representar a luta contra o arbítrio e a usurpação do poder, chegando mesmo a afirmar que: “vencedora, ou vencida, (a campanha) ela datará para esse regime, o começo de uma era de verdadeira regeneração, quaisquer que sejam as provações, por onde a tenhamos de alcançar”.<sup>414</sup>

Munido desses ideais regeneradores e cívicos Rui empreendeu uma verdadeira cruzada cívica pelo país: “nosso tribuno partia para incendiar com suas palavras àqueles sertões que um dia foram incendiados pela de Antônio Conselheiro”.<sup>415</sup>

Corroborando com essa visão Hélio Silva afirmou que nunca houve uma campanha tão acesa quanto a disputa entre Hermes e Rui.<sup>416</sup>

### 5.3 O Verbo em Ação

Os jornais civilistas ao tratar da participação popular como um momento inusitado na vida política da nação, destacavam a ansiedade e a excitação do público presente como tônica de suas notas e comentários a respeito da campanha.

---

<sup>412</sup> A respeito dessa concepção de liberalismo das oligarquias brasileiras temos os estudos de SAES, D. Classe média e sistema político na República; O civilismo da camadas médias urbanas, Classe média e política; a dissertação de mestrado de OLIVEIRA, J. F. Liberalismo e oligarquias na República Velha: *O Estado de S. Paulo e a Campanha Civilista 1909-1910*; **CUNHA, M.C.P. Liberalismo e oligarquias na República Velha O Paiz e a Campanha do Marechal Hermes da Fonseca 1909-1910**; PINHEIRO, P. S. Classes médias urbanas: formação, natureza e intervenção na vida política e a obra de CARVALHO, J. M. de A Construção da ordem: a elite política imperial.

<sup>413</sup> LOPES, 2000 apud BARBOSA R. op. cit., vol. 36. t.1, p. 54.

<sup>414</sup> BARBOSA. R. 1909, vol. 36. t.1, p. 228.

<sup>415</sup> LOPES, A. H. 200, p. 108

<sup>416</sup> SILVA, H. 1998, p. 93.

A expressão “furor” aparecia constantemente nos jornais com a finalidade de criar um clima de excitação/aceitação durante seu decorrer nas ruas. Os grandes eventos eram trazidos a público pela imprensa civilista, que lhes dava um caráter de celebração pública, conseguindo magnetizar, eletrizar e empolgar a população urbana que assistia ao espetáculo.

O problema sucessório havia se tornado o grande tema nacional naquela época, provocando distúrbios e uma imensa agitação nas ruas, tomando conta da imprensa.<sup>417</sup>

Rui Barbosa dirigia seu discurso ao povo pregando o alistamento eleitoral como arma para coibir os vícios do sistema republicano.

A receptividade popular à campanha eleitoral, não ocorreu apenas pela presença popular nos comícios e nos *meetings* promovidos pelos civilistas, os quais representavam os momentos de exposição pública do candidato. Esse apoio se traduziu também em inúmeros telegramas de solidariedade ao candidato, numa maciça presença nos comitês eleitorais e formação de liga das senhoras, estudantes e operários.

Conforme afirma Pedro Calmon: as populações saíram à praça para saudá-lo. O país – sem acreditar na sua vitória – comoveu-se com sua palavra.<sup>418</sup>

Diante desse chamado dos civilistas, a reação popular excedeu os limites do aplauso passivo, imediata e intensa, espalhou-se pelo país em ações diretas e espontâneas, como participações em *meetings*, comícios e conflitos de ruas.

A arregimentação cívica proposta por Rui Barbosa apresentou efeitos imediatos. As ruas se encheram de populares, a campanha despertava a nação, corria de boca-em-boca, o clima de agitação política se tornou permanente no país.

---

<sup>417</sup> CUNHA, M. C. P. 1976, p. 53.

<sup>418</sup> CALMON, P. 1959, p. 2117.

Para Rui Barbosa a construção da campanha eleitoral nas ruas além de apresentar um caráter democrático representava também uma luta cívica se constituindo no despertar da nação, afirmando que desde a proclamação da República a participação popular era inexistente, apesar do regime instituído defender a democracia e a liberdade, não logrou em momento algum, permitir a participação do povo.

Evocando a célebre frase de Aristides Lobo na qual o povo assistiu bestializado à proclamação da República, nosso tribuno ressaltou que a criação do regime foi como um espetáculo, uma surpresa, um sonho, passado fora da nação e a qual após esse momento, continuou a portar a mesma indiferença.<sup>419</sup>

No entanto, o momento dessa campanha regeneradora pretendeu efetuar mudanças na prática política do país, chamando o povo pela primeira vez a participar dos *préstitos*, dos *meetings*, das recepções nas estações ferroviárias e principalmente no alistamento eleitoral.

Em suma, os comícios eram vistos como um momento importante de potencialização da campanha nas ruas. Rui enfatizava sempre nos seus comícios e discursos proferidos nos teatros, sobre o caráter popular e democrático de sua campanha e sua capacidade de arregimentá-los para a participar dos eventos políticos, considerando esse caráter como inovador: “nunca se assistiu aqui a coisa igual ou semelhante, mais de cem mil pessoas coalharam as ruas, as avenidas, as praças desta imensa capital, desde a várzea até ao centro do triângulo paulista.”<sup>420</sup>

Os documentos iconográficos e os artigos dos jornais civilistas consultados nos revelaram que a campanha que se edificava nas ruas criou uma proximidade com o povo, de maneira que a simples menção de seu nome seria suficiente para

---

<sup>419</sup> BARBOSA, R. 1909, vol. 36, P. 191.

<sup>420</sup> BARBOSA, R. 1909, vol. 36. p. 104



criar uma memória nacional dessa campanha que conseguiu atingir um grande público.

Rui Barbosa alardeando sua capacidade de magnetizar e insuflar os populares admitiu que: “Ao primeiro grito que irrompia da platéia em apoio à sua pregação já demonstrava que esta cumpria o papel a ela destinada, de partícipe atuante na louvação de Rui Barbosa”.<sup>421</sup>

Para o sucesso da campanha havia a necessidade de criar práticas políticas arregimentadoras a fim de divulgar as propostas do candidato nas ruas, era preciso materializar a campanha, tornado-a visível aos olhos do eleitor. A estratégia de exposição de sua campanha pelos civilistas atendia à idéia de que a política de massas é na sua essência mobilizadora, capaz de arregimentar e conduzir as camadas populares. Sob esse aspecto o comício político se constituiu numa dessas práticas mais importantes, um termômetro não desprezível dos efeitos cênicos propostos, transformando-se em uma “fonte” “evanescente”<sup>422</sup> de se fazer política.

O comício deve ser compreendido como uma modalidade única de contato entre o candidato e o eleitor, seu conteúdo e forma de discurso provocam reações nos enunciatários, constituindo-se como uma prática arregimentadora e mobilizadora, além disso, possui o caráter de ser o momento único no qual o candidato e sua imagem se expõem perante os populares associado à apresentação de seu programa de governo.

O processo de montagem da campanha nas ruas a arregimentação popular não ficou apenas por conta dos comícios concomitantemente realizava-se uma intensa propaganda eleitoral: os *meetings*, a caravana pelo interior do país, a divulgação de santinhos, a inusitada prática do corpo-a-corpo, as conferências nos

---

<sup>421</sup> BARBOSA, R. Obras Completas. 1909, vol. 36 t. 2., P. 230.

<sup>422</sup> ABREU, D. S. O comício na propaganda eleitoral. In Revista de História UNESP/Assis. p-p 47-61.

palcos de teatros. Essa gama de instrumentos de divulgação da campanha eleitoral passou a representar a materialização da campanha nas ruas.

Hélio Silva lembra que durante os primeiros anos da República, Lauro Sodré e Quintino Bocaiúva foram candidatos da oposição, mas nenhum deles foi à praça pública disputar o voto na boca da urna, nem organizaram comissões de propaganda, por que sabiam que suas indicações não encontrariam respaldo popular, sendo uma mera homenagem aos seus méritos.<sup>423</sup>

A confecção e distribuição do material de propaganda política por meio de santinhos, cartazes e panfletos, apresentavam uma linguagem contundente, apelando intensamente para a participação popular como forma de resguardar a democracia e a liberdade no país. O verbo inflamado de Rui Barbosa se fazia notar nesse material impresso da campanha. É preciso perceber nos panfletos uma linguagem apelativa e emotiva utilizada como estratégia para atingir o povo, como podemos perceber no texto e nas imagens abaixo apresentadas:

A propaganda eleitoral possuía um caráter de ensinamento e convencimento de seu público alvo, sendo capaz de sensibilizar, fascinar e provocar a adesão popular. Situando-se num momento específico de um processo mais amplo: o das lutas e disputas políticas travadas numa sociedade; nas paixões humanas.

A divulgação de santinhos e cartazes passou a ser instrumento de divulgação do rosto do candidato, tornando-o mais próximo do receptor da mensagem, bem como a confecção de manifestos divulgados nas páginas da imprensa civilista:

#### MANIFESTO DA MOCIDADE ACADÊMICA DE BELO HORIZONTE

Ao Povo Brasileiro

A mocidade acadêmica de Belo Horizonte, neste momento de suprema angústia para a nossa Pátria, em que nos horizontes políticos de acumularam densas nuvens, prenunciadoras de medonhas tempestades, tendo lançado o seu solene protesto contra a candidatura do Marechal

---

<sup>423</sup> SILVA, H. 1998, vol. 3, p. 43.

Hermes da Fonseca a presidência da República em comícios populares que se repetiram em todo o país como sinal de “um povo que se levanta”, precisa dizer os motivos de sua atitude decidida e franca na hora em que se trata de resolver o mais alto problema da política nacional.

Rui Barbosa, formidavelmente campeão do Direito, paladino das nossas liberdades, encarnação pura do civismo, cujo desassombro e cuja altivez, na época de Tibilzes e pusilanimidades do presente fazem a honra ao nosso tempo, iluminando a alma dos nossos moços e salvando a causa sacrossanta da República.

Povo brasileiro, reivindica as tuas tradições gloriosas de civismo e de liberdade, fazendo valer os teus direitos mais sagrados e caminha para a luta soberbo e altivo, tendo os olhos feitos no coração da Pátria.

Anexo segue abaixo rol de assinaturas.

No intuito de alterar o quadro existente no sistema eleitoral, seus discursos convocavam os populares a se unirem, propondo que juntos mudassem a história do país. O povo levado às ruas ovacionava o candidato ecoando vivas entusiásticos. Sua oratória contundente arrancava ovações entusiásticas das platéias, como nos é relatado durante toda sua excursão eleitoral por São Paulo por meio das páginas dos jornais civilistas.

Rui Barbosa ao colocar-se como porta-voz desses excluídos permitiu que, pela primeira vez na história do país, a voz que não era ouvida nas urnas tivesse a possibilidade agora de se fazer ouvir nas ruas.

O candidato articulava em seu discurso pontos importantes de sua campanha: a exaltação da democracia como regime político, a valorização do civilismo, o progresso da nação, a defesa da dignidade, da honra e da liberdade.

Sendo para Pedro Calmon o único a poder sublevar o país pelo verbo doutrinário.<sup>424</sup>

Vosso nome é para nós o símbolo do progresso e do futuro, porque sois um espírito feito na educação da liberdade e do imenso trabalho em defesa do

---

<sup>424</sup> CALMON *História do Brasil*. vol. VII, A República e o desenvolvimento nacional no século XX. Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1959. p. 2021.

homem, da Pátria e da humanidade. A epública civil em vossas mãos será para os operários o descortino de horizontes imensos e de um futuro bonançoso<sup>425</sup>.

Ao analisarmos os discursos proferidos por Rui e o material de campanha divulgado pela imprensa, notadamente pudemos perceber que a construção dessa Campanha Civilista apresentou como de suas características um forte apelo emocional como uma forma de aproximar o candidato ao povo.

Conforme relata José Flávio de Oliveira manifestantes civilistas em uma manifestação pró-Rui pararam diante da sede do *Diário de Notícias* em total delírio para receber o candidato gritando: Viva Rui e viva a República Civil. “morra a República dos analfabetos”. O *Paiz* pró-hermistas foi vaiado pelos presentes com gritos de “abaixo a imprensa que se vende”.<sup>426</sup>

Em Campinas frente a uma multidão, seu discurso foi inflamado ressaltando a importância da presença popular para o sucesso da campanha, afirmando confiar na importância do povo nas ruas. Ao seu ver, essa maciça presença de pessoas era fruto da espontaneidade, da arregimentação que a campanha conseguira. O candidato interrompia seu discurso entrecortado por insistentes aplausos.

a espontaneidade que atravessará em correntes impetuosas as regiões encharcadas de mortos, de cujos miasmas a candidatura militar pretende triunfar; espontaneidade que é essa corrente irresistível que conduz o povo vingando os inimigos, que pretendem reduzi-lo a um povo escravizado à degradante influência dos quartéis. Não fizestes à República, senhores, para que todos nós, para que o povo do Brasil se visse na condição miserável de estar sujeito, de sujeitar-se covardemente à influência militar.<sup>427</sup>

Ao recontar os episódios do dia anterior, *O Estado de S. Paulo* e *O Correio da Manhã* afirmavam que Rui ao chegar no Teatro Coliseu em Santos, apesar do mau tempo, a praça José Bonifácio se encontrava literalmente a regurgitar de povo,

<sup>425</sup> O Estado de S. Paulo. 05.10.1909.

<sup>426</sup> OLIVEIRA, J. F. 1976, p. 65.

<sup>427</sup> BARBOSA, R. discurso proferido no Teatro Politeama na Bahia em 15.01.1910.

recebendo o candidato com um indescritível entusiasmo. O candidato mal podia romper o cerco da multidão que se apinhava na praça, e ao término do discurso Rui foi acompanhado até o palacete do Dr. Alberto Samento por um cortejo popular, que gritava vivas para ele e morras para a candidatura militar.<sup>428</sup>

Explorando a emoção decorrente da própria campanha que edificara, senador baiano por meio de sua oratória e de sua capacidade de inflamar os presentes a participação ativa na campanha declarava:

Eis o que apaixona, senhores, o que magnetiza, o que inflama este grande Estado, cujo território percorro, há nove dias, entre o murmúrio ininterrupto de uma só aclamação. Não é a fascinação de um tribuno. É a onipotência de uma verdade, cujo portador sou eu, na majestade de sua evidência, onde a consciência popular se *reconhece* a si mesma como na transparência de um espelho cristalino. Ali está o que a minha passagem eleva a temperatura às multidões, traçando-me após um sulco tão diverso desse rastro ensangüentado, que ontem deixava em Minas, de Belo Horizonte a Barbacena, a candidatura militar.<sup>429</sup>

Conforme os relatos da excursão eleitoral Rui se impunha pela diferença, tendo plena clareza de seu poder de atrair as massas com seu discurso chegou a declarar: "As multidões amam a eloqüência e bebem com delícia os prazeres da palavra nos lábios dos grandes oradores".<sup>430</sup>

#### 5.4 O Apoio Popular

O engajamento popular na campanha civilista levou constantemente às ruas da nação multidões nunca vistas antes. Assustado com a intensa participação popular provocada pelos civilistas *O Paiz*, o maior adversário de Rui Barbosa, não só por ser o porta-voz da campanha hermista, mas também pelo fato de que essa

<sup>428</sup> BARBOSA, R., 1909, p. 224-231.

<sup>429</sup> *ibidem.*, p. 264.

<sup>430</sup> BARBOSA, R. 1910, vol. 36 t. 2 p. 354.

campanha lhe parecia nociva e perigosa, criticava a fórmula inusitada da campanha opositora, chamando o povo para participar nas ruas. O jornal repudiava também os *meetings* femininos, chegando em suas páginas a ridicularizar as tentativas de incorporação da mulher na política, chamava a atenção para o despreparo e inadequação do público feminino frente às eleições.<sup>431</sup>

Devido ao grande entusiasmo popular gerado pela campanha, que chegou ao Congresso Nacional, no qual os populares acompanhavam e torciam por Rui Barbosa, o jornal chegou a propor que as sessões de debates políticos fossem vedadas ao público.<sup>432</sup>

A crítica do *Paiz* à postura de Rui Barbosa torna-se compreensível dentro do horizonte político da República, que tinha suas origens no Império, marcado por um sistema excludente do povo nas urnas. O eleitor sempre fora desprezado, servindo apenas para contar enquanto número e figurar na lista de nomes das atas eleitorais. Sua participação não deveria ultrapassar esses limites.

Em contrapartida a essa visão conservadora e excludente, o povo demonstrou uma adesão à campanha eleitoral de forma muito peculiar: a mobilização política passando de mero espectador para agente político, sua participação deve ser entendida como resultante da identificação de interesses individuais e coletivos, fenômeno que acabou criando um sentimento de identidade, capaz de fazer com que os populares participassem ativamente da campanha nas ruas.

A campanha civilista penetrou nos debates da época, virando tema dos motes carnavalescos de 1910. O “Club dos Fenianos” que apoiavam o marechal Hermes da Fonseca cantava:

---

<sup>431</sup> O *Paiz*. Apud CUNHA, M. C..P. op.cit., pp. 104

<sup>432</sup> O *Paiz*. Editorial, A Luta romana. Edição de 26.07.1909. Apud CUNHA, M. C..P.1976, p.7.

Pra o que der e vier estamos preparados/  
 Embora mais valor tenham os que não o são/  
 Pois tendo o nosso apoio e sendo os mais cotados/  
 Venceremos da troça à força a eleição!<sup>433</sup>

O “Club dos Democráticos” que apoiava Rui Barbosa trazia no seu carro alegórico a seguinte legenda:

Este carro ao mais culto excita... enerva!/  
 Tem arte em arte em penca, em pinha, em barda, em cacho/  
 Representa, franqueza, até Minerva/  
 Transformada em luar, com barbicacho!/  
 Nela, impávido monta um GÊNIO ingente/  
 Que a domina, a sorrir com garbo e jeito:  
 -É o repto lançado ao inconsciente/  
 Que pretende abater-nos neste pleito!<sup>434</sup>

A memória dessa campanha ficou registrada nos jornais da época nos comícios e *meetings*, nas manifestações de rua, nas praças públicas, as multidões emocionavam-se de maneira contagiante, participando ativamente da liberação de uma energia convergente de vontades endereçada para o mesmo fim, o povo assistia aos comícios, magnetizado pela fala do candidato, que conseguiu incorporar nos discursos os símbolos presentes na sociedade.

Outra maneira do povo demonstrar se engajar na campanha eleitoral de Rui Barbosa ocorreu por via de telegramas nos quais estavam expressos seu apoio, expectativas, entusiasmo e sentimentos provocados pelo desenrolar da campanha. Foram inúmeros os telegramas endereçados ao candidato. Ao analisamos seu teor pudemos constatar uma intensa receptividade popular à sua candidatura, como nos mostram alguns telegramas selecionados. Seus remetentes eram desde populares como entidades civis como o Centro Civilista de Senhoras, os Comitês nacionais pró-Rui Barbosa e políticos representativos locais e de expressão nacional. Conforme alguns exemplos transcritos: as manifestações causavam impacto na

<sup>433</sup> O Paiz, apud CUNHA, M. C. P. 1976,p. 53.

<sup>434</sup> Loc. cit.

população pouco acostumada a esse tipo de espetáculo político. Como podemos destacar abaixo alguns exemplos:

04.02.1910

Telegrama Formiga

Correio semana vos felicita brilhante reação povo formiguense Miting realizado prova entusiasmo população formiguense.

Filadelfo Fonseca  
(arquivo da FCRB)  
E outro:

04.02.1910

Dr. Formiga

Presentes 2.000 pessoas ou mais no teatro municipal, massa popular, Formiga ontem *meeting*. Candidato civilista. Entusiasmo delirante geral, muitas famílias, inúmeros discursos, victoriados vosso nome. Passeata 2 horas madrugada aclamação frenética candidato civilista.

Correio da Semana.  
(arquivo da FCRB)

Temos o telegrama de Joaquim Martins César de Amorim que informou no seu telegrama dirigido a Rui Barbosa que iria organizar em São Vicente, o Comitê Civilista, para lutar pela sua candidatura. Mário Batista de Andrade informou por telegrama, ter ocorrido comício popular realizado em prol da candidatura presidencial de Rui Barbosa.



M. J. de S. Paulo, 20 de Novembro de 1909.  
 Sr. Rui Barbosa  
 D. D. Alma do e Futuro Presi-  
 dente da Republica.

Villa de Uanaparatiá Estado  
 Rio de Janeiro de 14 de Dezembro  
 de 1909.

Meus sinceros Respeitos e  
 Felicitações.  
 Como Sr. Senador e presidente Contra  
 nes e patriota, peço-lhe desculpa  
 a Oração que como em dize  
 me a 15.º por meio destas suas  
 lutas, congratulando-me  
 que há de pela Estremosa Memi

ter por tanto Brazil, e bem assim  
 que tanto os a conta os arbitrariedades  
 praticadas pela Cabala de seu nome  
 Alunos quanto espontaneamente  
 Confie o seu dever quanto a cabra.  
 Sua manifestação que sua figura,  
 pois a paratidade e ten treguia de  
 encontrou, como todo Brazil em  
 conta em sé, e unico que poderá  
 saber a nossa terra Cabra, e muito  
 tempo não se querendo ser, mais  
 tempo com presuppção por mais tempo  
 peço-lhe permiação para sabermos  
 de si, e de seu nome que nasceu na  
 Esquerda da 1.ª.  
 Com o P. de S. Paulo e admirado Luthero.  
 Sr. Rui Barbosa

Figura 53 - Arquivo da FCRB

Ataliba Amaral de Araújo enviou um telegrama a Rui felicitando-o pela indicação do seu nome para candidato à presidência, fazendo votos pela sua vitória nas eleições.<sup>435</sup> Ana Autran enviou a Rui um telegrama do Rio de Janeiro felicitando-o pela sua candidatura à presidência e pela nobreza com que defendera a República Civil em 26.08.1909. João Antônio de Avelar apoiando sua candidatura à presidência da República informou que, em Sete Lagoas (MG) havia movimento civilista naquele município e em outros vizinhos, colocando-se a disposição para auxiliá-lo na campanha presidencial. Hercílio Pedro da Luz prometendo cumprimentar Rui Barbosa com toda sua delegação catarinense quando da sua candidatura de 1910.

<sup>435</sup> BARBOSA, R., 1909, vol. 36, p. 62.

Um fato curioso foi o telegrama recebido de W.B. Lee, em inglês, solicitando em 23.2.1910 que Rui Ihe enviasse uma fotografia para constar do artigo que escrevera sobre a “campanha Presidencial no Brasil” a ser publicado no *The American Review of Review*. Virgílio de Lemos enviou um telegrama solicitando o envio de um artigo para o nº 1 da *Gazeta do Povo* apoiando sua candidatura presidencial em 1909. Pedro Gonçalves Moacir alertou o candidato da necessidade urgente de se adquirir um jornal, de preferência o *Diário do Comércio*, para que propagasse e defendesse a causa civilista.

Eduardo Vergueiro de Lorena, em seu telegrama solicitou que Rui Ihe enviasse uma procuração destinada a fiscalizar o pleito em Bauru. Francisco Antunes Maciel Junior, em nome de determinados municípios rio grandenses que representou na Convenção Nacional pela candidatura de Rui, previu o resultado da eleição.

Diógenes Gonçalves Lema, da Paraíba, enviou entre os dias 1º e 23.04.1910 diversas cartas informando sobre a recusa da junta apuradora relativa aos protestos das eleições e acerca da atitude do procurador seccional diante de tal fato, enviando documentos comprobatórios das fraudes eleitorais ocorridas na Paraíba, principalmente no interior do estado, onde havia locais nos quais as eleições não haviam ocorrido.

O *Município* de Ponte Nova (MG) quando Augusto Brant Filho felicitou-o pela sua candidatura e pela sua vitória na cidade,<sup>436</sup> em seguida Rui recebeu o telegrama de Alfredo Alberto Leal da Cunha elogiando a Campanha Civilista e enviando os resultados da eleição em Ituverava, informando-o também da ocorrência de *meeting* que promoveu em Batatais para lançar sua candidatura.

---

<sup>436</sup> Ibidem., p.152

Apesar de não conseguirmos auferir os lucros da Campanha Civilista no quesito votos, pretendemos demonstrar que essa criou uma intensa mobilização popular nas ruas da capital e das principais cidades brasileiras. A campanha promovida por Rui Barbosa se tornou um poderoso atrativo às massas urbanas, magnetizando e empolgando a nação por seu estímulo à participação popular na vida política, de modo que Sertório de Castro afirmou que a campanha eleitoral de 1909-10 representou "o batismo do povo na democracia. O renascimento da nossa nacionalidade".<sup>437</sup>

É necessário perceber que a incorporação e mobilização das massas populares na campanha eleitoral representaram um momento especial, no qual as marchas, *meetings* e comícios deixaram de ser apenas um fenômeno meramente propagandístico da campanha e conseguiram revelar a insatisfação popular reinante frente ao processo eleitoral.

### 5.5 Os Efeitos Políticos da Campanha Eleitoral

Os estudiosos sobre a campanha eleitoral de 1909-1910 a consideram como um movimento que levantou a população do país, em sua maioria esses destacam o caráter inovador de que se revestiu esta disputa. Para Palha, a campanha "foi a página mais empolgante da vida política de Rui Barbosa."<sup>438</sup>

Hélio Silva afirmou que essa campanha foi marcada pela combatividade de Rui, de seu talento tribunício, à dialética formidável com que articulava seus libelos nada se opunha.<sup>439</sup> Segundo Afonso Arinos, num tempo em que o "Zé Povo"

---

<sup>437</sup> CASTRO, S. 1932, p. 251.

<sup>438</sup> PALHA, A., 1965, p. 66

<sup>439</sup> SILVA, H. 1998, p. 64.

expresso pelos cartunistas aparecia calçado com botinas e portando chapéu e gravata, um tipo que representava muito menos da população,

(a) pregação liberal do civilismo, feita com estrondo no país, acordara nas camadas profundas a esperança da liberdade tal como ela aparecia, para essas mesmas camadas: liberdade confundida com a satisfação das necessidades materiais e com a humanização do trabalho, base da dignificação da vida.<sup>440</sup>

Paulo Duarte referindo-se a essa campanha eleitoral afirmou que para o desempenho da missão que coube a Rui Barbosa e a Júlio de Mesquita, que aqueles “dois grandes lidadores dos ideais democráticos, saíram a campo na defesa dos direitos do povo, acabando por provocar a revelação de um número surpreendente de valores até então desconhecidos e que, na Câmara e no Senado, na imprensa e na praça pública, davam a verdadeira medida do ímpeto irresistível que com que se processava o despertar cívico da nacionalidade.”<sup>441</sup>

A campanha civilista na visão de Osvaldo Orico foi uma parada cívica em que as praças públicas vibraram ao contato da palavra rebelde e regeneradora. Rui era aclamado por onde passava com sua mensagem.<sup>442</sup>

Para Leôncio Basbaum essa campanha teve “um grande valor educador e aglutinador das massas por que se dirigia ao povo – às massas desprezadas e cuja existência ninguém tomava conhecimento.”<sup>443</sup>

Osvaldo Orico considerou que a campanha de Rui Barbosa representou um enorme bem para o Brasil, porque foi o ponto de partida para todas as tentativas que depois se fizeram por enquadrar o país nos moldes democráticos. Despertou nos

---

<sup>440</sup> MELO FRANCO, A. A., 1975, p.487

<sup>D</sup> DUARTE, P. 1977, p. 238.

<sup>442</sup> ORICO, O. 1965, p. 177.

<sup>443</sup> BASBAUM, L. 1986, p. 187.

políticos, o sentimento da responsabilidade e da honra diante da intromissão dos Presidentes da República na escolha do seu sucessor.<sup>444</sup>

A materialidade dessa campanha protagonizada por Rui Barbosa traduzia-se nos atos públicos - passeatas, com bandas de música, cartazes e faixas, *meetings*, comícios, viagens. Era preciso deixar os gabinetes e os recintos fechados das recepções oferecidas pela elite para alcançar a massa popular. E, para torná-la visível para os populares, foi que Rui valeu-se do potencial da imprensa a qual, para o candidato, era o instrumento que possibilitava a "vista da nação, pela qual podia ver a verdade"<sup>445</sup>.

A imprensa civilista, portanto, privilegiava a divulgação de matérias referentes à campanha nas quais estavam sempre presentes fotografias que ilustrassem o grande sucesso da candidatura. Em praticamente todas as fotos, lá estava o povo ovacionando e apoiando Rui Barbosa em diferentes rincões do país.

A estratégia de "vistas da nação" utilizada constantemente por meio da divulgação da fotografia expressa nas páginas dos jornais civilistas alicerçou conjuntamente com o discurso do candidato, a sua campanha, por ser considerada pela maior parte da população como fragmentos indiscutíveis e imediatos do real, traduzindo um efeito de credibilidade que as palavras não possuem.

As imagens produzidas pelos jornais estavam sempre emolduradas por um texto lingüístico que a legitimavam, induzindo a interpretação do leitor sobre os fatos.

A propaganda eleitoral se materializava pela veiculação das imagens de comícios realizados por Rui Barbosa, destacando uma imensa participação popular. Rui aparecia como o orador no palanque em frente à multidão, ou aparecia no meio dessa multidão, caminhando ao seu lado.

---

<sup>444</sup> ORICO, O op. cit., 1965. p. 178.

<sup>445</sup> BARBOSA, R. 1909, vol. 36. t.1, p. 121.

Apesar da maciça propaganda eleitoral, o impacto e a penetração dos discursos e das encenações civilistas não podem ser mensurados, devido ao fato de levarmos em conta que o resultado das urnas era em parte fictício, frente à imposição do voto de cabresto, das fraudes eleitorais e da atuação da Comissão de Verificação que conferia a validade do voto.

Os votos dirigidos para Rui Barbosa expressam também um resultado incorreto, pois a fraude se consumou de ambos os lados, entretanto, podemos afirmar que a quase totalidade dos votos para o candidato civilista se concentrou nos centros urbanos, resultado de uma intensa propaganda eleitoral e do efeito do magnetismo pessoal do candidato que conseguiu arregimentar as camadas populares.<sup>446</sup>

É preciso mencionar que pela primeira vez essa chamada ao alistamento e ao voto em Rui Barbosa, em defesa da democracia causou impacto na população. Nem mesmo o fechamento das seções eleitorais e as intimidações foram capazes de demover parte da população de seu propósito de votar, como nos revelam as páginas dos jornais civilistas.

Os eleitores não se deixaram intimidar, acorrendo para diversas seções em busca de exercer o seu direito de votar, ou seja, em busca de um possível. Como nos mostra o quadro abaixo, pela primeira vez na nossa história houve o decréscimo de votos para candidato do Catete e uma migração de votos para Rui Barbosa.

É salutar o entendimento do quadro abaixo, que numa estatística sobre a porcentagem de votos destinados a cada candidato, demonstra claramente a eficácia do voto de cabresto, da intimidação e da corrupção eleitoral no país.

---

<sup>446</sup> Para tal torna-se necessário analisar os quadros eleitorais em seguida expostos, nos quais podemos notar que pela primeira vez na história da República brasileira um candidato do governo não teve votação acima de 90% dos votos válidos.

Eleições presidenciais, 1894-1930

Candidato vencedor	Nº de votantes (mil)	% de votantes sobre a população	% de votos do vencedor sobre total de votantes
Prudente de Moraes (1894)	345	2,2	84,3
Campos Sales (1898)	462	2,7	90,9
Rodrigues Alves (1902)	645	3,4	91,7
Afonso Pena (1906)	294	1,4	97,9
Hermes da Fonseca (1910)	698	3,0	57,9
Venceslau Brás (1914)	580	2,4	91,6
Rodrigues Alves (1918)	390	1,5	99,1
Epitácio Pessoa (1919)	403	1,5	71,0
Artur Bernardes (1922)	833	2,9	56,0
Washington Luís (1926)	702	2,3	98,0
Júlio Prestes (1930)	1.890	5,6	57,7

**Figura 54. mapa eleitoral referente da Primeira República.  
Fonte: Apud José Murilo de Carvalho, Guerreira Ramos.  
a crise do poder no Brasil, Zahar, 1961, p.32.**

Todos os presidentes eleitos anteriores atingiram índices altíssimos de aceitação por parte dos eleitores. Rui Barbosa foi o primeiro a quebrar essa falsa hegemonia do candidato governista nas urnas.

O resultado avaliado pelo PRP, anos depois da campanha, demonstra no quadro que segue que o senador baiano encontrou a fórmula de atingir os corações ansiosos da população, conseguindo pela primeira vez na história da República, modificar o resultado no quadro eleitoral que se apresentava unânime em torno de um resultado majoritariamente de votos para os candidatos representantes do Catete, obtendo uma expressiva votação para a época.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA (1894-1930)			
Ano	Candidato do PRP	Votos recebidos (%)	Número de votos
1894	Prudente de Moraes	100	28 655
1898	Campos Sales	95	53 164
1902	Rodrigues Alves	95	53 908
1906	Afonso Pena	98	29 526
1910	Rui Barbosa	77	108 618
1914	Wenceslau Braz	93	64 097
1918	Rodrigues Alves	99	48 241
1919	Epitácio Pessoa	73	55 250
1922	Artur Bernardes	91	99 355
1926	Washington Luiz	98	125 124
1930	Júlio Prestes	89	365 600

Figura 55 - Anais da Câmara – 1892-1898 e 1902-1927

Em seguida apresentamos os resultados eleitorais oficiais obtidos após o fechamento das urnas e a aprovação da Comissão de Verificação contrastando-o com os resultados apresentados por Rui Barbosa em sua contestação no Senado, na qual denunciava a existência das fraudes eleitorais. Podemos observar que esses são bem díspares.

O primeiro gráfico se refere aos dados oficiais das urnas divulgados para a nação e a seguir expomos os dados colhidos e apresentados por Rui Barbosa ao Senado Federal retirado de sua contestação ao resultado obtido pelos dados oficiais<sup>447</sup>.

<sup>447</sup> O vol. 37 t.1. das *Obras completas de Rui Barbosa* é o resultado da apuração realizada por Rui Barbosa em todas as urnas da nação. Rui realizou um minucioso estudo dos votos para provar sua eleição.



## ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 1910

Votação por Estados

Amazonas	Hermes da Fonseca	3.237	Rui Barbosa	108
Pará	Hermes da Fonseca	21.778	Rui Barbosa	114
Maranhão	Hermes da Fonseca	9.799	Rui Barbosa	1.539
Piauí	Hermes da Fonseca	10.062	Rui Barbosa	2.193
Ceará	Hermes da Fonseca	23.737	Rui Barbosa	35
R. G. do Norte	Hermes da Fonseca	7.666	Rui Barbosa	5
Paraíba	Hermes da Fonseca	7.921	Rui Barbosa	322
Pernambuco	Hermes da Fonseca	31.577	Rui Barbosa	174
Alagoas	Hermes da Fonseca	12.693	Rui Barbosa	191
Sergipe	Hermes da Fonseca	334	Rui Barbosa	31
Bahia	Hermes da Fonseca	20.128	Rui Barbosa	40.980
Rio de Janeiro	Hermes da Fonseca	22.529	Rui Barbosa	12.648
D. Federal	Hermes da Fonseca	1.460	Rui Barbosa	3.066
Goiás	Hermes da Fonseca	7.688	Rui Barbosa	796
Mato Grosso	Hermes da Fonseca	2.809	Rui Barbosa	693
M. Gerais	Hermes da Fonseca	21.224	Rui Barbosa	32.406
São Paulo	Hermes da Fonseca	25.384	Rui Barbosa	82.198
Paraná	Hermes da Fonseca	11.493	Rui Barbosa	6.154
Sta. Catarina	Hermes da Fonseca	10.174	Rui Barbosa	3.189
R. G. do Sul	Hermes da Fonseca	150.326	Rui Barbosa	16.373
Total		402.019		149.587

Esses dados foram colhidos dos relatórios gerais da grande comissão de verificação de poderes (In: *Anais do Congresso Nacional. Apuração da eleição de Presidente e Vice-Presidente da República...*, v. 2). Com referência a Hermes da Fonseca, são bastante aproximativos dos publicados pelo *Anuário Estatístico do Brasil — 1970*, vol. 31, com a votação de 403.867 sufrágios ao presidente eleito.

**Figura 56 - Anais do Congresso Nacional.  
Apuração da eleição de Presidente e Vice-Presidente da República.**

	RUI	HERMES	LINS	BRAZ
Amazonas .....	—	572	—	572
Pará .....	—	4.500	—	4.500
Maranhão .....	717	1.356	—	1.359
Piauí .....	674	1.367	676	1.684
Ceará .....	17	3.909	17	3.909
R. G. Norte .....	—	776	—	776
Paraíba .....	322	7.921	318	7.792
Pernambuco .....	—	2.993	—	2.993
Alagoas .....	147	4.000	—	4.000
Sergipe .....	31	334	31	334
Bahia .....	52.089	17.543	52.208	17.255
Espírito Santo .....	—	—	—	—
Rio de Janeiro .....	17.016	7.709	17.071	7.418
Capital Federal .....	2.976	1.430	2.975	1.408
S. Paulo .....	78.392	24.789	78.241	25.277
Paraná .....	4.300	5.802	4.300	5.309
Sta. Catarina .....	2.411	3.169	2.411	3.169
R. Grande do Sul .....	8.358	14.895	8.358	14.875
Mato Grosso .....	94	168	93	169
Goiás .....	409	1.089	309	1.092
Minas Gerais .....	32.406	21.224	31.327	22.143
	<u>200.359</u>	<u>126.392</u>	<u>198.223</u>	<u>126.084</u>

Figura 57 - Obras Completas de Rui Barbosa, Memória. vol. 37, t. 1. p. p.331.

Devemos lembrar que mais de que números, porém interessa documentar uma nova rotina marcada pelas manifestações públicas, que culminou na estrondosa votação de Rui Barbosa, permitindo nos concluir que o que se passou no país durante a campanha edificada por Rui Barbosa não se resumiu apenas a mais uma campanha, mas sim, em um momento de possibilidade de transformação política do país, na qual as projeções sociais a seu respeito falaram mais alto, conseguindo galvanizar multidões em diversos pontos do país.

Mesmo diante da evidência das fraudes, Rui Barbosa foi vitorioso nos Estados onde o civilismo imperou. A máquina governamental não alterou sua vitória, apenas diminuiu sensivelmente o número de votos.

Graças ao concurso dos admiráveis colaboradores, cuja devoção a solidariedade na resistência ao militarismo nos proporcionou em tão boa hora, alcançarmos dotar a nação com seu inventário eleitoral. É a primeira vez que tal cometimento se ultima em relação a um país inteiro.<sup>448</sup>

O que se viu pelo país foi um constante apelo à participação política das multidões incitadas pelos jornais civilistas, comparecendo aos comícios, atendendo aos chamados de *meetings*, aplaudindo, levantando-se, aclamando e gritando, num padrão uníssono, prontas para traduzir esse fascínio e entusiasmo em ação política.

Em seus diversos comícios e discursos proferidos Rui Barbosa insuflava as multidões para que mesmo vencida essa campanha, ela ainda seria combatente, pois a nação apelaria contra o esbulho eleitoral, contra a falsificação, a corrupção, contra a violação do escrutínio na reconquista do voto livre.<sup>449</sup>

Quando um país inteiro se levanta como o Brasil nesta formidável reação, seguida pelo levante das almas e não dos interesses, é que perpassa no território imenso do país a centelha elétrica de uma idéia, e quando os espíritos se erguem dominados por uma convicção, eles são invencíveis como invencível é a vontade divina.<sup>450</sup>

O *mise-en-scène* político dirigido aos populares pretendia rotinizar as produções cênicas da campanha na sociedade, produzindo fatos extraordinários. O PRP ao chamar de forma aberta a participação popular em apóio à campanha criada para eleger Rui Barbosa, promovia e apoiava passeatas e manifestações públicas. Exaltava sua inédita participação na vida política da nação, insuflando-os com palavras de encorajamento e incentivo, chegando muitas vezes a aclamar entusiasmaticamente essa participação:

---

<sup>448</sup> BARBOSA, R. 1909, vol. 36. t.1, p. 121

<sup>449</sup> BARBOSA, R. 1909. vol. 36, p. 95.

<sup>450</sup> Ibidem, p. 156.

Inundação de cabeças descobertas, braços agitados no ar, mãos para nós estendidas, bocas abertas no mesmo grito, como que me senti em presença de uma transfiguração: milhares e milhares de corpos, almas e vidas, na fusão de uma vida só, uma só alma, um só todo, corporatura de um Titã amplificado, ocupando a cidade, enchendo-a de seus membros, da sua energia, dos bramidos do seu peito. Era, digamos assim, a exteriorização visível da solidariedade moral estendida a um povo inteiro. A massa transmutada em organismo. A multidão em unidade indivisível.(...) não há dúvida meus senhores: uma influência desusada e superior eletriza esses três milhões de almas, que povoam esta região da pátria.<sup>451</sup>

Em outra ocasião Rui declarava:

(a campanha) não é a bandeira da ambição. É o expoente dos vossos interesses estáveis. Todas as raças tiveram momentos de sentir que nos seios das grandes coletividades humanas, as solidariedades necessárias que abrangem de um modo vital a todas as classes, Há dezenas de séculos dizia Heráclito que os povos devem defender as suas leis como as muralhas de suas cidades. As cidades hoje não têm muralhas. Mas as nações têm fronteiras. Estas encerram as instituições nacionais, tão sagradas, nas suas fórmulas supremas, como o território sobre que exercem a sua soberania.<sup>452</sup>

O jornal *O Brasil* lembrou que a campanha eleitoral foi memorável, agitando o país, considerando os discursos proferidos e as conferências promovidas como imortais. O jornal *A Tribuna* lembro que Rui não poupou esforços para salvar o país da implantação humilhante do militarismo. “predizendo e mostrando ao povo o caminho certo e seguro da salvação pela liberdade. Rui Barbosa excedeu-se a si mesmo, conseguindo despertar, nas nossas populações indiferentes a *chama sagrada da fé cívica na luta pelo civilismo*”<sup>453</sup>

O apelo dessas cerimônias e comícios públicos foi tão forte e arrebatador que conseguiu arregimentar milhares de pessoas. Os memorialistas e cronistas da época comentam que a campanha criou um clima de efervescência e agitação nunca visto anteriormente, acentuando que a tradicional postura impassível da população foi substituída por outra de participação e excitação, que contaminou grande parte da

<sup>451</sup> BARBOSA, R. 1009, vol. 36, p. 263.

<sup>452</sup> Ibidem., p. 256.

<sup>453</sup> A Tribuna. 02.03.1910.

população dos centros urbanos, trazendo uma inusitada excitação às ruas de São Paulo e da capital federal. Havia algo diferente no ar.

Essa candidatura construiu um outro conjunto de práticas sobre a política, articulando identidades, propondo a outros sujeitos históricos agirem dentro dos limites institucionais formais de representação eleitoral, entendendo o voto e a luta parlamentar como um campo de disputas legítimas para sua ação, como bem nortearam os princípios políticos do liberalismo apregoados por Rui Barbosa em toda vida:

A democracia em Rui sempre representu mais que as urnas, embora passassem por elas, é o comprometimento consciente, crítico, reflexivo do cidadão da sua participação na sociedade.<sup>454</sup>

O reconhecimento de Rui Barbosa por parte das camadas populares resultou de uma relação de fruição<sup>455</sup> entre o personagem político e o eleitor baseado no reconhecimento/projeção que Rui representava diante de seus possíveis eleitores. De maneira que Rui Barbosa, com seu verbo doutrinário, sensibilizou as multidões. Esses mecanismos de identificação entre cidadão- eleitor e o candidato passaram necessariamente para elaboração de um discurso articulado que veiculavam projetos e propostas políticas que edificaram a campanha nas ruas.

Conforme salienta Darcília Simões, o personagem político não representa apenas um homem político, mas um compósito modelar de homem, idéias e ideais. Nesse sentido, na época da campanha de Rui Barbosa, romper com a política de

---

<sup>454</sup> CHAVES, A. L. V. 2001, p. 152.

<sup>455</sup> SIMÕES, D. A relação de fruição implica num papel que a personagem deva se adequar para tornar-se ideologicamente válida, ou seja, capaz de criar um reconhecimento ou projeção que realiza diante do interlocutor. Uma visão semiótica dos recursos de persuasão no construção do personagem político. In *Revista Paradoxa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1994. p.30-32

fraudes e de exclusão social que marcavam o sistema eleitoral de então se constituía numa vontade política.<sup>456</sup>

Nas palavras de Kujawski, Rui representava:

O verdadeiro instaurador da República no Brasil. O lugar vazio deixado pelo imperador no exílio foi preenchido pela figura de um homem que não só era republicano, mas a própria República, assumindo em si o projeto dessa nova forma de governo e dando-lhe forma e figuras por meio da sinergia entre o pensamento, a palavra e a ação.<sup>457</sup>

Conforme as análises de Ângela de Castro Gomes, Rui Barbosa por fazer parte de uma ampla corrente dos cidadãos que se desiludiram com a República, foi considerado como um símbolo, “daquilo que poderia ter sido, mas não foi,<sup>458</sup>” Por ter sido um dos próceres desse sistema político, agora não reconhecia mais de tão marcado pelos vícios, pelas fraudes e por caudilhismo dos chefes locais, tomado por um processo de hipertrofia do Executivo que criara um artificialismo político, que não representava nada a não ser a si próprios.

Rui Barbosa transformou-se na figura aglutinadora de vários segmentos da sociedade quando, defendendo o discurso civilista da elite paulista, conquistou também as camadas médias urbanas e os setores populares. Sua candidatura conferia novo alento às intenções civilistas, empolgando eleitores urbanos. Uniu-se a São Paulo os estados da Bahia e do Rio de Janeiro e parte dos políticos de Minas Gerais, todos envolvidos na organização e condução da campanha em nível nacional.

Nesse sentido, valemo-nos das palavras de José Maria Belo quando concluiu que “Rui teria traçado, em 1909, o caminho, tantas vezes agoniado, cheio de

---

<sup>456</sup> ibidem, 1994, p.32

<sup>457</sup> KUJAWSKI, G. M. O Estado de São Paulo, 06.11.1999.

<sup>458</sup> GOMES, Â. G. 1998, p. 492.

tropeços e perigos, aliás ainda longe de desaparecerem, para o regime dos livres pleitos”<sup>459</sup>.

Pela primeira vez na nossa história, uma campanha eleitoral ganhava as ruas das cidades, inflamando a opinião pública na nação, de modo que seria simplista considerar que esses grupos sociais não votantes, formadores de parcela significativa da população urbana, não atuassem politicamente.

No contexto político, nos locais em que a campanha civilista se projetou, a candidatura de Rui significou a reafirmação dos princípios liberais e a única alternativa para rechaçar a prática usual das decisões de gabinete, acenando para uma possibilidade de alargamento da participação política no país.

Essa campanha eleitoral de 1909-1910 visava impulsionar a democratização do sistema político até um certo grau, e este grau máximo seria o alargamento das suas possibilidades de conquista da hegemonia política no seio da classe dominante agrária. Conforme Décio Saes o caráter pouco radical das propostas da campanha acabou atraindo as camadas médias urbanas.<sup>460</sup>

Rui Barbosa com sua credibilidade e sua capacidade persuasiva arrebatou civicamente a nação. O povo brasileiro demonstrou uma vontade de participar politicamente das eleições, ampliando de forma significativa o voto num candidato de oposição, mesmo frente aos desmandos eleitorais. Acreditamos que essa quantia de voto para Rui seja a tradução de sua credibilidade frente aos populares e de sua capacidade de estabelecer relações com as construções discursivas capazes de mobilizar a sociedade. A participação popular de todas as maneiras que ocorreu

---

<sup>459</sup> BELO, J. M. 1972, p. 214.

<sup>460</sup> SAES, D., 1985, p. 56

durante a campanha eleitoral de 1909/10 pode ser vista como um exercício de cidadania ativa num momento específico.<sup>461</sup>

## 5.6 A Resistência ante as Fraudes Eleitorais

Ao se encerrarem as eleições de 1º de março de 1910, ocorridas em meio a fraudes de todos os quilates, Hermes da Fonseca foi declarado eleito presidente da República. Rui Barbosa contestou o resultado das mesas apuradoras imediatamente após anunciada a vitória de seu adversário.

Para Hélio Silva, não houve eleições e nem apuração, pois o mesmo grupo que se empenhou na candidatura hermista constituiu-se no poder da Comissão de Verificação.<sup>462</sup>

Oswaldo Orico assevera que se o resultado apurado nas urnas fosse honesto, a vitória de Rui seria certa. O autor afirma que os cabos eleitorais do nordeste funcionaram de acordo com a vontade dos coronéis: “mandando brasa, nas atas falsas para “queimar” os verdadeiros eleitos e eleger os derrotados.”<sup>463</sup>

O autor em questão denuncia que as fraudes alteraram a expressão da vontade popular no pleito de 1º de março.<sup>464</sup>

Em sessão do Congresso Nacional, a 24 de março, Rui discursou com indignação e apresentou novas denúncias de fraudes como a ocorrida em Santos, onde funcionários públicos haviam sido coagidos a votarem em Hermes da Fonseca sob ameaça de demissão.

---

<sup>461</sup> Pretendemos emprestar o conceito de cidadania ativa de José Murilo de Carvalho, ao referir-se ao esboço de participação popular autônoma, rompendo com a visão de que o povo era incapaz de discernir politicamente, era apático, incompetente, corrompível, enganável. Conceito extraído da obra *Cidadania Ativa*, já indicada na bibliografia do trabalho.

<sup>462</sup> SILVA, H. 1998., p. 65

<sup>463</sup> ORICO, O. Rui o mito e o mico, Rio de Janeiro: Record, 1965, p. 179.

<sup>464</sup> Ibidem, p. 181.



O candidato derrotado inconformado com o resultado das urnas, que atribuiu ao uso da fraude e da violência, em 26 de março, apresentando um "Manifesto à Nação" em que tornava público o plano de ação do movimento civilista que visava à anulação do pleito baseado nas denúncias de fraudes e na condição de inelegibilidade do marechal. Afirmando que a campanha civilista alterou o comportamento do eleitor nos centros urbanos e agora defender o voto de seus eleitores era seu dever:

Não podíamos, antes de convencidos dar por eleito o candidato dos oligarcas, o aclamado pelas unanimidades do Norte, o que a universalidade ostentosa das atas eleitorais, nas regiões onde não se vota, denunciava justamente pelo seu exclusivismo do seu monopólio nessas votações, como o eleito da fraude. Reconhece-lo seria, de nossa parte, uma traição à nossa consciência, à verdade notória dos fatos, à honra do eleitorado independente, aos direitos da Nação, burlada e espoliada.<sup>465</sup>

Como nos lembra Paulo Duarte: "Rui não era homem que esmorecesse com uma derrota daquelas. Já no dia 27 de março lançava seu manifesto à nação, denunciando as fraudes eleitorais".<sup>466</sup>

Conforme seu levantamento de dados ao consultar as sessões eleitorais do país o candidato derrotado demonstra que obteve significativa votação, todavia, essa representatividade nas urnas não foi suficientemente forte para eliminar as fraudes ocorridas nas sessões eleitorais.

Em 21 de julho de 1910 Rui Barbosa apresentou ao Congresso Nacional o documento Memória sobre a Eleição Presidencial, trabalho que trazia minucioso exame das eleições no país, considerações sobre a campanha e questionamentos sobre a legalidade do registro da candidatura de Hermes da Fonseca. Analisava a amplitude que a campanha atingiu, principalmente nos estados que abraçaram a causa civilista - Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Bahia - onde contou com

---

<sup>465</sup> BARBOSA, R. 1971, vol. 37, t. II, p. 28.

<sup>466</sup> DUARTE, P. op. cit., p. 48.

o apoio de vários segmentos da sociedade, de operários a profissionais liberais e políticos.

Uma campanha que mobilizara e arregimentara a população de maneira nunca vista antes teve, porém, seu resultado vergonhosamente manipulado, conforme comprovam seus estudos: a intimidação, o voto de cabresto, as ações dos fósforos, o número fictício da população brasileira, cuja densidade demográfica nos mais longínquos rincões equiparava-se aos países europeus, as atas falsas, escritas com a mesma caligrafia e o voto dos defuntos.<sup>467</sup>

Rui considerou um ultraje o fato da população do Pará ser dez vezes maior do que a população da Noruega e 105 vezes maior do que a da França. Constatando a evidente fraude.

Na capital federal as irregularidades cometidas, as falcatruas comandadas por coronéis nos currais eleitorais do nordeste, o resultado das urnas eram díspares. Rui denunciou que no distrito do Rio de Janeiro das 96 seções eleitorais apenas vinte e cinco funcionaram. Afirmando que isso foi o mais escandaloso de todos os casos apurados.<sup>468</sup>

Os eleitores representavam 2,7% da população, mas votara apenas 34% desses eleitores, e dos votos dados apenas 52% foram considerados validados, o que ao final, correspondia apenas a 0,5% da população. Nas palavras de Rui: "Haviam roubado uns 112 mil sufrágios da candidatura civil e descido a maior cidade brasileira ao nível das taperas do mais abandonado sertão. A capital não votara!"<sup>469</sup>

---

<sup>467</sup> Encontramos detalhes riquíssimos no vol. 37 das Obras Completas de Rui Barbosa, no qual se expõe a fraude em diversos distritos eleitorais.

<sup>468</sup> Ibidem, p. 148.

<sup>469</sup> Anais do Congresso Nacional. p. 354. sessão de 16.05.1910.

Rui advertiu: “falsários em matéria de moeda e falsários em matéria de votos são velhacos e perversos<sup>470</sup>”.

A proposição de recontagem de votos apresentada por Rui Barbosa provocou celeuma na Casa Legislativa. Enquanto seus aliados batiam-se pela legitimidade do pleito brandindo provas conclusivas de incidentes fraudulentos relacionados às eleições, outros parlamentares eram contrários à solicitação de Rui por considerarem-na descabida. Sob tal pressão, o presidente resolveu acatar o pedido de revisão dos resultados eleitorais. Em Minas Gerais no resultado geral do país o candidato acabou derrotado com um total de 149.587 votos, muito inferior aos 402.019 votos de seu adversário, Hermes da Fonseca.<sup>471</sup>

Além das já tão denunciadas fraudes, esse recurso afirmava a inelegibilidade de Hermes tendo como base o artigo 70 da Constituição Federal que previa o registro de candidatura eleitoral apenas àqueles que estivessem de posse dos direitos de cidadão. O marechal, como militar, estaria então impedido de se candidatar, o que tornava inconstitucional sua eleição e conseqüente posse no cargo. Em sessão presidida por Quintino Bocaiúva, em 20 de maio de 1910, Rui apresentou uma proposição de recontagem de votos.

Levantei-me, Sr. Presidente, para dirigir à Mesa do Congresso Nacional um requerimento que interessa à essência de minha defesa, como candidato votado nas eleições a cuja apuração se vai proceder. Não é protestar que venho, é requerer. O protesto seria inútil, como é inútil a palavra, a tribuna, a legalidade, a Constituição, a justiça, a verdade, tudo aquilo eu constitui a vida, a essência, a alma das instituições republicanas constitucionais em todos os países livres. Não é protestar! Estamos conformados. Apelamos desta boaventura para a justiça de amanhã.<sup>472</sup>

---

<sup>470</sup> [www.cpdoc.fgv.br/verbetes\\_htm/5814\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/verbetes_htm/5814_1.asp)

<sup>471</sup> Esses dados foram colhidos dos relatórios gerais da grande Comissão de Verificação de poderes, (In *Anais do Congresso Nacional*. V.2, 1910.)

<sup>472</sup> *Anais do Congresso Nacional*. Sessão de 20 de maio de 1910, p.56-7. O volume 37 das *Obras Completas* de Rui Barbosa é uma cópia do documento entregue por Rui ao Congresso Nacional intitulado Memória sobre a eleição presidencial, no qual Rui esmiúça os resultados parciais e globais das atas das sessões eleitorais para provar que houve fraudes. O relatório foi entregue à Comissão do em 1910

Quanto à questão da inelegibilidade de Hermes da Fonseca, Rui argumentou:

(...) figurado no artigo 41 da Constituição atual, é, portanto, inquestionável, o exercício dos direitos do eleitor. Mas de tais direitos só tem *exercício* o cidadão alistado na forma da lei. É o artigo 70 da Constituição que peremptoriamente o declara. Logo, o marechal Hermes, que não se alistou na forma da lei, não tem o exercício dos direitos políticos. Logo, não podia ser eleito presidente da República. Logo, eleito não está. O artigo 70 instituía que seis categorias de cidadãos não gozavam dos direitos políticos: menores, mendigos, analfabetos, mulheres, soldados e religiosos. Estão privados de serem alistáveis, não podem ser eleitores e nem elegíveis.<sup>473</sup>

Também nesse momento o candidato civilista contou com o apoio da imprensa que, além de reforçar a denúncia de abusos e vícios do sistema eleitoral, deu ampla divulgação à batalha que se desenrolava no Congresso Nacional apoiando integralmente as proposições de Rui Barbosa.

(...) uma ameaça à população pacífica do país, vítima constante dos desmandos de um a polícia e de um governo que tem constantemente ensangüentado esta cidade, vítima de um regime que, contente de roubar à primeira cidade do país, a primeiro de março o direito do voto, praticara assim um desses atos de extrema violência, que nenhuma capital de país civilizado teria sofrido, sem reagir contra os criminosos, não contentes com isso, ainda nos vem tirar a nós as prerrogativas da escolha. Como candidato a meu ver eleito, ao pleito cuja apuração vai se proceder, em nome do meu direito, Sr. Presidente, em nome do direito de centenas de milhares de cidadãos cujos votos me honraram na eleição de 1º de março, eu venho desde agora reclamar a V. Ex. o prazo necessário para contestar por mim, ou por procurador que constituir, a eleição de meu competidor.<sup>474</sup>

O Senado dividiu-se, então, em 5 comissões que tinham como finalidade apurar irregularidades e fraudes ocorridas durante as eleições. Para dar agilidade ao andamento dos trabalhos nos Estados da Região Sul e mais o Estado de São Paulo, constituíram a 4ª Comissão Auxiliar sob a presidência do senador Augusto de Vasconcelos. As atas, os livros eleitorais, enfim, toda documentação existente sobre as eleições foram analisadas em inúmeras reuniões das quais participou o Dr. Pedro Tavares, procurador de Rui Barbosa, com o objetivo de assegurar julgamento

<sup>473</sup> BARBOSA, R. 1971. vol.37, t.II. p. 43.

<sup>474</sup> Sessão do Congresso Nacional, 16.05.1910.

imparcial e liberdade para o estudo dos fatos, em busca do respeito à vontade popular manifestada nas urnas, observando os preceitos legais.<sup>475</sup>

O Relatório Geral das comissões acabou concluindo que, em São Paulo, algum tipo de fraude ocorrera praticamente em todos os municípios - mesas eleitorais constituídas e funcionando de maneira irregular e a presença de mesários sem credenciamento, isto é, sem valor legal. Há relatos de eleitores que, alistados num município, votaram em outros locais sem que os votos fossem contados em separado. Apurou-se também a existência de listas de assinaturas, todas com a mesma caligrafia, e de votos sem o devido acompanhamento da lista de votantes. As fraudes constatadas eram grosseiras e evidentes, de modo que Rui conseguiu demonstrá-las sem muito esforço.<sup>476</sup>

Apesar dessas evidências, após terminarem os trabalhos as Comissões apresentaram parecer favorável à aprovação do resultado das eleições realizadas a 1º de março de 1910, não aceitando as constatações de evidências de fraudes demonstradas pelo candidato derrotado.<sup>477</sup> Embora contasse com expressiva vantagem de votos nos estados civilistas.<sup>478</sup> 40.980 contra 20.128 na Bahia, 82.198 contra 25.384 em São Paulo, 32.406 contra 21.224.

O parecer das Comissões foi assinado pelos senadores Augusto Vasconcelos, José Bonifácio, Castro Pinto. Sá Freire, Walfredo Leal e Francisco Botelho.

Quanto à questão da inelegibilidade do marechal, ainda que o relatório asseverasse que Rui procurara demonstrar a diferença jurídica entre os conceitos "direitos

---

<sup>475</sup> Anais do Congresso Nacional, sessão de 20.05.1910.

<sup>476</sup> FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Dados colhidos dos relatórios da grande Comissão de Verificação de poderes In *Anais do Congresso Nacional*. Apuração da eleição de Presidente - V.2

<sup>477</sup> Nas Obras Completas de Rui Barbosa, vol, 37, t. II, *Memória sobre a eleição presidencial* estão dispostas todas as informações referentes aos estados, o número de votantes e de votos válidos.

<sup>478</sup> O relatório geral da 4ª Comissão Auxiliar é extenso e detalhado, abrangendo todos os municípios, contando os votos dos dois candidatos à presidência e à vice-presidência, Interessamos apenas relatar os dados que se referem a São Paulo.

políticos" e "direitos do cidadão" apoiado nas teses de juristas ilustres, europeus e brasileiros, da área de Direito Constitucional, com o propósito de embasar sua argumentação contra a legalidade do registro da candidatura de seu oponente, concluía que Hermes encontrava-se no gozo de seus direitos políticos, não havendo razões que impedissem sua posse.

A divulgação dessas conclusões provocou reação indignada de Fernando Nery que, rejeitando os resultados, afirmou: "Essa eleição foi uma comédia eleitoral na qual, além das fraudes, o candidato vencedor era inelegível por lei".<sup>479</sup>

Comentando a votação recebida Rui Barbosa declarou que a campanha ainda que fraudada nas urnas representou uma mudança profunda na estrutura do país: "foi um mundo que se abriu à nossa vista, esse dos recessos incalculáveis da fraude nas eleições brasileiras. Viu-se que ela submergia Estados quase inteiros, que, em grande seções do país, a eleição positivamente, se reduz a um mito odioso e vil".<sup>480</sup>

Rui considerou as eleições e o resultado dos trabalhos das Comissões como "a mais cínica exibição do roubo contra o voto popular", declarando que: O marechal Hermes não podia ser eleito, nem o foi. Não o podia ser; por que é inelegível.<sup>481</sup>

Não o foi; porque a sua inculcada maioria se compõe de sufrágios demonstradamente nulos.<sup>482</sup>

Toda a oratória de Rui Barbosa e as razões por ele apresentadas com base nos princípios do Direito Constitucional não lhe valeram na defesa de seus direitos, e a Comissão do Congresso Nacional ratificou o resultado das eleições, diplomando Hermes da Fonseca presidente da República.

---

<sup>479</sup> NERY, F. 1955, p. 67

<sup>480</sup> BARBOSA, R. 1971, t. II, p.26.

<sup>481</sup> BARBOSA, R. 1910, vol. 37, t.1. p. 378

<sup>482</sup> ibidem, p. 349.

Após a análise dos argumentos apresentados pelo tribuno baiano não podemos deixar de entender que apesar da elaboração de toda essa campanha que galvanizou a nação, essa eleição, assim como a anterior, se realizou, em muitos lugares, principalmente nos currais eleitorais, de acordo com a vontade do chefe local, sendo que as fraudes afetaram o resultado final. O tradicional modo de fazer eleições não só reduzia o número de votantes como também cerceava os direitos da população de escolher seus legítimos representantes, deixando claro que nesse país poucas pessoas eram chamadas a votar e menos ainda eram as que conseguiam votar.

## CONCLUSÕES

Após o término do trabalho pretendemos demonstrar como ocorreu a construção da campanha civilista no processo eleitoral da Primeira República. Seu estudo nos remeteu a refletir sobre alguns pontos que consideramos essenciais para o entendimento dessa campanha eleitoral enquanto um momento singular na história política brasileira da Primeira República. Colocamos esse momento como singular pelo fato dessa campanha ter resultado num movimento social inigualável e impensável para a época, arregimentado setores das camadas populares durante meses e causando um grande impacto no cenário político do país, principalmente nas capitais e nos centros urbanos mais desenvolvidos, como ficou demonstrado no trabalho.

Ao sair pelo país pregando a regeneração dos costumes políticos, Rui Barbosa transformou sua campanha em um verdadeiro movimento de regeneração cívica da nação edificando, pela primeira vez no país, uma campanha de caráter popular que ganhou repercussão nacional.

Uma das questões preliminares que precisou ser analisada referiu-se à tônica dessa campanha, que se pautou pela disputa entre os ideais do civilismo contra o militarismo, idéias contrárias visíveis nos brasões de cada uma das campanhas, expressando a polarização entre as duas chapas oponentes: de um lado o civilismo de Rui significava a pena e a lei e do outro lado Hermes representava a força das armas e o arbítrio.

A bandeira edificada pelo civilismo se associou a duas outras bandeiras: a da regeneração política e da moralização do eleitoral do sistema republicano vigente na época.



Um traço que devemos destacar refere-se ao caráter antimilitarista de sua campanha, expresso em seus discursos públicos e nas propagandas eleitorais da campanha. A própria escolha do nome da campanha já direcionava para o embate da dualidade expressa entre a pena (razão) e a espada (força), que se constituíam nos símbolos que expressavam as candidaturas. Contrapondo o modelo autoritário de governo militar e a defesa da representatividade civil como possibilidade de governo da República civil. O conteúdo simbólico desses dois brasões foi amplamente explorado pelos civilistas remetendo sempre a necessidade da reabilitação da democracia e da liberdade conquistadas com o poder nas mãos dos civis.

Entretanto, não podemos perder de vista que as defesas desses ideais inseriam-se dentro da perspectiva do liberalismo político pregado por Rui Barbosa, segundo o qual, a regeneração política da nação só seria possível se o eleitor fosse livre para exercer amplamente seu direito de voto, o que era incompatível com as práticas violentas e coercitivas adotadas nas eleições da Primeira República.

No culto ao regime republicano Rui apregoava a liberdade de voto e defendia a necessidade da alfabetização da população, pois compreendia que só o eleitor alfabetizado era um elemento livre ante ao processo eleitoral, podendo escolher conscientemente seus representantes. O não atendimento dessas duas condições essenciais feria o princípio democrático exaltado por Rui Barbosa, transformando-se na servidão do votante frente aos mandatários do poder político.

Contribuía para essa visão, a trajetória política do tribuno baiano, que sempre se pautou por um notório ativismo judicial em defesa da liberdade e da democracia. Liberdade e justiça eram valores básicos no seu ideário. Aliado à defesa do direito à insurreição popular, propugnando anistias políticas. Rui apresentou desempenhos

brilhantes nos tribunais do país, desempenhando uma atuação marcante no processo de edificação do novo regime e na elaboração da Constituição de 1891, conhecido pelo seu espírito de justiça, luta e coragem. Louvado e engrandecido em Haia, retornando ao país com célebres menções sociais, consagradas essas atuações no jubileu cívico ocorrido em 1919.

Tendo como premissas básicas esses dois pilares: a necessidade da alfabetização e da liberdade do povo na escolha de seus representantes, o deputado engendrou a criação de duas outras campanhas políticas complementares: uma campanha pela alfabetização da população adulta e apta a se tornar eleitora associada a outra pelo voto secreto.

Neste aspecto, o ineditismo de sua campanha não se resume apenas na inserção popular, mas de levar às ruas o nome de um candidato, quebrando uma estrutura que sempre se realizou dentro de gabinetes, pois pela primeira vez, “ir ao povo”.

Podemos então pensar que frente ao reduzido percentual de população votante demonstrado nos quadros eleitorais expostos no trabalho, o número de eleitores no país era ínfimo, representando apenas 2,7% da população nacional. De modo que na verdade esses não representavam praticamente ninguém. Devemos, entretanto lembrar que o quadro de eleitores se apresentava tão reduzido devido à prática de coerção e violência aliadas às fraudes eleitorais e também pela própria auto-exclusão do povo, que acreditava ser mais seguro abster-se do alistamento e, portanto de votar.

Outro ponto essencial para se pensar sobre essa campanha se refere à sua materialização pelas ruas do país que apresentou estratégias de ação inusitadas como a realização de constantes manifestações públicas em prol do civilismo,

*meetings*, caravanas que percorreram o país associado à criação de um discurso democrático que atingisse a maior parte possível de possíveis eleitores, fosse nas praças públicas, fosse nas estações ou mesmo nos salões dos teatros onde se realizavam as conferências do candidato.

A construção social dessa campanha no imaginário social se tornou possível devido a uma intensa propaganda política articulada e veiculada pela imprensa. Neste sentido os jornais civilistas traziam diariamente notícias sobre o cotidiano da campanha, destacando com insistência suas minúcias. As manchetes apresentadas com letras enormes direcionadas para a construção dessa campanha frente ao leitor/eleitor. A trajetória da campanha eleitoral de Rui Barbosa contou com uma ampla cobertura e veiculação por parte da imprensa civilista, de maneira que o discurso projetado na campanha tornou-se um dos elementos fundamentais para sua construção.

O apoio político recebido por setores da imprensa foi essencial na conquista dos votos e no apoio político das massas urbanas.

Concomitante à estratégia de utilizar a imprensa como um canal de materialização da campanha nas ruas, os civilistas edificaram uma maciça propaganda eleitoral que se estruturou na divulgação de cartazes, panfletos de comícios públicos e dos *meetings* que ocorriam na cidade.

O uso da fotografia na campanha eleitoral se tornou um instrumento eficaz de divulgação, sendo um suporte que permitiu sua visualização pelo povo. Constata-se numa fotografia que a imagem se equivale a um fato verídico, incontestável. Essas imagens não teriam força se não fosse sua divulgação pela imprensa, que dela se utilizando edificou uma propaganda muito mais centrada no que não é dito mas, implícito, levando em conta a exploração de toda sua força de convencimento,

despertando a imaginação e sentimentos, valendo-se desta como instrumento propagandístico.

A análise da propaganda procurou apontar que as imagens e os discursos produzidos atuaram no sentido de construir uma intensa mobilização social em torno da campanha.

Essas imagens e símbolos que a propaganda civilista produziu, no sentido de mobilizar as massas populares revelaram a relação entre o discurso protagonizado por Rui e a proposta de novas práticas políticas.

Outra estratégia de atuação pautou-se pela realização de conferências públicas nos teatros municipais de algumas cidades de São Paulo, no Rio de Janeiro e em Salvador. Rui se fazia ouvir nos recintos fechados e nas estações ferroviárias. Com sua oratória rebuscada e contundente o tribuno inflamava o país de norte a sul, galvanizando a opinião pública. Suas palavras produziam grande efeito político na sociedade, arregimentando populares com seu chamado. Essa estratégia de atuação promovida por Rui estruturava-se na sua maior qualidade: a oratória. Sua retórica, uma fala inflamada, pomposa, garbosa, capaz de convencer seus ouvintes. Sua grande arma foi os discursos proferidos durante sua excursão eleitoral pelo país. Com virulência nas palavras o tribuno levantou a nação.

Palavras com o intuito de sensibilizar as camadas populares tinham caráter de denúncia da exclusão social em que viviam as grandes massas populares. Seus discursos pautaram-se na defesa da incorporação popular na campanha eleitoral apregoando a democracia para o processo eleitoral. Entendemos seu discurso político como ponto de arregimentação e crédito da campanha frente aos populares.

Apesar dessas palavras inflamadas, ao estudarmos o programa político expresso em sua plataforma política, pudemos perceber que esses continham mais

críticas ao governo e às distorções eleitorais do processo eleitoral do que propriamente um programa de governo amplo, capaz de realizar profundas mudanças na ordem estrutural do país. Cabe notar que o vocabulário veiculado em suas propostas procurava inspirar confiança e esperança em algo possível.

Nos discursos veiculados por essa imprensa, ao se referirem aos hermistas, tratava-os como baderneiros, violentos, antidemocráticos, ajudando no processo de construção de uma imagem de Hermes da Fonseca como um militar desqualificado para o exercício do poder. Os jornais civilistas trabalhavam no âmbito da dualidade de imagens, levantando as questões de ordem/desordem, democracia/autoritarismo, a palavra/a espada. A dicotomia existente entre a farda/espada e a casaca/letras foi muito bem trabalhada pelo *O Estado de S. Paulo* e pelo *Correio da Manhã*, principalmente no sentido de criar uma tomada de posição no público leitor. Tais polaridades exploradas pelos civilistas sustentaram o embate entre os hermistas e os civilistas e seus respectivos projetos de construção da nação veiculados pelas propagandas eleitorais.

Entretanto, torna-se importante salientar que Rui Barbosa manteve uma postura ambivalente com relação ao elemento popular, pois por um lado os via como o ponto central do exercício da democracia, que ao incorporá-lo ao exercício político pelo voto, dotava-os de capacidade de escolha e participação na vida pública, mas ao mesmo tempo, os via como inaptos politicamente, necessitados de um líder para conduzi-los ao exercício da democracia, que iluminaria seus caminhos.

A postura demonstrada em relação ao povo torna-se natural, se pensarmos que Rui era um produto de seu tempo. Tempo em que as massas urbanas eram desprezadas pelos candidatos, consideradas como agentes sem autonomia para a política e desprovidas dos mínimos requisitos intelectuais para a prática política. Por

outro lado, ao defender os princípios pregados pelo liberalismo político no tocante à democracia, incorporava-se necessariamente a proposta de inclusão das camadas populares nos processos políticos travados no país, especialmente na escolha de seus representantes. Democracia sem povo, não poderia ser concebida. O liberalismo político adotado no Brasil no final do Império e início da República, ao transpor as doutrinas liberais para o país não conseguiu aplicar seus preceitos básicos às nossas reais condições sociais, políticas e econômicas, especialmente no âmbito da incorporação das camadas populares na vida política nacional.

Devemos considerar ainda que o fato de sua campanha ter sido organizada, patrocinada e divulgada pela elite paulista, não lhe retira o caráter inovador e seu potencial de atingir, ainda que não fosse seu objetivo maior, as camadas populares, despertando-lhe para uma possibilidade de participação na vida política do país.

Tendo como diferencial significativo o fato de incorporar os setores até então marginalizados, frente ao jogo político liberal. A condução da campanha eleitoral transformou-os em personagens da disputa política que se travava na nação. Era necessário buscar o seu voto, arregimentá-los.

A campanha colocou o povo nas ruas lançando a semente para um processo de educação política destinado a libertar o povo do caciquismo político e da servidão do voto, criando uma situação paradoxal: introduzia o povo na política sem alterar, contudo, a antiga ordem estabelecida. Sua cruzada, ainda que derrotada, integrava-se a um processo maior, o da construção de um processo mais democrático no sistema eleitoral.

Ao imprimir esta nova forma de fazer política eleitoral no país, buscando nos quadros populares seus eleitores, entendemos essa campanha como um processo de despertar cívico da nação, uma “alvorada da democracia”, ao pregar a

moralização do regime, o alistamento eleitoral e a participação intensa da população na campanha.

Ao levantar a bandeira do civilismo Rui Barbosa se constituiu como um verdadeiro educador para a nação, pregando a importância do sufrágio eleitoral como exercício democrático crítico, como uma arma eficaz no caminho da construção de cidadania no país. O que era compatível como toda sua vida política.

Quando observamos os quadros do resultado final da apuração das eleições de 1910, tanto o apresentado como oficial como o presente em contestação ao Senado Federal, deparamo-nos com uma expressiva votação na chapa Rui Barbosa-Albuquerque Lins ocorrida nos centros urbanos, dados que nos remetem a pensar que houve um *feed back* em resposta ao seu chamamento para engajarem-se na campanha civilista. Concluimos que esse resultado foi devido à uma boa aceitação coletiva frente à campanha.

Apesar da intensa campanha eleitoral que galvanizou o país o candidato civilista perdeu nas urnas. Entretanto, a campanha civilista apesar de derrotada constitui-se num outro possível, num momento de chamada ao povo para a participação política nos processos eleitorais.

## 1 - FONTES IMPRESSAS

Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo - 1909- 1910.

Anais do Senado Federal – 1909-1910

Anais do Congresso Nacional – 1909-1910.

**BAHIA, Juarez.** Jornal, história e técnica. **São Paulo: Ática, 1990.**

BARBOSA, Rui. Excursão Eleitoral , Rio de Janeiro: MEC, 1909. (**Obras Completas**, vol. XXXVI, tomo I, 1909).

\_\_\_\_\_Discursos Parlamentares. Rio de Janeiro: MEC,1909 (**Obras Completas**. Vol. XXXVI, tomo II).

\_\_\_\_\_Excursão Eleitoral na Bahia. Rio de Janeiro: MEC, 1910.(**Obras Completas**. Vol. XXXVII, tomo I).

\_\_\_\_\_Memória. Rio de Janeiro: MEC, 2.ed.,1971,(**Obras Completas**. Vol. XXXVII, tomo II)

\_\_\_\_\_vol. XXXVIII, tomo III de 1911 e Vol. XXXIX , tomo IV 1912. Rio de Janeiro: (**Obras Completas**. MEC. 1963-1967).

\_\_\_\_\_vol. XL (**Obras Completas**. Rio de Janeiro: MEC, 1913).

\_\_\_\_\_ **Contra o militarismo: Campanha eleitoral de 1909/1910.** Rio de Janeiro: Ribeiro dos Santos Ed., s.d.

\_\_\_\_\_ **Oração aos moços.** Rio de Janeiro, MinC/FCRB, 1956.

FREITAS, Afonso A. **A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914.** São Paulo: 1915.

LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio Editores, 1963. 4 vols.

NÉRY, FERNANDO. **Rui Barbosa. Ensaio Bio-bigráfico.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1955.

RUY, Afonso. **Correspondência de Rui.** Salvador: Livraria Progresso, Coleção de Estudos Brasileiros, vol. 4 , s/d.

\_\_\_\_\_ **Rui e a caricatura.** (Álbum).Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Casa de Rui Barbosa, 1949.



## **2 PERIÓDICOS E JORNAIS MICROFILMADOS**

**A CARETA**, Rio de Janeiro, 1909-1910

**A CONCÓRDIA** , Rio de Janeiro, 1909-1910

**A PÁTRIA**, Rio de Janeiro, 02/03/1910

**A RONDA**, Rio de Janeiro, 1909-1910

**A TRIBUNA**, Rio de Janeiro, 02/03/1923.

**FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 12.05.1988

**FON-FON!** Rio de Janeiro, 1907-10

**GAZETA JUDICIÁRIA. Edição Comemorativa do Centenário de nascimento de Ruy Barbosa.** Rio de Janeiro: 1949, n. 333.

**JORNAL DO SÉCULO**, Rio de Janeiro, 01/03/1910

**O CORREIO DA MANHÃ** , Rio de Janeiro, 1909-1910

**O DIÁRIO DE NOTÍCIAS**, Rio de Janeiro, 1909-1910

**O ESTADO DE SÃO PAULO.** São Paulo, 1909-1910.

**O FÍGARO.** Rio de Janeiro, 1909-1910

**O MALHO.** Rio de Janeiro, 1909-1910

**O OPERÁRIO.** Rio de Janeiro, 1909-1910

**O PAIZ**, Rio de Janeiro, 1909-1910

### 3 ARQUIVO HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

Série: Folhetos e propagandas volantes

Arquivo de Rui Barbosa: Inventário analítico da série correspondência geral vols. 1,2,3 e 4. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1984.

Arquivo de Rui Barbosa: repertório da Série de correspondência geral. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1983.

BARBOSA, Rui. *À Nação*. Manifesto, Rio de Janeiro, 26 fevereiro, 1910. 16p.

BOLETINS eleitorais da 2 seção eleitoral do município de Porto Alegre, 1 mar.1910.

CARTA de Bronze, endereçada à Francisco Glicério e Antônio Azeredo. 19 de maio de 1909.

CARTÃO de propaganda pró-Rui

CÉDULAS (10) de propaganda pró-Rui

#### 4 DISCURSOS CONSULTADOS

DISCURSO proferido na Convenção de Congressistas em São Paulo, 22 de agosto de 1909.

DISCURSO proferido no Teatro Colyseu, Santos, dezembro, 1909

DISCURSO proferido no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1909.

DISCURSO proferido na Faculdade de Direito de São Paulo, 17 de dezembro, 1909.

DISCURSO proferido no Teatro Politeama, Bahia, 15 janeiro de 1910

DISCURSO proferido no Teatro Municipal de Belo Horizonte. 20 de fevereiro de 1910

Edição especial – Suplemento Rotogravura. **A Manhã**. Edição comemorativa do centenário do nascimento do grande brasileiro Ruy Barbosa. Contribuição da Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1949.

## 5 FOLHAS VOLANTES DE PROPAGANDA ELEITORAL:

Ao povo: Ouro Preto, 19 fevereiro. 1910

Ao povo: ou Rui Barbosa e a Revolução. *A Luta*, Minas Gerais, 20 julho. 1909.

Ao povo: quem é civilista; quem é hermista. S.1., s/d

Contra a candidatura militar! Ouro Preto, 13 junho. 1909

Os dois candidatos. S.1., s/d Manifesto da Mocidade Acadêmica de Belo Horizonte;  
ao povo brasileiro. Belo Horizonte, 24 de maio de 1900.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J. M. F. **História da forreportagem no Brasil**. Rio de Janeiro, Elsevier Editora Ltda, 2004.

ABREU, D. S. O comício na propaganda eleitoral. In Revista de História UNESP/Assis. p-p 47-61.

**AMARAL LAPA, José Roberto do.(org.)** História política da República. **Campinas: Papyrus, BASBAUM, Leôncio**. História sincera da República – de 1889-1930. **São Paulo: Alfa-Omega, 1986**.

**BELO, José Maria**. História da República (1889-1954). **São Paulo: Ed. Nacional, 1956**.

BARTHES, R. **O óbvio e o obtuso**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990

\_\_\_\_\_ **Câmara clara**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

BRASIL MAGAZINE. Rio de Janeiro, nº 4, (41-2) 1909. Edição dedicada à excursão eleitoral de Rui Barbosa em São Paulo.

**BRESCIANI, Maria Stella**: Liberalismo; ideologia e controle social. Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910. **tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH, USP 1976, (mimeo.)**

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas. povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BROCKMAM, Machado. (org.) Rui Barbosa. **Ensaio fotobiografia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Banco do Brasil e Construtora Odebrecht. 1999.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.

CAMARGO, M.M. L. (org.) **A atualidade de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: MEC/FCRB, 2001.

CAPELATO, Maria Helena, Prado, Maria Lígia. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia**, São Paulo: Alfa-Ômega, 1988.

CAPELATO, Maria Helena R. O controle da opinião pública e os limites da liberdade: Imprensa paulista (1920-1945), **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 12, n. 23/24, p.(58-75).1991-1992.

\_\_\_\_\_ **Multidões em cena – propaganda política no varguismo e no peronismo**.Campinas: Papyrus, 1998.

CARNEIRO, Levi. **Dois arautos da democracia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1954.

**CARONE, Edgar**. A República Velha: Instituições e classes sociais. **São Paulo: Difel, 1977.**

\_\_\_\_\_ **A Primeira República**. São Paulo: DIFEL, 1969.

\_\_\_\_\_ **A República Velha, Instituições e classes sociais**. São Paulo: DIFEL, 1971.

\_\_\_\_\_ **O pensamento industrial do Brasil (1880- 1945)**. São Paulo: DIFEL, 1977.

\_\_\_\_\_ **O movimento operário no Brasil (1877- 1944)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

**CARVALHO, José Murilo**. A construção da ordem. A elite política imperial. **2.ed.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.**

\_\_\_\_\_ **Teatro de sombras**. 2.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_ Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. **São Paulo: Cia das Letras, 1991.**

\_\_\_\_\_ **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_ **Cidadania no Brasil. O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASA DE RUI BARBOSA. **Estudos históricos sobre Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: MEC, 1999.

CASALECHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista. Política e poder 1889-1926**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Sertório de. **A República que a revolução destruiu**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1932.

CHAUÍ, M. público, privado, despotismo. In **Ética**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

COSTA, Ângela Marques da, Schwarcz, Lília Moritz. 1890-1914- **No tempo das certezas**. Coleção Virando o Século. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

**COSTA, Porto.** Pinheiro Machado e o seu tempo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

**COSTA, Tarcísio.** Cidadania em Rui Barbosa: “Questão social e política no Brasil. In: Nenhum Brasil Existe. Rio de Janeiro: UniverCidade.2003.

**CRUZ, Heloísa de Faria.(org.)** São Paulo em revista. São Paulo: arquivo do Estado CEDIC-PUC/SP, 1997.

\_\_\_\_\_ **São Paulo em papel e tinta. Periodismo e vida urbana –1890-1915.** São Paulo: EDUC. 2.000.

CHAVES, Ana Lúcia Vieira. O Discurso anti-militarista de Rui Barbosa na campanha presidencial de 1910. **Revista Paradigmas**, Londrina, UEL, 2001.

**CUNHA, Maria Clementina.** Liberalismo e oligarquias na República Velha: “ O País e a campanha do Marechal Hermes da Fonseca, 1909-1910. **Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo,1976.(mimeo.)**

**DUARTE, São Paulo Paulo.** Júlio Mesquita. São Paulo: HUCITEC ,1977.

**FALCON, Francisco.** História e Poder. In: **CARDOSO,C. F.; Vainfas, R.** Domínios da História. Ensaios de teoria metodológica. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

**FAORO, Raymundo .** Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1958.

**FAUSTO, Bóris.** Intervenção política: O papel das classes médias como fator revolucionário. In: **História Geral da Civilização Brasileira .** O Brasil Republicano – 2. Sociedade e Instituições (1889-1930) – Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil, 1985. Vol.8**

\_\_\_\_\_ **As crises dos anos vinte e a revolução de 1930.** In: **História geral da civilização Brasileira.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1985. Vol.9

**FILHO, Alberto Venâncio.** **Das arcadas ao bacharelismo.** São Paulo: Perspectiva, 1982.

**FILHO, Luiz Viana.** **A vida de Rui Barbosa.** São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1960.

**FILHO, Samuel Nogueira.** **Ruy Barbosa Mestre Maçom.** Salvador: Edições travessia, 1988.

**FRANCO, A. A. de Melo.** **Um estadista da República.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editores,1955.

\_\_\_\_\_ **Problemas políticos brasileiros.** Rio de Janeiro: José Olimpico, 1975.

FONTOURA, João Neves. **Memórias**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1958.

GOFF, Jacques le; Nora, Pierre. **História: novas abordagens**. São Paulo: Francisco Alves, 1976.

**GOMES, Ângela de Castro. Burguesia e trabalho – política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.**

\_\_\_\_\_ A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: **História da vida privada no Brasil**. Vol. IV São Paulo: Cia das Letras, 1998.

**HALLIDAY, T. L. (org.) Atos retóricos. Mensagens estratégicas de políticos e igrejas. São Paulo, Summus editorial, 1987.**

**HAHNER, June E. Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898). São Paulo: Livraria Pioneira, 1975.**

**IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória Política do Brasil. 1500-1964. São Paulo: Cia das Letras, 5ª reimpressão. 2002.**

**JORGE, Salomão. Um piolho na asa da águia. São Paulo: Saraiva, 1965.**

**KOSSOY, Bóris. A Fotografia. São Paulo: Atual, 1989.**

LACOMBE, Américo Jacobina . **Afonso Pena e sua época**. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d

\_\_\_\_\_ **À sombra de Rui Barbosa**. São Paulo: Cia Editora Nacional, MEC, 1978.

LAMOUNIER, Bolivar. Um pensamento autoritário na Primeira República uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. Sociedade e instituições (1889-1930)**. São Paulo:DIFEL 1985. t. 3 v.2 p. 343-373.

\_\_\_\_\_ **Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEMOS, Renato. **História do Brasil através da caricatura**. São Paulo: Bom Texto, 2000.

LOPES, A. H. Um Antônio Conselheiro da razão. In **Estudos históricos sobre Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: MEC/FCRB, 2000. p. 71-124.

LOVE, Joseph. **A locomotiva: São Paulo e a federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



LUSTOSA, Isabel. **Brasil pelo método confuso. Humor e boemia em Mendes Fradique.** Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1993.

\_\_\_\_\_**Insultos impressos.** A guerra dos jornalistas na independência. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_**Humor e política na Primeira República.** In: Revista USP. São Paulo, USP, nº 3, 1989.

MANGABEIRA, João. Rui. **O estadista da República.** São Paulo: Livraria José Olympio Editores, 1943.

MAGALHÃES JR, Raimundo. **Rui, o homem e o mito.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MARAM, Sheldon L. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil, 1890-1920.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mito e discurso político.** São Paulo: Unicamp. 2000.

**MOTA, Carlos Guilherme. O processo político partidário na Primeira República - In: Brasil em Perspectiva. São Paulo: DIFEL, 1980.**

**MOTTA, Paulo Roberto.** Movimentos partidários no Brasil. **Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.**

**NOGUEIRA, RUBEM.** O advogado Rui Barbosa. Momentos culminantes de sua vida profissional. **Salvador: Edições GRD, 1967.**

\_\_\_\_\_**História de Rui Barbosa.** 3.ed.,Rio de Janeiro: MEC/FCRB, 1999.

**OLIVEIRA, José Flávio .** Liberalismo e oligarquias na República Velha : O Estado de São Paulo e a campanha civilista, 1909-1910. **Dissertação de mestrado ,Universidade de São Paulo: 1976.( mimeo.)**

**ORICO, OSVALDO.** Por que Rui não foi eleito e não chegou à presidência da República? In: Rui, o mito e o mico. **Rio de Janeiro: Record, 1965.**

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político.** São Paulo, Martins Fontes, 1999.

PALHA, AMÉRICO. **A vida de Rui Barbosa.** Rio de Janeiro: Record, 1965.

PEREIRA, Lauro Ávila, (Coord. Geral). **Arquivos em imagens, Série Última Hora, ilustrações, n.3** São Paulo, Imprensa Oficial, 1999.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: **História geral da civilização Brasileira. III O Brasil Republicano. 2 Sociedade e Instituições. (1889-1930).** São Paulo: DIFEL, 1985.

**PINHEIRO, Paulo Sérgio.** "Classes médias urbanas: Formação, natureza, intervenção na vida política, "In: **FAUSTO, Bóris (org.)** O Brasil Republicano. Sociedades e instituições (1889-1930), **Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978.**

**PRADO, Maria Lígia .** A democracia ilustrada - O Partido Democrático de São Paulo (1926-1934). **São Paulo: Ática, 1985.**

**QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de.** **O mandonismo local na vida política brasileira.** São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

\_\_\_\_\_ O coronelismo numa interpretação sociológica. In Fausto, B. (org.) **História Geral da civilização brasileira.** III O Brasil Republicano. Estrutura de poder e economia. (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.155-190.

**RODRIGUES, Marly.** **O Brasil na década de 1910. A fábrica e a rua, dois palcos de luta.** São Paulo: Ática, 1997.

**SAES, Décio Azevedo Marques de.** O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República brasileira. (1889-1930). **Campinas: UNICAMP, 1973 (Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas )**

\_\_\_\_\_ Classes médias e sistema político no Brasil. **T. A Queiroz , São Paulo: 1985.**

\_\_\_\_\_ **Classe média e política.** Petrópolis: Vozes, 1975.

**SALIBA, Elias Tomé.** **Raízes do riso. A representação humorística na História brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_ A dimensão cômica da vida privada na República. In SEVCENKO, N. (Org.) **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Cia das Letras, 1998. vol. 3, p. 289-365

**SENNA, Homero.** **Rui e o imaginário popular.** Rio de Janeiro: MinC/FCRB, 1994.

**SEVCENKO, N.** Orfeu Extático na Metrópole. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. **São Paulo; Cia das Letras, 2000.**

**SILVA, Hélio.** História da República brasileira – O poder civil. **São Paulo: Três, 1998. Vols.2, 3 e 4.**

**SILVA, Eduardo.** **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura.** São Paulo: Cia das Letras, 2003.

**SILVA, Marcos A.** Contra a chibata: Marinheiros brasileiros em 1910. **São Paulo: Brasiliense, 1982.**

\_\_\_\_\_ Caricata República. **Zé Povo e o Brasil.** São Paulo: Marco Zero 1990.

**SODRÉ, Nelson Werneck** História militar do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo, Cia das Letras, 2004

\_\_\_\_\_ **História da imprensa no Brasil**. 4.ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1998,

**SOUSA, Maria do Carmo Campelo de**. O processo político partidário na Primeira República. In: Mota. **Carlos Guilherme (org.)**. Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. **O sistema eleitoral no Império**. Brasília: Senado Federal/ UNB, 1979.

**TELAROLLI, Rodolpho**. Eleições e fraudes eleitorais na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_ **A organização municipal e o poder local no estado de São Paulo na Primeira República**. Tese de doutoramento (mimeo.) São Paulo: USP, 1981.

TENÓRIO, Oscar. **Rui Barbosa e o direito eleitoral**. Rio de Janeiro: FCRB, 1958.

**TRINGALI, D**. Introdução à retórica. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1988

**VENÂNCIO Filho, Alberto**. Das arcadas do bacharelismo. São Paulo: Perspectiva, 1982.

VIEIRA, José. **A cadeia velha**. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro: 1980.

VILLA, Marco Antonio. **O nascimento da República no Brasil. A primeira década do novo regime**. São Paulo: Ática, 1997.

## **SITES CONSULTADOS**

[http://www.cepedoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/5814\\_1.asp](http://www.cepedoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5814_1.asp)

<http://www.ibest.estadao.com.br/ext/eleicoes2002/historia/pg005/htm>